

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

GABRIELA DE PAULA MARCURIO

TEMPO DA *REPARAÇÃO*

**Luta e memória da *comunidade* atingida de Paracatu de Baixo,
Mariana/MG**

São Carlos - SP

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

GABRIELA DE PAULA MARCURIO

Tempo da *reparação*:

**Luta e memória da *comunidade* atingida de Paracatu de Baixo,
Mariana/MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela

Banca examinadora:

Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela (orientador – UFSCar)

Prof. Dr. Adalton José Marques (UNIVASF)

Prof. Dr. André Dumans Guedes (UFF)

Suplente:

Prof. Dr. Uirá Felipe Garcia (UNIFESP)

São Carlos - SP

2022

Marcurio, Gabriela de Paula

Tempo da reparação: luta e memória da comunidade atingida de Paracatu de Baixo, Mariana/MG / Gabriela de Paula Marcurio -- 2022.
221f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Jorge Luiz Mattar Villela
Banca Examinadora: Adalton José Marques, André Dumans Guedes
Bibliografia

1. Antropologia. 2. Desastre. 3. Reparação. I. Marcurio, Gabriela de Paula. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Gabriela de Paula Marcurio, realizada em 02/09/2022.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela (UFSCar)

Prof. Dr. Adalton Jose Marques (UNIVASF)

Prof. Dr. André Dumans Guedes (UFF)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

AGRADECIMENTOS

Foram dois anos e cinco meses. O tempo da pesquisa foi o tempo da pandemia. Em 9 março de 2020 efetuei minha matrícula no mestrado do PPGAS. Dois dias depois, foi decretado o surto mundial de COVID-19. Uma formação sem sair de casa. Um projeto inviabilizado. Foi nessa circunstância precária à vida humana que a pesquisa se instalou, onde ela se fez e onde ela se concluiu.

Ainda que enclausurada, não fiz nada sozinha.

As palavras escritas nesta dissertação são, em grande medida, palavras ditas por Luzia Queiroz, moradora de Paracatu de Baixo. Devo a ela esta pesquisa. Seu ímpeto implacável na luta das *atingidas* e dos *atingidos* me conduziu adiante. Muito obrigada pelo incentivo e pela atenção ao meu trabalho, pelos convites, pelas conversas e mensagens. A ampliação de minha investigação foi possível graças aos encontros anteriores com Maria Geralda, Rosalina “Zaia”, Dayanne, Maria das Dores e Patrícia, *atingidas* que me receberam em breves visitas e que muito contribuíram. Agradeço ao Romeu Oliveira por um encontro virtual, participamos de reuniões presencialmente, mas foi apenas remotamente que trocamos ideias.

Este trabalho se concretizou graças a instituições públicas. Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa nos dois primeiros meses, e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo financiamento da pesquisa (processo nº 2019/27182-8). A possibilidade de realizar uma investigação científica financiada no país se tornou raridade com o desmonte das políticas públicas voltadas à educação, precarizadas na atual gestão do governo federal. Apesar disso, o PPGAS da UFSCar tem se esforçado para manter a excelência de seu funcionamento. Agradeço aos funcionários da universidade, especialmente do CECH e do PPGAS.

Aos professores, agradeço por proporcionarem minha formação em antropologia e por enfrentarem os obstáculos da docência em ambiente virtual. Lamento pela ausência dos encontros em sala de aula e dos debates duradouros. Ainda assim, acredito que as aulas constituíram um lugar de pensamento conjunto em um período de isolamento. Agradeço especialmente à Profa. Catarina Morawska, pelo incentivo à publicação do trabalho final da disciplina. Aos meus colegas, sinto pelos diálogos que não tivemos e pela amizade que não pudemos selar pessoalmente. Agradeço à Larissa Portugal, Maíra Pedroso e Felipe Kometani.

Ao Jorge Villela, meu professor e orientador, agradeço por fazer desta pesquisa possível. Com ele, um pensamento desprezioso pode se tornar um projeto. Seu apoio,

mesmo a distância, garantiu a continuidade deste trabalho. Suas leituras, seus comentários e nossas sessões de orientação sugeriram como refinar cada linha. Aquelas que não pude aprimorar indicam minhas limitações. Não menos importante, sua dedicação à docência e ao Hybris revelam a antropologia como um caminho de vida.

Ao Hybris, Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Relações de Poder, Conflitos e Socialidades, onde aprendo o que é etnografia. Agradeço à Profa. Ana Claudia Marques, que coordena o grupo com o Prof. Jorge. Aos colegas, em especial, de São Carlos: Júlia Savarego, Renan (Zinho) Pereira e Gustavo Ramos.

À Sara Munhoz e Paula Araujo, um agradecimento à parte. Minhas queridas amigas, que ficaram mais próximas nos momentos que menos nos vimos, nesses dois-nada-fáceis anos. Elas também foram as primeiras leitoras desta dissertação, contribuindo para a sua conclusão.

Ao NED, Núcleo de Estudos Deleuzianos, por me apresentar uma filosofia. Agradeço ao Prof. Luiz Takayama e ao José Macedo, coordenadores do grupo, que selecionam os textos e nos ajudam a entendê-los, ou melhor, a formular nossas incompreensões. Nunca imaginei que ousaria escrever uma pequena parcela do que discutimos. Neste texto, exponho meus equívocos.

Agradeço à banca de professoras e professores que aceitaram os convites para o exame de qualificação e para a defesa da dissertação. À Profa. Andréa Zhouri, pelos importantes questionamentos suscitados no exame de qualificação. Ao Prof. André Dumans Guedes, pelo debate na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, que resultou na coletânea organizada com a Profa. Candice Vidal e Souza, a quem também agradeço a oportunidade de escrever um capítulo. À Profa. Virginia García Acosta, pelos comentários estimulantes desde o Congresso da IUAES. Ao Prof. Adalton Marques, pelas discussões que uniram o Hybris e o Krisis (UNIVASF), em encontros potentes. Ao Prof. Uirá Garcia, obrigada por aceitar o convite de suplência.

Em Mariana, minhas estadias foram mais alegres pelas amizades de Jade Silva, uma companhia inesperada de escuta e conversa generosas, e de Beatriz Ribeiro, colega de ofício que me ajudou nessa caminhada.

À Fhany, amiga do curso de Ciências Sociais e, agora, minha vizinha. Vê-la na porta em frente foi um alívio nesse ano. Nossos encontros, mesmo quando desesperados, tornam-se felizes.

Aos meus pais, Ivia e João, que sempre se fizeram presente, agradeço por me incentivarem e por darem todo o suporte necessário. À minha avó Dolores e ao meu avô Narciso, agradeço por todo o carinho.

Ao Everton, agradeço por me apresentar um universo. Com ele aprendi a ser gente no mundo e a fazer da casa um mundo. Somente assim, juntos, conseguimos ficar isolados. Essa pesquisa também se deve a ele, afinal foi por ele que conheci um cadim de Minas Gerais.

Queria entender do medo e da coragem, e da gã
que empurra a gente para fazer tantos atos, dar
corpo ao suceder.
(João Guimarães Rosa)

RESUMO

Esta é uma etnografia da *reparação* da *comunidade* de Paracatu de Baixo, atingida pelo rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro de Fundão, em Mariana, Minas Gerais. Os moradores foram deslocados compulsoriamente do subdistrito para a sede municipal, onde a maioria deles vive sob uma rotina ordenada por *técnicos*, funcionários da Samarco (Vale e BHP Billiton) e da Fundação Renova, criada pelas mineradoras para *reparar* os *danos*. O objetivo geral é caracterizar a luta das pessoas atingidas pela retomada da forma de viver. Evidencio que a memória se tornou a maneira principal de acessar a *comunidade* desde que o rio Gualaxo do Norte foi contaminado, a terra foi arrasada e os modos de vida foram inviabilizados. A partir de pesquisa de campo, análises de relatos e documentos, descrevo a imposição de aparatos técnicos e jurídicos no processo de *reparação*. Revelo como as(os) *atingidas(os)* inscrevem suas reivindicações nesses modelos, argumentando que a memória concede realidade às formas técnicas de uma perspectiva da *comunidade*. O desastre estabelece uma ruptura do tempo, um antes e um depois, nos quais os modos de viver, pensar e fazer se distinguem completamente. As(os) *atingidas(os)* convocam o passado para avaliar o presente e pensar no futuro. Assim, a *comunidade* é atualizada em relatos, transcritos em projetos, cartografias, tabelas e valores monetários. A memória compõe, portanto, as formas técnicas que visam à *reparação justa e integral*.

Palavras-chave: Desastre; Reparação; Memória; Comunidade; Minas Gerais

ABSTRACT

This is an ethnography of the Paracatu de Baixo community's reparation. It was affected by the collapse of the Fundão iron ore tailings dam in the city of Mariana, Minas Gerais. The residents were compulsorily displaced from the subdistrict to the city, where most of them are now living, according to a routine arranged by technical employees of Samarco (Vale and BHP Billiton) and Fundação Renova, created by the mining companies to repair the damage. The main objective is to characterize the affected people's struggle to resume their way of living. I show that memory has become the main way to access the community from the contamination of Gualaxo do Norte River and the destruction of the land so that the ways of life have become unlivable. Based on fieldwork, reports, and documents, I describe the imposition of technical and legal apparatus in the process of reparation. I reveal how the affected people deliver their requests in these patterns, arguing that memory makes them real from a community's perspective. The disaster establishes a rupture of time, creating "before" and "after," when the ways of living, thinking, and making were extremely distinct. The affected people summon the past to evaluate the present and to think about the future. Therefore, the community is brought to the present by speaking, which is transcribed into projects, maps, chats, and monetary value. Memory composes the technical ways that aim for fair and full reparation.

Keywords: Disaster; Reparation; Memory; Community; Minas Gerais/Brazil

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Casas em ruínas na comunidade de Paracatu de Baixo.....	20
Figura 2 - Igreja de Santo Antônio coberta pela lama tóxica.....	28
Figura 3 - Nota do Jornal A Sirene.....	61
Figura 4 - Creche de Paracatu de Baixo.....	145
Figura 5 - Celebração na Igreja de Santo Antônio.....	157
Figura 6 - Festa do Menino Jesus.....	182

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Trajeto dos rejeitos decorrentes da barragem de Fundão	22
Mapa 2 - Reassentamento de Paracatu.....	78
Mapa 3 - Mapa interativo do reassentamento	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Grupos de danos indenizáveis (Renova)	117
Tabela 2 – Danos à produção agrícola (Renova)	118
Tabela 3 – Danos morais (Matriz de Danos da Renova)	119
Tabela 4 – Valores de produtos agrícolas (Agroequilibra Engenharia)	125
Tabela 5 – Valores de indenização por produtos agrícolas (Agroequilibra Engenharia)	125
Tabela 6 - Fatores agravadores para indenização	132
Tabela 7 - Valores de indenização por danos imateriais relativos à biodiversidade e ao meio ambiente	133
Tabela 8 - Danos imateriais relativos à ação das mineradoras e às alterações dos modos de vida	134
Tabela 9 - Indenização por perdas e danos imateriais relativos às organizações sociais e culturais	135

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP - Ação Civil Pública

ANA - Agência Nacional de Águas

CABF - Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão

CIF - Comitê Interfederativo

CIT - Centro de Informação Técnica

FNE - Fase de Negociação Extrajudicial

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MAM - Movimento pela Soberania Popular na Mineração

MPF - Ministério Público Federal

MPMG - Ministério Público do Estado de Minas Gerais

PIM - Programa de Indenização Mediada

PLCI - Programa de Levantamento e Cadastramento dos Impactos

TAC-Gov - Termo de Ajustamento de Conduta - Governança

TACF - Termo de Ajustamento de Conduta Final

TTAC - Termo de Transação e Ajustamento de Conduta

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
O fluxo da lama.....	21
Do desastre ao acontecimento.....	28
Caminho de pesquisa.....	37
Convenções de escrita.....	43
Organização do texto.....	43
CAPÍTULO 1 <i>MÁQUINA DO TERROR</i>	46
1.1. Uma assinatura: “aí começou a hora de matar as pessoas”	51
1.2. Reuniões: repetição e antecipação	62
1.3. Reassentamento: “comunidade com estrutura de cidade”	70
1.4. Prazo: “é a vida das pessoas”	85
CAPÍTULO 2 <i>REPARAÇÃO JUSTA E INTEGRAL</i>	93
2.1. <i>Cadastro</i> : selecionar e registrar	103
2.2. <i>Matriz de Danos</i> : valorar a memória.....	115
2.3. <i>Compensação</i> : calcular o futuro	137
CAPÍTULO 3 O PASSADO E O FUTURO DA <i>COMUNIDADE</i>	144
3.1. “A <i>comunidade</i> tinha paz, liberdade, era unida, família”	151
3.2. “Depois que a lama passou tudo mudou”	165
3.3. “Não deixar morrer”	176
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	191
Referências bibliográficas	195
Documentos e processos judiciais.....	218
Lives – Transmissões ao vivo	220

INTRODUÇÃO

Em 18 de janeiro de 2021, após uma sequência de sete *lives*,¹ reuniões remotas realizadas em ambiente virtual, que se iniciaram em agosto do ano anterior, ocorreu o último encontro da série que marcou os cinco anos do rompimento da barragem de Fundão. A pandemia de COVID-19 não impediu a realização de atividades em torno do dia 5 de novembro, transferindo as conversas para as telas de computadores e celulares, transmitidas via Internet, com as falas de pessoas atingidas, assessores técnicos, especialistas e pesquisadores. O encontro ao qual me refiro ocorreu pela plataforma de uma rede social e foi dedicado aos efeitos dos desastres em Mariana e em Brumadinho à saúde.²

Acompanhei todas as atividades remotas das quais fui informada, na maioria das vezes pelo convite de Luzia Nazaré Motta Queiroz, moradora de Paracatu de Baixo, recorrentemente chamada para esses eventos devido à sua atuação como membro da Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF). Especialmente nessa ocasião, sua firmeza elevou o tom do debate a uma potência combativa, após a morte de mais uma *atingida* pelo desastre da *comunidade* de Paracatu de Baixo. O trecho a seguir é o início dessa fala e abre caminho para esta dissertação:

Desde 2015, minha vida e a vida de todos os que estão nessa causa tiveram uma transformação nunca imaginada. A inversão da forma de viver, onde a prioridade passou a ser o processo para a retomada da forma da vida, ceifada tragicamente. O susto, o desespero, a dor, a tristeza viraram elementos para um triturador que são as empresas Vale, Samarco e BHP, onde um processo massacra o fraco. Entramos numa corrida do ouro. As mineradoras querem voltar a todo momento. E os atingidos e a população necessita recuperar a saúde nesse processo doentio em que se fica entre a cruz e a espada. E a gente costuma dizer, também, que tem hora que a gente tá nesses embates violentos, então a gente não tem que escolher. É pegar ou largar. Os acontecimentos são como a onda do mar: eles mudam a todo momento. Então, a nossa vida, ela passou a ser exclusiva, vinte e quatro horas por dia – e ainda é assim – desde aquele trágico 5 de novembro de 2015, o terror das nossas vidas, o terror dos marianenses, o terror dos mineiros. Porque hoje eu falo que tá todo mundo doente. Não é só aquele que tomou a pancada inicial lá, não. São todos os marianenses. Essa tragédia afetou tanto que é o mundo inteiro que ficou doente por nossa causa, e os olhos ainda continuam voltados para Mariana porque a gente sofreu demais e ainda sofre (Luzia Queiroz, 18/01/21).

¹ Neste texto, convencionou-se a grafia em itálico em dois casos. Primeiro, os termos analisados na etnografia. Segundo, as palavras estrangeiras, seguindo as normas técnicas. As citações diretas, sejam elas em referências a falas, a documentos ou à bibliografia, aparecem entre aspas duplas, devidamente referenciadas. Reservei a seção “Convenções de escrita”, nesta Introdução, para detalhar esses aspectos.

² “O cuidado em saúde mental no contexto de crimes-desastres da mineração: construindo saídas”, durante o “V Encontro Mineiro de Serviços Substitutivos em Saúde Mental”, organizado pelo Fórum Mineiro de Saúde Mental, em 18/01/2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/229120503955704/videos/315149329915164>.

Esta é uma etnografia do que Luzia chamou de “processo para a retomada da forma da vida”. A *comunidade* de Paracatu de Baixo tinha aproximadamente trezentos e cinquenta habitantes, distribuídos em pouco mais de uma centena de casas, próximas ao rio Gualaxo do Norte, no distrito de Monsenhor Horta, em Mariana, Minas Gerais. Os quintais com hortas de couve, alface, labrobrô (ora-pro-nóbis) e outras verduras e folhas de chá; os pomares de cajá-manga, limão, jabuticaba, banana, mamão, acerola e pitanga; as roças de milho, mandioca e feijão e as nascentes que brotavam da terra são características do vale onde viviam, conforme os moradores descreveram. Os rejeitos de minério de ferro da barragem da Samarco Mineração S.A. e suas acionistas, Vale S.A. e BHP Billiton Ltda.,³ destruíram a *comunidade*.

Há mais de seis anos os moradores se tornaram *atingidos* e foram deslocados compulsoriamente para a sede municipal, a 34 quilômetros de distância, onde a maioria deles está até hoje, com a forma de viver invertida. Na *comunidade*, os terrenos eram divididos pelas famílias. “Quando um filho se casava, construía uma casa”, como foi repetido diversas vezes nos relatos que ouvi em pesquisa de campo, de modo que a relação de vizinhança era composta pela relação de parentesco. A agricultura familiar era a principal atividade econômica local. Sazonalmente, os moradores trabalhavam nas fazendas da região, em cultivos de café e de cana-de-açúcar e na pecuária de gado leiteiro, ao passo que grande parte dos moradores se deslocavam à cidade para estudar e trabalhar. Essas relações garantiam a circulação de pessoas e de animais, a troca de cultivos, mudas e alimentos.

A forma de viver foi alterada porque todas as relações estabelecidas na *comunidade* foram desfeitas abruptamente por um desastre. Mais do que isso, as condições para que essas relações fossem possíveis foram impedidas de se manifestarem. As famílias vivem em casas alugadas distribuídas nos bairros da cidade, distantes de seus parentes e vizinhos, sem roças nem hortas, algumas delas até mesmo sem quintais. As *atingidas* e os *atingidos* comparam e colocam em contraste a vida *livre e solta* que tinham anteriormente à vida *presa* de agora.

Como retomar a forma da vida após a completa destituição de todas as relações que a compunha? Talvez essa seja a principal questão do processo que pretendo etnografar, mas ela não será respondida por mim. Ela é respondida pelas(os) *atingidas(os)* diariamente, à medida que criam possibilidades para viver. Mais específicas, as questões que guiam esta dissertação

³ Vale e BHP são proprietárias da Samarco com ações divididas em 50%, segundo o modelo de acordo entre empresas chamado de *joint-venture*, na qual uma união de empresas administra um negócio, sem que haja fusão de marcas, mantendo a independência jurídica. (MILANEZ; SANTOS; MANSUR, 2016, p. 53).

são: O que é “o processo para a retomada da forma da vida”? Como esse processo se desencadeia? Por quais meios ou maneiras ele se manifesta?

Entendo que esse processo pode decorrer de movimentos tão variados quanto possíveis, segundo aqueles que os desempenham. Para fins analíticos, em uma tentativa de dar nitidez ao problema, sigo as formulações de Jorge Villela (2020b) a respeito da distribuição das insurgências às confiscações dos modos de vida em dois tipos. Primeiro, os movimentos decorrentes de “lutas da singularidade”, que se manifestam a partir das relações específicas que determinado existente estabelece no mundo (VILLELA, 2020b, p. 295). Segundo, os movimentos decorrentes das “lutas jurídico-cartoriais”, que utilizam aparatos técnicos e burocráticos e dizem respeito a relações instituídas pelo Estado (p. 301). Na *comunidade* de Paracatu de Baixo, a “luta da singularidade” se tornou necessariamente atrelada à “luta jurídico-cartorial”, tendência indicada por Villela (2020b) que, portanto, não é uma exclusividade, mas uma condição compartilhada daqueles que perderam tudo: a casa, a terra, o alimento, a roça, o trabalho, o rio.

O trecho da fala de Luzia se refere exatamente aos aspectos jurídico-cartoriais. A *comunidade* aderiu a essa luta especialmente após o rompimento da barragem de Fundão. A defesa do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), a organização da CABF e, posteriormente, a assessoria técnica da Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais⁴ conduziram-na às reuniões, aos cadastros, às assembleias, às audiências, aos relatórios. Esses são alguns meios pelos quais o processo se manifesta. As *atingidas* e os *atingidos* precisaram *aprender a linguagem* e as *palavras técnicas* para lutarem por reconhecimento, por suas reivindicações e para que as mineradoras respondam por seus crimes. Elas e eles vivem nesse processo.

Contudo, trata-se de um processo dominado pelas mineradoras. As formulações técnicas, a produção de documentos, os procedimentos jurídicos e a organização burocrática constituem o funcionamento empresarial administrativo corriqueiro daquelas que estão entre as maiores mineradoras em operação internacional.⁵ As(os) *atingidas(os)* chamam a atenção para a equipe de funcionários especializados, a troca recorrente de pessoal, a quantidade de advogados nas audiências e o contato com o poder judiciário despendido pelas empresas.

⁴ Uma das 12 regionais da Cáritas Brasileira, organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ligada à confederação da Caritas Internationalis, uma rede de ajuda humanitária da Igreja Católica (cf. <https://caritas.org.br/>).

⁵ O levantamento feito pelo *site* “Mining” indicou BHP e Vale na primeira e na terceira posições, respectivamente, do ranking mundial em 2021. Disponível em: <https://www.mining.com/top-50-biggest-mining-companies/>. Acesso em: 03/02/22.

Em pesquisa de campo, observei como a rotina das(os) *atingidas(os)* era organizada em torno das reuniões, dos encontros com os *técnicos* (funcionários das empresas ou da assessoria), e como esses compromissos podiam ser agendados, cancelados ou remarcados sem aviso prévio. Ao longo de seis anos, as únicas pessoas que permaneceram nesse processo, com poucas exceções, são as *atingidas*, sobretudo mulheres negras que relataram a “inversão da forma de viver” para a dedicação exclusiva à sua retomada.⁶ Elas vivem nesse processo 24 horas por dia, 7 dias por semana. Sem casa, sem roça e sem parentes próximos, os cuidados domésticos foram totalmente alterados com o enclausuramento, especialmente das crianças que ficavam *soltas* na *comunidade* e, agora, estão *presas* na cidade.

Assim se desenrola o “processo doentio” que “massacra o fraco”, como explicou Luzia. As mineradoras são como um triturador para a *comunidade*. A tristeza, o sofrimento e a incerteza acometem os moradores, tanto pelas suas perdas quanto pela impunidade das empresas. O processo é de uma violência inédita. Samarco, Vale e BHP privatizaram a *reparação* do desastre (SANTOS; MILANEZ, 2017), em um acordo firmado com o Estado de Minas Gerais, o Estado do Espírito Santo e a União por um Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC). Dessa forma, em 2016, surgiu a Fundação Renova, responsável pela *reparação* dos crimes das mineradoras.

A *reparação*, definida pela Ação Civil Pública nº 0400.15.004335-6, movida pelo MPMG na 2ª Vara Cível da Comarca de Mariana, consiste na garantia de “toda e qualquer forma de satisfação” de uma perda ou um prejuízo material ou imaterial: 1. a partir da reposição, restituição ou recomposição, “quando os bens ou infraestruturas destruídos, ou ainda a situação social prejudicada, são repostos ou reconstituídos”; 2. a partir da indenização, “quando a reparação assume a forma monetária”; 3. a partir da compensação, “quando se oferece outro bem ou outra situação que, embora não reponham o bem ou situação perdidos, são considerados como satisfatórios em termos materiais ou morais.” (MARIANA, 2015, p. 28).

As *atingidas* e os *atingidos* anunciam que sua luta é pela *reparação justa e integral*, conforme registram os relatórios produzidos pela Cáritas e pela CABF (2020; 2021a; 2021b), que analisarei ao longo da dissertação. Trata-se de um princípio jurídico extraído da Corte Interamericana de Direitos Humanos, definido por 6 passos: 1. Investigação; 2. Restituição dos direitos, bens e liberdades; 3. Reabilitação física, psicológica e social; 4. Satisfação das

⁶ O relatório produzido pelo Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade - PoEMAS (2015, p. 10) calculou, a partir de estimativas do Censo de 2010, que 80% população de Paracatu de Baixo é negra.

vítimas; 5. Garantia de não-repetição de violações; 6. Indenização compensatória por *danos materiais e imateriais* (CÁRITAS; CABF, 2020, p. 15-16).

Para introduzir, de maneira resumida, ênfase duas frentes de reivindicações da *comunidade*. A primeira é o direito à moradia, especialmente no reassentamento comunitário, que garanta as condições para a “restituição dos modos de vida” (CÁRITAS, 2021a, p. 9). O terreno adquirido pela Renova para o reassentamento coletivo está localizado entre a sede do distrito de Monsenhor Horta e Paracatu de Baixo, uma área íngreme e distante do rio Gualaxo do Norte. As obras no reassentamento começaram em 2019 e, até o momento, nenhuma construção foi concluída. O último prazo judicial estabelecido para a conclusão do reassentamento foi de 27 de fevereiro de 2021, o terceiro descumprido pela Renova.

A segunda frente de reivindicações é pela *indenização justa*, que compreenda todos os *danos materiais, morais e imateriais* que se acumulam desde o rompimento da barragem. A Cáritas e a CABF redigiram a *Matriz de Danos das Pessoas Atingidas pela Barragem de Fundão em Mariana* (2020), um documento que sugere valores para as *perdas* e os *danos* constatados e relatados pelos moradores. Contudo, a Fundação Renova seleciona as(os) *atingidas(os)*, elege e estabelece os valores dos *danos* em negociações extrajudiciais.

O objetivo desta dissertação é descrever aspectos da luta jurídico-cartorial concernentes ao “processo para a retomada da forma da vida”. Não tenho a pretensão de abranger cada aspecto desse processo. Primeiro, por se tratar de uma etnografia realizada no exíguo tempo de um mestrado, somados, ainda, os desafios e os obstáculos para elaborá-la durante uma pandemia, o que comentarei na seção “Caminhos de Pesquisa”. Segundo, defendo que não é possível alcançar a totalidade de um processo que se transforma a todo o momento, parafraseando Luzia. Claramente, poderia tentar compreendê-lo até aqui, mas suas linhas sempre escapam. Algumas atam nós; outras, que pareciam muito bem amarradas, se afrouxam. Por isso, a análise se concentra no ponto de vista da *comunidade* de Paracatu de Baixo, segundo os relatos que ouvi de seus moradores.

Meu objetivo específico é caracterizar o que chamei de tempo da *reparação*, definido pela relação das(os) *atingidas(os)* com a Fundação Renova, os *técnicos*, os advogados e os juízes. Esse tempo diz respeito a um determinado momento caracterizado por relações específicas que se instalam e subvertem o cotidiano, submetendo a percepção e o comportamento de uma organização social a um fenômeno circunscrito. Essa foi a definição de Moacir Palmeira (2002, p. 171) para a noção célebre de “tempo da política”, assim como

se convencionou em pesquisas subsequentes do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP). Porém, mais do que isso, trata-se também de uma ruptura no tempo, uma subversão sem volta ao cotidiano das relações da e na *comunidade*. O rompimento da barragem inaugurou um tempo em que o extraordinário está impregnado na rotina.

Proponho mostrar como as(os) *atingidas(os)* manejam o tempo governado pelas mineradoras e por seus aparatos técnicos e jurídicos. Nenhuma previsão, antecipação ou planejamento tem efeito, devido a uma desconexão com o passado e com a vida anterior ao desastre. Para retomar a forma da vida, os moradores de Paracatu de Baixo recorrem ao passado da *comunidade*. Assim, a memória se atualiza e é transformada em um instrumento técnico-jurídico de luta. É pela memória que as(os) *atingidas(os)* constituem uma *comunidade* depois do desastre.

Figura 1 - Casas em ruínas na *comunidade* de Paracatu de Baixo



Fonte: Própria autora. Arquivo pessoal, 12 de outubro de 2018.

O fluxo da lama

Minha pesquisa está localizada na *comunidade* de Paracatu de Baixo, mas evidentemente os efeitos do que foi considerado o maior desastre socioambiental do país não se findam nela. A barragem rompida tinha uma estrutura de alteamento a montante, que represava aproximadamente 50 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro, no complexo Germano.⁷ A lama tóxica de rejeitos afogou 19 pessoas, sendo 14 funcionários das mineradoras e de empresas terceirizadas, e 5 pessoas em Bento Rodrigues, o primeiro subdistrito atingido.

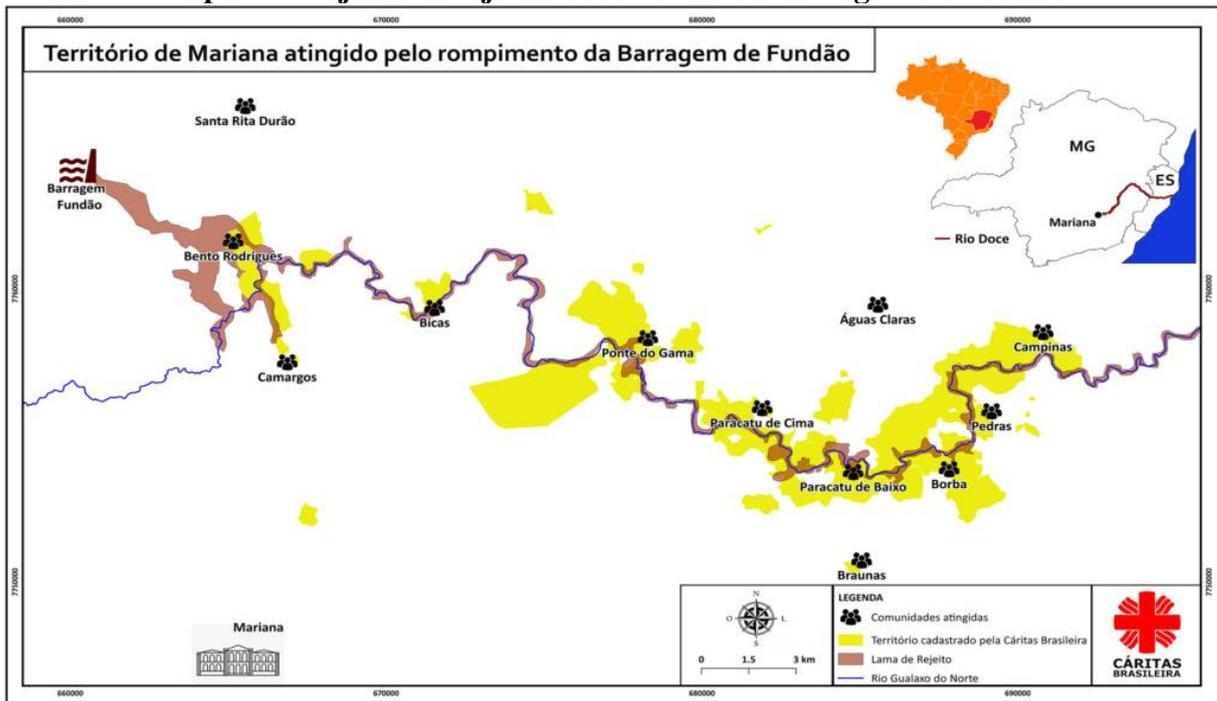
O dia 5 de novembro de 2015 foi tema recorrente nas conversas durante a pesquisa de campo, descrito espontaneamente pelas(os) *atingidas(os)*. Os relatos geralmente começavam com a lembrança do barulho do helicóptero, que sobrevoou e pousou na *comunidade* no fim da tarde. Os moradores de comunidades rurais em Mariana⁸ e do município de Barra Longa precisaram fugir para as partes mais altas. Em Paracatu de Baixo, eles subiram a rua Furquim, se embrenharam no mato e passaram a noite no alto do morro. Sentiram, primeiramente, o “cheiro podre”, seguido pelo som de um turbilhão de lama.

Galinhas, porcos, cavalos e bois se afogaram, carros foram arrastados, casas desabaram e pontes caíram. Segundo o relatório produzido pelo IBAMA (2015, p. 10), 1.469 hectares ao longo de 77 quilômetros dos cursos dos rios Gualaxo do Norte e do Carmo foram inundados pela lama de rejeitos, carreadas ao rio Doce, cuja bacia hídrica foi toda contaminada. A biodiversidade da Mata Atlântica e do Cerrado foi devastada, sobretudo a flora e a ictiofauna, em uma extensão de 663 quilômetros, atravessando 41 municípios (IBAMA, 2015, p. 25), até a “onda de lama” alcançar o Oceano Atlântico, em Linhares /ES (CREADO; HELMREICH, 2018).

⁷ A barragem de alteamento a montante é largamente utilizada no Brasil, devido aos baixos custos econômicos, embora seja o tipo mais arriscado. Os dados quantitativos relativos à barragem de Fundão variam nos relatórios das mineradoras e de instituições públicas. A barragem teria 43,7 milhões de metros cúbicos de rejeitos (FUNDAÇÃO Renova, 2019), 50 milhões de m³ (AGÊNCIA Nacional de Águas - ANA, 2016; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA, 2015) ou 55 milhões de m³ de rejeitos (SAMARCO, s/d;), de uma capacidade total de 60 milhões de m³ (MARIANA, 2015). Desse volume, vazaram inicialmente 32,6 milhões de m³ (SAMARCO, loc. cit.), 34 milhões de m³ (IBAMA, loc. cit.; ANA, loc. cit.) ou 39,2 milhões de m³ de rejeitos (FUNDAÇÃO, 2017).

⁸ São elas: Bento Rodrigues, Camargos, Bicas, Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Borba, Pedras e Campinas.

Mapa 1 - Trajeto dos rejeitos decorrentes da barragem de Fundão



Fonte: ITABAIANA, Isabela *et al.* “Territórios invisíveis”. Jornal “A Sirene”, Ed. 56, dez. 2020, p. 14. Mapa elaborado por Isabela Itabaiana, Caritas Brasileira.

Os moradores de Paracatu de Baixo foram levados para a sede municipal e abrigados na Arena de Mariana, um ginásio poliesportivo. Os desabrigados eram recebidos pela Defesa Civil, que também atuou nas áreas enlameadas com as equipes de bombeiros, brigadistas e socorristas. As(os) *atingidas(os)* com quem conversei descreveram a chegada ao Centro de Convenções de Mariana, onde eram distribuídas as doações de alimentos, roupas e produtos de higiene. Naquele momento, ainda não se tinham as dimensões do desastre, nem mesmo o que acontecera era nítido. As informações eram conflitantes, e a mídia televisiva assediava os habitantes e transmitia incessantemente cenas, falas e análises do ocorrido. Os moradores esperavam voltar para suas casas, limpar a sujeira, recolher as mobílias e as peças de roupas, selecionando o que fosse possível recuperar. Posteriormente, as famílias foram transferidas para hotéis e, finalmente, elas foram alojadas em casas alugadas pelas mineradoras. São nessas moradias temporárias que estão até hoje.

Com o apoio da defensoria do MPMG, as comunidades formaram comissões com moradores eleitos para acompanhar e fiscalizar as ações das mineradoras. Os moradores se reuniam diariamente com os representantes das empresas para discutir as necessidades básicas das famílias deslocadas. As reivindicações das(os) *atingidas(os)* eram – e ainda são – discutidas em reuniões; e as decisões, tomadas em assembleias, nas quais cada morador tem

direito a um voto. A CABF teve o apoio de movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), bem como de pesquisadores vinculados a grupos de estudo e extensão, por exemplo o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Os processos judiciais referentes ao rompimento da barragem de Fundão se dividem entre as instâncias estaduais e federal, na medida em que os crimes ambientais ficaram a cargo do Ministério Público Federal. Dezenas de ações judiciais coletivas e individuais foram ajuizadas no Brasil, e uma na Inglaterra, contra a BHP Billiton. A primeira delas foi a Ação Civil Pública (ACP) nº 0400.15.004335-6, ajuizada pela 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mariana/MG, em defesa da *reparação integral* das(os) atingidas(os). Por meio dessa ação, foram conquistadas medidas emergenciais para os moradores, como a locação de imóveis, o auxílio financeiro e o direito à assessoria técnica – os fundamentos para as indenizações e para o reassentamento. A partir dessa ACP, estabeleceram-se distinções significativas entre a situação das comunidades em Mariana e a dos outros municípios atingidos.

Os principais desdobramentos dos processos foram os acordos celebrados. O primeiro deles foi o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) referente à ACP nº 0069758-61.2015.4.01.3400, movida pela União e os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo (incluindo seus respectivos órgãos competentes)⁹ contra as mineradoras na 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, o qual resultou na criação da Fundação Renova, como mencionei acima. Em 2017, o Termo de Ajustamento Preliminar (TAP), decorrente da ACP nº 0023863-07.2016.4.01.3800, foi firmado por Ministério Público Federal (MPF), empresas, União e Estados, visando à chancela de um Termo de Ajustamento de Conduta Final (TACF). Em seguida, o Termo Aditivo ao TAP assegurou a contratação de assessorias, tanto para elaboração de diagnósticos ao MPF quanto para as comunidades ao longo da bacia. A partir dessas duas ações, em 2018, foi celebrado o TAC-Governança (TAC-Gov), que alterou a administração da Fundação Renova.¹⁰

⁹ O Ibama, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a ANA, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Instituto Estadual de Florestas (IEF), o Instituto Mineiro de Gestão de Águas (IGAM), a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF) e a Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH).

¹⁰ A dissertação de Vinícius Cardoso Reis (2020) apresenta de maneira organizada os 58 programas da Fundação Renova e os processos judiciais na justiça federal e estadual.

O modelo de negociação e acordo foi usado também pelo MPMG em Mariana, a exemplo de um TTAC com as empresas para o estabelecimento da Fase de Negociação Extrajudicial (FNE). A Fundação Renova conduzia o cadastramento, a elegibilidade dos danos e a indenização das(os) atingidas(os). Com o TTAC firmado em 2018, a Renova se comprometeu a negociar as indenizações em Mariana, aceitando as conquistas da ACP que garantiam o cadastramento e levantamento de danos feito pela assessoria da Cáritas com as comunidades (CÁRITAS; CABF, 2021b).

A “gestão do desastre” (ZHOURI, 2018, p. 19) a partir de acordos com as mineradoras se instituiu com a justificativa de celeridade frente à morosidade do judiciário (ZHOURI *et al.*, 2017). O TAC é comumente celebrado em conflitos ambientais, visando a ações emergenciais de mitigação, conforme mostraram Viégas, Pinto e Garzon (2014). Contudo, o acordo em si não garante o cumprimento dessas ações, além de amenizar as condenações para as empresas, como se vê no caso do rompimento da barragem de Fundão. Samarco, Vale e BHP negociam a *reparação* dos crimes que cometeram (COELHO; MILANEZ; PINTO, 2016; ZUCARELLI, 2018), descumprem os acordos que firmaram e praticam novas violações de direitos das(os) atingidas(os), conforme elas e eles continuamente denunciam.

Esse não foi o primeiro rompimento de barragens de rejeitos no país,¹¹ mas foi aquele que tocou a sirene que, até então, estava muda para os moradores das comunidades destruídas. Lembrando da análise feita por Luzia, “o mundo inteiro ficou doente” com o rompimento da barragem de Fundão. O diagnóstico dado por Ailton Krenak (2019, p. 21-22), cuja aldeia foi atingida pelo material tóxico que deixou o *Watu* (rio Doce) em coma, é da “real condição de um mundo que acabou”. Além dos Krenak, povos de etnias Tupiniquim e Guarani foram atingidos na foz do rio Doce (FERREIRA, 2016).

Também não foi o último caso de barragem rompida. Na região do Quadrilátero Ferrífero Aquífero,¹² onde está situada Mariana, a barragem B1 se rompeu no município de Brumadinho/MG. Em 25 de janeiro de 2019, foram liberados cerca de 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro da mina Córrego do Feijão, propriedade da Vale, que

¹¹ O levantamento bibliográfico de Santos e Wanderley (2016, p. 90) identificou 8 barragens rompidas apenas em Minas Gerais, entre 1986 e 2015.

¹² A região do Quadrilátero Ferrífero está localizada no centro-sul do estado de Minas Gerais e abrange 35 municípios. Recentemente, movimentos sociais e pesquisadores adicionaram o termo Aquífero, considerando que o solo rico em minérios está diretamente relacionado às águas subterrâneas, reforçando as lutas frente à mineração (cf. PAPATELLA; SIMAN; CORUJO, 2018).

atingiram a Bacia do Rio Paraopeba.¹³ Esse acontecimento desencadeou o que *atingidas(os)* e pesquisadores vêm chamando de terrorismo de barragem (“O TERRORISMO...”, 2019): uma situação de alerta constante para os riscos de barramentos colapsarem que é, por um lado, denunciada pelos moradores que vivem em áreas atingidas pela “lama invisível”, – ou seja, pela potencialidade de serem destruídas – e, por outro, utilizada como estratégia de expropriação das terras pelas mineradoras, deslocando compulsoriamente os moradores sem alterar o modo de operação das empresas.

Extração de metal e expropriação de terra conduziram e conduzem alterações nas formas de viver. Assim, a pesquisa com a *comunidade* de Paracatu de Baixo introduz problemas locais alinhados a fenômenos sociais muito abrangentes, que são analisados desde pelo menos o século XIX. Não é demais recordar a abordagem de Karl Marx (2011 [1883]) em torno da expropriação de terras camponesas por espoliação, ocupação, deslocamento forçado e por dispositivos legais, que garantiram a acumulação primitiva de capital na Inglaterra a partir do século XVI. Marx (2011, p. 533) também indicou que a extração de metais, inclusive nas colônias do continente americano, foi imprescindível para o desenvolvimento da produção capitalista europeia. Friedrich Engels (2010 [1845], p. 283-284) analisou especificamente os acidentes em minas inglesas no século XIX, colocando em evidência as estratégias jurídico-legais que reprimiam as fiscalizações das minas e as condenações dos proprietários.

O estado de Minas Gerais, em específico o município de Mariana, pode ser localizado na geopolítica global como o primeiro polo de economia mineradora do território brasileiro, no período colonial. A instalação de um povoado, em 1696, que rapidamente foi elevado à vila, em 1711, fundou a primeira cidade da capitania justamente em torno da exploração mineral, cujo ápice se deu em meados do século XVIII (FONSECA, 1998). A despeito dos declínios da exploração nas jazidas, Mariana não saiu do eixo mundial de produção. O trabalho historiográfico de Rafael Souza (2009, p. 47) detalha a atuação de companhias de capital inglês e francês extraíndo ouro durante os séculos XIX e início do século XX. Os desastres causados pela mineração em Mariana podem ser rastreados ao longo dos séculos, como sugeriu Souza (2009, p. 214), listando os registros de desmatamento, escavação dos morros, deslizamentos de terra, desabamentos de estruturas construídas, deposição de rejeitos

¹³ O rompimento da barragem em Brumadinho é considerado o maior acidente de trabalho do país: das 272 pessoas mortas, 242 pessoas trabalhavam para a Vale (cf. Campanha Janeiro Marrom, disponível em: <https://www.janeiromarrom.com.br/>).

em vales, epidemias entre os mineiros e os perigos dos barramentos e das aberturas de comportas de rios represados.¹⁴

Uma leitura econômica entende a relação do município com a mineração pelo conceito de “minério-dependência”, na qual a economia da cidade é influenciada diretamente pelos “booms” e pelas quedas do mercado internacional de commodities (COELHO, 2019). Wanderley, Gonçalves e Milanez (2016) evidenciaram que, a partir da década de 1960, a extração de metal em Mariana foi reconfigurada para o fornecimento de minério de ferro, com a instalação da Samitri que, na década de 1970, se tornou a Samarco, e com a chegada da Companhia Vale do Rio Doce. Para Maíra Mansur *et al.* (2016), o rompimento da barragem de Fundão está relacionado a um momento de queda dos commodities em que os desastres estão mais suscetíveis a ocorrer, sendo um dos motivos os cortes de gastos com a segurança, manutenção e fiscalização por parte das empresas.

Outro aspecto notável é que a terra atingida pela lama tóxica é disputada pelas mineradoras em Mariana, apesar da diretriz homologada em 5 de outubro de 2017 que impede a Samarco de decidir sobre a área destruída e de permutá-la com outro terreno para os moradores. Esse fenômeno foi analisado por Klemens Laschefski (2020) a partir da noção de “acumulação por despossessão” de David Harvey, exemplificando as comunidades atingidas em Minas Gerais como um tipo de espoliação pela catástrofe que gera uma “grilagem oculta” dos territórios destruídos, ora pelas alterações feitas nos terrenos sem que os moradores fossem consultados, ora pelo abandono da área destruída (LASCHEFSKI, 2020, p. 134-136). Nesse sentido, as mineradoras legalizam e legitimam a pilhagem, seguindo o conceito de Ugo Mattei e Laura Nader, como descreveu Luciana Ferreira (2020).

As tecnologias de expulsão de comunidades de suas terras são aprimoradas na medida em que não passam necessariamente pela desapropriação dos moradores. A contaminação causada pelos rejeitos de minério inviabiliza a agricultura e a pesca nos municípios atingidos, sem contar os efeitos à saúde, como as alergias na pele, as doenças respiratórias e intestinais. Apesar disso, a Fundação Renova afirma que os rejeitos não são tóxicos, incentivando o uso do solo e a pesca na região.¹⁵ A toxicidade da lama foi analisada por Segura *et al.* (2016) e

¹⁴ Ademais, a historiadora Cláudia D. Fonseca (1998, p. 39-40) aventou a possibilidade de analisar a construção do espaço urbano de Mariana, uma das primeiras cidades planejadas pela administração colonial, a partir dos desastres envolvendo os “grandes prejuízos à paisagem natural” decorrentes da mineração, dos alagamentos e das enchentes dos rios.

¹⁵ A Fundação Renova divulgou o “Relatório de Consolidação dos Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana (ARSH)”, em dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/noticia/estudo->

Hatje *et al.* (2017), cujos resultados sugerem o potencial de citotoxicidade, isto é, de alteração metabólica e genética causada pelos metais encontrados nas amostras dos rios e do solo, ao passo que Vormittag, Oliveira e Gleriano (2018) registraram, em pesquisa no município de Barra Longa/MG, indícios de doenças causadas por intoxicação de metais.

As(os) *atingidas(os)* de Paracatu de Baixo convivem com a lama, com as cercas e as placas de aviso de “área de risco” instaladas após o rompimento da barragem. Apenas as casas construídas na parte mais alta, na rua Furquim, não foram inundadas pelos rejeitos, de modo que algumas famílias retornaram para essas residências, nas ruínas da *comunidade*.¹⁶ Na parte baixa, a Igreja de Santo Antônio foi uma das únicas construções a resistir. Assim, os rituais católicos, sejam os funerais ou as festas, são um dos principais motivos dos moradores retornarem para a terra arrasada.

realizado-em-mariana-e-barra-longa-nao-recomenda-limitacoes-de-atividades-agropecuarias-nem-a-remocao-de-moradores/. Acesso em: 07/02/22.

¹⁶ Tema da tese de doutorado em elaboração por Beatriz Ribeiro, doutoranda em Ciências Sociais pela UNICAMP.

Figura 2 - Igreja de Santo Antônio coberta pela lama tóxica



Fonte: FREITAS, Raquel. Portal de notícias “G1 Minas Gerais”, Grupo Globo. Disponível em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/09/comunidade-de-paracatu-de-baixo-escolhem-terreno-para-reconstrucao.html>. Acesso em: 14/07/22.

Do desastre ao acontecimento

O rompimento da barragem de Fundão é nomeado de diferentes maneiras: desastre, catástrofe, acidente, crime, tragédia e *evento*. O nome revela uma disputa pela caracterização, pela produção da verdade e da história em um conflito, desde uma tradição marxista da linguagem ou por uma filosofia nietzschiana. “Nomear”, analisaram Philippe Pignarre e Isabelle Stengers (2005, p. 52, [tradução minha]), “não é neutro, não é pôr uma simples etiqueta, é um ato deliberado, que engaja um modo de relação ou, em nosso caso, de luta”. Para as *atingidas* e os *atingidos* de Paracatu de Baixo, a escolha de cada nome tem um efeito específico na luta travada contra as mineradoras. Não farei uma genealogia dos conceitos, mas iniciarei o debate com o intuito de expor a linha teórica e analítica com que me engajarei nesta etnografia, definindo o meu problema em torno do conceito de *evento* ou, como eu sugerirei, de acontecimento.

As mineradoras e seus representantes convencionaram o uso do termo acidente para descrever e justificar a barragem rompida. As(os) *atingidas(os)*, por sua vez, entoaram em suas reivindicações e manifestações públicas que “não foi acidente”, o rompimento da barragem não foi fortuito e inesperado para as empresas, foi um crime (CREADO *et al.*, 2017; LOSEKANN, 2017). Seguindo a atuação de movimentos sociais, as pesquisas subsequentes e a defesa jurídica das comunidades, trata-se de um conjunto de fatores econômicos e políticos referentes à fiscalização inadequada das barragens, aos ciclos econômicos do minério, à legislação ambiental e à própria forma de atuação das mineradoras, como aparece detalhadamente na coletânea organizada por Marcio Zonta e Charles Trocate (2016). Assim, as(os) *atingidas(os)* com quem conversei falaram em crime, desastre ou tragédia.

Os documentos judiciais usam recorrentemente o termo *evento*. Enquanto os acordos, a exemplo do TTAC celebrado em 2016, escrevem exclusiva e repetidamente “EVENTO” (grafado em maiúsculas), os documentos regidos pelo MPMG e pelo MPF nomeiam também de desastre, tragédia, catástrofe e acidente. O problema da noção de *evento* foi detectado por Luzia Queiroz, *atingida* de Paracatu de Baixo, em uma conversa que tivemos no início de 2020, da seguinte maneira: “para nós este nome é festa”. O mesmo sentido foi descrito no trabalho de Andréa Zhouri *et al.* (2017, p. 96) em pesquisa em Mariana, argumentando em torno da limitação temporal do conceito – restrito à ruptura da barragem – e sua generalidade, pois não dimensiona o que aconteceu, conforme eles verificaram nos documentos das mineradoras e de empresas contratadas. Assim, Zhouri *et al.* (2017, p. 89) propuseram o nome “desastre sociotécnico” para distinguir e enfatizar os processos sociológicos e históricos, os quais não se limitam às causas tecnológicas da ruptura da barragem. Em trabalhos subsequentes, os autores criticaram o termo *evento* como se fosse algo “extraordinário” (TEIXEIRA, 2018, p. 82) e “externo” (ZUCARELLI, 2018, p. 25), o que me parece uma aproximação à noção de acidente.

A antropologia se dedicou à definição de desastre especialmente nas décadas de 1990 e 2000. Os pontos de inflexão reconhecidos são as coletâneas “*The Angry Earth*” (1999) e “*Catastrophe & Culture*” (2002), editadas por Anthony Oliver-Smith e Susanna Hoffman, por consolidarem a abordagem do desastre como um fenômeno social, definido por um processo que culmina em um *evento*, envolvendo um agente potencialmente destrutivo (em inglês: *hazard*), seja ele natural ou tecnológico, e uma população em condição de vulnerabilidade. Assim, foi possível relacionar diferentes situações e compreendê-las como

desastres, não apenas aqueles considerados naturais (furacões, terremotos, tsunamis etc.) ou tecnológicos (explosões, vazamentos, contaminações etc.), mas também relacionados aos modos de produção e ao desenvolvimento, como a fome e as mudanças climáticas.

As primeiras pesquisas antropológicas em torno dos desastres se dedicaram, majoritariamente, aos fenômenos naturais tratados como *eventos* que alteravam a ordem social.¹⁷ Antes dos desastres serem escolhidos como objetos de pesquisa, os contextos etnográficos eram acometidos por eles. Foram os casos de David Schneider (1957) e Raymond Firth (1959), interessados nos estudos do parentesco, respectivamente, entre os Yap, na Micronésia, e os Tikopia, na Polinésia, que, em decorrência de suas pesquisas de campo, se depararam com tufões e furacões. A exceção foi Anthony Wallace (1956), que iniciou sua carreira de pesquisa dedicada ao estudo de desastres, investigando um tornado que ocorreu em Worcester, nos Estados Unidos. Ele formulou um modelo de análise de etapas do momento anterior ao desastre até a reconstrução, que, segundo Wallace, poderia ser usado em outros contextos devido aos padrões de comportamento humano.

O volume da literatura antropológica começou a dar contornos ao que se tornaria a antropologia dos desastres na década de 1970. Os desastres explicitavam mais do que os contrastes entre a organização e a mudança social, ou a dualidade entre natureza e cultura. Eles evidenciavam as relações ecológicas, as alterações humanas nos ambientes, as tecnologias elaboradas e, finalmente, os processos de desenvolvimento com foco na adaptação humana. William Torry (1978) e Oliver-Smith (1979) analisaram os desastres como processos relacionados à desigualdade social e à vulnerabilidade. Ambos os autores mostraram que as ameaças entendidas como naturais, respectivamente a seca e a fome entre os Gabra, nos territórios do Quênia e da Etiópia, e o terremoto em Yungay, no Peru, foram acentuadas com a imposição de novos modelos de organização, decorrentes da intervenção dos Estados, da burocracia ou dos impactos de modelos político-econômicos.

Nos anos 1980, Mary Douglas e Aaron Wildavsky (1982) consolidaram a perspectiva de que o risco e o perigo são socialmente construídos. A revisão feita por Virginia García Acosta (2005) mostrou que a percepção social do risco desencadeada dessa análise culturalista se diferencia do conceito de construção social do risco, que marcou a virada dos anos 1990 para a antropologia do desastre, com investigações das condições econômicas e

¹⁷ Ou a justificavam, como sugere a revisão de Torry (1979), em relação à seca e à fome entre os Nuer, descritos por Evans-Pritchard (1999 [1940]) em uma abordagem homeostática do ecossistema.

sociais que produzem vulnerabilidades e desigualdades, conformando os desastres (GARCÍA ACOSTA, 2005, p. 19).

A partir daí, as pesquisas se voltaram à prevenção e à reconstrução (OLIVER-SMITH, 1990; 1996). Os estudos de desastres se aproximaram dos estudos do desenvolvimento, atentos aos efeitos semelhantes desses fenômenos, olhando para os projetos de urbanização, industrialização e construção de grandes obras. Essa tendência pode ser observada na produção de relatórios e diretrizes por organizações internacionais, a exemplo da atuação do antropólogo Michael Cernea no Banco Mundial (CERNEA, 1988; WORLD BANK, 1996). Novos olhares esmiuçaram as desigualdades ampliadas pelos projetos de desenvolvimento não apenas do ponto de vista econômico, mas também de gênero (ENARSON; MORROW, 1998; FORDHAM, 1999) e de raça (BULLARD, 1990; ENARSON; FORDHAM, 2000).

A antropologia dos desastres encontrou solo fértil na América Latina a partir dos esforços coordenados por Virginia García Acosta (1996; 1997) para investigar os desastres como processos de “longa duração”, nos termos do historiador Fernand Braudel, analisando eventos históricos, como terremotos, epidemias, secas e inundações no México; inundações na Argentina; secas no nordeste brasileiro; terremotos no Peru; e inundações, erupções e terremoto nos Andes. As coletâneas demonstraram que os desastres foram manejados pelas populações nativas até a expansão colonial e a imposição de modelos político-econômicos, os quais restringiram as ações dos povos locais, resultando no aumentando de sua vulnerabilidade frente aos desastres.

As pesquisas nas últimas duas décadas aprofundaram as conexões entre os desastres, os modos de extração, produção e consumo, o desenvolvimento e as mudanças climáticas (HASTRUP, 2008; GONZÁLEZ; FAAS, 2016; GARCÍA ACOSTA, 2017). O furacão Katrina, que atingiu fortemente Nova Orleans em 2005, foi um marco para essas análises, uma vez que expôs os riscos, a vulnerabilidade e as desigualdades que não correspondiam ao evento climático, mas às respostas a ele (SCHULLER, 2008; ADAMS, 2013; BARRIOS, 2017). Atualmente, essas ferramentas de análise produzidas pela antropologia dos desastres são utilizadas para compreender a pandemia de COVID-19, considerando que os riscos e os perigos não se reduzem ao vírus (FAAS *et al.*, 2020; MARCURIO, 2020a).

O rompimento da barragem de Fundão chamou a atenção da academia para os desastres no Brasil.¹⁸ De acordo com Renzo Taddei (2020), esse era um tema escasso na produção antropológica brasileira por dois motivos: o primeiro seria a falsa ideia de que não há “desastres naturais” no país; o segundo, a concepção de que apelar para uma antropologia dos desastres despolarizaria as lutas sociais em torno desses fenômenos que atingem sobretudo camponeses, povos indígenas e comunidades tradicionais. Entretanto, ele verificou uma mudança no estado da arte devido à recorrência de desastres no sudeste do país e à alteração do ponto de vista da exceção para a normalização dos desastres na rotina, pensando a partir das teorias do Antropoceno.¹⁹

Apesar disso, a antropologia brasileira lidou recorrentemente com os efeitos de projetos de desenvolvimento e deslocamentos compulsórios. Os principais exemplos são de construções de barragens hidrelétricas que inundaram territórios, expulsaram populações e alteraram vazões dos rios e seus fluxos, analisados, ao menos, desde as etnografias de Sílvia Coelho dos Santos (1984) e de Cecília Helm (1999), a respeito do deslocamento compulsório de populações indígenas no sul do país; das investidas de Lygia Sigaud (1986), comparando os efeitos do barramento de Sobradinho, no rio São Francisco, no estado da Bahia; e de Machadinho, no rio Uruguai, Rio Grande do Sul; e dos trabalhos na área das ciências sociais feitos por Ilse Scherer-Warren (1989) e Maria José Reis (1998) acerca da formação do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), no Vale do Rio Uruguai. Nesse sentido, os desastres sempre foram anunciados, inclusive politicamente, por aqueles que foram deslocados e dizimados e cujos modos de vida foram extintos e alterados.

É importante ressaltar que, diferentemente da antropologia, a sociologia dos desastres teve um desenvolvimento institucionalizado no país no início dos anos 2000, com a criação do grupo que se tornaria o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED), coordenado pela Profa. Norma Valencio, na Universidade Federal de São Carlos (VALENCIO *et al.*, 2009, p. xiii). Foram compilados dois volumes de coletâneas que apresentaram a temática, voltada especialmente à redução de riscos de desastres, delineando

¹⁸ Laschefski (2020, p. 115) destacou que financiamentos de pesquisa foram liberados por agências públicas em parceria com as próprias mineradoras responsáveis pelo desastre. Ao passo que Costa, Knop e Felipe (2021) fizeram uma revisão bibliográfica sistemática em bases de dados entre 2020 e 2021, obtendo 326 resultados de produções científicas em torno do rompimento da barragem de Fundão.

¹⁹ Crutzen e Stoermer (2000), pesquisadores das ciências biológicas, indicaram que o planeta está em uma época geológica, o Antropoceno, instituída pelas alterações que os seres humanos causaram na Terra desde os processos da Revolução Industrial, no século XVIII. A antropologia adotou essa terminologia, considerando a ressonância dessa perspectiva nas cosmologias de diferentes povos nativos. Desdobramentos aparecem, por exemplo, nas obras de Haraway (2016) e Tsing (2015).

os processos sociais e econômicos que intensificam a vulnerabilidade (VALENCIO 2009; 2010). Um desdobramento interessante das pesquisas foi a tese de Victor Marchezini (2014), que descreveu o período de ajuda emergencial e a reconstrução após a inundação de 2010 que acometeu o município de São Luiz do Paraitinga/SP sob uma perspectiva foucaultiana da biopolítica na gestão da vida e da morte em um desastre. Devido às limitações de uma dissertação de mestrado, distancio-me dessa bibliografia, sabendo que essa investida demandaria um esforço analítico diferente daquele que me propus a fazer.

Retornando à antropologia, de acordo com minha revisão bibliográfica, uma das primeiras investigações sistemáticas de um desastre apareceu na etnografia de Telma Camargo da Silva (1998) a respeito da contaminação de Césio-137 em Goiânia, no estado de Goiás, em 1987. A catástrofe radiológica foi analisada por dois eixos, o corpo e o tempo, ambos determinantes para a percepção e a manifestação da contaminação. Ao longo das últimas décadas, Camargo da Silva (2010, 2016) investiu na descrição do discurso científico e da produção da história sob a perspectiva do Estado e das narrativas acionadas pelas memórias das vítimas. Em torno desse desastre outras etnografias sugeriram, a exemplo da dissertação de Suzane Vieira (2010), que examinou a contaminação de Césio-137 a partir do conceito de “drama social” de Victor Turner, argumentando que o drama se realiza no cotidiano pela narrativa das vítimas, seguindo uma temporalidade outra, que não se encerra na contaminação ou no fim do perigo (VIEIRA, 2010, p. 47).

Neste ponto, gostaria de me deter para compor meu argumento. É pelo interesse compartilhado na memória e no tempo do desastre, segundo os relatos das(os) *atingidas(os)* de Paracatu de Baixo, que me aproximo dessa literatura. Noto que as pesquisadoras que optaram por análises do trauma, da memória e da narrativa das vítimas de desastres tiveram maior atenção ao *evento*, devido à forma como ele foi relatado e à maneira como foi inserido no cotidiano de seus interlocutores. Essa tendência é verificada nas obras de Frida Hastrup (2008; 2011), pesquisando o processo de recuperação de vilas atingidas por um tsunami no sul da Índia, em 2004, tema descrito também por Annemarie Samuels (2016) a partir das narrativas das pessoas atingidas na Indonésia. Tento me aproximar especialmente da etnografia de Susann Ullberg (2013), na qual são descritas as inundações que acometeram o município de Santa Fé, na Argentina, e analisado como a memória do desastre, em específico o que ocorreu em 2003, conformou a percepção da vida e a constituição da luta de pessoas atingidas, segundo o conceito de “*memoryscape*”, uma memória arraigada à paisagem.

Perspectiva essa semelhante à de Sunday Moulton (2015), ao analisar a memória traumática de uma comunidade atingida por um tornado em Missouri, Estados Unidos.

Entendo que essas análises se aproximam do que García Acosta (2002, p. 23) descreveu como a corrente da percepção do risco, embora elas não rejeitem as noções de construção social do risco e das condições de vulnerabilidade. Essas etnografias lançam mão do conceito de “eventos críticos” elaborado por Veena Das (1995). Os “eventos críticos” são acontecimentos que introduzem uma nova ação histórica e marcam uma transformação (DAS, 1995, p. 5), como a que ela descreveu a partir de casos de violência na Índia, a exemplo do vazamento de pesticida em Bhopal, em 1984. Posteriormente, em “*Life and words*”, Das (2007) deu espessura à definição de *evento*, indicando uma ruptura na temporalidade e no sentido, percebida a partir da linguagem e da sua manifestação nos aspectos mais ordinários, que se estendem na interpretação da vida ulteriormente. Nesse sentido, alinhar-se à descrição de um *evento* não implica restringir seus efeitos a uma data específica, nem dizer que os desastres se reduzem a um perigo (“*hazard*”) que são exceções ou que estão fora da normalidade, mas em identificar as alterações nos modos de vida.

A dualidade entre *evento* e processo é fomentada por agentes governamentais e empresariais envolvidos no desastre, como foi enfatizado pela literatura mais volumosa em torno do rompimento da barragem de Fundão em Mariana (ZHOURI *et al.*, 2017; LIMA, 2018; TEIXEIRA, 2018; ZUCARELLI, 2018). No entanto, as etnografias que investem no conceito de *evento* como categoria analítica e teórica o identificam em sua duração prolongada, conectado a fenômenos políticos, sociais, culturais e econômicos. Entendo que a recusa do conceito de *evento*, relegando a definição às mineradoras criminosas como um termo do vocabulário técnico e jurídico, empobrece a análise que seria potencializada com os relatos das(os) *atingidas(os)* que descrevem o desastre como o fim de um mundo. Estamos no tempo das catástrofes, nas palavras de Stengers (2015), e por isso mesmo os problemas não serão resolvidos com o abandono dos termos que foram capturados pelo Estado, pelas empresas ou pelas mineradoras. Apoio-me nos relatos dos moradores de Paracatu de Baixo que enxergam nitidamente o rompimento da barragem como um marcador de antes e depois, uma ruptura do cotidiano.

Esforços foram despendidos para analisar o rompimento da barragem de Fundão como um “evento crítico”. Eliana Creado *et al.* (2016) sugeriram essa agenda de pesquisa a partir da experiência das pessoas atingidas no encontro do rio Doce com o Oceano Atlântico, Espírito

Santo. Especificamente acerca da situação em Mariana, até onde foram os alcances de minha revisão bibliográfica, identifiquei quatro etnografias que se engajaram com a noção de *evento*. A primeira é a dissertação de Ana Beatriz Nogueira Pereira (2019), uma etnografia dedicada à memória e à identidade da *comunidade* de Paracatu de Baixo, que aproxima o *evento* a uma ideia de processo ao argumentar que o desastre se insere em um contexto de crise. A contemporaneidade e a correspondência que aproximam minha empreitada de pesquisa com a realizada por ela são salientadas e diferenciadas no capítulo 3, de modo que a complementaridade de nossos argumentos permite compreender a ação da memória para uma *comunidade* devastada. A dissertação de Luisa Siqueira (2019) é a segunda, a qual analisa a ideia de “evento súbito” a partir de uma sociologia do desastre. A terceira, a tese de Marcela Vasco (2020), uma antropologia da imagem no subdistrito destruído de Bento Rodrigues, que aciona com ressalvas o conceito de *evento* para refletir acerca do tempo, conforme me deterei adiante. E a quarta, a dissertação de Vinícius Reis (2020) a respeito do processo de reparação sob a perspectiva dos atores – termo pelo qual ele chamou os agentes municipais, judiciais, as mineradoras e a Fundação Renova –, aliando-se explicitamente à noção de *evento* para examinar o pós-desastre.

Ainda assim, parece persistir uma tensão entre *evento* e processo. Argumento que ela pode ser atenuada ao prestarmos a devida atenção a um ponto fundamental de “*Life and words*” (DAS, 2007, p. 91-92; 135-136) e que poderia reposicionar os termos das discussões nos estudos de desastres. Das utilizou as formulações do filósofo Gilles Deleuze para definir um *evento* como um acontecimento. A dissonância no entendimento talvez seja devida à tradução do conceito de Deleuze de “*événement*”, em francês, para “acontecimento”, em português, e para “*event*”, em inglês. Ao passo que na obra de Das (2020), o termo foi traduzido todas as vezes como “evento”, embora sua filiação ao filósofo já apareça na primeira nota de rodapé da primeira página.

Para Gilles Deleuze (1974 [1969]), um acontecimento é simultaneamente: 1. evento que se realiza, colocando o passado e o futuro em sua função; 2. evento que não se realiza totalmente, que está por vir, momento em que só há passado e futuro, porque o presente é o instante que quando se realiza já não é mais. Um acontecimento é singular, simultaneamente coletivo e privado.²⁰ O acontecimento está submetido e é definido pelo tempo, de modo que paradoxos e contradições são inescapáveis.

²⁰ Definição que aparece na “Vigésima Primeira Série: Do Acontecimento”, de “Lógica do Sentido” (1974).

A filosofia deleuziana acompanha a definição de tempo de Henri Bergson. Os estudos de Bergson se dedicaram a desvelar o tempo, afirmando que tendemos a espacializá-lo, contá-lo e medi-lo, um problema da racionalização e da linguagem que tenta verbalizar algo que simplesmente é e que dura (BERGSON, 2006 [1911]). A duração não é uma sucessão de estados, é uma criação contínua que não é transcrita em uma linearidade entre passado, presente e futuro, mas em um prolongamento no qual eles coexistam (BERGSON, 1999 [1896]). O entendimento de Bergson (1999) sobre o tempo se estende à memória, uma sobrevivência de imagens do passado que são atualizadas segundo a experiência presente, capazes de conceder a percepção do momento.

Esta etnografia se dedica a um acontecimento. O que Luzia chamou de “processo para a retomada da forma da vida” está inscrito nele. Estou engajada com essa filosofia,²¹ porque ela permite que eu desdobre os relatos dos moradores de Paracatu de Baixo. As(os) *atingidas(os)* identificam o desastre no dia 5 de novembro de 2015 e, ao mesmo tempo, relatam a persistência do desastre no momento atual. Ele não tem fim, está sempre por se realizar de uma maneira nova, incerta e imprevisível.

Os ruídos que esse vocabulário emite podem ser diminuídos na etnografia, conforme propôs Matthew Hodges. Seguindo o argumento de Hannah Arendt, Hodges (2014, p. 34-35) mostrou que a noção de processo é um conceito sócio-histórico Ocidental exacerbado nas sociedades industriais, em referência aos processos de produção. Ele implica um ordenamento do tempo, entendido como um fluxo contínuo em determinada direção. Hodges (2014, p. 36) evidenciou como o processo conduz a uma transcendência que omite o conflito, a criação e a mudança. Para se desvencilhar dessa armadilha para uma antropologia do tempo, Hodges sugeriu, inclusive de maneira mais detalhada em trabalho anterior (HODGES, 2008, p. 412), pensar o tempo como duração desde Bergson e Deleuze, explicando que a duração se distingue de uma ideia de fluxo, porque não espacializa o tempo em um processo linear e, sobretudo, porque ela concebe a diferença e a mudança. Finalmente, essa proposta reverbera em minha intenção para esta etnografia, explícita na seguinte formulação: “Qualquer evento pertencente a um processo, concebido imanentemente, é uma forma de nascimento, sem transcendência ou quadro processual” (HODGES, 2014, p. 44).

²¹ Meu engajamento filosófico deriva de minha participação no Núcleo de Estudos Deleuzianos (NED), coordenado por José Macedo e pelo Prof. Luiz Takayama (UFLA), possibilitada pelo meu orientador Prof. Jorge Villela e pela Profa. Ana Claudia Marques. As leituras feitas em grupo garantiram o desdobramento de diversas das análises que apresentarei nesta dissertação, sendo o primeiro resultado acadêmico do grupo. Agradeço, novamente, a eles.

Delinear o processo assim como é delineado o *evento* pode reposicionar os estudos de desastres. Essa não é uma novidade para a literatura, embora eu acredite que esses aspectos possam ficar mais evidentes no caso do rompimento da barragem de Fundão. Alban Bensa e Eric Fassin (2002) sugeriram posicionar o acontecimento no centro das ciências sociais. Eles mostraram o esforço das ciências humanas no último século para se afastar da ideia de acontecimento ou de *evento*, na medida em que eles eram relegados ao discurso midiático, compreendidos como desvinculados dos processos sociais e do passado. Bensa e Fassin (2002, p. 12) argumentaram, por sua vez, que retomar o acontecimento, na definição de Deleuze, é identificar uma ruptura de inteligibilidade, cuja série não coincide com o acontecimento, mas é ele que a torna visível e legível. Etnografias francófonas dedicadas às catástrofes também lidaram dessa maneira com o acontecimento, a exemplo de Sandrine Revet e Julien Langumier (2015), que descreveram as recuperações e reconstruções após desastres com foco nos dispositivos de governo pela e das catástrofes, e especialmente de Barbara Glowczewski (2020), que refletiu o pensamento de Deleuze e Guattari na mesma medida em que contribuiu com essa filosofia, analisando a criatividade da memória entre os Warlpiri, que perderam seus territórios e foram sedentarizados compulsoriamente nos desertos da Austrália.

Dessa maneira, pretendo mostrar que o desastre se realiza e está por vir. Ele pode ser lido como um processo, mas não deixa de ser localizado a partir de um *evento* em um tempo que dura. O paradoxo é próprio do acontecimento e muitos deles eu irei descrever ao longo desta etnografia.

Caminho de pesquisa

Em outubro de 2017, fui a Mariana com o interesse de conhecer os moradores deslocados compulsoriamente pelo rompimento da barragem de Fundão. Havia estabelecido contato com a Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão e com o Jornal A Sirene (editado por *atingidas(os)* com apoio técnico de jornalistas), e agendado uma visita. A estadia de uma semana permitiu que eu participasse de uma reunião da CABF com o promotor de justiça do MPMG, Guilherme de Sá Meneghin, e os *técnicos* da Cáritas; e que acompanhasse uma audiência pública em frente ao Fórum Municipal, onde as(os) *atingidas(os)* protestavam e aguardavam as decisões judiciais acerca do reconhecimento de pessoas atingidas e da não permuta de terra contaminada pela lama por terra do reassentamento.

A partir disso, formulei meu projeto de pesquisa de Iniciação Científica, sob orientação do Prof. Jorge Villela, no curso de bacharelado em Ciências Sociais na UFSCar.²² Delimitei minha investigação à *comunidade* de Paracatu de Baixo devido ao encontro, às conversas e às matérias que li do Jornal A Sirene, as quais mostravam os rituais católicos dos moradores no território tomado pela lama tóxica. Meu intuito era refletir em torno dos funerais, expondo as relações dos vivos com os mortos na terra em que nasceram e foram criados. No entanto, como ficou claro durante a pesquisa de campo entre 2018 e 2019, esse não era mais um assunto entre os moradores, já que a reivindicação dos funerais e enterros na terra natal fora conquistada. Novas reivindicações surgiam e desvaneciam em um ritmo veloz.

Retornei a Mariana por mais três vezes, totalizando 50 dias de pesquisa de campo, de modo que pude presenciar a Festa de Nossa Senhora Aparecida em Paracatu de Baixo e as atividades realizadas na data dos três anos do rompimento da barragem. Todavia, a maioria de minha pesquisa foi no escritório da CABF, acompanhando as reuniões das(os) *atingidas(os)* com *técnicos* da Fundação Renova e da Cáritas para discutir o reassentamento. Foram as mulheres atingidas que me atenderam, que me explicaram as *palavras técnicas* e o funcionamento das reuniões e conversaram a respeito da rotina na cidade, sempre em contraste com a vida em Paracatu, descrevendo as relações de vizinhança, as festas católicas, o trabalho na roça e assim por diante. Apesar de encontrá-las principalmente nas reuniões, pude visitá-las nas residências alugadas pela Renova em poucas ocasiões.

Minha maior estadia foi de 37 dias, entre janeiro e fevereiro de 2019, justamente no período em que mais uma barragem se rompeu na região. A pesquisa foi marcada pelas dificuldades em conversar com os moradores. As constantes reuniões podiam ser agendadas e canceladas sem aviso prévio, a Renova e a Cáritas divulgavam agendas semanais que determinavam os horários dos moradores. Pesquisadores, jornalistas, *técnicos* e advogados apareciam de repente em suas casas, assédio que aumentou com o desastre em Brumadinho.²³ O cansaço desses encontros, dos atrasos na *reparação* sobretudo na construção das casas do reassentamento, a incerteza, as dificuldades e a tristeza cercearam minhas relações de pesquisa, como sugeri em minha monografia de conclusão de curso (MARCURIO, 2019).

Tento deixar visível essa condição da *comunidade* de Paracatu de Baixo a partir de duas figuras de linguagem (MARCURIO, 2020b): o oximoro “rotina extraordinária” – que

²² Pesquisa financiada pela FAPESP, processo nº 2018/07693-5.

²³ Analisei os efeitos do rompimento da barragem em Brumadinho para a comunidade de Paracatu de Baixo, mesmo ela não sendo atingida diretamente pelos rejeitos de minério, em um artigo (MARCURIO, 2021a).

indica como se constitui a vida depois do desastre, deslocados na sede municipal, cujo espaço e o tempo são organizados pela Fundação Renova, os processos judiciais, as negociações extrajudiciais e as ações das mineradoras – em contraste com o pleonasma “cotidiano ordinário”, que diz respeito ao modo de vida na *comunidade*, conforme relatado pelos moradores. Para deslindar as descrições das(os) *atingidas(os)*, abri duas trilhas metodológicas inspiradas em suas formulações. Uma delas seria “ir aos poucos”, uma sugestão de Luzia para que eu não fizesse entrevistas nem usasse gravador, atenta para não estabelecer mais uma relação que contribuísse às imposições que se seguiram ao desastre. A segunda trilha foi seguir o método comparativo elaborado pelos moradores para colocar em contraste a vida antes e depois do desastre. A comparação aparecia em todas as falas, tanto nas conversas mais triviais (por exemplo a respeito dos alimentos em Mariana contrastados com os de Paracatu) quanto nas deliberações que definiam os rumos do reassentamento em reuniões.

Esse curto caminho de pesquisa me levou ao mestrado em Antropologia Social pelo PPGAS da UFSCar. O projeto de pesquisa tinha o objetivo de etnografar o reassentamento de Paracatu de Baixo. Minha hipótese sugeria que a noção de *comunidade* acionada pelos moradores era coextensiva ao que eu chamei de movimento, considerando as descrições acerca do cotidiano ordinário; das circulações de animais, plantas e gentes; das trocas de alimentos; dos trajetos pela roça e pela cidade que garantiam a vida *solta e livre* em contraste com a vida *presa* nas “casas da Renova”. Essa formulação seria verificada no processo de reassentamento, pensando em como a *comunidade* se assentaria e os movimentos se desencadeariam.²⁴

No projeto, eu já calculava o extraordinário que se tornou rotina para as(os) *atingidas(os)*. Pensava, junto com minhas interlocutoras, nas possibilidades de atrasos para a entrega das casas, mas não calculei uma imposição planetária. A imprevisibilidade e a incerteza atacaram por uma nova frente: a pandemia de COVID-19. Na primeira semana de março de 2020, participei de duas reuniões no escritório da CABF, em Mariana. De volta a São Carlos, efetuei minha matrícula no mestrado. Em seguida, foi decretada a pandemia. As disciplinas do PPGAS que iriam se iniciar em março de 2020, começaram remotamente em agosto. A conclusão de créditos dessa atividade prevista para dezembro daquele ano foi cumprida apenas em julho de 2021. A pesquisa de campo planejada para os três primeiros meses de 2021 foi impossibilitada. As alterações de minha pesquisa anterior e a reflexão a

²⁴ Essa hipótese rendeu um capítulo publicado na coletânea “Antropologia das mobilidades”, organizada por Candice Vidal e Souza e André Dumans Guedes (MARCURIO, 2021b, p. 401-430).

respeito da rotina da *comunidade* de Paracatu de Baixo me levaram à seguinte questão: como fazer pesquisa no extraordinário?

Assim, passei a lidar, ao menos, com duas catástrofes concomitantemente. Devido à pandemia, muito se questionou a respeito dos métodos de pesquisa, especialmente da pesquisa de campo e sua inviabilidade no período de distanciamento social obrigatório (COLLINS, DURINGTON, GILL, 2021; LINS, PARREIRAS, FREITAS, 2020; OLSON, 2020).²⁵ No entanto, poucos trabalhos se dedicaram a uma análise de larga escala da metodologia em antropologia social. Nesse sentido, parece-me prudente retomar a constatação de que a imprevisibilidade e a incerteza são problemas anteriores, fundantes às ciências humanas. Se para Lévi-Strauss (1993 [1964], p. 300), o caráter científico dessas ciências é questionado por estarem “entre a previsão e a explicação”, para Foucault (1999 [1966], p. 491), a “inexatidão” e a “imprecisão” são justamente o que compõem a positividade das ciências humanas.

No caso específico da antropologia, vejo que uma resposta aparece em uma aparente contradição, pois, se Malinowski consolidou o método de pesquisa de campo, foi ele quem forneceu algumas pistas para questioná-lo: “essa rígida precisão é estranha à vida real, que nunca adere rigorosamente a nenhuma regra”, a “*imponderabilia* da vida real” (MALINOWSKI, 1986, p. 41-42). Os “imponderáveis” são os elementos triviais que escapam às entrevistas ou aos registros estatísticos, o que instituiu a necessidade de pesquisa de campo de longa duração. Essa noção pode ser levada adiante para o que escapa ao projeto de pesquisa e à própria etnografia, os “imponderáveis” que não são contados ou que são imprevisíveis no que concerne à antropóloga ou ao antropólogo.

O que eu chamei de extraordinário apareceu como um imponderável. A impossibilidade de seguir um projeto deslocou minha atenção para uma vida regida pela temporariedade e pela incerteza das(os) *atingidas(os)*. No mesmo sentido, Jeanne Favret-Saada (2005) analisou os efeitos da pesquisa de campo sobre um projeto e uma etnografia a partir da noção de “ser afetado”, o que implica, muitas vezes, em alterações nos caminhos previstos e nas possibilidades de pesquisa a partir da relação que se estabelece em campo: “Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento

²⁵ É verdade que esse questionamento não é recente, salvo pelo contexto pandêmico. A antropologia chamada de “pós-moderna” teve críticas à pesquisa de campo, à relação entre antropólogo e “nativo” e ao próprio texto etnográfico, a exemplo de Clifford e Marcus (1986). Além disso, cabe ressaltar que a adesão a diferentes tecnologias na pesquisa - antes mesmo da Internet, o telefone (SUNDERLAND, 1999) -, também foi discutida ao longo das duas últimas décadas.

se desfazer. Pois, se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada.” (FAVRET-SAADA, 2005, p. 160).

Fazer pesquisa no extraordinário depende da compreensão de que o imprevisível constitui a pesquisa. As etnografias são compostas pelos obstáculos e pelas formas de se desviar deles, o que coloca a metodologia em uma posição privilegiada que abre caminhos até então imprevisíveis. Uma pandemia não é um obstáculo a ser enfrentando, não se luta “contra” as forças planetárias, como disse Stengers (2015, p. 39-40). A posição de responsabilidade e de cuidado de si e dos outros impediu a pesquisa de campo. Dessa forma, “os imponderáveis da vida real” invadiram o projeto, assolaram os planos, inviabilizam o método que melhor os capturava, segundo a tradição antropológica de um século. Mais do que isso, eles invadiram as vidas.

As alternativas digitais ganharam novas formulações e mais adeptos, aparecendo, em alguns casos, como a única saída para as etnografias (MILLER, 2020; SEGATA, 2020). Essa foi uma das saídas que escolhi, mas não foi a única. Por um lado, as relações virtuais foram mais uma das imposições das mineradoras às comunidades. As reuniões e audiências se tornaram remotas, mesmo com muitos dos moradores não tendo fácil acesso à Internet nem familiaridade com as conversas virtuais. Por outro lado, as(os) *atingidas(os)* foram convidados para diversos eventos que garantiam a fala livre e visibilidade à luta, transmitidos ao vivo em plataformas digitais. Minha participação foi restrita aos convites de Luzia Queiroz para reuniões e aos eventos públicos em forma de *live*, totalizando 22 atividades.

A segunda saída foi a antropologia dos documentos e dos arquivos. Kyle Olson (2020) alertou que o redirecionamento do método para uma análise documental não é suficiente para reconfigurar as pesquisas durante a pandemia. Nesse sentido, combino minhas reflexões metodológicas, a partir dos métodos elaborados pelas(os) *atingidas(os)* para lidar com o extraordinário, com a comparação de meu material de pesquisa de campo anterior e as novas conversas a distância, considerando o que elas e eles falam em relação ao que se diz nos documentos.

Assim, selecionei documentos disponíveis virtual e publicamente, organizando-os de três maneiras: 1. Documentos produzidos pela CABF e pela Cáritas, consistem em meu material principal; 2. Documentos produzidos pela Fundação Renova disponíveis em seu *site* (a despeito da grande quantidade de material publicizado, analiso o que tem relação direta com meu material principal e com a avaliação das(os) *atingidas(os)*); 3. Documentos

produzidos pelo MPF e suas assessorias e, em especial, pelo MPMG, restritos aos concernentes a Paracatu de Baixo.

Reforço, novamente, que os documentos entram nesta dissertação submetidos aos relatos das(os) *atingidas(os)* que reuni durante a pesquisa de campo em Mariana e em reuniões virtuais, as *lives*. Para facilitar a leitura, a primeira vez que um documento ou um trecho de um encontro virtual aparece no texto, procuro citá-lo detalhadamente, nas recorrências referencio com nome e data, sendo possível recapitular os títulos e *links* na seção de Referências Bibliográficas.

Por fim, uma última nota metodológica. Aqui, o problema dos termos e nomes reaparece de outra forma. O debate em torno do anonimato dos interlocutores de pesquisa é recorrente nas etnografias e se torna ainda mais complicado quando se trata de situações de violência. Opto por seguir uma tendência das pesquisas engajadas com movimentos sociais, a exemplo da pesquisa de Matheus Almeida (2021) com as Mães de Maio da Baixada Santista de São Paulo. Sua escolha de redigir os nomes reais de seus interlocutores não se resume ao fato de eles serem publicados em documentos, reportagens e meios de comunicação e reproduzidos com autorização dessas pessoas, mas também pela reivindicação que elas fazem para que seus casos sejam visíveis. Em algumas passagens, entretanto, Almeida (2021, p. 44) argumentou que é prudente omiti-los não porque são desconhecidos ou não foram autorizados, mas pela “mutabilidade das classificações” de pessoas e instituições em luta, que podem ocupar diferentes posições nos regimes de aliança que são estabelecidos ao longo dos anos. Assim, a etnografia tem um compromisso com a luta.

Os desdobramentos desse problema entre as(os) *atingidas(os)* dizem respeito a quem transcreve (a grande mídia, as mineradoras, a Cáritas, os pesquisadores) o que é dito. Por um lado, elas e eles enfatizam a necessidade de referenciar corretamente suas falas, por outro, temem o assédio excessivo da exposição. Optei por revelar os nomes nas situações em que descreverei que eles foram autorizados, mas omiti-los em algumas situações em que envolviam diversas pessoas, como reuniões, pois, apesar de minha presença como antropóloga ser permitida, não tive consentimento para identificar cada *atingida(o)* ou *técnico*.

Convenções de escrita

A convenção da grafia em itálico para as palavras estrangeiras se estendeu nas monografias de antropologia social para o destaque dos termos centrais da análise. É prudente diferenciar os usos que fiz neste texto dos termos mais recorrentes. A palavra *comunidade* diz respeito a como os moradores de Paracatu de Baixo descrevem a si mesmos, de modo que os sentidos gerais, em referência a outras comunidades aparecem sem itálico.

Atingida(o) e *técnicos* estão destacados quando se referem às pessoas no contexto descrito, da forma que os moradores as classificavam. Eles aparecem sem itálico quando se complementam a outro termo (e.g. comunidades atingidas; ferramentas técnicas). A opção por grafar primeiramente *atingidas* no feminino se deve às relações que estabeleci em pesquisa de campo, mas também à posição que as mulheres da *comunidade* ocupam na luta por *reparação*.

Em citações diretas, optei por manter fiel as transcrições de textos e de falas exatamente como as ouvi, sem a pretensão de normatizá-las em regras gramaticais e vocabulares. Reconheço que o debate linguístico poderia, inclusive, render análises a respeito das *palavras técnicas*, como discorreu Catarina Morawska Vianna (2010), retomando uma teoria linguística de William Labov a respeito da variação, em contraste com os esforços de padronização. Concentro-me na inscrição das palavras ditas, sem perder de vista a transformação que elas sofrem ao serem escritas, registradas e publicizadas (MARQUES; VILLELA, 2005).

Organização do texto

A dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo é dedicado à descrição analítica da rotina extraordinária das *atingidas* e dos *atingidos* de Paracatu de Baixo, desde o rompimento da barragem de Fundão. Selecionei quatro dispositivos que caracterizam o período específico que chamei de tempo da *reparação*, distribuídos respectivamente em subcapítulos. Primeiro, a assinatura, um dispositivo que se tornou corriqueiro e passa despercebido durante as reuniões. Luzia Queiroz, moradora de Paracatu de Baixo, chamou a atenção para essa que foi uma das primeiras formas de captura adotada pelas mineradoras. Ela insere os moradores na burocracia da *reparação*. O segundo dispositivo são as reuniões, recorrentes na maioria de minhas descrições como um ambiente de debate em que surgem as ideias e os problemas, o ambiente por excelência do encontro

entre as(os) *atingidas(os)* e os *técnicos*, mas que é analisado propriamente em sua forma nessa seção. O reassentamento é o terceiro dispositivo, descrito muito brevemente no subcapítulo a partir das discussões que acompanhei presencialmente ainda em 2019. Não me demoro nas férteis avaliações feitas pelos moradores sobre a terra, os projetos arquitetônicos e os processos de construção, por me deter em seu aspecto técnico acionado pela Fundação Renova. Apesar disso, o reassentamento é um tema que atravessa todo o texto, conforme descrevo a crítica dos moradores baseada na *comunidade*, anterior ao rompimento da barragem. O quarto e último dispositivo que selecionei é o prazo, uma maneira eficaz de as mineradoras e seus representantes administrarem o tempo e a vida das(os) *atingidas(os)*, deslocados compulsoriamente para a sede municipal à espera (em luta, não inerte) da *reparação*. Esses quatro dispositivos retratam segmentos da *máquina do terror* que governa a *reparação*.

O segundo capítulo detalha os procedimentos técnicos e jurídicos da *reparação*, delineando a luta das(os) *atingidas(os)* em contraste com o funcionamento da Fundação Renova. Mostro como os moradores se apropriaram do conhecimento técnico e criaram ferramentas para reivindicar os direitos de uma *reparação justa e integral*. Há três subcapítulos. Adianto que os dois primeiros são longos e argumento que as descrições continuadas dos materiais documentais referentes, respectivamente, ao cadastramento de pessoas e ao inventário e à valoração monetária de *danos* e *perdas* ficam visíveis no contraste entre os documentos produzidos pela Fundação Renova e pela Cáritas junto às comunidades atingidas, razão pela qual separo as seções por tema e não pela autoria de arquivo. É da etnografia dos documentos que se revela a importância dos relatos das(os) *atingidas(os)*. No registro, na qualificação e na quantificação de informações que alimentam a *reparação* que ficam evidentes as lacunas das medidas adotadas pelas mineradoras. As(os) *atingidas(os)*, por sua vez, criaram ferramentas técnicas que configuram uma *reparação justa*. Para isso, elas e eles definiram a memória como ponto de partida. Apesar de nenhum valor monetário de indenização equivaler à destruição da forma da vida, os moradores de Paracatu de Baixo se esforçaram para reconstituir com a maior riqueza de detalhes o que era e o que tinha na *comunidade* e o que ocorreu desde o desastre. Dessa maneira, elas e eles atualizam a memória que é codificada em linguagem técnica, quantificada e transliterada em valores monetários para a indenização. Aquilo que não pode ser reparado em indenização ou em restituição, como é o caso do reassentamento, deve ser compensado, tema do terceiro subcapítulo. A

compensação diz respeito sobretudo ao futuro, às falhas e às insuficiências da *reparação*, uma forma ainda obscura às(aos) *atingidas(os)*.

Detenho-me no terceiro capítulo na *comunidade*, em conformidade com os relatos dos moradores de Paracatu de Baixo que a descreveram, sempre em contraste entre antes e depois do rompimento da barragem. No primeiro subcapítulo, apresento esse método comparativo, que define a *comunidade* como uma forma de verificação, caracterizando as relações familiares, de vizinhança e de trabalho que formam uma *comunidade* pela memória, no presente, com os moradores dispersos na sede municipal, vivendo distantes uns dos outros, sem as relações de vizinhança e de trabalho, sem a casa – que implica na horta, na roça e no quintal. Se na primeira seção as falas das(os) *atingidas(os)* parecem reconstituir uma *comunidade* idealizada em harmonia, na seção seguinte esmiuço outras maneiras pelas quais ela é enunciada que evidenciam as contradições, as ambiguidades e os paradoxos que não a deslegitimam, mas, pelo contrário, mostram a sua afirmação em ato, inscrita na duração de um acontecimento. É pelo desastre que a *comunidade* precisa ser formulada, definida e enunciada para não ser esquecida, como discorro no último subcapítulo. As(os) *atingidas(os)* se preocupam com o passado da *comunidade* porque seu futuro foi impedido, de modo que lutam para tornar possível uma *comunidade* depois do desastre, reatando e reinventando os laços com a terra tomada pela lama tóxica, enquanto reivindicam o reassentamento. Assim, a memória do que era impulsiona o que pode ser.

Dessa forma, empenho-me em mostrar a *reparação* conforme ela me foi descrita pela *comunidade* de Paracatu de Baixo. Não me detenho exclusivamente em um único aspecto, o do reassentamento, o da indenização, o dos aparatos técnicos, jurídicos e burocráticos ou o da resistência das(os) *atingidas(os)*. Meu intuito é esboçar o emaranhado que compõe a rotina extraordinária da *comunidade* e que não cessa de se acumular, mudando constantemente.

CAPÍTULO 1

MÁQUINA DO TERROR

A máquina do terror, ela só sabe podar. [...] Um outro agravante pior é que essa máquina do terror da Renova tá fazendo as famílias brigarem: irmão com irmão, pai com filho, primo com primo, parente com parente. Quanto mais sangue voar melhor! Então, eles são a máquina de terror! E esse terror tá afetando a gente (Luzia Queiroz, 18/10/20).²⁶

Em um encontro remoto e virtual, realizado durante a pandemia de COVID-19, Luzia Queiroz, moradora de Paracatu de Baixo e membro da Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF), expressou precisamente as condições sob as quais sua *comunidade* se encontra. Sua formulação, que intitula este capítulo, consegue capturar, ao mesmo tempo, o que a Fundação Renova é e faz. Meu objetivo é analisar como a *máquina do terror* opera, descrevendo seu funcionamento na rotina das *atingidas* e dos *atingidos*.

A máquina foi acionada anteriormente em referência à operação das mineradoras em Minas Gerais. José Miguel Wisnik (2018) se dedicou ao sentido de “máquina do mundo” na poesia de Carlos Drummond de Andrade, poeta mineiro natural de Itabira, onde a Companhia Vale do Rio Doce foi fundada em 1942 para a extração de ferro. Especificamente a partir do poema “Maquinação do mundo”, datado de 1951, Wisnik (2018, p. 190) argumentou que, em Drummond, há uma tendência de “mundialização dos dispositivos de dominação” desde as escavações dos morros de Itabira até o capital global gerado pela exportação de ferro. Em poesia, foi entoada a velocidade feroz da devastação que consumiu o pico do Cauê até sua supressão.

Não pretendo reconstituir essa tendência da máquina, nem simplesmente expor o terror, o que por si só seria mais uma forma de espalhá-lo. Michael Taussig (1993, p. 27) sugeriu “pensar-através-do-terror” para compreender o que, para ele, é um estado fisiológico e social difundido pela violência, pelo colonialismo e pelo capitalismo na relação dos colonizadores, dos fazendeiros e dos Estados-nação com os povos indígenas que trabalhavam nos seringais, na região do Putumayo, na Colômbia. Dessa maneira, Taussig (1993) analisou o espaço da morte na economia-política que produz e é produzida pelo terror, combatida pelas criação e cura indígenas.

²⁶ Lançamento do curta-documentário “A padroeira”, de Clementino Junior, em 18 de outubro de 2020, transmitido ao vivo em: <https://www.youtube.com/watch?v=aWE11iIVjKY&t=1s>.

Foi Ana De Francesco (2021) quem retomou essa proposta de Taussig (1993) para analisar, desde o título de sua obra, “terror e resistência” entre os ribeirinhos do Xingu, atingidos pela usina hidrelétrica de Belo Monte. Ela mostrou que o terror não consiste somente na exploração dos corpos. Ele se dissemina em aparatos técnicos, jurídicos e burocráticos que garantiram a expulsão dos ribeirinhos de suas terras, a perda de suas casas e a desqualificação de suas reivindicações. É nesse sentido que pretendo analisar a *máquina do terror* que assola os moradores de Paracatu de Baixo.

Outra definição de terror remete às pesquisas de Paul Virilio (2012, p. 21-28) a respeito do poder nas sociedades ocidentais a partir do conceito de dromologia, verificando como a velocidade impulsiona a modernidade, acelerando a realidade rumo à instantaneidade. Inspirado na análise de Hannah Arendt acerca do terror em governos totalitários, Virilio (2012) argumentou que o terror é um fenômeno físico que se reproduz em um estado de terrorismo pela combinação da administração do medo e da administração do tempo, que suprime progressivamente os ritmos que marcavam a vida. Apesar da distância do meu objeto de pesquisa, entendo que a teoria formulada por Virilio pode dar pistas para que o “terrorismo de barragem” que se instalou em Minas Gerais, conforme mencionei na Introdução, seja deslindado.

Este capítulo fornece elementos para o argumento central da dissertação, de que o desastre marca uma ruptura no tempo, como um acontecimento que destituiu a *comunidade*, mostrando como a operação das mineradoras dificulta a retomada da forma da vida. Pretendo descrever como o tempo e, com isso, a vida são administrados pela burocracia, pelos *técnicos* e pelas instâncias judiciais a partir dos relatos de moradores de Paracatu de Baixo. Assim, circunscrevo o ambiente das lutas jurídico-cartoriais (VILLELA, 2020b).

A pesquisa de campo que realizei em Mariana permitiu que eu acompanhasse as atividades da *comunidade* em torno da CABF, conforme descrevi anteriormente (MARCURIO, 2019). Observei 14 encontros, que chamarei genericamente de reuniões, seguindo o nome usado pelas *atingidas* com quem mais conversei, mas ressalto que algumas dessas reuniões eram chamadas oficialmente de assembleias, grupos de trabalho (GT), grupos de base (GB) e rodas de conversa. Esses encontros tinham em comum a presença dos *técnicos*, fossem eles da assessoria técnica da Cáritas Brasileira Minas Gerais, fossem funcionários da Fundação Renova. Em maioria, eram engenheiros e arquitetos, alguns eram historiadores, cientistas sociais, psicólogos e assistentes sociais.

Os *técnicos* da Renova são distribuídos em frentes, de acordo com os 42 programas de *reparação* instituídos pelo Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), que fundou a empresa em 2016. Os programas são divididos em dois tipos, socioeconômicos e socioambientais, e subdivididos em três eixos: “pessoas e comunidades”, “terra e água” e “reconstrução e infraestrutura”.²⁷ A Cáritas, por sua vez, iniciou sua atuação no final daquele ano, conforme o requerimento feito pelo Ministério Público, na Ação Civil Pública nº 0400.15.004335-6, movida na 2ª Vara Cível de Mariana. Os funcionários foram contratados por projetos, sendo o primeiro deles o da assessoria técnica, já acompanhado da assessoria jurídica, seguido, enfim, pelo projeto do cadastramento de pessoas atingidas.

Seguindo a rotina das(os) *atingidas(os)*, pude perceber como as reuniões organizadas pelos *técnicos* determinam as agendas e organizam suas vidas na cidade. O tempo da *reparação* é determinado pelas mineradoras. As atas, os documentos e os projetos tentam planejar, prever e antecipar os movimentos seguintes. No entanto, esse funcionamento típico gera, em cada etapa, um novo requisito, um empecilho ou um desdobramento que trava o planejamento. Esse é o chamado “jogo do empurra”, descrito por Maryellen Lima (2018) acerca dos procedimentos da Fundação Renova. Dessa maneira, os acordos firmados judicialmente, com metas e prazos estabelecidos, não são cumpridos pelas mineradoras. A condição de vida temporária se estende indefinidamente, à espera do reassentamento de Paracatu de Baixo.

Raquel Teixeira e Maryellen Lima (2022), em pesquisa concomitante à minha, também em Paracatu de Baixo, publicaram um artigo que versa sobre aspectos muito semelhantes aos que venho escrevendo. Elas argumentaram que o processo de reassentamento revela as composições de forças a partir da gestão do tempo no processo de *reparação* coordenado pelas mineradoras. Dessa forma, as empresas exercem a dominação pela espera, pelo atraso, pela expectativa gerada de uma vida “em suspenso”, como dizem os moradores (TEIXEIRA; LIMA, 2022, p. 11). Nesta dissertação, como avisei na Introdução, refiro-me ao tempo de uma maneira mais ampla, como duração e como um período marcado por práticas e relações específicas.

O dia a dia na sede municipal não tem semelhança com o cotidiano da *comunidade* anteriormente ao rompimento da barragem, tema do capítulo 3. Recorro a uma figura de linguagem, o oxímoro rotina extraordinária, para mostrar a incerteza e a imprevisibilidade que

²⁷ Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/conheca-os-programas/>. Acesso em: 22/02/22.

regem os dias desde o desastre em uma condição muito específica de vulnerabilidade controlada pelas mineradoras após a destruição de um mundo (MARCURIO, 2020b). Incerto e imprevisível é o futuro, em uma teoria bergsoniana do tempo, mas sua percepção é sempre atenuada e, seguindo a proposta de Gilles Deleuze (1974), um acontecimento expõe essas características de um só golpe. Por isso, emprestando o vocabulário de Veena Das (1995), uso a noção de extraordinário em uma tentativa de distinguir do que é corriqueiro e ordinário sob o ponto de vista da *comunidade*.

As reuniões podem ser canceladas de antemão ou na hora marcada devido ao baixo quórum; *técnicos*, jornalistas e pesquisadoras visitam as casas inesperadamente. Algumas vezes, celebrações e comemorações católicas típicas da *comunidade* foram alteradas ou canceladas devido aos compromissos envolvendo as(os) *atingidas(os)* na cidade. A distância entre as casas dos parentes e antigos vizinhos dificulta a circulação de pessoas, alimentos e animais, além de restringir as relações sociais, afetando especialmente os idosos e as crianças que ficam *presas* nas “casas da Renova”. A toda decisão judicial cabe revisão e negociação. Não se sabe quando as obras no reassentamento serão concluídas e os moradores poderão se mudar para a zona rural. Não é possível organizar a semana seguinte sem as agendas produzidas e divulgadas no início de cada semana pelos *técnicos*. Ademais, o risco de novos rompimentos de barragem em Minas Gerais assombra o futuro imediato dos moradores (MARCURIO, 2021a).²⁸

Pretendo descrever o funcionamento da *máquina do terror* em níveis moleculares, nos termos de Deleuze e Guattari (1996 [1980]). Isso não quer dizer que esgotarei as descrições do todo, de um ou de cada aspecto da *reparação*, o que caberia à segmentaridade molar, segundo a metodologia adotada por Jorge Villela (2004) na análise da política e do parentesco no sertão de Pernambuco. Dedicarei as análises etnográficas ao que pude observar, identificando as “mudanças de ritmo e de modo, mudanças que bem ou mal vão se fazendo, mais do que uma onipotência; e sempre escapa alguma coisa” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 96). As limitações do escopo desta dissertação, assim como as escolhas metodológicas que adotei, levaram-me a uma posição que me impede de destrinchar cada novo aspecto que surge na etnografia. Não trabalharei com uma lente de aumento (VILLELA,

²⁸ A bibliografia dos desastres cita comumente o sociólogo Ulrich Beck (2011 [1986]) e suas análises em torno da “sociedade de risco”, indicando como a modernidade fabrica e administra os riscos que a cercam, constituindo um tempo de incerteza e perigos iminentes. Não pretendo seguir com essa abordagem, optando por uma análise estritamente etnográfica.

2004, p. 26), nem com análise de caso estendido (GLUCKMAN, 2006 [1959]), como optou Zucarelli (2018) com as audiências públicas no Fórum de Mariana. Trabalho com recortes de falas, cenas e documentos selecionados, uma bricolagem que também diz respeito à produção maquínica, no sentido que Deleuze e Guattari (2011 [1972], p. 18) emprestaram de Lévi-Strauss para falar da máquina social técnica.

Meu investimento teórico nesses filósofos é embasado na fala de Luzia, que se refere à *máquina do terror* sem nenhuma metáfora, ela “poda” as reivindicações das(os) *atingidas(os)*. Para Deleuze e Guattari (2011, p. 14), tudo é máquina, “tudo é produção”. A máquina é definida como um sistema de cortes: ela corta fluxos (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 54) e está inserida em um processo composto por circuitos interdependentes. O “processo para a retomada da forma da vida” que eu analiso nesta dissertação está ligado, portanto, à *máquina do terror*.

James Ferguson (1996, p. 255) recorreu ao vocabulário deleuziano para analisar o que chamou de “máquina anti-política” característica dos projetos de desenvolvimento em Lesoto, a partir das concepções racionais burocráticas do Estado que utilizam os aparatos técnicos e a planificação como justificativas que extirpariam as relações de poder. Contudo, os planos, os projetos e a burocracia não são meros operadores, são máquinas que, apesar de falharem em seus objetivos anunciados, produzem alguma coisa que garante a sua própria manutenção (FERGUSON, 1996, p. 276).

Nesse sentido, o problema geral que mostrarei neste capítulo pode ser identificado em diferentes contextos etnográficos, em confluência à recente coletânea organizada por Catarina Morawska (2021), por exemplo, que lida com povos atingidos por grandes empreendimentos, obras de infraestrutura, projetos de desenvolvimento, processos de colonização e pilhagem. São populações que historicamente foram deslocadas, dizimadas, retiradas de suas terras, cujas propriedades foram roubadas em violações que envolvem as formas burocráticas e jurídicas estabelecidas pelo Estado-nação e disseminadas no sistema capitalista. O meu trabalho se insere nessa literatura ao sublinhar que a *reparação* está inserida no mesmo circuito que as violações. As máquinas que destroem são as máquinas que reparam.

Neste capítulo me deterei em quatro dispositivos da *máquina do terror*: a assinatura, a reunião, o reassentamento e o prazo. No primeiro subcapítulo, retomo algumas etapas consideradas importantes em um relato retrospectivo feito por Luzia Queiroz, moradora de Paracatu de Baixo e membro da CABF, no tocante à luta jurídico-cartorial da *comunidade*,

sugerindo uma nova perspectiva para compreender o desastre a partir da assinatura que instaurou uma burocracia específica concernente às relações técnico-jurídicas após o rompimento da barragem. O foco em sua fala ao longo de toda esta etnografia é explicado, em parte, ali, porque diz respeito à formação de uma articulação comunitária para enfrentar as mineradoras e lutar pela terra e pelos modos de vida devastados. Dessa maneira, são recorrentes os relatos das(os) *atingidas(os)* que participam da CABF, os primeiros contatos que se estabelecem quando pesquisadores e jornalistas buscavam informações, nomes repetidos nas pesquisas e nos jornais, referentes a um número de pessoas cada vez mais escasso com o passar dos anos devido ao cansaço, à desistência ou à impossibilidade de atuar na linha frente.

No segundo subcapítulo, descrevo um aparato de operação da *máquina do terror*, a reunião. Analiso um conjunto de reuniões que se sucederam a respeito do reassentamento de Paracatu de Baixo, mostrando como esses encontros compõem uma cadeia incessante em que reunião requer reunião. Evidencio a relação entre as(os) *atingidas(os)* e os *técnicos*, verificando metodologias distintas para organizar, reivindicar e deliberar nesses encontros. O reassentamento aparece como pano de fundo das discussões, apesar de os elementos apresentados nessa seção serem analisados ao longo de toda a dissertação – começando pelo terceiro subcapítulo, no qual descreverei como a *máquina do terror* planifica e esquadrinha o território, guiada pela noção de cidade e comunidade. Os projetos ilustrados em telas de computadores e os mapas impressos e dispostos nas mesas de negociação representam as futuras casas, cujas obras lentamente os materializam em concreto e cimento.

Por fim, no quarto subcapítulo, analiso o prazo, um dispositivo que manipula diretamente o tempo, o que para as(os) *atingidas(os)* se torna sinônimo de vida, em espera e em luta. A institucionalização operacional do atraso parece estar relacionada ao desencontro ou à omissão de informações, garantida pela segmentaridade da *máquina do terror* em procedimentos, programas, setores e diferentes funcionários. Concluo o capítulo com as avaliações dos moradores de Paracatu de Baixo a respeito da Renova e de como suas vidas foram capturadas pela *máquina do terror*, que adoce os corpos e as mentes, que mata.

1.1. Uma assinatura: “aí começou a hora de matar as pessoas”

Uma genealogia do rompimento da barragem de Fundão poderia retroceder à colonização portuguesa e à extração mineral em Minas Gerais (FERREIRA, 2016), à

dependência econômica de países emergentes (COELHO, 2018) e até mesmo à economia e à política neoliberal que afrouxa regulações e desregula o ambiente (ZHOURI *et al.* 2017). Muito se falou e se fala de cada um desses aspectos e meu objetivo não é discorrer a respeito deles. Seguindo estritamente uma análise etnográfica, não tenho a pretensão de resumir ou abranger as causas do desastre em Mariana. Meu ponto de partida se localiza em uma análise singular feita por uma *atingida*, que não totaliza o desastre, mas o lê sob uma nova perspectiva.

Na *live* de lançamento do curta-documentário “A Padroeira”, produzido por Clementino Júnior em Paracatu de Baixo, Luzia Queiroz declarou o seguinte:

[...] o poder, a elite, as empresas passando um rolo compressor em tudo, fazendo a gente assinar qualquer tipo de papel, que isso aconteceu quando eles estavam no hotel, no primeiro dia, eles não tiveram compaixão das pessoas, eles simplesmente queriam uma assinatura. Aí começou a hora de matar as pessoas. O que eles tão fazendo até hoje. Eles estão matando! Mata de tristeza, mata de dor, mata de agonia, mata os parentes da gente, mata os amigos da gente, afasta as pessoas de perto da gente...

Esse trecho deixa em evidência uma linha que começa no primeiro encontro de *atingidas(os)* com funcionários das mineradoras, nos hotéis onde foram abrigadas(os), e se estende até hoje nas lutas jurídico-cartoriais. Luzia se refere a “eles” porque não estava com os outros moradores nos hotéis. Ela trabalhava em um estabelecimento comercial na sede municipal à época em que a barragem se rompeu, de modo que se abrigava em uma casa na cidade, embora sua moradia fosse em Paracatu de Baixo.²⁹ Em conversa pessoal e em diferentes falas públicas, Luzia contou que seu marido estava na *comunidade* no dia do rompimento da barragem, onde passara a noite isolado e incomunicável aguardando resgate.

Os dias que se seguiram são lembrados pela incompreensão e desinformação do que ocorrera. O susto e o sofrimento de ter perdido tudo tirava até a fome, como me disse Maria Geralda Oliveira, moradora de Paracatu de Baixo que coordena(va) as atividades da igreja católica (encontros, coral, celebrações e festas) na *comunidade*, durante a pesquisa de campo. Ela comentou que marmitas eram distribuídas e recolhidas ainda fechadas no pátio do hotel, onde ela, seus filhos, seus irmãos e vizinhos da *comunidade* foram alocados. Os moradores se sentiam mal, não comiam e pouco falavam uns com os outros, segundo ela. Romeu Oliveira,

²⁹ Analisarei a questão da moradia e do trabalho, do movimento entre cidade e *comunidade* no capítulo 3.

irmão de Maria Geralda e membro da CABF, descreveu em uma *live*³⁰ que passou aqueles primeiros dias com a mesma roupa no corpo, suja de lama, já que não havia uma vestimenta de tamanho adequado entre as doações que chegavam ao município.³¹

Os representantes das mineradoras não apareceram antes nem durante o turbilhão de rejeitos de minério de ferro, para avisar, ajudar ou resgatar os moradores. O encontro com eles se deu dias depois, mediado por um papel, um documento que demandava um aceite, uma assinatura, que consiste em um dispositivo de captura jurídico-cartorial. Assim, logo depois do rompimento da barragem, uma espécie de contrato se firmou, imposto pelas empresas sem que as(os) *atingidas(os)* tivessem escolha. Olhando retrospectivamente, Luzia identificou nesse contrato o início da operação da *máquina do terror*.

O momento da assinatura “começou a matar as pessoas” não pela lama, pelos riscos e perigos das barragens, mas pela forma como as mineradoras conduziam e ainda conduzem a *reparação*. Luzia não deu mais detalhes a respeito dessa assinatura. Suponho que se tratava de um primeiro levantamento dos desabrigados, uma forma de registro e controle daqueles que foram levados para os hotéis. A instalação desse procedimento técnico pelas empresas se aproxima das operações burocráticas. Michael Herzfeld (1992) descreveu os estereótipos de indiferença e de insensibilidade que caracterizam a burocracia como uma organização típica de Estado, constituída por um conjunto de regras e normas que pretendem gerir e governar homogênea, despersonalizada, racional e igualmente a todos os cidadãos. Contudo, “o sistema” relacionado ao igualitarismo e à democracia no Ocidente funciona com indiferença em seus critérios que selecionam, classificam e excluem pessoas elegíveis e inelegíveis de acordo com um conjunto de direitos restritos ao Estado-nação (HERZFELD, 1992, p. 2-5).

A assinatura aparece como o primeiro procedimento burocrático imposto pelas mineradoras à *comunidade*. A análise semiótica dos documentos feita por Mariza Peirano (2006, p. 31) identificou a assinatura como uma “marca legal”, cuja finalidade é conferir legitimidade para essas formas de registro, controle, contabilização e identificação. Etnografias que observam a feitura dos documentos descrevem as assinaturas e outros signos dos papéis, a exemplo dos carimbos, como dispositivos que conferem sentido e validade, em

³⁰ “A Renovação do desastre: 5 anos de luta da comunidade de Paracatu de Baixo, Mariana (MG)”, organizada pelo Hybris – Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Relações de Poder, Conflitos e Socialidades, do qual faço parte, realizada em 02/07/21. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yMui_H4Ikec&t=236s.

³¹ Os programas de ajuda humanitária e redução de riscos em desastres são discutidos em áreas específicas de estudo que orientam ações práticas de órgãos públicos, instituições governamentais e não governamentais ou ainda organizações internacionais. No Brasil, esse tema foi abordado nas análises sociológicas de Valencio (2010) e de Marchezini (2014).

destaque a passagem inicial de Bruno Latour (2010 [2002], p. 23-33), apresentando o Secretariado Geral do Governo (*Secrétariat Général du Gouvernement*) francês, a partir da discussão em torno de uma assinatura faltante em um documento. De forma semelhante, Andressa Lewandowski (2014, p. 53) mostrou que os textos no Supremo Tribunal Federal brasileiro se tornam documentos apenas quando assinados.

Matthew Hull (2012) nomeou esses signos dos papéis de “artefatos gráficos”, que são especificados, classificados e hierarquizados de acordo com o tipo de documento. O conceito de artefato, conforme utilizado por Marilyn Strathern, impulsionou as pesquisas em torno do que até então era visto como um objeto achado, cujo interesse estava no conteúdo e não na forma (RILES, 2006, p. 16). A atenção à forma revelou procedimentos de fabricação, técnicas e relações que produzem os documentos, bem como o que os documentos fazem fazer. Nesse sentido, Annelise Riles (2006, p. 2) definiu os documentos como “artefatos paradigmáticos de práticas do conhecimento moderno”.

A partir de então, uma série de aparatos burocráticos foram instituídos na rotina da *comunidade*. Em outras palestras que Luzia foi convidada a falar como membro da CABF, ela elencou as conquistas que considerou importantes para resumir a luta das(os) *atingidas(os)* de Paracatu de Baixo, de acordo com o seu ponto de vista. Esses relatos foram construídos em retrospecto, salientando principalmente aspectos jurídicos-cartoriais determinantes nas vidas dos moradores. Combinarei esses pontos, neste texto, com experiências que tive em pesquisa de campo, seguindo as conquistas narradas sem a pretensão de remontar uma linearidade dos fatos, mas com o intuito de seguir as pistas deixadas por Luzia para essa genealogia do desastre pelo funcionamento da *máquina do terror*.

A estadia nos hotéis foi identificada por Luzia como a “primeira conquista” da luta das(os) *atingidas(os)* porque elas e eles foram tirados da Arena Mariana, um ginásio poliesportivo onde todos os moradores se misturavam entre colchões espalhados no chão, e levados para quartos adequados, como descreveu na fala transcrita a seguir:

A primeira conquista nossa foi quando, na tragédia, é... ônibus, carros, trouxeram a população toda pra Mariana e que ficou toda concentrada na Arena, que é um ginásio poliesportivo. Nesse ginásio poliesportivo é que chegou tudo, roupa, mantimento, ajuda; é que recolheu as pessoas, muitas chegaram sujas, machucadas, cheia de barro e dali é que foi distribuindo as pessoas. E o intuito do prefeito da época é que... todas as famílias tava, tipo acampamento, colchão, cada um com seu travesseirinho e suas coisinhas em volta. Então, a gente teve a força do poder político, que a gente fala, o promotor Doutor Guilherme de Sá Meneghin. Então, ele, na hora que viu aquilo, foi o primeiro a dar o grito: “Eu não quero esse pessoal aqui, não! Vocês têm 24 horas para colocar todo mundo em hotéis”. Se não fosse essa ação dele talvez teria até hoje gente morando em escolas, ou sabe-se onde e como,

que pode ver muito bem das outras barragens que aconteceu e que acontece até hoje (02/07/21).

De um cenário corriqueiro de acampamento após desastres, deslocamentos migratórios e guerras,³² as(os) *atingidas(os)* foram para os hotéis e, em seguida, para casas alugadas temporariamente. A defesa do Promotor de Justiça do MPMG surgiu como aliada das comunidades, de modo que as conquistas narradas decorreram da Ação Civil Pública já citada, movida na 2ª Vara Cível de Mariana. No processo judicial, os depoimentos das *vítimas* aparecem como fundamentos para os pedidos do Promotor à *reparação* e à condenação das réis pelos crimes cometidos. Voltarei a esse tema adiante.

A organização da Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF) foi descrita por Luzia como a segunda conquista. Cada uma das oito comunidades de Mariana e uma de Barra Longa se divide em comissões específicas, de modo que algumas atividades da CABF envolvam todas elas e outras são circunscritas aos assuntos de cada localidade. Seguindo seu relato:

A segunda [conquista] foi quando a gente conseguiu um coletivo, que a gente é esse coletivo até hoje, [...] dentro desse coletivo é que a gente conseguiu tudo o que a gente tem até hoje. A outra conquista grande nossa é que nós juntamos em comissões. Nós somos nove. E cada uma tem grupo de líderes, de membros, não pode nem falar líder muito não, de membros. Então, cada comissão, umas de vinte e oito, umas tem cinco, outras tem seis, nove... Então, a gente constituiu no início trinta e oito pessoas (02/07/21).

A formação da CABF instaurou um modelo de comunicação entre os moradores das comunidades atingidas, as mineradoras e seus representantes, os *técnicos*, os pesquisadores, os advogados, instituições públicas e jornalistas. Os membros da Comissão são escolhidos em votações feitas por suas respectivas comunidades. Essa conformação explica, em certa medida, o motivo pelo qual minha etnografia aciona as falas de um número limitado de moradores. Mesmo antes da pandemia de COVID-19, o primeiro contato com os moradores das comunidades em Mariana ocorreu pela Comissão, em conversas por e-mail e visitas ao escritório. Durante a pandemia esse quadro se agravou, considerando que, atualmente, a CABF é composta por apenas três moradores de Paracatu de Baixo,³³ cujas participações requisitadas em entrevistas e eventos recorrentes, principalmente próximos à data do

³² A aproximação entre contextos de desastres, que envolvem crise climática, guerras e migrações concerne, por exemplo, às preocupações do Escritório das Nações Unidas para Redução do Riscos de Desastres – UNDRR.

³³ De acordo com entrevista de Luzia Queiroz concedida para Jayanne Rodrigues, ao Jornal o Estado de São Paulo. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/estamos-morrendo-em-vida-diz-vitima-da-grande-tragedia-ambiental-do-fundao/>. Acesso em: 01/04/22.

rompimento da barragem. Assim, comumente as falas acerca das lutas de Paracatu de Baixo estão associadas a Luzia Queiroz neste texto. Mas, como ela destacou, trata-se de um coletivo, ao passo que suas falas são pessoais, refletindo a sua percepção em torno do acontecimento que é singular, coletivo e privado ao mesmo tempo, retomando Deleuze (1974). Nesse sentido, as(os) *atingidas(os)* têm o cuidado de não falar “em nome de” (PIGNARRE; STENGERS, 2005)], não delegar ou simplesmente representar.

Assim como a primeira conquista, a segunda ocorreu como requisito do embate com as mineradoras. A organização dos moradores direcionou suas reivindicações de uma maneira burocrática, em encaminhamentos sistematizados nos modelos empresariais e jurídicos. Na esteira do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, as comunidades se nomearam atingidas e lutaram pela autodeclaração. Foi pela organização coletiva que elas se firmaram, vinculadas à luta dos movimentos sociais que reconhecem as violações e os crimes cometidos pelas mineradoras em uma gramática distinta daquela das empresas réis (ZHOURI, 2019).

A Ação movida pelo MPMG diferencia o estatuto das *vítimas* reconhecendo as especificidades do conceito de atingido a partir do MAB e da definição do pesquisador Carlos Vainer (2008, p. 39), de que:

determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária.

Nesse sentido, a ACP definiu *atingido* da seguinte forma:

aquele que mantinha relação com as áreas afetadas e com os recursos naturais e/ou artificiais e culturais então disponíveis, por meio de relações econômicas (produção, comércio, agricultura, pecuária, pesca, subsistência, artesanato etc.), de trabalho (meeiros, parceiros, arrendatários, empregados rurais formais e informais etc.), comunitárias (vizinhança, parentesco, compadrio, relações de troca, solidariedade e sociabilidade etc.) e simbólicas ou culturais (igrejas, cemitérios, festas tradicionais, locais de culto e lazer etc.) (MARIANA, 2015, p. 23).

Dessa forma, a noção de *atingido* se constitui pelas relações estabelecidas na *comunidade*, seus aspectos sociais, econômicos e culturais que ultrapassam a dimensão pecuniária da área tomada pela lama tóxica, das *perdas* e *danos materiais* e do ressarcimento financeiro (Ver Capítulo 2).

Diferentemente, os funcionários das mineradoras se referiam, em falas e em documentos, aos *atingidos(os)* como *impactados*, desmobilizando a gramática das lutas sociais. Os moradores de Paracatu de Baixo me explicaram a diferença dos termos,

considerando que *impactado* diz respeito a uma condição momentânea, ao passo que “quem foi atingido é permanente”. Ao longo de minha pesquisa, essa distinção ficou cada vez mais evidente com a repetição do enunciado “somos atingidos todos os dias” (MARCURIO, 2021a). Assim, *atingido* enfatiza a dimensão temporal extensa do desastre, que não se encerra com o deslocamento compulsório, pelo contrário, estende seus “tentáculos” na rotina, lembrando Veena Das (2020, p. 22), e alcança cada aspecto da vida que foi alterada, invertida.

A etnografia de Susann Ullberg (2013, p. 19) explicitou como a luta reivindicatória dos moradores que sofreram com inundações em Santa Fé, na Argentina, conduziu a diferenciações que ela classificou como “inundados/vítimas” e “inundados/ativistas”. Isso não quer dizer que não havia distinções sociais anteriores, mas que as classificações após o desastre tendem a se sobressair, especialmente pela atuação da “Asamblea Permanente de Afectados por la Inundación”, na medida em que há uma homogeneização do passado a partir de uma comunidade criada pelo desastre (ULLBERG, 2013, p. 119).

Diferentemente, argumento que a *comunidade* de Paracatu de Baixo não foi criada pelo desastre, mas foi mobilizada de maneira diferente desde o rompimento da barragem, como analisarei no capítulo 3. Aqui, tento expor a heterogeneidade agrupada no conceito de *atingido*, atenta para o fato de que um conceito tende a amenizar importantes diferenças, como as de gênero e de raça, de faixa etária e de classe envolvidas, assim como a distinção entre os membros da CABF.

Voltando ao relato de Luzia acerca da formação da Comissão:

Aí, com essas lideranças, essas pessoas, esses membros que a gente foi partir conversar com a Samarco. Então, era só a Samarco que conversava. Na hora que a gente entendeu que a linguagem deles era desconhecida para nós, [os] comportamentos deles eram desconhecidos, e modo né, de se... para ficar claro, porque não vou encontrar as palavras: rico e pobre. Então, empresa rica, nós atingidos pobres. Melhor falar assim para dar para entender como que foi a diferença para negociar com a empresa. Era palavras difíceis, termos muito, muito complexos. Então, na comissão a gente pegou e pediu um escritório com toda a estrutura possível, com secretaria, computador, microfone, carros à disposição, salas grandes para reunião, logística toda completa. Então, nós temos um escritório montado até hoje com estrutura completa (02/07/21).

A conquista do escritório da CABF (a ser descrito na próxima seção), por via dos pedidos em ACP, garantiu um aparato técnico para a luta jurídico-cartorial. Ainda assim, a desigualdade entre as(os) *atingidas(os)* e as companhias mineradoras persistiu, como sugeriu Luzia em uma leitura geopolítica do conflito, posicionando as forças envolvidas em termos econômicos. A linguagem técnica é um exemplo recorrente que escancara esse abismo:

A segunda conquista foi quando a gente começou a ir em audiências no fórum. Acho que Gabriela participou de algumas e deu para entender o como que era, igual a gente pode falar que era um massacre. Então, a gente leigo, sem entender muita coisa, tinha que preocupar com aquelas palavras complicadas e difíceis, que muitas vezes eram palavras bonitas que resumia, reduzia a gente a nada. Aí nós tivemos muita ajuda, aí desde o início chegaram as universidades, chegaram movimentos, chegaram amantes da causa, doadores pela causa. Então, assim, era muita gente assediando a gente. A gente com aquele medo, né. Era muita gente, a gente tava tentando entender o que aconteceu, tentando entender o que que tinha que fazer e tentando ver quem a gente podia abraçar. Então, a gente costumava falar que a gente tava num barco em alto mar à deriva. Então tudo que tava chegando na borda a gente tentava pegar. Tinha uns que não davam certo, mas, graças a Deus, a maioria deu certo. Aí, essas pessoas iam para as reuniões com a gente, ficavam do lado de fora, né. Poucas pessoas entravam nas audiências. Mas, aí, eles traduziam: “Não, vocês não podem aceitar essa palavra, não!” (02/07/21).

O ambiente descrito corresponde às audiências públicas no Fórum de Mariana, onde um número limitado de moradores pode entrar acompanhado por assessores, advogados e defensores públicos, ao passo que as empresas réis e seus representantes entram com diversos advogados, “homens de terno e carrão”, que chegam juntos, saem e param a audiência quando querem, como avaliaram os moradores na audiência de 05 de outubro de 2017. A maioria das(os) *atingidas(os)* espera ao lado de fora, sob o sol ou a chuva ao longo de todo o dia, geralmente as sessões começam de manhã e terminam à noite.

Ainda nessa primeira audiência descrita por Luzia, foram resolvidos alguns aspectos práticos da manutenção da vida dos moradores, de acordo com os pedidos feitos pelo MPMG: o abrigo em casas alugadas, o direito à cesta básica e ao auxílio financeiro para que as famílias pudessem se estabelecer na cidade. Seu relato conclui:

Aí, depois, nessa primeira audiência foi que a gente conquistou que, no prazo até o Natal, a gente tinha que tar em casas alugadas pela Samarco. Foi a primeira grande conquista e com ela veio o auxílio de 20% para cada dependente e cesta [básica] do DIEESE [Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos] e o tal do cartão que deu tanta polêmica. [...] E essa vitória a gente conseguiu no dia 23 de dezembro [de 2015], era 11:40 e pouquinho da noite, que a hora que a gente conseguiu essa conquista (02/07/21).

A linguagem e as *palavras difíceis* usadas nas reuniões e audiências aparecem em análise ao longo desta etnografia. O encontro com os representantes das mineradoras introduziu um tipo de vocabulário e de comportamento. As falas dos *técnicos* e as palavras nos papéis se mostraram um empecilho à negociação proposta pelas mineradoras aos *impactados*. A tese de Zucarelli (2018, p. 179) mostra justamente a desigualdade desses embates nas audiências públicas em Mariana, a partir das “tecnologias de gestão de conflitos e de crise” usadas pelas mineradoras para buscar o consenso.

Nas reuniões de que participei, os moradores reclamavam dos *termos técnicos* usados pelos engenheiros e arquitetos da Fundação Renova. Nessas ocasiões, as *atingidas* me explicaram os termos e as siglas, ensinando-me que uma única palavra escrita ou falada podia alterar completamente os rumos da *reparação*. Essa dissonância entre texto escrito e falado gerava discussões e questionamentos. Os moradores interrompiam a apresentação dos *técnicos* e apontavam o equívoco, exigindo explicações, como mostrarei na próxima seção.

Elas e eles me explicaram que precisaram *aprender a linguagem*. Apesar das *palavras difíceis* e dos *termos técnicos* serem um impasse, os moradores criaram métodos para lidar com eles, a exemplo da ênfase de Luzia para que eu escrevesse tudo o que os *técnicos* falavam. Em algumas reuniões que participamos juntas, ela me orientava: “Você tá escrevendo isso? É importante”.

Uma outra forma de “aprender a linguagem” foi relatada a mim por Maria das Dores, senhora nascida e criada em Paracatu:

Não tenho estudo, sabe? Observo uma coisa ali, outra aqui e sei o que é certo ou errado. Eles falam daquele jeito que ninguém entende, os termos técnicos. Eu vou observando. Se tá errado falo no meio da reunião. Igual uma vez [...], peguei o microfone e pedi pra eles pararem de falar daquele jeito.

O método da observação também tem sido apurado ao longo dos anos. As *atingidas* explicaram que aprenderam a questionar, a “falar sem ter vergonha” em um processo dominado pelas empresas. Assim, o modelo burocrático se inseriu na rotina dos moradores, se tornando uma prática corriqueira nas reuniões.

Dispositivos técnicos, conhecimentos burocráticos e linguagens específicas são introduzidas, geralmente, por movimentos sociais, como descreveu John Comerford (1999) a respeito dos sindicatos rurais na Zona da Mata mineira. Mais recentemente, essa constatação vem sendo feita em etnografias com povos tradicionais, como os quilombolas de Brejo dos Crioulos, no norte de Minas Gerais, que “aprenderam a linguagem dos movimentos”, seguindo os papéis e os documentos analisados por Pedro Mourthé Costa (2021, p. 93). Ou, ainda, o povo Tuxá de Rodelas/BA, que utiliza a “linguagem técnico-científica dos brancos” para “se fazerem ouvir” no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, após o deslocamento compulsório para a construção da barragem de Itaparica, conforme mostrou Gustavo Ramos (2021, p. 38, 119). Nesse sentido, as lutas se valem de vocabulários específicos, à medida em que elas combinam necessariamente os termos jurídicos-cartoriais.

A terceira conquista elencada por Luzia explicita como o problema da *linguagem técnica* foi enfrentado pelo MPMG, com o requerimento de uma assessoria técnica para a CABF:

A outra conquista foi a assessoria técnica. Aí, na primeira assessoria, a gente teve que escolher os membros e olhou, analisou o currículo e a gente escolheu a nossa assessoria. Então, essa primeira assessoria foi toda eleita pela comissão. E a entidade é a Cáritas. Aí, depois é que com o tempo foi mudando e foi mudando, era muita coisa para gente tomar conta e não tinha a cabeça centralizada em uma coisa só.

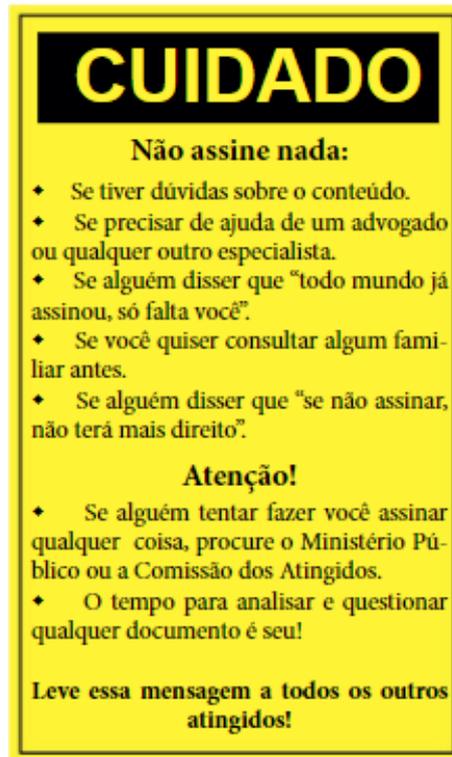
A Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais foi selecionada com o projeto de assessoria técnica e, em seguida, para o projeto de assessoria jurídica. Os assessores passaram a auxiliar a Comissão em reuniões, a organizar GTs e GBs e acompanhar as negociações em assembleias e audiência. Posteriormente, foram adicionados os projetos do cadastramento e da valoração de danos (Ver Capítulo 2).

A análise retrospectiva de Luzia das conquistas enfatizou primeiramente a imposição do modelo técnico-burocrático para o ordenamento de suas vidas. A *comunidade* precisou *aprender a linguagem* para que suas reivindicações fossem consideradas pelas mineradoras, numa luta que se estende por mais de seis anos. Se, por um lado, a saída jurídico-cartorial foi uma exigência que garantiu conquistas, por outro, ela ampliou a inversão da forma da vida, lembrando da fala de Luzia citada na Introdução. As(os) *atingidas(os)* estão cercadas(os) por *técnicos*.

A repetição das reuniões, audiências e acordos e a manutenção de uma condição temporária dos moradores de Paracatu de Baixo na cidade, sem que sejam indenizados justamente e reassentados, faz com que os modelos técnico-jurídicos sejam contestados. O aprendizado das(os) *atingidas(os)*, ao longo dos anos, garantiu habilidades para argumentar com os *técnicos* usando termos, documento e tecnologias semelhantes. Os moradores seguiram esse caminho cercados por armadilhas, como as *palavras bonitas*, à medida que se desviavam dos termos impostos pelas mineradoras, questionando, contestando, lendo e redigindo documentos, debatendo e deliberando em assembleias.

A desconfiança gerada pelo assédio dos *técnicos* das mineradoras e o medo de acatar condições que lhes fossem prejudiciais e que desconsiderassem os direitos plenos das(os) *atingidas(os)* foram expostos na nota que passou a circular a partir da 4ª edição do jornal A Sirene:

Figura 3 - Nota do Jornal A Sirene



Fonte: Jornal A Sirene, 4ª ed., ano 1, jul. 2016, p. 1.

Retornando ao primeiro procedimento burocrático identificado, a assinatura consiste em um dispositivo de captura, como argumentei no início. Não obstante, assinar se tornou ato corriqueiro. Toda reunião requer uma assinatura nas listas de presença. Nas reuniões de que participei, circulavam dois papéis: um com símbolos da Fundação Renova e outro com os símbolos da Cáritas. As células a serem preenchidas em cada documento requeriam nome, instituição, documento de identidade, telefone e e-mail. Se para a CABF e a Cáritas esse era um procedimento burocrático, para a Renova a lista se tornava um aceite à ata da reunião, redigida em tópicos conclusivos pelos seus *técnicos*, repassada aos setores de coordenação da empresa, vinculada aos processos judiciais que comprovam as medidas para a *reparação*. Conforme analisou Luzia: “a única coisa que eles [Fundação Renova] querem é uma lista de presença assinada, é uma ata assinada, é relatório mostrando ‘nós estamos conversando’. Não está sendo do jeito que [eles] tão falando, não tá sendo como tá falando na mídia!”.³⁴

As dissonâncias entre o que é feito e o que é anunciado, o que é falado e o que é escrito ficam evidentes nas reuniões, como mostrarei na próxima seção.

³⁴ Lançamento do vídeo “Lama”, do grupo musical Mulamba, realizado em 28 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BpOFnEMYbME&t=1s>.

1.2. Reuniões: repetição e antecipação

“No início”, como disse Maria Geralda em referência aos primeiros anos após o rompimento da barragem, os encontros de *atingidas(os)* e *técnicos* ocorriam com uma frequência quase diária – havia mais de uma reunião por dia, ao passo que outras poderiam durar o dia inteiro. O período em que acompanhei as reuniões foi atípico. Devido ao rompimento da barragem em Brumadinho em 25 de janeiro de 2019, as atividades foram canceladas naquela semana e, nas semanas seguintes, as reuniões ocorreram em uma frequência média de duas por semana. Se, por um lado, esses encontros agendados podiam ser cancelados – fosse por alguma mudança de planos ou pela falta de participação de moradores –, por outro, eles podiam ocorrer inesperadamente, com a visita de um *técnico* à casa de uma família ou pelas organizações de encontros culturais e rodas de conversas que não deixavam de ser reuniões com os *técnicos*.

Selecionei cenas de algumas reuniões com o intuito de mostrar: primeiro, como se estabelece a relação das(os) *atingidas(os)* com os *técnicos*; segundo, quais são os modelos que as reuniões podem assumir, comportando variações de acordo com quem as organiza, quem participa e o local onde ocorrem; e, terceiro, como esses encontros compõem a rotina, estabelecendo uma espécie de circuito fechado que determina as vidas na cidade e o futuro da *comunidade*. Em minha monografia de conclusão de curso, sugeri alguns desses aspectos assim como em artigo subsequente (MARCURIO, 2019; 2020a). Meu objetivo aqui é inserir essa análise no argumento mais amplo em torno da operação da *máquina do terror*. Assim, apesar da recapitulação de certas cenas analisadas em trabalhos anteriores, descrevo-as a partir de outra perspectiva, tentando recortá-las e combiná-las em um novo arranjo.

A reunião pode ser analisada por sua forma, assim como os documentos, mencionados acima, seguindo a proposição de Marilyn Strathern (2017b) e Annelise Riles (2006). Interesse-me por essa abordagem, embora eu não me exceda suficientemente nas descrições do formato e dos artefatos desses encontros. Além disso, transcrevo alguns trechos do que foi dito em reuniões, devido à importância do que foi dito pelas *atingidas(os)* e pelos *técnicos* para introduzir discussões e delinear relações que analisarei adiante. Apesar disso, não me concentro nas etnografias das reuniões como performances, jogos, teatros e rituais, como sugeri Peirano (2002) inspirada em Stanley Tambiah.

A primeira reunião de que participei, em 24 de janeiro de 2019, ocorreu na sede da Comissão de Atingidos, um prédio no bairro Barro Preto, cujo primeiro pavimento é

reservado ao escritório e o segundo ao Jornal A Sirene. A sala de entrada é mobiliada com mesas e aparatos de escritório para as três secretárias, duas delas moradoras de comunidades atingidas. Na parede defronte à porta, há um grande quadro mostrando as etapas do reassentamento, elaborado pela Renova. Por cima dessa impressão, foram escritas frases a caneta pelos moradores, questionando os dizeres das empresas e exigindo suas casas de volta. À direita, um mural de avisos pendurado na parede do corredor, no qual eram fixadas as agendas semanais de reuniões da Cáritas e da Renova. Do lado direito, em uma sala menor com uma mesa redonda – usada geralmente para conversas e entrevistas –, foi onde conheci Luzia em outubro de 2018. Do lado esquerdo, uma sala maior ligada a uma cozinha, aos fundos. Uma lousa na parede e várias cadeiras organizadas em fileiras. Era nesse cômodo que a maioria das reuniões aconteceu, com os *técnicos* geralmente em pé, apresentando slides ou escrevendo na lousa. Um depósito com armários e arquivos fica em frente à sala. Ao lado esquerdo, há ainda uma terceira sala, pouco utilizada nos períodos que visitei a Comissão.

O encontro agendado para as 18 horas era a “Reunião Comunidade, G20 e Comissão de Paracatu de Baixo”, que não incluía a participação de *técnicos* da Renova. Cheguei ao escritório com quinze minutos de antecedência. As secretárias, vestidas com uniformes da CABF, trabalhavam em suas respectivas mesas, em frente aos computadores. Apresentei-me lembrando dos e-mails que havia enviado anteriormente combinando a visita, bem como o convite feito por Luzia para as reuniões.

Em seguida, chegaram dois assessores técnicos da Cáritas. Eles entraram diretamente para a maior sala de reunião, arrumaram as cadeiras em círculo e puxaram a mesa para o canto. Aguardaram os moradores durante meia hora até que chegaram cinco *atingidas* e quatro *atingidos*. Segui uma das secretárias à sala da reunião. Ela me apresentou aos moradores, eu informei meus interesses de pesquisa e eles concordaram que eu acompanhasse a reunião. Durante os minutos de espera, ela me explicou que acompanhava todas as reuniões porque redigia a ata em um caderno e gravava a reunião com um gravador. Sentei-me ao lado de Maria Geralda, moradora que eu conhecera nas visitas anteriores.

Os *técnicos* anunciaram que a reunião começaria de maneira diferente do usual porque se tratava do segundo encontro naquele ano. A assessora fez uma dinâmica de grupo com os moradores em pé, pedindo que falassem palavras que sintetizassem os desejos para o novo ano, ao que eles responderam: “força”, “coragem”, “saúde”, “iluminação”, “paz” e “paciência”. Logo depois, o assessor iniciou a pauta do encontro, explicando o calendário que

havia desenhado na lousa com as próximas reuniões agendadas. Estavam marcados GTs e oficinas com a Renova para a discussão do planejamento urbanístico e paisagístico do reassentamento de Paracatu de Baixo.

O objetivo da reunião era preparar as(os) *atingidas(os)* para os próximos encontros com os *técnicos* da Renova, antecipando os assuntos a serem debatidos. Entre eles, estavam as decisões das árvores a serem plantadas no novo território, citando espécies que existiam na *comunidade* devastada; a pavimentação das ruas, que poderia ser de terra batida, asfalto, pedras ou blocos; o tamanho e a distância dos prédios e espaços públicos e a arquitetura da praça. Os assessores tentavam explicitar que, apesar das datas marcadas pela Renova, os moradores poderiam reivindicar alterações e propor novos prazos até tomaram as decisões coletivamente.

Uma *atingida* perguntou qual seria a forma de deliberação e quem poderia decidir, aventando as possibilidades de apenas os moradores de determinada rua decidirem suas características urbanísticas ou de todos os moradores deliberarem a respeito de toda a área do reassentamento. Em resposta, uma moradora propôs uma decisão de maioria para todas as questões, ao que a primeira discordou, argumentando que apenas os moradores deveriam escolher a respeito da rua onde morariam. O debate seguiu envolvendo outros *atingidos* e foi encerrado com a conclusão de que precisariam sanar suas dúvidas com os *técnicos* da Renova antes de tomarem qualquer decisão e serem impedidos de “voltar atrás”, como falou uma *atingida*: “Por que a gente vai chutar, se estamos caminhando esse tempo todo?!”. Entendo que “chutar” corresponde à tomada de decisão rápida, sem conversa e discussão coletivas, enquanto “caminhar” equivale ao processo lento que as(os) *atingidas(os)* percorrem na luta pela retomada da forma da vida, uma saída às alternativas infernais, nos termos de Stengers (2015, p. 48), impostas pela *máquina do terror*. Assim, a moradora enfatizou os modos de deliberação coletiva, envolvendo o debate da *comunidade* a despeito dos prazos e da pressão dos *técnicos*. Elas e eles não podiam “chutar” a partir das alternativas elaboradas pelas mineradoras.

Duas semanas depois, ocorreram os encontros que essa reunião previra e antecipara. A Fundação Renova organizou o que chamou de Roda de Conversa Paracatu de Baixo para apresentar os projetos de saneamento básico e do paisagismo do reassentamento. Foi alugado um salão de festas com a expectativa de receber todos os moradores, divididos em três noites de encontros, de acordo com os nomes das ruas e as respectivas áreas planejadas para o

reassentamento. O salão tinha duas grandes salas, cada uma estava equipada com cadeiras e projetores. Recortarei cenas e combinarei relatos dessas três noites para descrever resumidamente o formato da reunião.

Uma dezena de *técnicos* da Renova aguardava a chegada das(os) *atingidas(os)*. O pessoal entrava lentamente, pegava um café e comia os salgadinhos que estavam dispostos em uma mesa, ao lado direito do primeiro salão. Um *técnico* que parecia coordenar a reunião, avisou que a atividade iria começar, explicando que foram planejadas duas apresentações, uma em cada sala, de modo que os *técnicos* se revezariam nos temas. Os moradores foram convidados a se dividirem em dois grupos, de acordo com suas ruas. Depois que eles se acomodaram, as listas de presença da Renova e da Cáritas passaram de mão em mão.

A primeira apresentação foi do engenheiro ambiental sanitarista, funcionário de uma empresa contratada pela Renova. Ele mostrou em slides projetados na parede branca, na frente do salão, o projeto de como seriam a captação de água e o tratamento de esgoto no reassentamento. A fala recuperou desde o ciclo d'água e seus estados físicos, indicando os usos na indústria e nas residências e os processos para que a água seja tratada e distribuída. Os aspectos gerais do projeto eram antecipadamente justificados pelas normativas reguladoras que visavam a “preservar o ambiente”, nas palavras dele. A água no reassentamento será extraída de poços artesianos, armazenada em reservatório na parte alta do terreno e distribuída por gravidade pelo encanamento, sendo que dois reservatórios menores serão construídos para diminuir a pressão. Ele concluiu informando que “estão sendo feitos estudos”, mas que “o potencial de água dos poços é muito bom”.

Eu estava sentada ao lado de um *atingido* que mencionou em voz baixa que a água extraída do poço está contaminada com a lama tóxica. Um assessor da Cáritas perguntou se a água subterrânea do terreno consiste em uma sub-bacia ou uma bacia, mas não obteve respostas. O debate principal surgiu em torno da seguinte frase escrita em um slide: “água suficiente para pequenas criações”. Uma moradora se levantou e apontou: “Isso tá errado. Vocês têm que escrever se são criações de pequeno porte ou grande porte. É quantidade de criação ou do tamanho?”. Os assessores continuaram: “Se eles forem criar bois, por exemplo, como vai ser?”. A resposta dada pelo *técnico* da Renova foi a seguinte: “Depende da quantidade. É certeza que dá para cuidar de algumas galinhas, gato e cachorro”. As(os) *atingidas(os)* se indignaram: “Eu não vou poder criar porco?”; “E se eu quiser ter um tanque de peixe?”. Ninguém tinha respostas. Outras questões surgiram: “Essa água não precisa ser a

água de tratamento dos animais. Tem outra fonte de água?"; "Na cidade a água não é cobrada, por que no reassentamento vai ser?"; "Em roça não se cobra água! Não existe isso!". Um *técnico* da Renova respondeu que as questões seriam analisadas "caso a caso". Os assessores da Cáritas interviam novamente: "Como vão avaliar caso a caso a questão da água?"; "Cuidar de animais e criações não é esporádico, é geral na comunidade, todo mundo tinha e mesmo se não tivesse, pode querer ter". Apesar desses problemas não serem novidade para os *técnicos*, muito menos para as(os) *atingidas(os)* que os questionam desde a escolha do terreno, não houve respostas.

Uma arquiteta, também funcionária de uma empresa contratada pela Renova, conduziu a segunda apresentação, cujo tema era o paisagismo. Os slides começaram com fotografias da paisagem verde e montanhosa do terreno. A intenção anunciada era de "recuperar a paisagem de Paracatu de origem, Paracatu atingido", nas palavras da arquiteta. Em seguida, foi projetado um mapa do reassentamento (que analisarei na próxima seção) e as representações gráficas com detalhes do projeto da igreja e da praça, ilustrando todos os detalhes (espécies de árvores, tipos de pavimentação, posicionamento e materiais dos bancos das praças) que ainda não tinham sido escolhidos pelos moradores e eram tema de discussão. A proposta da arquiteta era que os moradores escolhessem as características urbanísticas, mesmo com o desenho aparentemente concluído.

Os moradores falaram pouco, discutiram a posição das árvores no projeto e sugeriram um espaço para amarrar os cavalos, ao passo que os *técnicos* registravam e incitavam as falas, por exemplo, ao indagarem individualmente cada morador, perguntando se preferiam asfalto ou blocos na rua. Ainda sem muitas respostas das(os) *atingidas(os)*, a antropóloga da Renova sugeriu que as(os) *atingidas(os)* relatassem "como era em Paracatu", as atividades que desempenhavam e as relações que estabeleciam, como as festas católicas, para que analisassem se seria possível reproduzi-las no reassentamento. Uma moradora foi convidada a falar da Folia de Reis, ao que ela descreveu a passagem da Folia, com os instrumentos musicais e a cantoria, pelas casas da *comunidade*, o desfile na rua e o encerramento na Igreja. Os moradores sugeriram, então, que as mesas da praça ilustrada no projeto atrapalhariam o trânsito da Folia. Outra questão foi suscitada acerca da manutenção dos prédios públicos.

No final da roda de conversa, quando um *técnico* redigia a ata da Fundação Renova, um assessor da Cáritas pediu para que ele a lesse. Um dos tópicos citava o nome de um morador, afirmando que ele havia concordado com o projeto apresentado. O assessor pediu

para que alterassem o texto, porque o *atingido* não se expressara com aquelas palavras registradas pelo *técnico*, considerando, ainda, que as decisões seriam tomadas em assembleia ulteriores. Os *técnicos* da Renova tentarem recuperar a situação, repetindo a fala em aproximações imprecisas durante dez minutos até, finalmente, alterarem a redação da frase.

Esse breve compilado de três noites de reuniões deixa ver alguns aspectos do funcionamento dos encontros organizados pela Renova, dos quais retomo aqui o caráter expositivo das reuniões que apresentaram os projetos planejados anteriormente pelos engenheiros e arquitetos. Apesar de os *técnicos* mencionarem que a decisão e a escolha são dos moradores, a construção e o planejamento do reassentamento são apresentados com poucas possibilidades de intervenção, cerceados pelas perguntas dos *técnicos*. Essa característica é própria da “forma-reunião”, conforme definição de Thais Mantovanelli (2020, p. 102), “uma tecnologia política burocrática” identificada em sua etnografia com os Xikrin e com Juruna atingidos pela UHE Belo Monte, administrada pela Norte Energia. A crítica indígena mostra que as reuniões, somadas aos documentos e aos projetos, são ferramentas dos brancos que revelam seu procedimento egoístico e ineficaz. Os moradores de Paracatu de Baixo, por sua vez, afirmam a ineficácia das reuniões por suas repetições e pela falta de respostas dos *técnicos* a assuntos longamente discutidos em reivindicações feitas há anos. Todas as reuniões posteriores às rodas de conversa que descrevi remetiam a elas, mesmo quando a pauta era outra, como o caso de uma reunião que participei na semana seguinte.

A reunião ocorreu na Casa do Jardim, um casarão histórico que sediava o Centro de Informação Técnica (CIT) da Fundação Renova em Mariana.³⁵ O primeiro pavimento era um espaço aberto ao público, equipado com maquetes digitais da área atingida pelos rejeitos, relatos de atingidos transmitidos em vídeos e áudios, e painéis com a cronologia do desastre contada pelas mineradoras. Duas pequenas salas eram ocupadas por funcionárias que atendiam turistas ou, ainda, sediavam negociações entre moradores e *técnicos* a respeito de indenizações (capítulo 2). No segundo andar, uma sala era usada para reuniões.

Onze moradores estavam na Casa quando a reunião teve início. Os *técnicos* sentaram-se na frente da sala e anunciaram uma série de informes relativos às ações da Renova naquela semana, bem como o planejamento dos próximos encontros. Depois disso, eles propuseram que as(os) *atingidas(os)* dessem um “*feedback*” da roda de conversa que ocorrera na semana

³⁵ Em 2020, a Casa foi fechada sob manifestações das(os) *atingidas(os)* contrárias ao “museu do crime” (QUINTÃO *et al.*, 2019) e embates da Renova com a Prefeitura (REIS, 2020), que negociam um novo local para o CIT.

anterior, avaliando: 1. a organização do evento; 2. a estrutura do salão de festas alugado; 3. “a forma como a informação foi passada”. Os moradores de Paracatu de Baixo não responderam. As conversas fora da pauta aumentaram em torno da falta de informações técnicas a respeito da água no reassentamento.

Os *técnicos* tentavam retomar a proposta, pedindo que os moradores avaliassem os encontros sem terem suas reivindicações respondidas, nem terem deliberado a respeito dos projetos exposto. A Renova também não havia sistematizado as atas. Um *técnico* desenhou, na cartolina branca colada na parede, um funil com as palavras: “roda de conversa”; “avaliação”; “análise” e “resultado”, uma debaixo da outra. Ele tentava ilustrar que estavam na segunda etapa, a de “avaliação” da “roda de conversa”, considerando que discutiriam as outras etapas nas semanas seguintes. Repetiu que as(os) *atingidas(os)* deveriam falar do “aproveitamento e participação”, “entendimento e conteúdo” e “estrutura” das reuniões anteriores.

Um morador respondeu a partir do modelo proposto que a reunião havia sido bem-organizada e que o espaço era amplo, mas o barulho da chuva atrapalhara a propagação do som. O *técnico* reagiu: “O seu raciocínio está chegando aonde a gente quer!”, analisando que os equívocos nas respostas anteriores em torno do que será feito no reassentamento diziam respeito ao “problema do consenso”, relativo à “forma de decisão futura” que os assuntos requeriam, concluindo da seguinte maneira: “Vocês tão vendo como é difícil para Renova resolver isso. A gente está numa posição muito difícil, o trabalho é muito difícil”.

Essa reunião dá pistas de como os *técnicos* da Fundação Renova organizam os encontros. A pauta e as deliberações das(os) *atingidas(os)* são compreendidas pelos *técnicos* a partir de uma ideia de consenso, repetida em diversos encontros de que participei. O debate e o acordo são motivadores das reuniões, na medida em que, nas palavras de Brown, Reed e Yarrow (2017, p. 8), esses encontros começam com uma “multiplicidade” de pessoas, ideias e conhecimentos, mas o resultado esperado é uma “singularidade”, a concordância em torno de um objetivo.

Assim, a pretensão do consenso insiste na anulação da multiplicidade (MANTOVANELLI, 2020) e no apagamento do conflito inerente à socialidade (COMERFORD, 2003). Mais do que isso, Zucarelli (2018) identificou que a ideia de consenso guia todo o processo de *reparação* a partir das audiências e negociações judiciais que estabeleceram os acordos entre mineradoras rés e entidades públicas. Ele analisou esse

problema pelo conceito de harmonia coercitiva de Laura Nader, mostrando as estratégias de pacificação impostas sem que as reivindicações das(os) *atingidas(os)* sejam consideradas. Da mesma maneira, Raquel Oliveira *et al.* (2020, p. 102) argumentaram que o “discurso pedagógico” dos *técnicos*, especificamente a respeito da qualidade e quantidade de água no reassentamento de Paracatu de Baixo, e a insistência em acordos momentâneos consistem em “dupla negação do dissenso” às(aos) *atingidas(os)*, recusando suas reivindicações e sua resistência pela imposição do consenso.

O circuito técnico-burocrático em que reunião produz documento que produz reunião (BROWN, REED e YARROW, 2017) seguiu explicitando esse problema na semana seguinte. No GT Paracatu de Baixo, foram apresentadas as informações sistematizadas das rodas de conversa. A reunião ocorreu no escritório da CABF com a presença de seis *atingidas(os)* que estavam em grupos diferentes naquelas noites, de modo que não ouviram o que fora discutido por cada um. Os *técnicos* da Renova projetaram em slides as planilhas feitas para cada dia, mostrando “pontos de destaque”, coloridos de acordo com o tema. Um morador de Paracatu de Baixo perguntou o que seria um “ponto de destaque”, ao que o *técnico* respondeu que são os pontos em que “não houve contestação. É algo exato”, que fora escrito de “modo técnico e interno [...] para facilitar” a apresentação. Outro *técnico* continuou explicando que “ponto de destaque” é “algo que a comunidade colocou e ninguém discordou”, por exemplo, a água no reassentamento fora elencada como “ponto de destaque que a comunidade tá trazendo agora e tá dando mais oportunidade da gente ouvir”. Os moradores responderam ao longo de toda a reunião: “é uma coisa falada desde o começo”, “precisa de um prazo para resolver isso”, “tem mais de um ano discutindo isso”, “a gente tá falando isso há 3 anos!”.

Os exemplos acima revelam a cadeia de reuniões, que se autorreferenciam, se avaliam e cujos resultados, do ponto de vista das(os) *atingidas(os)* não são alcançados, mas que são arranjados segundo a organização administrava da Renova. Annelise Riles (2017), em pesquisa em um fórum global, evidenciou a temporalidade do processo de produção de reuniões. A pauta, que é previamente decidida, determina as etapas, o desdobramento e o “*output*”, um resultado propositivo que é previsto antes do encontro ocorrer. O futuro deve ser previsto, o planejamento da reunião deve antecipar as ações, as falas, os debates e os encaminhamentos para a efetivação de um objetivo que, muitas vezes, diz respeito a um momento imaginado em um futuro mais distante.

A dissonância entre as propostas e os resultados esperados por *técnicos* e *atingidas(os)* sugerem que os objetivos da *reparação* são secundários para a Fundação Renova. O objetivo principal seria a avaliação, o registro e o relatório da empresa, ao passo que os dados acerca da distribuição e quantidade da água no reassentamento, que seriam “*outputs*” para a *comunidade*, não foram elaborados precisamente até o momento, segundo conversas pessoais com os moradores e relatório feito pela Cáritas (2021a). Em consonância com a reunião, o prazo, outro dispositivo da *máquina do terror* a ser descrito na seção 1.4, explicita a administração do tempo feita pela Renova.

As diferenças entre os modelos das reuniões coordenadas pela Cáritas e pela Renova aparecem, também, na relação da pauta com as reivindicações dos moradores. Nesses casos, elas se aproximam das reuniões de movimentos sociais, especialmente nas deliberações no modelo de assembleias. Ainda assim, é requisitada a antecipação e, para isso, a repetição dos encontros.

Helen Schwartzman (2017, p. 158) questionou como encontros tão diferentes podem ser classificados como reunião, mesmo havendo tipos irreconhecíveis uns aos outros. O exemplo que ela utilizara foi o de reuniões de uma grande corporação e uma assembleia comunitária. Ela argumentou que uma definição sempre deixa algo a escapar, optando pela formulação de Sandler e Thedvall (2017, p. 15-16) que reconhece as reuniões a partir de três imagens: 1. peças de infraestrutura que podem ser usadas em diferentes construções; 2. práticas de circulação (de ideias, pessoas e coisas); 3. criadoras, elas fazem algo acontecer, mesmo quando elas se repetem, postergam e não chegam a resultados. Acredito que esbocei esses dois primeiros aspectos. A seguir, mostrarei o que as reuniões podem criar.

1.3. Reassentamento: “comunidade com estrutura de cidade”

O reassentamento da *comunidade* de Paracatu de Baixo é desejado, anunciado, planejado e postergado, o que faz dele a “terra prometida”, como disse Luzia.³⁶ A *máquina do terror* opera na construção do reassentamento, em sua materialização, não apenas na organização burocrática, evidente nas reuniões que descrevi acima. Aproveitando essas descrições dos encontros entre *atingidas(os)* e *técnicos*, aqui analiso mais especificamente o que é falado do reassentamento e como ele está sendo construído. Escolhi distribuir pelos

³⁶ “V Ciclo de Debates Gesta - Insurgências em tempos de destruição - Mesa 5: Vidas tabuladas: entre estratégias de quantificação e as lutas por reparação”. Realizado em 28 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=it6fBXpqdWU&t=24s>.

capítulos o tema da *reparação* pela restituição do direito à moradia, em vez de limitá-lo a uma única parte, aproximando e distanciando aspectos do que foi chamado de “processo para a retomada da forma da vida”, assim como foi mencionado de diferentes maneiras e em quase todas as falas das(os) *atingidas(os)*.

Existem duas modalidades de reassentamento. O reassentamento coletivo, no qual me deterei, e o reassentamento familiar, no qual o *núcleo familiar* escolhe um terreno particular em qualquer bairro e município brasileiro. De acordo com o relatório feito pela Cáritas (2021a, p. 39), até janeiro de 2021, 186 *núcleos familiares*, que correspondem a casas, tinham direito ao reassentamento, ao passo que a Fundação Renova planejava 97 casas para o reassentamento coletivo. Quatro famílias de Paracatu de Baixo escolheram o reassentamento familiar em área rural, 33 optaram pelo reassentamento familiar em área urbana e dois núcleos familiares foram reconstruídos na área da comunidade atingida (CÁRITAS, 2021a, p. 76).

O reassentamento coletivo é construído a 2,2 quilômetros de distância de Paracatu de Baixo, em um terreno com alta declividade entre o território atingido da *comunidade* e a sede do distrito de Monsenhor Horta, distante da margem direita do rio Gualaxo do Norte. Em 3 de setembro de 2016, os moradores votaram entre três opções de terrenos selecionados pela Renova. O terreno chamado de Lucila (nome da antiga proprietária) com 63,9 hectares, foi eleito por 67% do total de votos.³⁷ Naquele momento a *comunidade* não tinha assessoria técnica, dependendo das informações dos funcionários e representantes das mineradoras, como explicou Luzia:

Primeiro teve que escolher um lugar. Segundo, teve que fazer o tal do *masterplan*, pra gente é um mapa. Teve que olhar. Tiveram a coragem de pegar a comunidade atingida, fez um desenho do local que escolheu pra ter a casa, fez a gente fazer um recorte. [...] Pegamos o mapa de Paracatu, recortamos ele todinho. Pegamos o mapa da outra comunidade e fez o máximo pra aproximar como seria, seguindo as mesmas características. E, aí, não, a gente não tava cansado não, era adoecido, anestesiado. Então aproveitou essa fase nossa de “quero ir pra casa”, essa ânsia e pegaram: “Não, gente, vamos fazer tudo”, “Vamos, vamos!” e fomos. A gente foi empurrado. A gente foi obrigado a aceitar aquela situação que a gente ainda não dominava, não tinha entendimento. [...] Porque na hora que fez falou “qual critério vocês querem?”, falou critério de vizinhança, critério de distanciamento de não querer sair do lado da comunidade atingida (09/12/21).³⁸

³⁷ De acordo com a matéria “Lucila: uma tentativa de recomeçar”, de Luzia Queiroz, com o apoio de Carlos Paranhos e Wandeir Campos, para o Jornal A Sirene, ano 1, ed. 12, março 2017.

³⁸ “6 anos de Desastre: roda de conversa com GESTA e atingidos pela barragem de Fundão”, II Jornada de Direitos Humanos UFMG. Realizado em 09 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HJ--zbxm7ic>.

A *máquina do terror* “empurra” as(os) *atingidas(os)* para as decisões que ela produziu. Apesar de os moradores levarem em consideração os critérios de manutenção da vizinhança e de proximidade do terreno com a comunidade atingida, Lucila não seria suficiente para acomodar os moradores e garantir as atividades econômicas da *comunidade*. Desde as primeiras reuniões, as(os) *atingidas(os)* alertaram que a área do terreno não comportava todas as casas com suas roças nem os sítios vizinhos à *comunidade* que empregavam os moradores nas lavouras. Nos meses seguintes, foram adquiridos terrenos ao redor de Lucila, totalizando 407,19 ha, sendo 95,93 ha de mancha urbana e 311,26 ha destinados a atividades rurais (CÁRITAS, 2021a, p. 49). Ainda assim, nem todos as(os) *atingidas(os)* foram reconhecidas(os) para participarem do projeto do reassentamento pela Fundação Renova.

A cronologia ilustrada pela assessoria técnica indicou que a escritura do terreno foi emitida em abril de 2018. Foram necessárias alterações na legislação municipal para que o terreno fosse regularizado e a construção do reassentamento fosse autorizada em parâmetros urbanos, mas garantindo certas especificidades da *comunidade*, como a criação de animais (CÁRITAS, 2021a, p. 50, 61). As leis complementares foram aprovadas no final de 2018, e o licenciamento ambiental foi concluído pela Prefeitura de Mariana em maio de 2019. Nesse ínterim, o primeiro prazo estabelecido judicialmente para a entrega do reassentamento, em 31 de março de 2018, foi descumprido. Apenas em junho de 2019 foi emitido um alvará que permitia o início das obras, começando pela terraplenagem e contenção das encostas (CÁRITAS, 2021, p. 51).

Todas as etapas de construção previstas pela Renova atrasaram, de modo que o segundo e o terceiro prazos judiciais, respectivamente, 27 de agosto de 2020 e 27 de fevereiro de 2021, foram descumpridos. A empresa justifica os atrasos pela pandemia de COVID-19. Contudo, a assessoria técnica argumentou que mesmo antes da pandemia a construção estava atrasada (CÁRITAS, 2021, p. 54). Até o momento de escrita desta dissertação, nenhuma casa foi concluída, nenhum novo prazo foi estabelecido judicialmente e nenhuma multa foi cobrada, diferentemente do previsto no acordo, pelo descumprimento da ordem judicial.

No dia 17 de junho de 2021, os moradores de Paracatu de Baixo realizaram uma manifestação na estrada que leva ao reassentamento, entre a sede do distrito de Monsenhor Horta e Paracatu. A estrada ficou paralisada por algumas horas no período da manhã, até que

funcionários da Renova e da prefeitura se dispuseram a conversar com os moradores, como explicou Romeu Oliveira:

Vocês vão lá dentro do novo reassentamento lá, Paracatu, lá não tem nada, e o que nós conseguimos depois de cinco anos, nós conseguiu levar o prefeito interino lá, que nós fizemos uma manifestação dia 17 desse mês passado, paramos lá tudo, porque a gente achou aquilo lá um absurdo, porque em Paracatu não tava fluindo nada, ninguém nem ligava Paracatu. [...] conseguimos parar a BR lá que vai pra Paracatu e nessa semana, na segunda feira, conseguimos levar o prefeito interino lá dentro de Paracatu e marcar uma reunião na Renova, porque sempre a gente caía nessas pegadinhas da Renova. Porque no dia da manifestação a Renova mandou um e-mail pra nós falando que ia ter previsão dia 15 de setembro pra levantar o primeiro tijolo. Teve até uma colega de Luzia que leu isso aí e devolveu pra nós o e-mail, porque lá nós lemos com a emoção, mas lá eles colocou “previsão” e quando você coloca previsão, você não tá falando dia certo. Então, voltamos, fizemos outra reunião com a Renova, o prefeito. Então, dia 19 agora, a gente quer a data certa, não é previsão. Previsão a Renova já prometeu pra nós três vezes e não cumpriu. Então, ia chegar dia 15 de setembro eles iam falar “pus aqui previsão”. Uma palavrinha só que mudava o sentido de tudo que eles tavam falando, do e-mail que eles mandou pra nós (02/07/21).

A manifestação das(os) *atingidas(os)* surtiu efeito nas relações com a Fundação Renova e com a Prefeitura. Desde então, a CABF se reúne periodicamente com funcionários públicos e *técnicos* para acompanhar detidamente o processo de construção. No dia previsto de 15 de setembro de 2021, a Renova organizou uma comemoração para o “primeiro tijolo” de uma casa. As(os) *atingidas(os)* protestaram novamente na ocasião, sabendo que isso se realizava somente pelas reivindicações da *comunidade*.

A relação entre a Prefeitura de Mariana e a Fundação Renova foi analisada por Vinícius Reis (2020), considerando as expectativas de cada ator no “jogo da reparação”. A Prefeitura tem papel importante, conforme descreveu Reis, na liberação dos alvarás para as construções, exigindo a criação de um órgão específico no município para lidar com a empresa, a Comissão Municipal para Assuntos Ligados à Fundação Renova (COMAR). Contudo, o poder municipal também sofre com os efeitos do desastre, requerendo a *compensação* das mineradoras. O argumento de Reis (2020, p. 108) sugere que a *reparação* não depende somente da Renova, mas de todos os atores envolvidos, considerando que, no caso específico da Prefeitura, há convergências e divergências que a colocam ora como agente direto do processo com as empresas, ora como requerente das medidas com as(os) *atingidas(os)*.

A construção do reassentamento chama atenção pelos esforços de planificação e urbanização, evidentes no material produzido pela Fundação Renova, divulgado em seu site e em propagandas pagas nas mídias digital e televisiva. A empresa anuncia uma grande

infraestrutura, “um modelo de reassentamento único no mundo” e o investimento de R\$ 2,01 bilhões nos reassentamentos em Mariana e Barra Longa até o momento.³⁹ A seguir, analisarei um exemplo mais específico desse tipo de material e detalharei alguns aspectos dos projetos a partir dos relatos das(os) *atingidas(os)*.

Recebi uma mensagem de Luzia, via aplicativo de celular, encaminhando um anexo do Informe do Reassentamento de Paracatu de Baixo, produzido pela Fundação Renova em 30 de outubro de 2020. O título da matéria principal era “Uma comunidade com infraestrutura de cidade”. O texto listava as etapas das obras no terreno de Lucila: terraplenagem, abertura de vias, construção do sistema de esgoto e as bases para as escolas de ensino infantil e fundamental.

O projeto do reassentamento prevê saneamento básico, ruas pavimentadas e prédios públicos, além da escola, o posto de saúde e o posto de serviços para os Correios, a Polícia Militar e a Guarda Municipal. No mesmo mês, o tema foi detalhado no Boletim Jornada, editado pela Renova, na matéria intitulada “Como os reassentamentos são construídos?”, transcrita a seguir:

Construir os reassentamentos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, em Mariana, e Gesteira, em Barra Longa, é como construir três cidades. Escolas, postos de saúde, praças e igrejas são exemplos de bens coletivos presentes em uma cidade que estão sendo construídos nos reassentamentos. Além disso, toda a infraestrutura que uma cidade requer para funcionar está também presente nos reassentamentos: drenagem, redes de esgoto e água, ruas pavimentadas, estações de tratamento. Embora quase não seja vista, é ela que vai garantir a destinação correta do esgoto, a água tratada para consumo e a energia que move o comércio e chega às casas. As construções dos reassentamentos avançam respeitando valores e manifestações que marcam a identidade de cada uma das comunidades e seus modos de vida (FUNDAÇÃO Renova. Boletim Jornada. Mariana, ed. 13, set/out 2020).

A cidade é caracterizada pela infraestrutura de *bens coletivos*, as primeiras etapas das obras do reassentamento. Apesar da ambiguidade, a Renova não constrói uma nova sede municipal, mas sim dois subdistritos na zona rural de Mariana, chamados de comunidades. Para a empresa, elas são relacionadas às noções de identidade e de modos de vida, enfatizando aspectos da manutenção das relações sociais e do ambiente rural, diferentemente da cidade, vista por seus aspectos de engenharia, aproximada de ideias de modernidade e urbanidade.

O interesse pelos conceitos de comunidade e cidade guiou minha pesquisa e estruturou esta etnografia. Como mencionei na Introdução, a *comunidade* e o reassentamento eram

³⁹ Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/dadosdareparacao/> e <https://www.fundacaorenova.org/dadosdareparacao/reassentamento-e-infraestrutura/>. Acessos em: 11/03/22.

objetos do projeto de pesquisa escrito em 2019. As mudanças de rota que foram necessárias fizeram com que esse tema fosse dissolvido ao longo do texto, não pelo seu abandono, mas pela atenção aos enunciados de meus interlocutores, que apontavam para as relações entre os diferentes aspectos da *reparação*. Adianto que a *comunidade* mencionada por eles não é a mesma exposta pela Renova, como já notou Diego López (2020) em sua etnografia com os atingidos de Bento Rodrigues. Mantenho o foco nos enunciados da Renova ao passo que, no capítulo 3, descreverei os sentidos de *comunidade* atribuídos pelos moradores de Paracatu de Baixo. Não é exagero lembrar que esses conceitos constituíram a Sociologia e a Antropologia, desde Ferdinand Tönnies e Georg Simmel. Considerando o escopo desta dissertação, não me proponho a revisá-los. Insiro a bibliografia mais próxima ao meu tema de pesquisa, indicando as especificidades do argumento que venho elaborando.

A maneira como a Fundação Renova aciona a comunidade e a cidade sugere a aproximação de dois ambientes que não se comunicavam, como se o projeto de reassentamento unisse, pela primeira vez, a tradição e a modernidade, o rural e o urbano. Esse tipo de enunciado é recorrentemente descrito na literatura especializada em reassentamentos, sejam eles relacionados a deslocamentos voluntários ou involuntários, decorrentes de desastres (OLIVER-SMITH, 1991; ARNALL *et al.*, 2013; FAAS *et al.* 2015; BARRIOS, 2017); guerras e atentados violentos (SHUTZER, 2012); projetos de desenvolvimento, principalmente construção de barragens (SCUDDER; COLSON, 1982; SIGAUD, 1992; CERNEA, 1997; MCDONALD-WILSEN, 2009; SCOTT, 2009); processos migratórios (LIPPERT, 1998; GOMES; PERIN, 2016; SRIRAM, 2019); mudanças climáticas (DICKINSON; WEBBER, 2007; SHERBININ *et al.* 2011; TADGELL; DOBERSTEIN; MORTSCH, 2017); conservação ambiental (JEFFERY, 2013) e reformas urbanas (HULL, 2012). As particularidades entre esses contextos imprimem camadas distintas nos processos dos reassentamentos, que os diferenciam de maneira considerável. Apesar disso, suas semelhanças aparecem sobretudo em relação aos esforços de modernização e urbanização que a planificação imprime aos projetos.

Thayer Scudder e Elizabeth Colson (1982) são reconhecidos como propulsores das pesquisas em reassentamentos por projetos de desenvolvimento. No final da década de 1950, eles acompanharam o povo Tonga, deslocados compulsoriamente para a construção da barragem Kariba, na Zâmbia. A pesquisa de longa duração permitiu a análise do processo de reassentamento e a identificação de etapas que poderiam ser generalizados para compreensão

de outros casos, constituindo o modelo de quatro estágios (*four-stage framework*). O primeiro estágio diz respeito ao período anterior à acomodação dos habitantes, em que eles não foram deslocados ou que aguardam a construção do reassentamento. Essa primeira etapa é considerada importante para o planejamento e desenvolvimento do projeto em consonância com as necessidades da população a ser realocada. O segundo estágio consiste no período de transição, corresponde aos primeiros anos dos moradores no reassentamento, um processo lento de adaptação, cujas ações e comportamentos tendem a ser conservadores, baseados nos padrões anteriores à remoção. Os estágios 3 e 4 são mais raros porque dizem respeito geralmente ao sucesso do projeto. No estágio 3, o reassentamento alcança desenvolvimento econômico e, no estágio 4 as relações ambientais, sociais e econômicas são estabelecidas na região, garantindo a transmissão e a manutenção do reassentamento para a geração seguinte.

Posteriormente, Michael Cernea, antropólogo do Banco Mundial, propôs o “*impoverishment risks and reconstruction model for resettling displaced populations*”, conhecido pela sigla IRR, elaborado para planejar, diagnosticar, prever e resolver problemas em reassentamentos. Diferentemente do primeiro modelo citado, este consiste em um processo mais amplo de intervenção, a partir de pesquisas teóricas e empíricas envolvendo cerca de 200 projetos de reassentamentos conduzidos pelo Banco Mundial nos anos 1990 (CERNEA, 2004, p. 12). Cernea identificou que a maioria dos reassentamentos falha devido aos riscos de empobrecimento concernentes à falta de terra para moradia ou terra insuficiente para atividades agrícolas; ao desemprego; à perda da casa e à condição de desabrigo; à marginalização; à perda de acesso à educação; à insegurança alimentar; ao aumento da morbidade e da mortalidade; à perda de acesso a bens comuns ou aos *commons*; e à desarticulação comunitária. O modelo de reconstrução orientado pelas novas diretrizes do Banco investia em cada um desses aspectos, visando a diminuir esses riscos socioeconômicos. Nesse caso, fica explícito que a fonte dos financiamentos para a reconstrução e reassentamento é a mesma que financia os projetos de desenvolvimento que ameaçam e destroem o ambiente. Portanto, as populações despejadas e deslocadas por projetos muito diferentes ao redor do planeta sofrem com os efeitos de reparações geralmente conduzidas por instituições que causaram ou acentuaram os *danos*.

Aproximo o reassentamento de Paracatu de Baixo aos decorrentes de projetos de desenvolvimento porque, diferentemente da maioria dos reassentamentos construídos após desastres, ele foi planejado por uma empresa privada, gerida pelas mineradoras. A literatura

em torno dos desastres analisa comumente reassentamentos que são construídos pelos governos municipais, estaduais ou federais com a participação de organizações não governamentais, financiados por organizações internacionais, como nos casos dos reassentamentos em Honduras, após o furacão Mitch (BARRIOS, 2017), no Sri Lanka, após o tsunami de 2004 (GUNEWARDENA, 2008), e no Equador, após as erupções do vulcão Tungurahua (FAAS, 2017). Apesar disso, esses três casos sugerem um caminho interessante a partir da inserção de ideais econômicos capitalistas nos projetos de reconstrução, bem como a atuação neoliberal dos Estados.

Não ignoro a importante formulação de Oliver-Smith e Hoffman (2002, p. 4) no que concerne à distinção entre os desastres e os projetos de desenvolvimento. De acordo com eles, apesar de os efeitos serem semelhantes, as conceitualizações variam devido à intencionalidade do agente causador do deslocamento. Contudo, esses mesmos autores enfatizam as condições sociais dos desastres, cujos efeitos são intensificados devido aos sistemas de extração, produção e consumo, como mencionei na Introdução. Entendo que os projetos de desenvolvimento podem ser aproximados do caso que descrevo para fins analíticos por considerá-lo um efeito de um projeto de desenvolvimento econômico desastroso e, por si mesmo, um novo projeto de desenvolvimento.

Sigo o argumento de Oliver-Smith em artigo anterior, datado de 1991, comparando quatro casos de reassentamentos por terremotos no Peru, Guatemala, Turquia e Irã: “De novo, a facilidade da construção e da imposição de valores da classe média urbana às populações rurais parecem estar na raiz dos problemas do projeto monótono e uniforme para as populações reassentadas” (OLIVER-SMITH, 1991, p. 16 [tradução minha]). Identifico esse problema a partir da seguinte projeção de um mapa do terreno de Lucila.

Mapa 2 - Reassentamento de Paracatu de Baixo



Fonte: FUNDAÇÃO Renova, 2019.

O terreno foi dividido em lotes, chamados de áreas com frentes de trabalho diferentes. As ruas mantêm os nomes que tinham na comunidade, apesar de serem distribuídas de maneira diferente e terem tamanhos maiores. A Área 1 corresponde ao centro da comunidade, onde serão construídas a igreja e a praça Santo Antônio, a Casa São Vicente, a escola de ensino infantil e fundamental, o posto avançado de saúde e, mais abaixo, o campo de futebol. A Área 2 não é contígua à primeira área e consiste no lote mais distante, correspondente à rua Furquim. Uma estrada que liga ao distrito de Furquim está sendo construída, abrindo uma nova saída. A Área 3 é a entrada principal do reassentamento, à direita da estrada que liga Monsenhor Horta a Paracatu de Baixo. A via de acesso é em um morro, muito diferente daquela de Paracatu de Baixo, que é uma continuidade da estrada, margeando o rio, seguindo para o distrito de Pedras. Nessa área será construído o cemitério, a estação de tratamento de esgoto e o Posto de Serviços. Seguindo o mapa, à primeira direita está a rua São Caetano, correspondente às casas que ficavam na entrada de Paracatu. Por fim, a Área 4 é completamente residencial, onde se encontra o início da rua Furquim.

Mapa 3 - Mapa interativo do reassentamento



Fonte: Fundação Renova, disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/reassentamentos/paracatu-de-baixo/>. Acesso em: 11/03/22.

Como mencionado no início desta seção, a Fundação Renova projetou o reassentamento tentando seguir a disposição das ruas como eram em Paracatu de Baixo. No entanto, elas foram alargadas, aumentadas em tamanho e comprimento, achatadas de acordo com o terreno. O reassentamento de Paracatu de Baixo não é um esquadrinhamento linear, como se vê nos reassentamentos construídos no Vale do Jequitinhonha devido à barragem de Irapé, descrito por Fabiano Bechelany (2008), e no sertão do Ceará, após a construção da barragem de Castanhão, observado por Roberto Lima (2008), dois casos em que as ruas foram feitas a régua, seguiam um padrão de concreto e asfalto, sem árvore, sem morro, em uma planície seca. Um outro tipo de geometrização é instalada no projeto que analiso, em que a *máquina do terror* tenta emular uma cópia da *comunidade* de Paracatu de Baixo anteriormente ao rompimento da barragem.

As obras são feitas por empresas contratadas pela Fundação Renova. A estrutura inicial foi construída pela empreiteira Andrade Gutierrez – a mesma empresa que, em 1977, construiu o Complexo Alegria, da antiga Samitri, atual Samarco, em Mariana, onde a barragem de Fundão foi erguida posteriormente, em 2007⁴⁰ – ao passo que as casas são construídas pelas empresas Hexágono e Dinâmica (CÁRITAS; CABF, 2022a). Primeiramente, foram feitas as obras estruturais: terraplenagem, contenção de encosta,

⁴⁰ Disponível em: <https://www.andradegutierrez.com.br/Projetos.aspx#3312>. Acesso em: 20/08/21.

pavimentação, abertura de vias, construção do sistema de água e esgoto, adutora de água e sistema de drenagem. De acordo com a Renova, 90% dessas etapas foram concluídas em março de 2022.⁴¹ Em seguida, privilegia-se a construção dos *bens coletivos*. A escola é o único prédio cujas bases foram erguidas, com estrutura pré-moldada. O posto de saúde, a igreja e a quadra poliesportiva ainda não tiveram os projetos aprovados pela *comunidade* em reunião (CÁRITAS; CABF, 2021a).

As(os) *atingidas(os)* analisam o reassentamento a partir de uma crítica à dualidade entre cidade e comunidade proposta pela Renova. Se a empresa promete uma “infraestrutura de cidade” e grandes construções para os *bens coletivos*, por que não garante terra e água para a *comunidade*? Ou, nas palavras de Luzia: “Não precisa de suntuosidade... Falam em ‘cidade Paracatu’. Mariana vai ser o que? Vai ser mais organizado que Mariana? A água vai ser parcelada... As pessoas estão desistindo. Estamos indo aonde a gente não tem água” (13/10/20).

As reuniões que descrevi na seção anterior discutiam um dos aspectos fundamentais do reassentamento, o acesso à água. Recapitulando (não a partir da estrutura das reuniões, mas do que era debatido), os *técnicos* da Renova mencionaram que a disponibilidade de água no terreno é suficiente, mas não garantiram o uso para as atividades de agricultura familiar no reassentamento. Apesar do aparato técnico da Renova e da implantação do que chamam de estrutura de cidade, nenhum estudo ou relatório havia confirmado detalhadamente a quantidade, a qualidade e as fontes de recursos hídricos. Além disso, a água no reassentamento será taxada, diferentemente do que ocorria na *comunidade*, como avaliou Luzia: “não adianta fazer reassentamento e a gente pagar tudo: imposto, luz, água. Vou pagar com a vida” (28/08/20). A construção da infraestrutura e dos *bens coletivos* pela Fundação Renova prevê a arrecadação futura de impostos, os quais serão transferidos das contas dos moradores e da administração pública.

Na cidade, o acesso à água é dificultado. Nos períodos em que estive em pesquisa de campo, não permaneci nas residências de minhas interlocutoras, porém, conforme elas me explicaram e em minhas experiências nas casas em que me hospedei, a falta d’água nas torneiras é recorrente – mesmo nos períodos chuvosos e nas áreas centrais da sede municipal. As companhias mineradoras, por sua vez, expropriam incessantemente os recursos hídricos

⁴¹ Notícia publicada pela Fundação Renova em 08/03/22. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/noticia/reassentamento-de-paracatu-de-baixo-tem-mais-de-90-da-infraestrutura-concluida/>. Acesso em: 24/03/22.

essenciais para a mineração (PAPATELLA; SIMAN; CORUJO, 2018). Como uma medida compensatória, a Fundação Renova investiu no saneamento básico do município.⁴² Com isso, a empresa fabrica, a seu modo, a infraestrutura que relaciona a cidade e a utiliza como referência para a construção do reassentamento. Não é diferente em relação aos *bens coletivos*, a exemplo da reforma da Praça Gomes Freire, conhecida como Jardim, no centro de Mariana, *compensação* feita pela Fundação Renova ao município.⁴³

A literatura antropológica é abundante em exemplos de comunidades que foram privadas do acesso à terra e à água. Citarei dois exemplos, ocorridos em circunstâncias muito diferentes das de Paracatu de Baixo, mas que ilustram a alteração completa das formas de vida das comunidades rurais, devido ao deslocamento dessas populações das margens úmidas dos rios para um solo seco, acometido pela escassez hídrica. A pesquisa de Lygia Sigaud (1986) chama atenção para o deslocamento de comunidades rurais à margem do rio São Francisco, decorrente da construção da barragem de Sobradinho, no estado da Bahia. Os terrenos no reassentamento eram limitados, e a maioria dos lotes não tinha acesso ao lago artificial de modo que as terras eram secas, sem fontes naturais de água, alterando completamente o trabalho e a economia familiar, voltada para a agricultura e criação de animais. Dessa maneira, as condições impostas para o reassentamento restringiram as possibilidades dos moradores e impediram a reprodução dos modos de vida diretamente relacionados à sazonalidade do rio.

Lídia Rebouças (2000) acompanhou a organização de reassentamentos decorrentes da implantação de usinas hidrelétricas nos rios Paraná e Paranapanema, no estado de São Paulo. A Companhia Elétrica de São Paulo (CESP), concessionária da Eletrobrás, gerenciou o projeto em desconhecimento com as formas de vida dos ribeirinhos, que foram deslocados para terras de menor tamanho e sem acesso a água. A autora verificou uma inversão do espaço público e privado. Os planejadores esquadriharam o terreno pela função que atribuíram a ele, ao passo que os ribeirinhos entendiam o espaço por suas relações, uma composição formada por casa, bairro, terra e rio.

Um reassentamento escancara a dissociação dos modos de vida, desde a expropriação e a dominação. Entendo que o conceito de confiscação melhor se alia a circunscrição dos problemas evidenciados por reassentamentos porque sublinha a constituição de modos de

⁴² Disponível em: <http://www.saaemariana.mg.gov.br/esgoto>. Acesso em 05/08/21.

⁴³ Disponível em: Disponível em: <https://sites.ufop.br/lamparina/blog/reforma-da-pra%C3%A7a-do-jardim-vai-custar-r-5-milh%C3%B5es-e-durar-quase-dois-anos>. Acesso em: 21/11/21.

perceber e de fazer que impossibilita os modos anteriores ao reassentamento. Confiscação foi definida por Jorge Villela (2020b, p. 282) da seguinte maneira:

confiscar não é apenas explorar nem expropriar. É decompor e recompor uma composição, rearticular as suas partes impedindo por diversos meios (legais, regulamentares, perceptivos, morais, familiares, arquitetônicos) que elas perseverem a composição anterior.

A *máquina do terror*, operada pela Fundação Renova e pelas mineradoras, confisca os modos de vida da *comunidade* pela regulação das(os) *atingidas(os)* na cidade e pelo planejamento do reassentamento, decompondo e recompondo a forma de viver.

A confiscação territorial e a recomposição arquitetônica podem ser lidas a partir de James Scott (1998), conforme a engenharia social projetada para o governo das populações. As barragens e as cidades planejadas são formas típicas do que ele chamou de “ideologia do alto modernismo”, uma fé no progresso científico e tecnológico executada pela planificação e pela organização social (SCOTT, 1998, p. 4). Para Scott, essa ideologia conforma o Estado, cujo motor é a simplificação, que garante a legibilidade desde o ordenamento da sociedade e da natureza. Apesar de não ser uma obra do Estado, o reassentamento construído pela Renova é um efeito da privatização e da terceirização das mineradoras, considerando que o capitalismo, imbricado ao Estado moderno desde seu surgimento, simplifica e homogeneiza as relações.

Argumento que em poucos lugares os esforços de simplificação e homogeneização podem ser mais bem constatados em ato, pela curta duração e pela intensidade das transformações, que em um processo de reassentamento. Os *técnicos* contabilizam, distribuem e realocam as(os) *atingidas(os)*; limitam o perímetro do terreno; dividem os lotes; projetam as casas. Planificação e subjetivação garantidas pelo esquadrinhamento do espaço, o controle das atividades e do tempo, tecnologias políticas que, descritas por Michel Foucault (1987), revelaram-se imprescindíveis para a constituição do poder. A *máquina do terror* invade o nível molecular das casas e das famílias, esquadrinhando o ambiente doméstico. As casas, suas divisões e cada cômodo são modeladas em projetos em 3D, nos computadores dos arquitetos da Renova.

Se os *bens coletivos* seguem projetos de grandes construções, as casas são projetadas em tamanho menor se comparadas às da *comunidade*, “parece um caixote”, avaliam os moradores. A construção é planejada para um número limitado de relações e de atividades, desconsiderando a ampliação ou a redução das famílias ao longo do tempo, diferentemente da casa na *comunidade*, cujos relatos dos moradores serão analisados no terceiro capítulo. O

espaço do quintal é pequeno, não haverá roça ligada à casa e a vizinhança é separada por cerca ou muro. A área reservada para plantação ou criação é íngreme e infértil, seguindo uma lista das espécies e dos lugares onde serão plantadas. Luzia descreveu, em uma conversa pessoal, que anteriormente o primeiro projeto apresentado pela Renova foi de casas geminadas, as quais os moradores negaram veementemente, sabendo que descaracterizaria completamente a *comunidade*. A seguir, transcrevo um longo relato de Luzia que deixa ver o projeto atual de uma residência:

Essa semana, depois de ter terminado o projeto, que é por computador, outros foi presencial, depois que veio a COVID foi através da internet. Demos o ponto final, mas a gente preferiu que fosse remota, mas a gente quis ir a campo pra ver a realidade do que que tava sendo feito, porque no 3D, nos papéis, nas falas tava tudo lindo. É a mesma coisa de um castelo construído no ar. Então, quando a gente chegou lá com o projeto na mão e mostraram na mesa tudo bonitinho, de estalo assim, na hora que a gente entrou no reassentamento a gente estranhou demais, porque tinham muitas coisas sendo feitas que eu não tinha visto ainda, por causa da pandemia que parou as fiscalizações e eu não tava indo. [...] Entrei e falei “Gente, tá tudo diferente aqui!”. Saí do carro, fomos caminhando pra onde que é a nossa rua São Caetano. Só a rua São Caetano era uma rua pequenininha, deparamos com um estiraço enorme, uma rotatória gigante. Aí eu falei: “Pra onde vou entrar pra minha casa aqui?”. Aí, falou “Nesse cantinho aqui”. Aí, eu achei que esse cantinho era em outro lugar. Hora que a gente olhou, falou “Nó, isso!”. Meu marido parou e ficou meio assustado. Fomos entrando, ele com passos finos, cara fechada e tudo. Aí, chegamos no lugar que ia ser feita a casa. Hora que cheguei e falei: “Na onde que é a frente da casa?”, “Que que é isso?”, “Que que é aquilo?”. Aí, eles falando “A medida aqui...”, “A sala aqui”, “A cozinha aqui”, “Sua horta aqui”, “A entrada aqui”. Eu peguei e falei “Não tô sabendo!”. Meu marido também ficou, só balançava a cabeça “Não, não quero, não vou”. Depois, pra ficha cair foi meia hora mais ou menos, pra eu poder situar onde eu tava.⁴⁴

O momento da chegada ao terreno onde as obras seriam iniciadas sugere o descompasso entre o projeto e o terreno, a representação e a casa. Os *técnicos* da Fundação Renova acompanham as visitas agendadas pelos moradores, assim como os assessores da Cáritas. As medidas, os números e os cálculos, a discussão dos materiais e dos planos urbanístico e arquitetônico não alcançam a materialização e a visualização, possível apenas quando os moradores estão no território. As(os) *atingidas(os)*, por um lado, veem desenhos, mapas e imagens gráficas mas, por outro, lembram-se das casas da *comunidade*. O reassentamento é um canteiro de obras que, na visão dos moradores – portanto diferentemente da dos *técnicos* descrita acima –, não se assemelha nem à planificação de um projeto nem à *comunidade*.

Luzia continuou sua fala:

⁴⁴ “Territórios minerários: muito além da lama”, organizado pelo Movimento pela Soberania Popular na Mineração-MAM, em 26 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f6JFguBwS4>.

Na hora que eles me mostraram a minha horta era um beco triângulo. Falei “Vocês têm coragem de falar que isso aqui vai ser minha horta?! Tome vergonha na cara!”. E me ofereceram uma horta suspensa na parede. Falei, “Essa porcaria eu não quero, não! Vou ficar construindo coisa parecendo lagartixa”. Falei “Não, pode deletar isso tudo aqui!”. Jardim que eu entendo é aquele jardim que eu fui lá na casa de Dona Efigênia e peguei a roseira. Aquele jardim que eu entendo que eu fui lá em tia Cecília e peguei uma flor amarela bonita. Aquela casa bonita na frente que eu fui e eu quero marcela, hortelã, eu quero erva cidreira, quero a lágrima de cristo que é uma trepadeira. Então, o meu jardim é a minha visão, não é uma visão que eu vou escolher num catálogo. Aí, já deixei de cara a negativa. “Não me oferecem! Eu quero do meu jeito. É isso aqui. Já deleta.” (26/11/20).

A análise de Luzia mostra a insuficiência da planificação em relação à forma da vida da *comunidade*, tema que abordarei no capítulo 3. Adianto que a horta e, mais do que isso, a casa – que não se limita aos cômodos de uma construção – não seguem os arranjos de um projeto pré-determinado. Elas são feitas pela família, de acordo com seus casamentos, nascimentos, mortes e separações. A casa, no reassentamento, é planejada com um padrão para todas as residências, seguindo tamanhos e metragens delimitados dos terrenos.

A dissonância entre o projeto de uma casa e a casa conforme entendida pelos moradores consiste, segundo Mantovanelli (2018, p. 168), no fato de que, para os planejadores, a casa é um “recurso financeiro mitigatório”, pensada pelos e para os brancos, não para os Mebêngôkre Xikrin, em seu caso de pesquisa, com projetos de casas de alvenaria, com cômodos divididos para a família nuclear e sem espaço para a roça ao redor. Outro exemplo de engenharia foi dado por Magda Ribeiro (2021) acerca dos castanheiros que foram deslocados das margens do rio Iratapuru (AP) para casas aterradas, sendo que viviam em palafitas de madeira que permitiam o uso do espaço inferior, entre a casa e o chão. A percepção da casa se estendia aos espaços vistos como exteriores pelos engenheiros, de modo que a supressão desse espaço alterou completamente as atividades domésticas e o cuidado dos animais.

A *máquina do terror* trata de aplinar com um rolo compressor, que achata os tamanhos, estende as ruas, alarga os prédios e encolhe as casas. Ela opera pelos papéis, reuniões, mapas, projetos arquitetônicos, obras e construções. Finalizando, o trecho selecionado da fala de Luzia:

Aí, a gente pegou e foi olhar, meu marido custou a entender o que era: no projeto, a minha casa tava com uns declive assim. Aí puseram umas pedras bonitas, uns balaústres. Falei assim, aí depois que foi caíndo a fixa e falei “Ó gente, e aqui, a casa lá que vocês tão me mostrando, que meu marido falou que não quer que remove terra”. A gente proibiu eles de fazer terraplenagem. A gente quer a configuração natural do terreno. Eles só vão planar onde que vai ser a casa. Aí, nós olhamos lá então não tem que mexer quase nada. Só uma mexidinha, fez o muro. Não dei

permissão pra mais nada. Aí, do meu sogro permitiu que fizesse terraplenagem, aí a gente já visualizou aquele negócio “Nossa Senhora, o que eles vão fazer aqui?!”. Então, assim, se a pessoa não autoriza a prefeitura fazer assinatura, a pessoa tem que pensar em tudo. Se tem um barranco, tem que falar “Eu quero um muro de arrimo”. Eles tão colocando uma tal de manta com semente, “Põe grama segura”, diz que é firme. Se for na previsão do ano que vem, nunca que essa grama vai segurar aquele negócio. Vai dar uma água, ainda mais que mexeu no terreno, você não sabe qual o caminho que a água vai procurar. Então, pode ter uma surpresa enorme que não tá preparado no futuro. Essa parte aí que eu entendo de planejamento. As casas tudo é muito lindo, tudo surreal, igual eu falei pros inglês [acionistas da Vale e BHP], eu não vou lembrar o que eu falei que “se aquilo é ficção ou realidade”, porque pra mim é ficção (26/11/20).

O projeto tenta conter o desejo da *máquina do terror* pela planificação e pela geometrização, mas ele escapa. Os erros e as surpresas aparecem na construção como imprevisíveis, aversos aos cálculos, técnicas e tecnologias. No entanto, como mostrarei na próxima seção, essa máquina alimenta as contradições, de modo que, em alguns casos, se deixa escapar, a máquina “só funciona rangendo”, lembrando das palavras de Deleuze e Guattari (2011, p. 202).

A despeito dos estudos técnicos, dos projetos e dos atrasos na conclusão das obras, foram identificados problemas estruturais, de acordo com o relatório da Comissão de Fiscalização divulgado pela Cáritas em janeiro, fevereiro e março de 2022. Um talude de contenção de um morro desabou, ruas pavimentadas têm rachaduras e paredes levantadas precisaram ser corrigidas devido aos erros na construção.

Desse modo, a *reparação integral* do direito a moradia é uma ficção, como disse Luzia. Ela não se realiza, estende-se no tempo pelos processos burocráticos e pela lentidão na execução dos projetos. Quando se realiza, é plena de falhas – uma “ficção burocrática”, como chamou Parry Scott (2009, p. 73), analisando o reassentamento de famílias deslocadas para a construção da barragem de Itaparica, no rio São Francisco. Os projetos são planejados, os cálculos são feitos, as etapas são estipuladas, mas a sua execução é sempre adiada, sempre incompleta. A próxima seção será dedicada às dissonâncias e às diferentes temporalidades desse processo.

1.4. Prazo: “é a vida das pessoas”

Em uma assembleia realizada no Centro de Convenções em Mariana, em 3 de março de 2020, juristas do MPMG discorreram acerca de recentes decisões judiciais, entre elas o adiamento do prazo para a entrega do reassentamento. Nessa ocasião, um morador de Paracatu de Cima, subdistrito habitado por sitiantes com propriedades em torno de Paracatu

de Baixo, comentou: “Independente de qualquer prazo, a empresa vai cumprir? Porque do jeito que a gente vê lá, dá mais uns seis anos de obra. O prazo é a vida das pessoas aqui. A criança vai crescer, namorar, casar e vai para lá?”. Nesta seção, concluo o argumento do primeiro capítulo acerca da administração do tempo pela *máquina do terror*, o que garante seu funcionamento, como mostrei, a partir dos documentos, das reuniões e do reassentamento.

Foi por meio de uma audiência pública que pude observar como a operação da *máquina do terror* maneja os prazos. Era 26 agosto de 2020, uma sala virtual foi criada pelos assessores da Cáritas para acompanhar a audiência pública que ocorria paralelamente, também de maneira remota. Naquela sala, era permitida a participação de cinco *atingidas(os)*, dois representantes da Cáritas e o promotor de justiça do MPMG. O encontro foi organizado para transmitir as informações da audiência, por comunicação entre os *técnicos*, para as comunidades. Não descreverei detalhadamente os temas debatidos porque serão melhor analisados no próximo capítulo, a respeito dos valores da *compensação* (subcapítulo 2.3). Detenho-me na reunião paralela e na maneira como foram narradas as decisões.

A audiência estava marcada para as 14:30. Passava-se das 15 horas, e a audiência não começara. As(os) *atingidas(os)* acessavam a sala e permaneciam em silêncio. Um assessor da Cáritas iniciou a narração do encontro, revelando os nomes dos advogados que estavam presentes na defesa das mineradoras. O atraso da juíza permitiu que o assessor avaliasse que “a vantagem da audiência virtual é que o advogado [nome de um representante das mineradoras] não fala no ouvido da juíza”, conforme se verificava nas audiências presencialmente.

A audiência começou. O assessor descrevia e comentava o que acontecia. O primeiro movimento foi a fala do advogado da Vale solicitando um maior prazo para análise e o pedido de esclarecimento das pautas do dia. Na reunião, o assessor comentou: “Absurdo, porque isso está sendo discutido há um ano! Prazo é sempre bom para as empresas. Quem não quer reassentamento logo? É estratégia da empresa para criar mais problemas”. As discussões na audiência prosseguiram. A defensoria pública das(os) *atingidas(os)* contestou o pedido de extensão de prazo. Um *atingido* que estava na audiência falou que a “Renova se contradiz”, porque não segue o padrão de valores estabelecidos por ela própria, criando critérios de repente e, ainda, não reconhece as diretrizes reivindicadas pelas(os) *atingidas(os)*. Em resposta, a juíza afirmou que estava lendo as propostas e que as diretrizes deveriam seguir “critérios simples”, perguntando qual era o prazo sugerido pelos advogados das empresas. Na

reunião, o assessor alertou novamente para o fato de que a proposta das(os) *atingidas(os)* foi entregue no ano anterior. Os moradores permaneciam em silêncio diante dos comentários do *técnico* da Cáritas, até que um *atingido* pediu para ele “falar só o necessário”, já que estava deixando “o povo nervoso”.

A audiência foi encerrada pela juíza poucos minutos depois, sem nenhuma resolução, prorrogando o prazo e postergando a decisão. Os advogados das empresas solicitaram conversar com a juíza particularmente na sala virtual, ao que ela acatou, dispensando os membros do Ministério Público, as(os) *atingidas(os)* e os assessores. Uma moradora concluiu, na reunião, que “a juíza tem que decidir, não aceitar o que empresa fala”. Ninguém mais se manifestou. O assessor encerrou a transmissão se desculpando, reforçando que “a Renova tem interesses próprios, trabalha para Vale e BHP, não é com os atingidos. Como assessor, trago informação”, e concluiu que “essa é a pior coisa: perde tempo e entra em reunião, não resolve, empresa vai ter mais tempo para manter a posição que já tem”.

As mineradoras e a Fundação Renova governam o tempo e as informações. As horas e a energia despendidas em encontros sem resoluções limitam a forma da vida das(os) *atingidas(os)* em Mariana. Os dias são organizados pelos encontros marcados e o prazo da vida invertida na sede municipal é contado pelas datas estipuladas. Porém, os acordos, geralmente estipulados em favor das mineradoras, são descumpridos por elas, prorrogando a vida na cidade.

A imposição de um novo formato tecnológico devido à pandemia de COVID-19 adicionou uma nova barreira à luta das(as) *atingidas(os)*. Alguns moradores vivem em áreas rurais, muitos deles não têm acesso à Internet nem aos aparelhos necessários para acompanhar as reuniões virtuais. As limitações técnicas dificultaram a mobilização dos moradores e até mesmo seus encontros, que se tornaram restritos às reuniões, considerando as distâncias das casas na cidade. Contudo, como analisei anteriormente (MARCURIO, 2020a), estar *preso* em casa não é uma novidade para elas e eles que vivem nas “casas da Renova”, *presos* na cidade, sem poder deixar as crianças *soltas*, sem os vizinhos e os parentes ao lado.

Os prazos são administrados de maneiras diferentes pela Renova. Descrevendo as reuniões na seção 1.2., transcrevi algumas falas de moradores e assessores que sugerem a pressão em relação aos prazos estipulados pela Renova às(aos) *atingidas(os)*, procedimento que também foi notado por Lima (2018) durante assembleias em Mariana, em que os atingidos eram responsabilizados pelos atrasos nas resoluções em torno do reassentamento.

No entanto, são a Renova e as mineradoras que atrasam a entrega de documentos, postergam análises de reivindicações feitas pelas comunidades, solicitam maiores prazos para as discussões, descumprem as datas dos reassentamentos e assim por diante.

A *máquina terror* fabrica o prazo, um importante dispositivo para o funcionamento empresarial que é feito para ser descumprido. É por essa contradição que a *máquina* pode paralisar seu funcionamento ou operar sem dar aviso. Ela funciona em um tempo particular, o “tempo deles”, nas palavras de Luzia, “parece que o tempo para eles não anda” (18/10/20). Ela opera por uma transformação em que tudo o que a máquina alcança tem aparência de novo, como se a máquina não tivesse memória. O que as(os) *atingidas(os)* reivindicam há muito tempo é considerado uma nova pauta durante uma reunião – como as diretrizes descritas na audiência acima ou, ainda, os relatórios acerca da água no reassentamento conforme descrevi nas seções anteriores – ao passo que o tempo das(os) *atingidas(os)* prossegue, “o nosso tempo tá passando”, continuando o relato de Luzia. É requerido a elas e eles todo o planejamento e o cumprimento de etapas programadas, segundo ouvi no escritório da CABF: “A gente tem que fazer tudo com seis meses de antecedência, eles [*técnicos* da Renova] fazem tudo em cima da hora”.

O tempo da *reparação* consiste no tempo das reuniões, dos documentos e das obras que invadiram a vida no processo de sua retomada. É preciso planejar e prever, um esforço técnico-burocrático feito também pelas(os) *atingidas(os)*, mas de maneira muito diferente daquela das empresas (capítulo 2 e 3). De acordo com Simone Abram (2014), a temporalidade da planificação lida menos com a antecipação e com a previsão do que faz parecer, criando certas contradições. O desejo de governar o futuro a longo prazo pelos cálculos se choca com o futuro próximo, que está sempre em negociação nos projetos. A tensão principal da planificação, identificada pela autora nas economias de países europeus, está na refutação de um passado que insiste em aparecer de maneira ingovernável nas relações com os beneficiários, participantes, atingidos, moradores ou ativistas. Nesse sentido, as afirmações de que os prazos beneficiam as mineradoras e de que o tempo não passa para elas dizem respeito à própria tecnologia empresarial que esquia o passado, o qual as(os) *atingidas(os)* não cessam de lembrar.

Laura Bear (2015) mostrou como o tempo aparece nas etnografias do capitalismo como técnica, a exemplo das negociações do mercado financeiro; como episteme, vista na planificação burocrática-estatal; e como *phrónesis*, de acordo com a maneira de organizar,

contar, agir e pensar no/do tempo. Diferentemente de uma distinção aristotélica de cada um desses aspectos, Bear (2015, p. 497) sugeriu que o tempo pode ser analisado nesse emaranhado contraditório e dialético. A contradição na operação da *máquina do terror* fica evidente na administração dos prazos, mas não é restrita a eles, se estende na administração das informações.

Os *técnicos* da Renova selecionam o que é registrado, documentando, armazenado e replicado em relatórios e propagandas. As reivindicações, sejam por meio de falas nas reuniões, de decisões em assembleias e audiência públicas, de documentos registrados e homologados, precisam ser distribuídas e compartimentadas nos 42 programas da Fundação Renova. As contradições são sistemáticas, agravadas ainda pela alteração constante de pessoal, com troca de funcionários entre setores, demissões ou contratações. A fala de Romeu vai nesse sentido:

Esse crime do rompimento da barragem tá renovando a cada dia. Cada reunião que a gente faz você vê violação de direito por parte das empresas, é mentira, muita mentira. Eles troca de pessoa: uma vai hoje, amanhã já tem outra pessoa, aí você vai tratar e aí cê falou isso “foi tratado com fulano, então tem que aprofundar lá pra trazer uma resposta”, aí quando você acha que vai trazer resposta, outra pessoa já pegou aquela coisa, aquela fala pra fazer. Hoje, cada dia tá renovando a violação de direito que a gente tem aqui em Mariana com a Renova (02/07/21).

A segmentaridade da Renova em programas, funcionários e setores possibilita o funcionamento da *máquina do terror* pela administração de informações e do tempo. Notícias falsas foram veiculadas pelas mineradoras em meios de comunicação anunciando, por exemplo, que a *reparação* foi garantida com famílias indenizadas e casas construídas. A esse respeito, inclusive, foi feita uma ação contra a empresa para a retirada das propagandas e a produção de contrapropaganda com informações corretas e o pagamento de indenização às(aos) *atingidas(os)*.⁴⁵

No momento em que escrevo esta etnografia, está sendo negociada uma Repactuação para um novo acordo entre Fundação Renova, os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, o MPF, o MPMG e o MPES. Esse arranjo, após o descumprimento de todos os acordos anteriores pela Renova e pelas mineradoras, é uma tentativa de extirpar o passado, como analisam *atingidas(os)* contrários a mais um acordo que não garanta a *reparação integral* e que repete o mesmo erro “tantas vezes cometido”, de acordo como depoimento de Luzia

⁴⁵ Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/2021/acp-propaganda-assinada-protocolo.pdf>. Acesso em: 15/05/21.

Queiroz, em audiência realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no dia 04 de fevereiro de 2022:

As empresas gostam de apresentar relatórios super elaborados e mostrar que conversam com os atingidos. Mas apontam que é de quinze em quinze dias que os Grupos de Trabalho se reúnem e resolvem muito pouco? Só para quem está na mesa de negociação o tempo todo é que é importante o tempo?

Parece um manual do terror, o modelo é sempre o mesmo. Uma reparação que só tem “ré” e “paração”. Crime renovado a cada dia. Ignoram a nossa luta coletiva, construímos e caminhamos com embasamentos conquistados em audiências públicas, mas as empresas não cumprem. Estamos sob tutela e acorrentados a um processo que a Renova não dá conta de concluir. A Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão pede urgência para que nos escutem. Estamos morrendo em vida.⁴⁶

De novo, o prazo descumprido é o prazo da vida que se esvai. A condição temporária da *comunidade* na cidade se estende por mais de seis anos, sob a tutela das mineradoras, de seus representantes e *técnicos*, noção utilizada por Luzia que elucida o que venho tentando descrever neste capítulo. As empresas dominam a terra e o tempo, seja na comunidade devastada, seja na cidade onde o tempo é espacializado, medido e contado pelas atividades determinadas por elas.

A rotina extraordinária se deve justamente à tutela das mineradoras sobre a *comunidade*, que distribui pessoas e coisas, delibera as atividades e os modos como elas se desenrolam. A *reparação* se estende no tempo, como duração, é marcada pela temporalidade do funcionamento da *máquina do terror* por prazos e atrasos e, mesmo assim, corresponde a um conjunto de relações específicas caracterizadas pela vida na cidade.

Para os moradores de Paracatu de Baixo, a vida parou desde o rompimento da barragem de Fundão. Esse acontecimento esfacelou as formas de viver, mas é a *máquina do terror* que dificulta a sua retomada, renovando o desastre. Rosária Frade, *atingida* de Paracatu de Baixo, relatou o seguinte:

O que causa mais indignação nos atingidos é que a gente não consegue dar o play na nossa vida. Nós demos uma pausa em 5 de novembro de 2015 e nós já estamos em 2020 sem conseguir dar o play. [...] a gente não sabe quantos anos vai ser, é muito difícil, porque a gente não perde cinco anos, a gente perde muitos anos, porque a gente tem muita contrariedade, muita tristeza, muita sensação de não retorno, a gente tem muitos amigos morrendo por idade, por contrariedade, por doença, seja lá como for, que a gente sabe que não vai alcançar o reassentamento. Dá uma sensação de impunidade, de que as empresas não tão cumprindo conforme o combinado, conforme tava previsto inclusive no TTAC e foi mero acordo que as empresas fizeram, foi o TTAC, e a gente vê que não tem nada cumprido, uma demora muito grande (28/08/20).

⁴⁶ Disponível em: <http://mg.caritas.org.br/noticias/atingidos-pela-barragem-da-samarco-exigem-participar-do-processo-de-repactuacao>. Acesso em: 06/03/22.

O terror adoece e mata. Os casos de depressão entre os moradores de comunidades atingidas em Mariana são cinco vezes maiores do que a média nacional, de acordo com a pesquisa realizada por Neves *et al.* (2018), que revelou, também, altos índices de transtornos de ansiedade generalizada e de estresse pós-traumático, sobretudo entre as mulheres. Segundo o Informe da Cáritas de 24 de março de 2022,⁴⁷ 81 pessoas das comunidades atingidas faleceram antes da *reparação* em Mariana. Os moradores alertam para as mortes dos idosos, que desfaleceram desde que perderam as casas onde nasceram e foram criados, as hortas, pomares e roças que cultivaram. Nesse sentido, Luzia e eu escrevemos uma carta reforçando que essas mortes são decorrentes do desastre e relacioná-las é expor as conexões de um modelo de mineração que mata, destrói e polui (QUEIROZ; MARCURIO, 2021).⁴⁸

As(os) *atingidas(os)* estão cansadas(os), como revelou Luzia em outra fala pública, “não temos quem nos substitua, a gente tá desde o início nessa luta, enquanto as empresas têm várias pessoas pra serem substituídas, em todas as partes têm substituição. Nós não temos direito nem a férias, nem a viver bem.” (01/11/21).⁴⁹ Não é nenhuma novidade que na linha de frente estão as mulheres, que lidam com uma dinâmica familiar ao avesso na casa e na cidade. Elas tiveram que dobrar os cuidados com os filhos, acompanhar os idosos, manter os empregos e, ainda assim, lutar pela retomada da forma da vida.

A desigualdade nas posições das *atingidas* e dos *atingidos* em relação às mineradoras faz com que a *máquina do terror* funcione tão bem. Apesar do cansaço, a *comunidade* luta para se livrar da tutela das mineradoras e retomar a forma da vida no reassentamento. Porém, anos a fio, elas e eles conseguem antecipar um único aspecto previsível da rotina extraordinária: a *máquina do terror* continuará em pleno funcionamento, a despeito da *reparação*.

A luta da *comunidade* Paracatu de Baixo pode ser localizada em uma linha ampla de confiscações que acometem populações cujas terras são poluídas, alagadas, desmatadas, contaminadas e invadidas; comunidades que são roubadas e deslocadas quer sejam por

⁴⁷ Mensagem distribuída pela Cáritas para *atingidas(os)* via Whatsapp.

⁴⁸ As contaminações causadas pela lama tóxica às pessoas, aos animais, às plantações e à água não são temas de análise nesta dissertação. A esse respeito, ver as pesquisas de Vormittag, Oliveira e Gleriano (2018); Segura *et al.* (2016); Hatje *et al.* (2017). Ressalto que a *máquina do terror* também opera aqui, pois, segundo as mineradoras, não há doença nem contaminação tóxica derivadas dos rejeitos de minério de ferro, ao passo que os moradores sentem na pele, literalmente, os efeitos da lama tóxica. Alergias, doenças estomacais e pulmonares causadas pelo contato com a lama e sua poeira acometem as(os) *atingidas(os)*.

⁴⁹ “Panorama das lutas e resistências à mineração extrativista em contexto de pandemia”, realizado pelo FLAMA, em 01 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/flamamg/videos/1018593665379390/>.

aparatos jurídicos e técnicos que cercam, derrubam ou alagam as casas; quer sejam por revólveres, doenças, materiais tóxicos. O que a análise da *máquina do terror* sublinha é, novamente, uma contradição de que aqueles que exterminaram os modos de viver, pensar, agir e se relacionar em determinada ecologia são os responsáveis por repará-la. Assim, é possível inferir que os mesmos métodos de destruição são empregados na *reparação*. Relegar às mãos das mineradoras criminosas o “processo para a retomada da forma da vida” de uma *comunidade* é condenar não as *rés*, mas as *vítimas*.

Neste capítulo, tentei mostrar como o tempo da *reparação* constitui e é constituído pela *máquina do terror*, correspondente à atuação das mineradoras Samarco, Vale, BHP e sua representante, a Fundação Renova. Essa máquina funciona a partir de dispositivos técnicos, jurídicos e burocráticos, dos quais destaquei a assinatura, a reunião, o reassentamento e o prazo, de acordo com os relatos que ouvi das(os) *atingidas(os)*. A disseminação do terror tenta alcançar as casas e as famílias pelo controle do tempo, pelo ditame das atividades, pela contaminação ou planificação dos territórios e pelo dinheiro que faz os parentes brigarem, assunto a ser desenvolvido no capítulo seguinte.

O segundo capítulo é onde descreverei as indenizações, um tipo específico de *reparação*, analisando os conceitos de *perdas* e de *danos* a partir de documentos judiciais e relatórios. A *máquina do terror* segue em operação – inclusive caracterizarei outros dispositivos ao longo do texto –, mas me distancio de seu funcionamento para ver, simultaneamente, os movimentos desempenhados pelas(os) *atingidas(os)* ao manejarem as ferramentas técnico-jurídicas que criaram.

CAPÍTULO 2

REPARAÇÃO JUSTA E INTEGRAL

Era 10 de fevereiro de 2019, uma manhã de domingo, quando a minha conversa com Maria das Dores e Patrícia, sua filha, foi interrompida. Maria havia me convidado para um almoço. Era a primeira vez que eu visitava a casa de uma família atingida em Mariana. A frente da casa era cercada por grades, um pequeno corredor abrigava os vasos de plantas e dava acesso à porta de entrada para sala. Os sofás estavam dispostos logo à direita, a televisão dividia o cômodo para a sala de jantar, com uma mesa no canto. À esquerda ficavam os quartos e o banheiro, à frente podia-se avistar a cozinha, cujas janelas de vidro deixavam ver o cenário panorâmico dos morros e dos bairros da parte mais baixa da cidade. Ouvimos um chamado vindo do portão, alguém batendo palmas. Patrícia se levantou do sofá, onde estávamos acomodadas, para atender ao chamado. Ela retornou acompanhada de uma pesquisadora da Cáritas de Belo Horizonte, identificada pelos símbolos no colete que vestia. A mulher se apresentou informando que faria o levantamento de opinião dos *atingidos* acerca dos valores das *perdas* e dos *danos da comunidade*.

Maria das Dores e Patrícia foram surpreendidas. A visita inesperada de uma funcionária da Cáritas desconhecida por elas foi vista com desconfiança. A pesquisadora mexia nos papéis que carregava em sua prancheta e explicava que a contratação de pessoal “de fora” do projeto da instituição em Mariana ocorreu para que a pesquisa não fosse enviesada. Diante da resistência das moradoras, ela avisou que poderia voltar outra hora. Maria concordou, mas pediu para que fosse em um horário em que sua filha estivesse em casa. Ela agendou para o final de semana seguinte, informando que o questionário levaria cerca de quarenta minutos para ser preenchido. Antes de ir embora, ela adiantou alguns dos pontos a serem tratados, como a análise das fotos do rio Gualaxo do Norte, da Igreja de Santo Antônio e dos bens públicos que foram destruídos em Paracatu de Baixo para que fossem valorados monetariamente. Os valores seriam comparados e calculados em média para que as indenizações fossem estimadas.

A rápida passagem da pesquisadora deixou um desconforto na sala. Minha visita, uma jovem pesquisadora desvinculada das empresas e das instituições atuantes na região, atravessada pela visita de outra pesquisadora, com cargo e função estabelecidos na instituição

que assessora as comunidades atingidas em Mariana, escancarou a violência da invasão às casas e a imposição do extraordinário na rotina dos moradores. Ambas suscitavam lembranças incessantes do desastre, que conformavam a própria condição de *atingida(o)*, deslocada(o) na cidade em uma casa alugada com a forma de viver invertida.

Maria das Dores retomou a conversa descrevendo as fotografias que pegara na primeira gaveta da escrivaninha, ao lado do sofá. Eram quatro fotos: as duas primeiras mostravam a horta de sua casa em Paracatu de Baixo, os pés de alface e de couve; as outras duas ilustravam o tanque que construía em seu terreno para criar peixes. Quanto valia aquela casa construída pelos seus pais em meados do século XX? Quanto valia a terra onde ela nasceu e foi criada? Quanto valia a horta que cuidara ao longo de toda sua vida? Quanto valiam as fotografias que foram perdidas na lama?

Neste capítulo, analisarei como a *reparação* requisita a listagem, qualificação, classificação, quantificação e a valoração das *perdas* e dos *danos*. Os dispositivos técnicos e jurídicos que apresentei no capítulo 1 são imprescindíveis para a discussão, pois é por eles que os *técnicos* conduzem a *reparação*. Ao mesmo tempo, as(os) *atingidas(os)* se apropriam de aparatos técnicos para criar ferramentas de reivindicação que sejam consideradas pelos meios jurídico-cartoriais. O argumento da dissertação se adensa na descrição dos métodos de valoração, porque o tempo é a principal variável para o cálculo que estabelece as *perdas* e os *danos*. A Fundação Renova e as mineradoras que cometerem os crimes decorrentes do rompimento da barragem de Fundão fixaram o dia 5 de novembro de 2015 como marco para a *reparação*. As *atingidas* e os *atingidos* lutam para que o tempo despendido desde então seja levado em conta. O esfacelamento da *comunidade* desfez as relações e as composições dos modos de vida em Paracatu de Baixo. O que foi destruído e perdido é percebido diariamente de maneira cumulativa conforme os anos passam sem que haja *reparação justa*. A duração da rotina extraordinária ameaça o passado e o futuro. Enquanto o presente se esvai, o passado parece distante sem as referências da *comunidade*; o futuro, planejado pelos moradores antes do desastre, se dissolve à medida que se sucede o tempo da *reparação*. Para conquistarem seus direitos violados, as(os) *atingidas(os)* recorrem à memória, atualizando as experiências do passado com vistas à retomada da forma da vida.

As *atingidas* e os *atingidos* estão em um impasse. Elas e eles anunciaram diversas vezes que “não tem valor que pague” o que foi perdido, mais especificamente, como afirmou Rosária Frade, moradora de Paracatu de Baixo:

Eles [funcionários das mineradoras] não amam a terra como os agricultores amam, eles amam o ouro. Agricultor ama a terra. A terra, como o barro, forma a vida, como diz na Bíblia. O barro onde nascemos, o barro como lama. Só que, no nosso caso, a lama é a morte. A terra é o tamanho da vida da gente, é o preço de nossa vida. [...] Não tem como medir nosso sofrimento: me dói não comer a comida que eu planto. Quero que a terra valha o amor que tenho por ela (03/11/18).⁵⁰

O valor financeiro de uma indenização não supre a forma da vida em Paracatu de Baixo nem mesmo o sofrimento de ter perdido tudo. A fala de Rosária lembra a escatologia de Davi Kopenewa Yanomami, que previa o desastre iniciado pela invasão dos brancos nas florestas “com o pensamento obscurecido por seu desejo de ouro”, escavando a terra em busca de minério (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 336). A troca entre terra e mercadoria nunca foi efetuada de maneira equivalente:

Eu não sei fazer contas como eles. Sei apenas que a terra é mais sólida do que nossa vida e que não morre. Sei também que ela nos faz comer e viver. Não é o ouro, nem as mercadorias, que faz crescer as plantas que nos alimentam e que engordam as presas que caçamos! Por isso digo que o valor de nossa floresta é muito alto e muito pesado. Todas as mercadorias dos brancos jamais serão suficientes em troca de todas as suas árvores, frutos, animais e peixes. As peles de papel de seu dinheiro nunca bastarão para compensar o valor de suas árvores queimadas, de seu solo ressequido e de suas águas empoalhadas. Nada disso jamais poderá ressarcir o valor dos jacarés mortos e dos queixadas desaparecidos. Os rios são caros demais e nada pode pagar o valor dos animais de caça (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 354-5).

As mineradoras só veem o ouro e trazem a morte como recompensa. É pelo ouro que elas pensam e trocam, inclusive a terra, ao passo que as(os) *atingidas(os)*, que em maioria vivia do trabalho nas roças e do cuidado das hortas, pensam pelos seus afetos e pelas relações que estabeleciam na *comunidade*.

A *reparação* envolve a indenização (em dinheiro) e a *compensação* (em dinheiro, terra ou construção)⁵¹. Para isso, é necessário fazer um inventário das *perdas* e dos *danos materiais* e *imateriais*, catalogá-los, classificá-los, quantificá-los e valorá-los monetariamente. De um lado, as empresas mineradoras selecionam as(os) *atingidas(os)* e elencam as *perdas* e os *danos* passíveis de indenização, propondo valores irrisórios a *perdas* inestimáveis. De outro, as(os) *atingidas(os)* precisam formular metodologias que qualifiquem e quantifiquem suas *perdas*, travando uma luta pela *reparação integral*, mesmo sabendo que ela não se reduz aos valores monetários.

⁵⁰ Seminário “Mariana 3 anos depois”, Organizado pela Cáritas e CABF, em Mariana/MG.

⁵¹ Adotei o itálico apenas para o termo *compensação* porque a diferenciação em relação à indenização é uma particularidade do processo judicial em Mariana, conforme explicarei na seção 2.3.

Analiso a *reparação* a partir de um conjunto vasto de etnografias atentas aos processos de reparação histórica de situações de violência política, policial e de destruição ambiental, aproximando casos de genocídio e de etnocídio aos de ecocídio, em que a aniquilação dos corpos começa pela devastação de determinada ecologia. Essas conexões foram pouco estabelecidas pela bibliografia especializada no rompimento da barragem de Fundão e, até onde vão meus conhecimentos, pela literatura em torno dos desastres, no entanto argumento que elas podem inscrever a luta das(os) *atingidas(os)* em uma tradição histórica de resistências, somando forças às reivindicações contemporâneas.

As ações de reparação acontecem retroativamente quando os crimes e as vítimas são reconhecidos institucionalmente por meio de processos judiciais. A memória é, portanto, o fundamento para a luta, desde os atos de testemunho e de fala, como sugeriu o célebre trabalho de Michael Pollak (1989) a respeito do holocausto judeu na Segunda Guerra Mundial. A obra de Veena Das (2007) se concentra no problema do testemunho e da escrita, requisitos do Estado para o reconhecimento da violência e, por isso mesmo, um impasse à reparação considerada legítima quando submetida aos aparatos judiciais e estatais que produzem e reproduzem violações e desigualdades. A institucionalização da reparação se efetiva quando as reivindicações conseguem transformar a memória em técnica jurídico-cartorial (VILLELA, 2020b).

De maneira geral, verifica-se que os processos de reparação ganham força nos momentos de transição política e de democratização de governos após regimes ditatoriais. Katherine Verdery (2003) discorreu acerca da justiça de restituição na descoletivização e privatização da terra na Romênia pós-socialista. Ela destacou o dilema para dar valor à terra como bem material em um sistema de pensamento com sentidos morais e ideológicos distintos para conceber a terra, exigindo dois movimentos para a criação da propriedade privada, um como direito e outro como posse (VERDERY, 2003, p. 31). Na América Latina, processos de reparação histórica se desenrolaram após os governos ditatoriais que marcaram a segunda metade do século XX. As lutas das vítimas pelas violações de direito entoam a verdade e a justiça como palavras de ordem. Elizabeth Lira (2018) se dedicou à reparação das pessoas vitimadas pela ditadura chilena, analisando a conformação da memória social e política pelos testemunhos, um ato de fala e de escuta que recruta a experiência vivida para que seja reconhecida, constituindo-se como ferramenta terapêutica e denunciativa (LIRA, 2018, p. 21). Na Argentina, a luta por reparação fundou o movimento das *Madres e Abuelas*

de Plaza de Mayo, analisado por Liliana Sanjurjo (2013) a partir da formação da identidade e da verdade histórica desde a luta pela memória dos mortos, desaparecidos e raptados do último regime ditatorial.

No Brasil, o debate em torno da reparação histórica emergiu no final da ditadura militar, mas foi prolongado nas décadas seguintes sem que houvesse uma Comissão da Verdade, mecanismo jurídico adotado nos casos do Chile e da Argentina, até 2011. As reivindicações por reconhecimento dos crimes políticos e contra os direitos humanos cometidos impulsionaram os pedidos de reparação das famílias de vítimas mortas ou desaparecidas, como mostra a tese de Desirée Azevedo (2016). Com a redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988, os povos indígenas reclamaram seus direitos de reparação pelo genocídio das populações, intensificado no período da ditadura, a exemplo dos casos dos Avá-Canoeiro (RODRIGUES, 2019) e dos Krenak (AZOLA, 2021), também vitimados pelo rompimento da barragem de Fundão. As subsequentes reivindicações para o reconhecimento de populações cujos direitos foram historicamente violados se atrelaram às formas jurídicas de reparação, conformando, por exemplo, o reconhecimento de comunidades quilombolas e a instauração de políticas públicas voltadas às pessoas negras. Nesse sentido, os casos de violência policial que caracterizam o genocídio continuado da população negra na periferia urbana do país são mobilizados pelas famílias de suas vítimas com demandas não somente de reparação de suas perdas, mas também de restituição histórica, como mostraram Márcia Pinheiro (2018) e Matheus Araújo (2021), a partir de movimentos de mães que perderam seus filhos nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, respectivamente.

No que concerne aos crimes ambientais, foi seguida a mesma tendência de reparação por dispositivos de justiça, ampliada nos anos 1990. Stuart Kirsch (2006) etnografou o caso do despejo de rejeitos de minério no rio Ok Tedi, na Papua-Nova Guiné, identificado em 1984 e recorrente nas décadas seguintes, causado pela mineradora BHP Billiton, também responsável pelo rompimento da barragem em Mariana. Kirsch (2006, p. 205) descreveu a luta por reparação dos indígenas atingidos pela mineração que, a partir de alianças com movimentos sociais e ONGs, atuaram em conferências climáticas e fóruns internacionais para os direitos humanos, resultando na abertura de um processo judicial contra as mineradoras em 1994. Esse tipo de aliança foi analisado por Catarina Morawska (2021) sob o nome de “compósitos globais”, que reúnem aparatos técnicos, jurídicos e financeiros que, no caso dos povos indígenas, sustentam o enfrentamento de conflitos locais com fazendeiros, grileiros,

madeireiros (que também formam seus compósitos globais), a exemplo das alianças da Terra Indígena Raposa Serra do Sol com entidades italianas e inglesas para justiça social.

De maneira semelhante, as(os) *atingidas(os)* enfrentam as mineradoras em processos judiciais no território nacional (discorrerei adiante) e no exterior, no Reino Unido, sede da BHP. O reconhecimento de violação aos direitos humanos foi averiguado pelo Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, em 2015, e pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos, em 2017.⁵² Convocar aparatos legais e diferentes regimes de conhecimento em escala global indica, por um lado, o potencial criativo dos povos em suas articulações e, por outro, a apropriação das técnicas dominadas pelas companhias mineradoras para suscitar efeitos nos padrões de funcionamento das empresas e dos Estados.

A *reparação* do rompimento da barragem de Fundão tem a especificidade de não lidar com uma minoria étnica e identitária, mas com uma população de aproximadamente de 3,2 milhões de habitantes da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (JUSTIÇA GLOBAL, 2016). A circunscrição de minha pesquisa à *comunidade* de Paracatu de Baixo talvez não deixe ver propriamente esse aspecto, mas pode revelar alguns feixes que ajudem a pensar os processos de reparação histórica, especialmente nos casos que envolvem crimes ambientais. Ainda assim, é preciso salientar que, olhando para as comunidades atingidas, vê-se que a maior parte dos moradores são pessoas negras e, seguindo o curso do rio Doce, povos indígenas e comunidades tradicionais (MANSUR *et al.*, 2016). Dessa forma, são constituídas situações de vulnerabilidade com o acúmulo de desigualdades sociais e econômicas às populações negras rurais e urbanas, indígenas, quilombolas e pescadoras.

O imbricamento da luta por reparação histórica e ambiental foi delineado por Kristina Lyons (2019), mostrando as reivindicações pela memória do rio Madur, na Colômbia. Com o Acordo de Paz entre o governo nacional e o grupo guerrilheiro Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo (FARC-EP), selado em 2016, comunidades de Puerto Guzmán retomaram seus territórios, os quais foram devastados pela mineração e pela poluição do rio, pela fumigação de veneno em plantações e, ainda, sob ameaça de extração de petróleo. Nesse “microcosmos de conflitos socioambientais”, como caracterizou Lyons (2019, p. 219), os moradores das margens do rio Madur ingressaram na luta por verdade, justiça e reparação desse que era seu principal recurso hídrico. Dessa maneira, ela relatou os movimentos dos moradores para a reconstrução da memória

⁵² Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/old/cndh/relatorios/RelatriodaBarragemdoRioDoce_FINAL_APROVADO.pdf. Acesso em: 04/02/20.

socioecológica do rio, acionando a linguagem dos direitos humanos ao meio ambiente e à água e, propriamente, aos direitos do rio como vítima (LYONS, 2019, p. 221). Ainda assim, o reconhecimento da memória humana e não humana não é suficiente, segundo Lyons (2019, p. 236-7), como garantia da não repetição das violações, na medida em que os conflitos estão em escalada e que a ideia de paz não inclui as relações socioambientais.

Meu esforço aqui é para elucidar as articulações dos moradores de Paracatu de Baixo com a memória. Não alcanço especificamente a descrição de relações socioecológicas, por exemplo, a respeito do rio Gualaxo do Norte. Nem analisarei as medidas para *reparar* o meio ambiente, restringindo a análise para a *reparação* dos moradores. Enfatizo, no entanto, que as relações em determinada ecologia da *comunidade* estão em debate para a *reparação justa e integral*.

A Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF) com a assessoria da Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais lutam pela *reparação integral*, nos termos da legislação internacional estabelecida pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), resumidas em seis tópicos:

1. Investigação dos fatos;
 2. Restituição de direitos, bens e liberdades;
 3. Reabilitação física, psicológica e social;
 4. Satisfação das vítimas;
 5. Garantia de não repetição de violações;
 6. Indenização por danos materiais e imateriais.
- (CÁRITAS; CABF, 2020, p. 15-16)

Para conquistá-la na esfera judiciária brasileira, foram abertos processos em duas instâncias: pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), na 2ª Vara Cível da Comarca de Mariana, e pelo Ministério Público Federal (MPF), na 12ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais. Em conflito de competência, os processos foram distribuídos de modo que o MPMG atuasse em Mariana e o MPF, em toda a Bacia do Rio Doce, dedicado a *reparações* socioambientais. Minha pesquisa com a *comunidade* de Paracatu de Baixo faz com que eu detenha atenção à ação do MPMG.

O processo judicial principal para as *vítimas* do rompimento da barragem de Fundão em Mariana foi a Ação Civil Pública nº 0400.15.004335-6, distribuída pelo MPMG em 10 dezembro 2015. O pedido de *reparação* foi formulado segundo legislações disponíveis nos códigos nacionais, entre elas: a Lei nº 6.938/1981 (BRASIL, 1981), que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente; a garantia de Direitos Humanos dispostas na

Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988); o Código de Defesa do Consumidor (BRASIL, 1990); e o Código Civil de 2002 (BRASIL, 2002). A partir do compilado de jurisprudência, a ACP requisitou a *reparação* nos seguintes termos:

Uma vez imposta, voluntária ou involuntariamente, perda ou prejuízo, entende-se por reparação toda e qualquer forma de satisfação dada ao atingido: reposição, restituição ou recomposição, quando os bens ou infraestruturas destruídos, ou ainda a situação social prejudicada, são repostos ou reconstituídos; indenização, quando a reparação assume a forma monetária; compensação, quando se oferece outro bem ou outra situação que, embora não reponham o bem ou situação perdidos, são considerados como satisfatórios em termos materiais ou morais. A reparação pode ser material ou moral (MARIANA, 2015, p. 28).

A abrangência do conceito de *reparação*, referenciado em diferentes documentos que descreverei neste capítulo, merece ser enfatizada de acordo com as medidas adotadas durante o processo. Em outras palavras, a *reparação* se apresenta aos moradores de Paracatu de Baixo como: 1. Reconstituição, a exemplo do reassentamento que restabelece o direito à moradia; 2. Indenização, restituição monetária das *perdas* e dos *danos*; 3. *Compensação*, quando a restituição não é possível e a reposição se estabelece por outras formas, não exclusivamente monetária, por exemplo aumentando a área dos lotes no reassentamento devido ao declive acentuado inexistente no terreno habitado anteriormente.

Conforme descrevi no primeiro capítulo, a *reparação* é administrada pela Fundação Renova. Uma empresa fundada pelas mineradoras que cometeram os crimes determina como eles serão restituídos, indenizados ou compensados. Neste capítulo, ficará evidente como ela classifica e elege as pessoas atingidas, seus *danos* e suas *perdas* e os direitos que serão reparados. O MPMG impediu essa operação da Fundação Renova, conquistando a reformulação do cadastramento das(os) *atingidas(os)* e do levantamento de *perdas* e *danos* feito pela Cáritas e pela CABF. Contudo, as(os) *atingidas(os)* denunciam os descumprimentos dos acordos e das sentenças pela Renova e pelas mineradoras, mantendo o funcionamento da *máquina do terror*.

Dedico-me à *reparação* no que concerne à classificação de pessoas e de *bens* nas atribuições de indenização e de *compensação*. O material de análise consiste em documentos disponibilizados publicamente nos sites da Fundação Renova e da Cáritas. Nesta etnografia, os documentos são submetidos à avaliação das(os) *atingidas(os)*, sendo que os leio do ponto de vista dos relatos falados ou escritos. Assim como no capítulo anterior, as falas são majoritariamente de Luzia Queiroz, moradora de Paracatu de Baixo e membro da Comissão, visto que a atuação na luta requer a participação em eventos e as falas públicas.

Pretendo mostrar como as(os) *atingidas(os)* transformaram a memória em uma ferramenta técnica para a *reparação integral*. O relato dos moradores é a principal forma de elencar as *perdas* e os *danos*, e a memória é a fonte para que elas e eles descrevam como era e o que tinha em Paracatu de Baixo. Invisto na definição do filósofo Henri Bergson (1999 [1898]), seguindo a análise posterior feita por Deleuze (1999 [1966]). Para eles, a memória conserva imagens do passado, mantendo a percepção que temos do ser e da matéria, de modo que uma experiência presente é percebida pelas imagens de nossas experiências passadas (BERGSON, 1999, p. 69; DELEUZE, 1999, p. 49). No entanto, a memória não contém uma imagem congelada do passado, ela é atualizada e unida ao presente, formando uma nova lembrança (DELEUZE, 1999, p. 51). Essas imagens do passado são atualizadas para que as *perdas* e os *danos* possam ser listados, classificados, quantificados, calculados e monetarizados para a *reparação*.

Meu argumento é que as imagens do passado que compõem os relatos são lembranças requisitadas pela experiência presente, de modo que as(os) *atingidas(os)* olhem para o passado sabendo que tudo se perdeu. A memória aparece como o único recurso e deve ser transliterada em matéria para que haja *reparação*. Não quero dizer que os moradores concordem com a necessidade de valoração das *perdas* e dos *danos*, pelo contrário, seus relatos sugerem que nenhuma forma de *reparação* será suficiente. As indenizações podem ser *justas*, nos limites de um aparato jurídico, porque foram pensadas pelas(os) *atingidas(os)*, tentando se aproximar da “verdadeira realidade”, nas palavras de Luzia, em comparação às propostas elaboradas pela Fundação Renova, que ignoravam os relatos das(os) *atingidas(os)* e a forma da vida da *comunidade*.

Estruturei o capítulo em três seções. As duas primeiras excedem em números de páginas, por uma escolha metodológica. Tenho a intenção de colocar em contraste as ferramentas técnico-jurídicas da Fundação Renova com as da Cáritas e da CABF. Em ambos os casos, as ferramentas têm os mesmos nomes, tento descrevê-las seguindo a cronologia de sua implementação, mas analiso como elas se diferenciam no formato, composição, metodologias adotadas para sua criação e seus resultados. Sigo o método comparativo contrastivo elaborado pelas(os) *atingidas(os)* para avaliarem o antes e o depois do desastre, o que explicitarei no terceiro capítulo.

O primeiro subcapítulo é dedicado à análise do *cadastro* das pessoas atingidas e do inventário das *perdas* e dos *danos*. Até 2017, o cadastramento estava sob responsabilidade da

Fundação Renova, porém os impasses e as dificuldades com os formulários, as entrevistas e a necessidade de documentação comprobatória impulsionaram o MPMG a solicitar a sua reformulação. A partir de então, a assessoria técnica da Cáritas planejou um tipo de *cadastro* junto às comunidades atingidas. Descrevo como essa nova ferramenta buscou considerar a memória das(os) *atingidas(os)*, adotando metodologias participativas que valorizaram diferentes formas de conhecimento.

O segundo subcapítulo descreve como o inventário das *perdas* e dos *danos* foi organizado de modo que cada item pudesse ser valorado monetariamente. O documento que apresenta esses dados tabulados foi chamado pela Fundação Renova de Matriz de Danos. A restrição dos itens elencados e sua subvaloração foram alguns dos motivos que levaram as(os) *atingidas(os)* a criar sua própria *Matriz de Danos*, seguindo a proposição do *cadastro* reformulado. Essa é a maior seção em número de páginas, em que comparo as formas de valoração, tentando elucidar a tecnologia de transliteração de memória em matéria.

Finalmente, o terceiro e último subcapítulo aborda a noção de *compensação*. Diferentemente do uso corrente, no caso de Mariana esse conceito foi definido como um tipo aquém de *reparação* porque correspondente a *perdas* e *danos* que a indenização e a restituição não são capazes de *reparar*. Ele, ademais, abarca formas não monetárias de *reparação*, apesar da insistência das mineradoras em *compensações* financeiras. Argumento que a *compensação* deixa evidente *danos* e *perdas* que ocorrem no próprio tempo da *reparação*, expondo suas falhas. É dessa maneira que ela se relaciona à memória no presente, a partir da comparação entre a vida antes e depois do rompimento da barragem, expondo a rotina na cidade e o limite das possibilidades no reassentamento. A *compensação* mira os *danos* futuros e, por isso mesmo, há certa dificuldade em compreendê-la.

Este capítulo é um interstício, uma fenda entre o primeiro e o terceiro capítulos. Poderia me instalar aqui e desenvolver toda uma etnografia de documentos, tateando uma antropologia econômica e uma antropologia do direito. Não foi por falta de avisos, quer da banca do exame de qualificação, quer de meu orientador de pesquisa. Escolhi me ater ao projeto inicial não apenas meu, mas compactuado pelas(os) *atingidas(os)*. Escrevo a respeito da *reparação*, que é, ao mesmo tempo, *máquina do terror* – operando em reuniões, projetos e obras, em inventário e cálculo, em documentos e matrizes – e retomada da forma da vida, em suas manifestações mais ordinárias, nos encontros com parentes, nas relações de troca e de trabalho, nas celebrações e nas festas.

2.1. *Cadastro: selecionar e registrar*

Para que o direito à *reparação* fosse avaliado, o primeiro passo foi fazer o cadastramento. Esse procedimento administrativo consistia no preenchimento de um formulário criado por *técnicos*, em que as informações deviam ser sistematizadas em inventários de *perdas* e de *danos*, posteriormente avaliados e julgados como elegíveis ou inelegíveis à restituição, indenização e *compensação*. É esse procedimento que determinava se a pessoa era *atingida* e, por direito, seria reparada.

Neste subcapítulo, apresento tecnologias utilizadas pelos moradores de Paracatu de Baixo para aprimorar o cadastramento, apropriando-se de um procedimento técnico administrativo para reduzir suas limitações e determinações sobre as(os) *atingidas(os)*. Introduzo a questão da memória como principal técnica no *cadastro* das *perdas* e dos *danos*, argumento que arremato no subcapítulo posterior. Exponho um breve panorama do processo de cadastramento, que se realizou de duas maneiras, por dois *cadastros* distintos. Antes de analisar o *cadastro* feito pela Cáritas em parceria com a CABF, descrevo o primeiro *cadastro* feito pela Renova. Opto por manter grafado em itálico ambas as formas porque são referências nas falas das(os) *atingidas(os)*, compreendidas quando caracterizadas.

Logo após o rompimento da barragem de Fundão, as mineradoras iniciaram um cadastramento dos que elas chamaram de *impactados*, o Cadastro Emergencial. Nos meses seguintes, o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), que resultou na criação da Fundação Renova, dispôs que a primeira medida para a *reparação* socioeconômica era o “cadastramento dos impactados” (TRIBUNAL, 2016, Subseção I.1, p. 32), sendo eles “pessoas físicas ou jurídicas, e respectivas comunidades, que tenham sido diretamente afetadas pelo EVENTO” (Cláusula 1, p. 7) em decorrência de:

- a) perda de cônjuge, companheiro, familiares até o segundo grau, por óbito ou por desaparecimento;
- b) perda, por óbito ou por desaparecimento, de familiares com graus de parentesco diversos ou de pessoas com as quais coabitavam e/ou mantinham relação de dependência econômica;
- c) perda comprovada pelo proprietário de bens móveis ou imóveis ou perda da posse de bem imóvel;
- d) perda da capacidade produtiva ou da viabilidade de uso de bem imóvel ou de parcela dele;
- e) perda comprovada de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros e extrativos, inviabilizando a atividade extrativa ou produtiva;
- f) perda de fontes de renda, de trabalho ou de autossustentância das quais dependam economicamente, em virtude da ruptura do

vínculo com áreas atingidas;
g) prejuízos comprovados às atividades produtivas locais, com inviabilização de estabelecimento ou das atividades econômicas;
h) inviabilização do acesso ou de atividade de manejo dos recursos naturais e pesqueiros, incluindo as terras de domínio público e uso coletivo, afetando a renda e a subsistência e o modo de vida de populações;
i) danos à saúde física ou mental; e
j) destruição ou interferência em modos de vida comunitários ou nas condições de reprodução dos processos socioculturais e cosmológicos de populações ribeirinhas, estuarinas, tradicionais e povos indígenas. (Cláusula 1, TTAC, 2016, p. 8).

O *cadastro* deveria “conter o levantamento das perdas materiais e das atividades econômicas impactadas”, desde que os *impactados* comprovassem a renda “antes do evento” e os “prejuízos sofridos”. A Renova poderia aceitar uma declaração que substituísse esses documentos comprobatórios apenas em casos excepcionais (Cláusula 21, p. 32). Dessa maneira, o *cadastro* serviria como “referência para o dimensionamento e quantificação de todos os programas socioeconômicos” (Cláusula 23, p. 33) que visavam à *reparação*.

O acordo estabeleceu que a elegibilidade e o reconhecimento das pessoas atingidas pelo maior desastre e crime socioambiental do país seriam relegados às mineradoras responsáveis pela destruição completa de comunidades rurais, pela morte de 19 pessoas e pela poluição da Bacia do Rio Doce. A problemática em torno do TTAC foi tema da análise de Coelho, Milanez e Pinto (2016, p. 211), sublinhando a falta de participação do poder público ao relegar a negociação direta entre empresas e *atingidos*. Os moradores de Paracatu de Baixo, após serem deslocados compulsoriamente para cidade, terem suas casas destruídas, suas roças devastadas e seus pertences inundados pela lama, precisariam comprovar que foram “impactados diretamente”, uma condição que seleciona o grau dos impactos e ignora a categoria política e social de *atingido*. Eles ainda teriam que se submeter a procedimentos burocráticos para provar que perderam tudo, com o agravante de que esse primeiro passo de cadastramento não garantia a efetiva *reparação* dos direitos, a ser avaliada em outro programa socioeconômico da Renova e averiguada pelo Comitê Interfederativo (Cláusulas 21 e 22, TTAC, 2016, p. 33).⁵³

Essa situação condicionou as(os) *atingidas(os)* a comprovarem que foram vitimadas(os) para as próprias mineradoras. Antes disso, a Defensoria Pública do MPMG

⁵³ O Comitê Interfederativo (CIF) valida os atos da Fundação Renova. Ele “é presidido pelo Ibama e composto por representantes da União, dos governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, dos municípios impactados, das pessoas atingidas, da Defensoria Pública e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce”. Disponível em <https://www.gov.br/ibama/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/cif>. Acesso em: 20/05/22.

pedira a “inversão do ônus da prova”, baseada na jurisprudência de crimes socioambientais, “especialmente porque a maior parte das vítimas não tem como provar, mediante documentos, seu patrimônio ou mesmo a dimensão dos danos materiais e imateriais sofridos” (MARIANA, 2015, p. 39). Em acordo na ACP, as réis reconheceram essa prerrogativa (CÁRITAS; CABF, 2020, p. 25). Apesar disso, os relatos dos moradores que ouvi durante a pesquisa de campo sugeriram que, na relação com a Fundação Renova, as(os) *atingidas(os)* são tratados como criminosos que devem prestar contas às mineradoras.

A imagem de *atingidas(os)* frente a um tribunal inquisidor, composto por uma corte de justiça e um grupo de *técnicos*, cientistas e especialistas, pode ser aproximada da análise etnográfica de Veena Das (1995) a respeito das vítimas do vazamento em Bhopal e das vítimas do Agente Laranja no Vietnã. Ela descreveu como a necessidade de comprovar perdas e danos em um tribunal evoca um registro específico da linguagem científica e técnica para que as relações sejam codificadas pelos aparatos jurídicos e burocráticos (DAS, 1995, p 149). Dessa forma, Das (1995, p. 150) mostrou como as empresas responsáveis minimizam os danos que causaram e se eximem da culpa de seus crimes por meio da gestão de provas, segundo um aparato restritivo.

Em 2016, durante a criação da Fundação Renova, a Samarco contratou a empresa Synergia Consultoria Socioambiental para elaborar e aplicar o Cadastro Integrado no Programa de Levantamento e Cadastramento dos Impactos (PLCI). O material redigido pela Synergia e pela Renova (2016) explica que esse *cadastro* seria dividido em duas fases, uma de entrevista e outra de visita técnica, caracterizadas por nove etapas: 1. Início do Cadastro Integrado, a partir da recuperação da base de dados do Cadastro Emergencial feito anteriormente; 2. Pré-análise das informações; 3. Indexação (Georreferenciamento) dos terrenos; 4. Mobilização para cadastro por meio de reuniões e contato individual; 5. Entrevista; 6. Visita técnica para levantamento e identificação dos danos; 7. Entrega de cópias dos formulários para os entrevistados; 8. Análise das informações e elegibilidade, de modo que “a Fundação analisará se as informações coletadas (na entrevista e visita) correspondem aos critérios descritos como impacto direto”; 9. Devolutiva e disponibilização aos programas para os “diretamente impactados” (SYNERGIA; FUNDAÇÃO RENOVA, 2016, p. 19).

O GESTA, Grupo de Estudo em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais, fez um parecer a respeito da adequação metodológica do Cadastro Integrado, destacando suas falhas e insuficiências. O Grupo examinou o questionário de 471 páginas que

a Synergia aplicaria, obrigando as(os) *atingidas(os)* a dispender três horas no preenchimento de seus dados socioeconômicos e de uma a duas horas na descrição de seus bens perdidos. O parecer identificou a incompatibilidade entre a proposta do *cadastro* de abranger os *danos socioeconômicos* com um questionário produzido sob uma perspectiva patrimonialista, focado nos *danos materiais*, sobretudo concernentes à propriedade privada individualizada, cuja área territorial havia sido atingida pela lama. O questionário não registrava informações acerca das relações sociais, culturais e econômicas da população (GESTA, 2016, p. 7-11). Dessa forma, os *bens imateriais* eram obscurecidos, inviabilizando de sua *reparação*.

Os *termos técnicos* utilizados nas perguntas dificultavam a compreensão das questões, ambíguas e imprecisas, conforme sublinhou o parecer. Um agravante seria a limitação temporal das questões ao momento do *evento*, circunscrevendo as *perdas* e os *danos* ao alcance da lama no dia 05 de novembro de 2015:

A fixação do marco temporal “na data do evento” pode ainda resultar em restrições no que tange às medidas de reparação, visto que algumas atividades apresentam uma organização sazonal do trabalho. O não exercício do ofício “na data do evento” não implica a ausência de prejuízos à renda familiar uma vez que a atividade foi obstada ou teve seu ciclo interrompido ou comprometido. (GESTA, 2016, p. 14).

O GESTA criticou, também, o viés quantitativo do Cadastro Integrado, limitado a contabilizar as *perdas* e os *danos* sem qualificar e detalhar as respostas que poderiam ampliar o conhecimento do “universo familiar das coletividades atingidas” (GESTA, 2016, p. 15). O parecer elencou detalhadamente os problemas em cada bloco de questões, mostrando que as perguntas se reduziam à materialidade e à estrutura física das propriedades atingidas. As opções de respostas limitavam a classificação dos itens, muitas vezes inapropriadas às comunidades atingidas – por exemplo as menções a máquinas industriais ou agrícolas de grande porte, tipos de construções e cultivos alheios aos locais. Nesse sentido, foram ignoradas técnicas da agricultura familiar e práticas comunitárias relacionadas ao uso da terra, às formas de trabalho, aos tipos de cultivos e criações, aos ofícios e às festividades.

Acredito que, nesse ponto, devo recapitular o argumento exposto na Introdução desta dissertação. A noção de *evento* usada nos documentos redigidos pelas mineradoras é vista com estranheza pelas(os) *atingidas(os)*, especialmente devido ao eufemismo do termo, que enuncia um desastre como uma festa. Em resposta a esse problema, convencionou-se o uso da terminologia desastre-crime, como o fizeram os integrantes do GESTA em Zhouri *et al.* (2017), argumentando que *evento* restringe temporalmente o desastre ao momento do rompimento da barragem. Propus retomar o sentido filosófico de *evento*, a partir da noção de

acontecimento de Gilles Deleuze. Em certa medida, foi o que fez Veena Das (1995) ao tratar como evento crítico um acontecimento que não se reduz a uma data ou a um ponto culminante. A limitação temporal feita pelas mineradoras ao dia 5 de novembro de 2015 tem a ver com o funcionamento da *máquina do terror*, que capturou essa terminologia e a aderiu ao seu vocabulário, mesmo sabendo que a palavra não se restringe ao sentido que as mineradoras atribuíram a ela. A imposição de um marco temporal para a *reparação* viola os direitos das(os) *atingidas(os)*. Longe disso, salientei no início deste texto a importância de considerar o acontecimento como uma ruptura no tempo e na inteligibilidade, cujos efeitos se prolongam indefinidamente, segundo as falas dos moradores de Paracatu de Baixo, tema a ser detalhado no terceiro capítulo.

O tempo é um eixo à *reparação*. Os aparatos jurídico e burocrático funcionam com datas fixas para que o *cadastro* seja feito com uma data limite que considere as *perdas* e os *danos*. Essa simplificação típica do funcionamento jurídico-cartorial (VILLELA, 2020b) restringe o que pode ser reparado, definindo as *perdas* e os *danos* a partir do alcance da lama no dia do rompimento da barragem de Fundão. Diferentemente, os relatos das(os) *atingidas(os)* sugerem que *perdas* e *danos* são intermináveis, eles se acumulam e se multiplicam com o passar dos anos. O desastre segue seu curso, lembrando a definição já clássica de Oliver-Smith e Hoffman (1999), ou ainda o argumento apropriado por Schuller (2008), no caso do furacão Katrina, do desastre depois do desastre.

A proposta de *reparação* elaborada pelas mineradoras a partir do Cadastro Integrado seguiu um padrão identificado na literatura antropológica que trata dos efeitos de obras de desenvolvimento, a exemplo da etnografia de Parry Scott (2009) que analisou o cadastramento dos atingidos pela construção da barragem de Itaparica, nos anos 1980, responsabilidade da Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (CHESF). A luta dos trabalhadores rurais atingidos conquistou diretrizes que garantiram o cadastro e a indenização das famílias deslocadas compulsoriamente, diferentemente do caso da construção da barragem de Sobradinho, na década 1970, também no rio São Francisco, cujas indenizações foram restritas às propriedades privadas registradas em cartório, conforme analisou Lygia Sigaud (1986). Mesmo assim, verifica-se uma continuidade da abordagem “patrimonial-territorialista”, como nomeou Carlos Vainer (2008), no modelo de reparação de comunidades atingidas que desconsidera deliberadamente os modos de vida no cálculo da mitigação dos

efeitos desses projetos (MARQUES *et al.* 2022), como deixam ver o caso mais recente do barramento do rio Xingu (MELLO, 2013; MORAWSKA, 2014).

O desafio das(os) *atingidas(os)* era reverter esse quadro que se instaurava para a *reparação* de um desastre criminoso, cuja violência abrupta e continuada e as dimensões são incomparáveis com os casos de construção de barragens. Nas palavras de Rosária Frade, *atingida* de Paracatu de Baixo:

É muito difícil saber que uma empresa, que não viveu o que a gente viveu, vai avaliar o sentimento da gente. Isso é muito triste, porque só a gente sabe a dor que a gente sentiu no momento e a dor que a gente sente até agora. E a sensação de não ter o reparo devido, a reparação justa, é muito ruim, dói muito (28/08/20).

Como fazer um *cadastro* que reconheça as(os) *atingidas(os)* e considere todas as *perdas* e todos os *danos* relatados? A contratação da assessoria técnica da Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, a partir do processo aberto pela ACP movida pelo MPMG, fortaleceu a articulação da Comissão de Atingidos na luta por um novo modelo de *cadastro*. Em 2017, uma audiência judicial garantiu às(aos) *atingidas(os)* a reformulação dessa ferramenta pela assessoria. A CABF e a Cáritas enfatizaram que essa foi uma vitória inédita na luta de atingidos por barragem e pela mineração, inclusive se tornando precedente para outras comunidades atingidas no país.⁵⁴

As(os) *atingidas(os)* participaram efetivamente da reformulação do *cadastro*, em reuniões com os assessores, para elaborar metodologias compatíveis com a “nossa verdadeira vida, nossa verdadeira realidade”, nas palavras de Luzia Queiroz, que em outra ocasião descreveu esse processo:

[...] o primeiro cadastro que eles [representantes das mineradoras] mostraram era muito ruim, tinha coisas lá que nossa terra não oferecia. Então, se não tivesse naquele cadastro você não responde. Se você não responde, você fica sem o direito. Fala: “mas cê não respondeu, você não teve!”. Por exemplo, cajá-manga, essas árvores de porte grande que a gente tem, muitas não vinham. E eles desconheciam a forma campesina de viver (01/11/21).

Os cadastros diferem tanto no planejamento do modelo técnico quanto na aplicação. A atuação das(os) *atingidas(os)* na execução de todas as etapas do cadastramento fez com que fosse considerada a forma de viver em uma determinada ecologia da *comunidade*, que ninguém melhor do que os moradores para descrever. A “forma campesina de viver” mencionada por Luzia chama atenção às experimentações feitas na reivindicação dos modos

⁵⁴ Disponível em: <http://mg.caritas.org.br/noticias/conquista-inedita-processo-de-cadastramento-conduzido-pela-caritas-em-mariana-chega-ao-fim>. Acesso em: 07/02/22.

de vida devastados, acionando lutas históricas de movimentos sociais pelo direito à terra (Ver capítulo 3).

Assim, os critérios elencados para a formulação do questionário e das alternativas de respostas se distinguiram drasticamente daqueles produzidos exclusivamente por *técnicos*.

Como prosseguia Luzia:

[...] o cadastro deles, um que assustou a gente demais na época era o como eles classificavam as nossas moradias, que tava escrito “maloca”, “casebre” e “padrão médio”. Então, é roça, todo mundo fala “barraco”. Todo mundo ia escrever barraco, porque médio para gente é casa de rico, aquela casa muito suntuosa, dois andares, piscina e tudo. Aí na hora que a gente viu essa cilada no cadastro, aí que a gente queria rasgar ele todinho. Aí nós conseguimos reformular o cadastro, que durou seis meses. Era quase todo dia, começava nove horas da manhã e terminava cinco horas da tarde. Tinha dia que a gente nem almoçava, então, assim, foi uma tortura mesmo, mas a gente saiu bem, porque a gente conseguiu colocar muita coisa nesse cadastro. (02/07/21).

As classificações requisitadas pelo *cadastro* da Renova eram incompatíveis com o modo de vida da *comunidade*. O exemplo da moradia ilustra como a construção e a arquitetura da casa eram enquadradas em categorias previamente definidas, ao passo que as relações, práticas e técnicas da *comunidade* precisavam ser sintetizadas nesses conceitos.

O *cadastro* foi reformulado pela autodeclaração da pessoa atingida, valorizando essa categoria política e social, definida na cartilha elaborada pela Cáritas (2018, p. 3) como “aquela pessoa que assim se autoidentifica, por reconhecer ter sofrido algum dano em razão do desastre”. Dessa maneira, “T[t]odas e todos que tiveram suas **vidas mudadas** contra a sua vontade por causa do rompimento da barragem têm o direito à reparação.” (CÁRITAS, 2018, p. 4, grifos no original).

Foram cadastradas mais de 5 mil pessoas atingidas em Mariana de fevereiro de 2018, quando iniciaram as aplicações, até março de 2022, com o encerramento do projeto do cadastramento.⁵⁵ Acompanhei os debates em torno do cadastramento em duas ocasiões na pesquisa de campo. Primeiro, durante o evento realizado pela Cáritas no aniversário de 3 anos do rompimento da barragem de Fundão, em 03 de novembro de 2018, quando os *técnicos* da assessoria apresentaram essa nova ferramenta. Segundo, em minha maior estadia de pesquisa, entre janeiro e fevereiro de 2019, em que pude verificar o funcionamento do Plantão, um escritório da Cáritas que atendia as(os) *atingidas(os)* com dúvidas no processo de cadastramento. Descreverei o *cadastro* a seguir não apenas a partir do material citado, mas

⁵⁵ Disponível em: <http://mg.caritas.org.br/noticias/conquista-inedita-processo-de-cadastramento-conduzido-pela-caritas-em-mariana-chega-ao-fim>. Acesso em: 07/02/22.

também segundo as falas de assessores técnicos e de *atingidas(os)* que detalharam os procedimentos.

A metodologia participativa e inclusiva descentralizou o questionário. O *cadastro* foi dividido em quatro etapas. A primeira etapa era a aplicação de formulário por um assessor da Cáritas acompanhado de um *técnico* da Synergia Socioambiental, como foi acordado com a Fundação Renova. As perguntas eram destinadas ao *núcleo familiar*, não mais à unidade familiar com base na propriedade, como salientaram Everton Merícia e Paulo da Silveira (2021, p. 526), assessores à época. A cartilha da Cáritas explica que “A[a]penas a própria família pode decidir sobre quais pessoas fazem parte do *núcleo familiar*. Além disso, **em uma mesma casa pode existir mais de um núcleo familiar.**” (2018, p. 6, grifos no original).

O formulário foi dividido em quatro eixos temáticos. O eixo 1 abordava os *bens materiais*: “documentos pessoais, terreno, infraestrutura do terreno, plantações, edificação principal [casa], edificações acessórias [barracão, banheiro externo, paiol...], benfeitorias, bens domésticos e veículos” (CÁRITAS, 2018, p. 8). O eixo 2 correspondia às atividades econômicas, por exemplo: “trabalho assalariado, pesca, atividades agrícolas (cultivos), pecuárias (criações), comerciais e de serviços, atividades de lavadeira, extrativistas, industriais ou agroindustriais”. Foram contemplados todos os que tiveram alteração na renda, inclusive nas atividades informais, como os bicos, diárias e trabalhos sem carteira assinada. O eixo 3 tratou dos *bens coletivos*: “escolas, postos de saúde, templos religiosos, cemitérios, correios, iluminação pública, transporte público, telefonia, espaços de lazer e calçamento” (CÁRITAS, 2018, p. 9). Finalmente, o eixo 4 indicou os *bens imateriais*, definidos pela Cáritas (2018, p. 10) como “ligados ao valor sentimental, à história, memória e cultura das pessoas em comunidade”, a exemplo do “uso do tempo, festejos populares, manifestações religiosas, perda do rio”; e, por fim, os *danos morais*: “quando acontece perda, prejuízo, sofrimento, constrangimento que atinja a segurança, a tranquilidade, as afeições, o bem-estar físico e psicológico (emocional) que causa dor, humilhação, vexame e/ou angústia”.

Esse refinamento do questionário ampliou as percepções da forma da vida das(os) *atingidas(os)*, permitindo que as atividades, as práticas e as relações nas comunidades fossem categorizadas sem desfigurar o que foi registrado com classificações exógenas. Como resultado, tabelas que ocupam centenas de páginas listam os *danos* e as *perdas*. Analisarei na seção 2.2 alguns de seus aspectos, em suas especificações *materiais* e *imateriais*, mas, como ficará evidente, não será possível descrevê-los um por um.

A segunda etapa do *cadastro* era a cartografia social, uma metodologia de automapeamento adotada para qualificar as respostas do formulário. Por isso, foi chamada de “instrumento complementar” (CÁRITAS, 2018, p. 11). A cartografia foi realizada em oficinas com as famílias da *comunidade* reunidas. Os *técnicos* orientaram que os moradores levassem materiais que ajudassem a “identificar as características dos terrenos atingidos ou a existência de suas atividades econômicas”, como fotografias. Merícia e Silveira (2021, p. 529-530) explicaram que “os desenhos da cartografia procuravam caracterizar a configuração espacial dos usos e das ocupações do terreno, permitindo ainda compreender as relações dos núcleos familiares, seus modos de vida e suas perdas imateriais”.

A cartografia social aprimorou o *cadastro* com diferentes transcrições dos relatos das(os) *atingidas(os)* para dimensionar as *perdas* e os *danos*. O testemunho dos moradores foi registrado e representado no mapeamento com as falas dos moradores escritas, desenhos ilustrados, os lugares e seus diferentes usos marcados, compondo uma ferramenta que excedeu às perguntas e às respostas de um formulário ao descrever aspectos intransponíveis às tabelas e aos gráficos e que ficavam invisíveis nos inventários.

Não tenho a intenção de analisar cada metodologia adotada no *cadastro*, apenas elencá-las como técnicas usadas pelas(os) *atingidas(os)*. Porém, detenho-me brevemente neste ponto devido aos desdobramentos da cartografia social em situações de conflitos. Henri Acelrad (2010, p. 5), planejador urbano e regional, é um dos precursores na conceituação da cartografia social como uma das “práticas de mapeamento não estatal”, que se consolidou como ferramenta de autoidentificação de comunidades atingidas por projetos de desenvolvimento e de autodefinição de povos tradicionais no Brasil. O antropólogo Berno de Almeida (2013) argumentou que a “nova cartografia social” subverte uma tecnologia de governo utilizada para reforçar hierarquias e estabelecer centros de poder pela administração territorial e delimitação de fronteiras em um espaço geometrizado. Nesse sentido, o mapeamento comunitário une diferentes formas de saber e de fazer compondo uma contracartografia, que visa revelar outros pontos de vista, geralmente apagados dos mapas e das representações de um determinado território. Etnografias acionam as técnicas contracartográficas como composições coletivas que excedem à descrição analítica ao deixarem visível, por exemplo, os caminhos das almas no caso descrito por Alessandra Santos (2014), ou o luto como no trabalho de Catarina Morawska (2019). No caso de Paracatu de Baixo, o esforço é para mostrar a *comunidade* que foi devastada.

Além da cartografia feita no cadastramento em 2017, o GESTA, em parceria com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, realizou oficinas e visitas de reconhecimento territorial, resultando na Cartografia Comunitária de Paracatu de Baixo. O material foi selecionado e publicado com relatos dos moradores organizados tematicamente nas seguintes categorias: vivências do desastre, lugares de memória, morada e quintais, vizinhança e parentesco, trabalho, festas e religiosidade (BOLETIM, 2019). Apesar dessa cartografia ultrapassar meu escopo de análise, reforço a importância desse material como ferramenta de luta da *comunidade*. Ademais, é possível notar as recorrências dos relatos e das noções acionadas pelos moradores, conforme ficará evidente no terceiro capítulo desta etnografia.

A terceira etapa do *cadastro* consistiu na vistoria técnica, na qual os terrenos das comunidades atingidas foram medidos e avaliados pelos *técnicos* da Cáritas e da Synergia, acompanhados por pelo menos uma pessoa do *núcleo familiar*. De acordo com Merícia e Silveira (2020, p. 530), os *técnicos* utilizavam mapas, indicações das formas de uso do solo, pontos de GPS (*Global Positioning System*) e georreferenciamento, croquis das edificações e registro fotográfico. Porém, como argumentaram a Cáritas e a CABF (2020, p. 42):

a realização da vistoria não permite a qualificação e quantificação das perdas e danos sofridos, uma vez que a vistoria tem por princípio a avaliação do imóvel em sua condição atual e os imóveis atingidos não apresentam suas condições originais para a averiguação, conforme existentes antes do rompimento da barragem da Samarco (Vale e BHP Billiton).

Portanto, a cartografia social feita na etapa anterior foi requisitada para compreender o terreno avaliado, uma vez que a vistoria se baseou “nos elementos rememorados durante a Cartografia Social e concretizou mais uma fonte de coleta de dados.” (CÁRITAS; CABF, 2020, p. 70). Assim, foi-se constituindo uma análise ampliada do território, que não se restringia à avaliação patrimonial.

Finalmente, a quarta etapa do *cadastro* era a tomada de termo, também considerada um “instrumento complementar” em que o núcleo familiar relatava “todos os sofrimentos e transtornos causados pelo rompimento da barragem”, assim como “as perdas daquilo que tinha muito valor, mas que para vocês [atingidos] não tem preço que pague”, conforme orienta a cartilha da Cáritas (2018, p. 13). Foi especialmente nessa etapa que foram dimensionadas as *perdas imateriais* e os *danos morais*.

O relato se tornou a matéria principal do *cadastro*, evidente nessa etapa, mas tangenciando todas as anteriores: a palavra dita foi escrita no formulário e ilustrada na cartografia social; a visita ao terreno devastado foi narrada pelas(os) *atingidas(os)*. O

deslocamento da centralidade do questionário, com perguntas pré-determinadas e alternativas de respostas pré-definidas, para um cadastramento baseado na autodeclaração e nas falas das(os) *atingidas(os)* amenizou a simplificação efetuada por esse aparato técnico-burocrático. Portanto, a reformulação do *cadastro* guiada pela assessoria da Cáritas inseriu as(os) *atingidas(os)* no processo de levantamento das *perdas* e dos *danos*, garantindo uma atuação efetiva das comunidades.

A diversidade metodológica combinada às ferramentas tecnológicas, jurídicas e burocráticas possibilitou o detalhamento das descrições e uma compreensão ampliada dos efeitos do desastre, aumentando o quadro de visão em termos quantitativos e qualitativos das *perdas* e dos *danos*. Em relação à *comunidade* de Paracatu de Baixo, os relatos permitiram que aparecessem no *cadastro* os modos de uso da terra; a especificação dos cultivos plantados nos quintais, nas hortas e nas roças; os animais que eram criados; as divisões dos terrenos entre as famílias; a composição de casas em um mesmo terreno; os usos comunitários da terra; as relações de parentesco e de vizinhança; o cuidado da casa e das crianças; as particularidades na alimentação e na forma de cozinhar; o uso e a distribuição da água dos poços, nascentes e do rio; os rituais católicos, as festividades e celebrações; os deslocamentos na *comunidade*, entre comunidades rurais e na cidade; o trabalho em torno da casa, na roça, as atividades de meeiro e o trabalho na cidade; e a ancestralidade da ocupação territorial (CÁRITAS; CABF, 2020; MERÍCIA; SILVEIRA, 2021).

Posto isso, se o relato é a matéria do *cadastro*, a memória é a fonte. Essa formulação aparece cristalina na proposta de valoração feita pela Cáritas e pela CABF (2020, p. 70), tema da próxima seção. As falas das(os) *atingidas(os)* foram desencadeadas pelas memórias, que se sucederam atualizadas de acordo com os estímulos que as acionaram. Elas foram instigadas pelos assessores, pelas questões do formulário, pelas oficinas de cartografia social, pela visita ao território e pelo uso de fotografias, ou de relíquias resgatadas da lama.

O trauma, o esquecimento, a fala e o testemunho foram temas recorrentes no que David Berliner (2005) chamou de “boom da memória” na literatura antropológica, em referência ao aumento exponencial de pesquisas na década de 1990. A escolha de escrever uma etnografia com Bergson tem implicações pois, a despeito do volume de pesquisas dedicadas a esse tema, a antropologia teve pouca atenção à proposta do filósofo, conforme argumentou anteriormente Jorge Villela (2015), relegando sua obra a duas leituras: a primeira é uma leitura sociológica durkheimiana feita por Maurice Halbwachs (1990 [1950]), seguida

pela antropologia da memória desde Goody (1972) e Connerton (1989); e a segunda é uma leitura antropológica da evolução feita por Tim Ingold. É possível identificar uma terceira leitura, aquela que gostaria de me aproximar, derivada do investimento de Gilles Deleuze (1999 [1966]), feita por Veena Das (2007), Matt Hodges (2008) e Ana Claudia Marques (2013).

O Núcleo de Estudos Deleuzianos (NED), coordenado pelo Prof. Luiz Takayama e por José Macedo, tem se dedicado à leitura de Bergson, de modo que os argumentos do Prof. Jorge Villela e da Profa. Ana Claudia Marques estão escritos nas linhas a seguir. As recentes discussões desse grupo, do qual faço parte, permitiram que fossem identificadas lacunas nas interpretações de Bergson. O principal motivo que vem sendo elaborado desde Villela (2015) é o de que a leitura do conceito de memória social de Maurice Halbwachs influenciou os estudos da memória de maneira que eles pouco se desvincularam dessa vertente.

A proposta de Halbwachs (1990 [1950], p. 88) era desvendar a existência de durações coletivas a partir de durações individuais. A memória coletiva foi tratada como um todo formado por partes, que seriam as memórias pessoais, de modo que a memória social garantiria coesão às memórias ditas individuais em dois movimentos: primeiro, do centro social às franjas individuais; segundo, do presente em direção ao passado. Halbwachs reformulou a teoria do tempo e da memória de Bergson, argumentando que os estudos do filósofo se limitaram à memória pessoal e a um “tempo subjetivo” (HALBWACHS, 1990, p. 66).

As pistas que encontramos nos estudos do NED das obras de Bergson revelam uma linha coletiva da memória em dois movimentos opostos ao de Halbwachs: do corpo ao mundo; do passado que se prolonga no presente. Ambos movidos segundo um impulso de vida. A memória é prospectiva, sempre visando à ação e ao futuro, em um movimento de atualização que ocorre pela experiência. O passado não está inerte, esperando para que as suas imagens sejam atualizadas em lembranças. Ele dura e carrega consigo, na duração, todo o passado, tendo em vista que passado e presente se interpenetram. Se o tempo é duração, ele não a é exclusivamente para um corpo. Do mesmo modo, se a memória é imagem do passado atualizada, ela a é para tudo.

A memória social seria, portanto, uma maneira de enxergar a duração sob uma lente que não é somente de um corpo, mas de uma intuição que garante certa percepção para agir, vinda de uma experiência que não é necessariamente a do corpo. José Macedo encontrou essa

proposição bergsoniana formulada em uma entrevista de Foucault (1974), analisando o que ele chamou de memória popular que consiste, sobretudo, em um registro de pessoas que não têm direito à escrita devido aos aparatos que foram construídos justamente para impedir que os povos inscrevessem suas memórias em tentativas de apagá-las. Contudo, a memória popular e, em grande medida, oral é muito mais viva porque ela mantém o dinamismo da experiência. É dessa forma que são registradas as experiências de lutas anteriores. Na memória coletiva, estão as lutas minoritárias e é ela que permite saber a Resistência, nas palavras de Foucault.

No interior do argumento desta dissertação, ampliado no decorrer do texto, a luta da *comunidade* de Paracatu de Baixo se constitui e é constituída pela memória. O *cadastro* transcreve os relatos das(os) *atingidas(os)* e registra uma memória que diz respeito à luta ao mesmo tempo que a compõe. A *reparação* requisita a documentação da memória da *comunidade* que anteriormente ao desastre não era necessária. A memória é atualizada pela obrigação de lembrar e de provar o que era a *comunidade*, transformada em ferramenta técnica e jurídica para a retomada da forma da vida.

Concluo essa análise lançando um argumento que será aprimorado na seção seguinte. O *cadastro* instituído em conjunto com as(os) *atingidas(os)* e, de maneira geral, as tecnologias de enfrentamento construídas na luta jurídico-cartorial utilizam a memória em sua função retrospectiva, remontando imagens do passado conforme acionadas pela percepção do presente, para construção de ferramentas prospectivas. A *reparação justa e integral* mira o futuro, já que o passado não pode ser reparado.

Resta saber como a memória pode ser qualificada e quantificada, transformada em *perdas* e *danos* e transliterada em valor monetário. A pista que a descrição do *cadastro* ofereceu é que é a partir do relato que a memória é materializada, registrada e documentada. São esses os aparatos que podem garantir a *reparação justa e integral*. Na próxima seção, descreverei a contabilização e a valoração monetária para o cálculo das indenizações.

2.2. Matriz de Danos: valorar a memória

Em 13 de agosto de 2020, foi protocolada a *Matriz de Danos das Pessoas Atingidas pelo Rompimento da Barragem de Fundão em Mariana*, adicionada à Ação Civil Pública nº 0400.15.004335-6. A *Matriz* foi resultado do *cadastro* das(os) *atingidas(os)*, que registrou as *perdas* e os *danos* individuais decorrentes do desastre de modo que o documento atribui valor

monetário a cada item. *Danos* coletivos, por sua vez, foram relegados às atribuições dos processos judiciais. Para cada *núcleo familiar* foi entregue um dossiê com a compilação e o cálculo das *perdas* e dos *danos* da família, de acordo com as fórmulas da *Matriz*. As(os) *atingidas(os)* e os *técnicos* ressaltaram que essa é uma ferramenta inédita a favor da *reparação integral*, considerada uma conquista histórica para as populações atingidas.⁵⁶

Nesta seção, apresento a *Matriz de Danos* e analiso como os relatos cadastrados foram sistematizados e as *perdas* e os *danos* foram valorados monetariamente para que as indenizações pudessem ser calculadas. No início do capítulo, indiquei falas de moradoras de Paracatu de Baixo salientando a impossibilidade da valoração monetária do rio Gualaxo do Norte, da vida na *comunidade*, da destruição da forma da vida, da retirada compulsória de suas terras e da imposição de uma vida invertida. Atribuir valor de troca é uma das imposições que as(os) *atingidas(os)* sofreram desde o rompimento da barragem de Fundão. O desafio enfrentado por elas e eles foi de torná-la *justa*, tentando abranger a maior quantidade de *perdas* e de *danos* relatados, mesmo sabendo que “não tem dinheiro no mundo que [os] pague”.

A insuficiência dos mecanismos de valoração foi reconhecida pela Ação Civil Pública movida pelo MPMG, na 2ª Vara Cível da Comarca de Mariana, salientando a impossibilidade de valoração sobretudo dos *danos imateriais e morais*, pois são “perdas de natureza afetiva, simbólica e cultural, imateriais e intangíveis, e por isso mesmo não passíveis de quantificação e, a fortiori, de monetarização” (MARIANA, 2015, p. 27). Então, como atribuir um *valor justo* para o que é intangível? Como valorar o inquantificável? A *Matriz de Danos* examina detalhadamente essas questões, visto que se constitui como um aparato técnico capaz de valorar as *perdas* e os *danos* segundo a percepção das(os) *atingidas(os)*. Antes de descrevê-la, passarei rapidamente pela proposta indenizatória feita anteriormente pelas mineradoras, que ainda hoje definem quem pode ser indenizado, quais os *danos* elegíveis e qual o valor da indenização.

As indenizações individuais são negociadas diretamente com a Fundação Renova, conforme estabeleceu o TTAC (Cláusula 31, Subseção 1.2). A justificativa para relegar às mineradoras criminosas a seleção de quem e do que será reparado, bem como dos valores de indenização, foi a mesma usada para firmar o termo: a celeridade (TTAC, 2016, p. 3; ZHOURI *et al.*, 2017). A Renova divulga em seu site que o objetivo do programa de

⁵⁶ Disponível em: <http://mg.caritas.org.br.s174889.gridserver.com/matriz-de-danos-por-uma-reparacao-justa-integral/>. Acesso em: 14/08/20.

Ressarcimento e Indenização dos Impactados é pagar as indenizações “de forma rápida, sem a burocracia e os custos de uma ação judicial”.⁵⁷ Ainda de acordo com o TTAC (Cláusula 36, Subceção 1.2), aqueles não satisfeitos com a negociação “podem pleitear indenização por vias próprias”, submetendo processos judiciais individuais.

Nesses termos, a Fundação Renova criou o Programa de Indenização Mediada (PIM), que considera seu próprio *cadastro* de *atingidas(os)* e os *danos* selecionados a partir desse levantamento, organizados em 12 grupos de *danos* indenizáveis, dispostos a seguir:

Tabela 1 – Grupos de *danos* indenizáveis (Renova)

1	Interferência em bens privados – residências.
2	Interferência em bens privados – veículos.
3	Interferência no trabalho e renda da pessoa física.
4	Interferência nos modos de vida (água).
5	Fatalidades ou desaparecimentos.
6	Incapacidade e lesão corporal.
7	Produção agrícola e agropecuária.
8	Setor da pesca (atividade permanente de pesca).
9	Areeiros, garimpeiros e mergulhadores.
10	Lavadeiras.
11	Balseiros, barqueiros e boteiros.
12	Empresários individuais, micro e pequenas empresas.

Fonte: FUNDAÇÃO Renova, s/d, p. 2 [adaptada (recorte por captura de tela)].

O “Protocolo de elegibilidade de danos” (2017) tabula as pessoas que teriam direito à *reparação* de acordo com os grupos de *danos*. Conforme mencionei na seção anterior, a classificação do que as mineradoras chamam de *impactado* se limitava ao que elas consideravam *impacto direto*, delimitado pelo alcance dos rejeitos de minério no dia 5 de novembro de 2015. Resumidamente, foram elegíveis “proprietários/possuidores e moradores” que tiverem os *danos* comprovados “em virtude do contato direto com o fluxo de rejeitos líquidos advindos do rompimento da barragem de Fundão” (FUNDAÇÃO, 2017, p. 3-5). A ênfase foi, portanto, patrimonial e residencial.

Gostaria de chamar a atenção principalmente para o quarto grupo de danos, que limita a “interferência nos modos de vida” somente à interrupção do abastecimento de água dos municípios às margens do rio Doce. Esse é o único *dano* identificado para indenização dos modos de vida, segundo a Renova. É interessante manter esse ponto em mente nas páginas adiante, quando comparado com a proposta da *matriz* das(os) *atingidas(os)*.

⁵⁷ Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/programa/ressarcimento-e-indenizacao-dos-impactados/>. Acesso em: 02/03/22.

Os 12 grupos de *danos* indenizáveis foram detalhados, com seus itens elencados na Matriz de Danos elaborada pela Fundação Renova.⁵⁸ O documento é uma tabela que ocupa 123 páginas, sem descrição metodológica da sistematização dos dados cadastrados nem dos cálculos que resultaram nos valores propostos. O levantamento de *perdas* e de *danos*, o cálculo dos valores monetários e o montante sugerido em negociações de indenização não foram esclarecidos pela empresa em documentos disponibilizados às(aos) *atingidas(os)* nem mesmo nos processos judiciais (CÁRITAS; CABF, 2020, p. 32; FGV, 2019).

A tabela é dividida em sete colunas: 1. “Descrição do Grupo”; 2. “Dano Indenizado”; 3. “Id Dano Indenizado”, número de referência, totalizando 117 *danos* na tabela mais recente a que tive acesso, atualizada em 01/09/2020; 4. “Dano Unitário”, que precisa o que foi danificado ou perdido; 5. “Valor Unitário”; 6. “Unidade de Medida”, indicando a forma como o *dano* é contabilizado; 7. “Data base” em que o valor foi estimado. A imagem a seguir é um recorte dessa Matriz:

Tabela 2 – Danos à produção agrícola (Renova)

Descrição Grupo	Dano Indenizado	Id Dano Indenizado	Dano Unitário	Valor Unitário	Unidade Medida	Data base
Produção agrícola e agropecuária	Lucro cessante por interrupção da produção agrícola semi - perene	35	Inhame (Quintal) (Supressão da Planta)	134.103,85	Ha	01/04/2020
Produção agrícola e agropecuária	Lucro cessante por interrupção da produção agrícola semi - perene	35	Inhame (Quintal) (Lucro Safra)	29.223,60	Ha	01/04/2020
Produção agrícola e agropecuária	Lucro cessante por interrupção da produção agrícola semi - perene	35	Mandioca (Supressão da Planta)	1,189607	Planta	01/06/2016
Produção agrícola e agropecuária	Lucro cessante por interrupção da produção agrícola semi - perene	35	Mandioca (Lucro Ano)	0,2222	Planta	01/06/2016
Produção agrícola e agropecuária	Lucro cessante por interrupção da produção agrícola semi - perene	35	Mandioca (Supressão da Planta)	11.896,066 667	Ha	01/06/2016
Produção agrícola e agropecuária	Lucro cessante por interrupção da produção agrícola semi - perene	35	Mandioca (Lucro Ano)	2.222,00	Ha	01/06/2016

Fonte: FUNDAÇÃO Renova, s/d, p. 82 [adaptada (recorte por captura de tela)].

Não analisarei cada *dano* listado, cujo esforço valeria uma outra etnografia. Dedico-me aos *danos morais* e aos modos de vida com o intuito de examinar a quantificação, valorização e monetarização do intangível e do imaterial. Contudo, a crítica das(os) *atingidas(os)* à Matriz de Danos da Renova engloba o cálculo das *perdas* e dos *danos materiais*, em sua não correspondência com a forma da vida dos moradores de Paracatu de Baixo. Por exemplo, a mandioca, uma raiz tuberosa mencionada recorrentemente nas

⁵⁸ De acordo com a avaliação feita pela FGV (2019, p. 24), assessora do MPF, o termo “matriz” foi estabelecido pela Fundação Renova. É interessante notar que, segundo o dicionário Caldas Aulete, as definições de “matriz” que mais se aproximam da Matriz de Danos seriam “A[a]quilo que é fonte ou base de alguma coisa” e “A[a]rranjo de elementos algébricos em colunas e linhas, formando retângulo”. Apesar de essa ferramenta não consistir em um modelo algébrico, o formato de tabela remete a um modelo matemático. A tese de Zucarelli (2018) destacou a matemática, o uso de cálculos e das ciências exatas no processo de *reparação* do rompimento da barragem de Fundão.

descrições dos moradores em relação às suas roças destruídas, foi calculada por planta suprimida ou por hectares de monocultura. No entanto, o modo de produção da *comunidade* era em hortas, roças e quintais com espécies e cultivos diversificados, de forma que a quantidade de uma espécie dificilmente poderia ser dimensionada com exatidão, sem contar as variações sazonais e anuais que não foram consideradas no cálculo do lucro cessante, com o agravante de que a perda tem sido multiplicada a cada ano da espera por *reparação*.

A maioria das páginas da Matriz tratam dos *danos materiais*. Os *danos morais* aparecem sintetizados nas seguintes categorias: “deslocamento físico temporário”, “falecimento ou desaparecimento”, “impossibilidade de exercício da atividade laboral”, “invasão da propriedade pela lama”, “deslocamento físico permanente”, “interrupção de atividade” e “agropecuária”. (FUNDAÇÃO, s/d, p. 51-52, 121-123). Em nenhuma célula foi mencionada a socialidade, as práticas e atividades culturais, como rituais e festas típicas, as relações de vizinhança, a hereditariedade dos terrenos, dos cultivos e das casas. Não há *danos imateriais* na Matriz de Danos da Renova, prevalecendo o caráter patrimonialista desde o cadastramento até o cálculo das indenizações.

Nesse sentido, os *danos morais* estão vinculados aos *danos materiais*. O maior valor previsto em toda a Matriz é de R\$100.000,00 para os *danos morais* por perda de “bens privados” decorrentes do “deslocamento físico definitivo/permanente” e da “perda definitiva da residência e bens pessoais” calculados por proprietário e por *impactado*. Este é único trecho com menção a “bens com valor sentimental”, o mais próximo de *danos imateriais* que essa Matriz se propôs a indenizar.

Tabela 3 – Danos morais (Matriz de Danos da Renova)

Descrição Grupo	Dano Indenizado	Id Dano Indenizado	Dano Unitário	Valor Unitário	Unidade Medida	Data base
Interferência em bens privados - residências	Danos morais por invasão da propriedade pela lama	20	Danos morais decorrentes de deslocamento físico definitivo causado pelo Impacto mecânico do rompimento da barragem de Fundão – Impacto a propriedade não edificada e/ou não habitada.	100.000,00	Proprietário	
Interferência em bens privados - residências	Danos morais por deslocamento físico permanente.	21	Danos Morais Por Perda definitiva de Residência E Bens Pessoais (Incluindo Bens Com Valor Sentimental)	15.000,00	Família	
Interferência em bens privados - residências	Danos morais por deslocamento físico permanente.	21	Danos Morais Causado Pelo deslocamento definitivo do impactado	60.000,00	Família	
Interferência em bens privados - residências	Danos morais por deslocamento físico permanente.	21	Danos Morais decorrentes de Deslocamento Físico Permanente causado pelo Impacto Mecânico do Rompimento da Barragem de Fundão	100.000,00	Impactado	

Fonte: FUNDAÇÃO Renova, s/d, p. 52 [adaptada (recorte por captura de tela)].

Mesmo o grupo “Interferência nos modos de vida” não leva em conta as relações das e nas comunidades atingidas, reduzindo as indenizações aos casos de interrupção do

fornecimento de água e de energia elétrica (FUNDAÇÃO, s/d, p. 4, 55-56, 123), com exceção de dois casos muito específicos: *danos morais* para “não residente por exposição a risco de vida” e “por interrupção de trabalho habitual com fortes vínculos com a comunidade” (p. 122), ambos os casos requisitados em processos judiciais contra as mineradoras.

A subavaliação dos *danos morais*, a inexistência de qualquer avaliação dos *danos imateriais* e a utilização da noção de modos de vida de maneira completamente restrita ao acesso à água (referente ao saneamento e ao rio) e à energia elétrica, apenas no momento do desastre e não nos anos subsequentes, indicam que, para a Fundação Renova, a indenização corresponde apenas aos *danos* e às *perdas materiais*. Os critérios pouco esclarecidos e extremamente limitados para o cálculo indenizatório não garantem a *reparação* das(os) *atingidas(os)*. Ainda assim, as empresas insistem em utilizar esse material como base indenizatória.

Os valores foram calculados e apresentados para cada família durante as reuniões de negociação do PIM. No período em que fiz pesquisa de campo, moradoras de Paracatu de Baixo me explicaram que esses encontros mediados pelos *técnicos* da Renova aconteciam na Casa do Jardim. Posteriormente, em um evento realizado remotamente, Luzia Queiroz os descreveu:

Esse PIM é o que baseia as nossas indenizações, mas nem tudo abrange e é praticamente uma tortura na hora que a gente entra naquele lugar. Eu costumava falar que era que nem baía de cavalo, cada um ficava num pedacinho e chegava lá era só Jesus na causa. Então, assim, quem soube brigar bem pelo cadastro conseguiu, ainda, uma indenização satisfatória. Não boa, porque boa a gente não entende que cem mil reais é uma indenização de danos morais (02/07/21).

A negociação entre as mineradoras, representadas pela Fundação Renova, e as(os) *atingidas(os)* se estabelece em desigualdade das condições jurídicas e técnicas, ampliando as violações de direitos, como enfatizou Zucarelli (2018). O pressuposto democrático de negociação em que ambas as partes se encontrem em uma mesma posição é idealizado como se fosse possível a equivalência entre os interessados. Pelo menos desde uma tradição marxista, a composição das ferramentas jurídicas por uma ideologia burguesa foi desvendada, reproduzida aqui de maneira muito rudimentar, evidenciando o domínio das mineradoras. Continuando, segue a fala de Luzia acerca da incompletude da Matriz de Danos da Renova:

Se ocê parou de trabalhar, problema é seu. Se Paracatu te promovia isso, problema é seu. “A única coisa que eu vou pagar é cem mil e isso engloba tudo: que você perdeu a festa, que ocê perdeu trabalho...”. Igual o nosso [terreno] lá, nós tínhamos treze pés de fruta, esses pés de fruta não entram no projeto. Igual, quando eu voltar no reassentamento, esses pés de fruta vão tar flutuando em algum lugar. Pra eles, tipo, você foi indenizado e pronto. E fizeram uma conta lá que não bate. Por

exemplo, calculou o pé de laranja e esse pé de laranja vai dar X de laranja: “eu vou pagar essa caixa e pronto, contenta com isso, que é a vida útil do seu pé”. Então, a conta não fecha em nenhuma delas. Então esse dano não vem, o dano do seu trabalho, o dano à saúde, eles tão nem aí também, diz que passou pra Mariana, que o prefeito que tem que cuidar dos eleitores dele, que já deu dinheiro pra prefeitura e que se vira (02/07/21).

A análise da *atingida* é acurada ao localizar *perdas* e *danos* não indenizadas pela Renova, mas também a insuficiência do que seria indenizado. O valor estimado de um pomar cultivado não pagaria a sua *perda* irrestituível no projeto de reassentamento. Os *danos* à saúde, verificáveis nas altas taxas de adoecimento físico e mental e nas mortes em decorrência do desastre (como mencionei na seção 1.4), não foram contabilizados pela Renova, por não terem ocorrido exatamente na data do rompimento da barragem.

Em 02 outubro de 2018, foi celebrado um acordo também nomeado de TTAC, dessa vez no processo aberto pelo MPMG na ACP movida na 2ª Vara Cível da Comarca de Mariana. Nele, foi estabelecida a Fase de Negociação Extrajudicial (FNE) para substituir o PIM em Mariana, uma tentativa de garantir que as indenizações fossem guiadas pelo *cadastro* das(os) *atingidas(os)* feito pela Cáritas. Assim, as reuniões de negociação seriam amparadas pelos dossiês de cada *núcleo familiar*, com as *perdas* e os *danos* elencados no *cadastro*.

Contudo, os relatos que tive das(os) *atingidas(os)* são posteriores, mostrando que o modelo do PIM prevaleceu na FNE. O “Parecer técnico jurídico” redigido pela Cáritas (2021b, p. 17) a esse respeito sublinhou que:

A despeito desse avanço obtido pelas famílias atingidas, o que se depreende da realidade prática é que a FNE muito pouco se difere do PIM. Isso porque o novo formato de negociação ainda se mantém como um espaço extrajudicial administrado e gerido pela Fundação Renova.

Os avanços celebrados no TTAC (2018) foram pouco revertidos na *reparação* das(os) *atingidas(os)*. O relatório da Cáritas (2021b) detalhou aspectos dos dois acordos, este e o anterior (de criação da Fundação Renova), que não foram cumpridos, exemplificando situações em que os direitos das(os) *atingidas(os)* foram mais uma vez violados.

Os *técnicos* da Renova descartam as *perdas* e os *danos* listados nos dossiês, requisitam documentos comprobatórios e ainda estipulam valores abaixo do mercado (CÁRITAS, 2021b, p. 39). Os prazos judiciais de três meses para a proposta de indenização e de um ano para concluir as negociações são ignorados. Por fim, caso a proposta de indenização individual seja aceita, a(o) *atingida(o)* deve assinar um termo de aceitação e de quitação dos *danos* pelos

valores recebidos, destituindo o direito de recorrer judicialmente os *danos* indenizados (CÁRITAS, 2021b, p. 41-47).

O prolongamento do desastre no tempo da *reparação* submete as(os) *atingidas(os)* à burocracia técnico-jurídica, tema que analisei no primeiro capítulo. Para enfrentar essa tecnologia dominada pelas mineradoras, os assessores da Cáritas e a Comissão de Atingidos criaram sua própria ferramenta, a *Matriz de Danos das Pessoas Atingidas pela Barragem de Fundão*, organizada em dois eixos:

Eixo 1 - Danos materiais e danos sobre atividades econômicas: reúne os danos individuais dispostos nos eixos 1 e 2 do processo de cadastro, contemplando os danos emergentes e os lucros cessantes decorrentes do rompimento;

Eixo 2 - Danos morais relacionados à perda de acesso a bens e serviços públicos e de uso coletivo e Danos Imateriais: reúne os danos individuais dispostos nos eixos 3 e 4 do processo de cadastro, contemplando os danos morais e as demais espécies de danos imateriais (CÁRITAS; CABF, 2020, p. 6).

Assim, em posse dos dossiês familiares e da *Matriz*, as(os) *atingidas(os)* podem comparar as indenizações propostas pelos *técnicos* da Renova e discutir os padrões de elegibilidade e de valoração das mineradoras. Nos termos de Luzia Queiroz, a *Matriz* “é nossa Bíblia que vai levar debaixo do braço, que eu digo é essa daqui que é valorada, é feita pela gente com nosso coração, com nosso suor e com a ajuda de todas as entidades de renome” (27/08/20)⁵⁹.

As 2261 páginas da *Matriz de Danos* são divididas em quatro capítulos, apêndices, tabelas e anexos. O primeiro capítulo introduz a criação dessa ferramenta. O segundo capítulo descreve a fundamentação conceitual e metodológica do trabalho realizado pelos *técnicos*. O terceiro é dedicado aos *bens materiais* e o quarto capítulo aos *bens imateriais*. Os apêndices dispõem de descrições dos métodos dos cálculos de valoração, ao passo que é a partir da página 156 que as tabelas de valores aparecem. E, enfim, na página 383, surgem os anexos com relatórios elaborados por cada grupo de pesquisa contratado pela Cáritas para auxiliar na valoração das indenizações, são eles:

1. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG): responsável pela metodologia de valoração dos danos materiais e imateriais, reunidos nos eixos 1 e 2 da *Matriz* (vide fundamentação teórica nos ANEXOS I, II, III, IV, V e VI);
2. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (IPEAD) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG):

⁵⁹ Live “Em defesa da Matriz de Danos das pessoas atingidas pela barragem de Fundão em Mariana (MG)”. Realizada pela Cáritas em 27 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CsqBOPh1uus>.

responsável pela metodologia de valoração dos danos materiais e imateriais, reunidos nos eixos 1 e 2 da Matriz (vide fundamentação teórica nos ANEXOS I, II, III, IV, V e VI).

3. Agroequilibria Engenharia Ltda: responsável pela metodologia de valoração dos danos às atividades agrossilvipastoris, reunidos no eixo 1 (vide fundamentação teórica no ANEXO VIII).

4. Assessoria Técnica e Educacional Meio Ambiente e Barragens, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ): responsável pela metodologia de valoração dos danos imateriais cometidos a pessoas físicas, reunidos no eixo 2 [sic] da Matriz (vide fundamentação teórica no ANEXO VII); (CÁRITAS; CABF, 2020, p.7).

Antes de analisar as metodologias adotadas pela *Matriz*, cabe reforçar que o documento foi orientado pela autodeclaração das(os) *atingidas(os)*, seguindo os princípios da *reparação integral* (listados no início deste capítulo) e da centralidade do sofrimento da vítima, estabelecidos no âmbito da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CÁRITAS; CABF, 2020, p. 19). Nesse sentido, o documento não pretende apresentar a totalidade de *perdas* e de *danos*, pois entende que o *cadastro* deve ser contínuo, atualizado de acordo com os efeitos do desastre, conforme o trecho seguinte:

Conclui-se, pela própria natureza jurídica de danos ambientais individuais e das violações de direitos humanos oriundas de um desastre tecnológico - como danos continuados e que se protraem no tempo - que o direito de relatar perdas e danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão deve ser permanente, tal qual os efeitos do rompimento o são na vida das pessoas atingidas (CÁRITAS; CABF, 2020, p. 9).

Diferentemente da Matriz da Renova, na *Matriz de Danos das Pessoas Atingidas* os *danos* e as *perdas* não se limitam ao “impacto direto” medido pelo alcance da lama tóxica. Não foram estabelecidos um marco temporal nem uma fronteira territorial ao que pode ser indenizado.

A *Matriz* tem a intenção de subverter padrões burocráticos em sua criação coletiva, como deixa ver outro relato de Luzia Queiroz:

Os assessores, no caso da Cáritas, explicaram direitinho, transformando as palavras nossas simples em palavras técnicas pra compreensão ser melhor, porque ela fica resumida. [...] A partir do momento que ela [*Matriz de Danos*] tiver homologada no processo a gente vai tar podendo ser indenizado de fato e verdadeiramente. Com tudo feito pelo atingido. E a matriz da Renova a gente viu ela uma vez e é horrorosa. Ela não abarca todos os danos e nós, que somos atingidos, tem muitos atingidos que nem reconhecidos foram. Eu entendo que não é porque não foi procurado, mas muitas pessoas que foi atingida moram no meio rural, são pessoas simples que, pra elas, a palavra delas é o bem maior, o que as empresas não entendem. Eles [técnicos das empresas] têm que por tudo no papel, tudo prova (12/11/20).

O *cadastro* feito pela Cáritas registrou os relatos das(os) *atingidas(os)*. Dessa maneira, os assessores foram responsáveis por transformar as “palavras simples” em “palavras

técnicas”, classificando *danos* e *perdas* para que fossem valorados monetariamente. De todo modo, foram as palavras das(os) *atingidas(os)* que constituíram essa ferramenta, o que pode ser compreendido a partir da fala de Luzia como um reconhecimento da palavra, em outro sentido, enfatizando que o ato de testemunhar em seu próprio nome é suficiente, não requer papel, prova e assinatura ao passo que, para as mineradoras, a palavra das(os) *atingidas(os)* não basta.

Como as palavras das *atingidas(os)* foram transformadas em valores monetários? A *Matriz de Danos* elucidou as metodologias específicas utilizadas para o cálculo do valor de cada *perda* e de cada *dano*:

pesquisa de mercado, valoração indireta através de bases censitárias, tratamento estatístico, criação de mercados substitutos para valoração de bens que estão fora do mercado, método de composição de preços unitários (CPU), pesquisa sociológica e pesquisa de jurisprudência da Corte Internacional de Direitos Humanos. (CÁRITAS; CABF, 2020, p. 35)

Não entrarei em detalhes na descrição do cálculo nem de suas fórmulas matemáticas. O interesse etnográfico está um passo atrás, no processo de classificação e análise qualitativa dos relatos das(os) *atingidas(os)* antes de ser quantificado em itens que podem ser valorados.

Primeiramente, foram apresentados os *danos materiais* e as atividades econômicas. A opção de descrever a metodologia de valoração antes de expor as tabelas tem implicações diretas na interpretação dos dados quantitativos. Uma delas é a atenção na variedade de *danos* que seriam valorados de uma maneira fixa, como o metro quadrado de terra. Diferentemente de estabelecer um valor por metro quadrado de terreno arrasado, a *Matriz* propôs o cálculo de acordo com o tamanho da área total e com as formas de uso de cada parcela, considerando a organização das comunidades:

terrenos menores geralmente são utilizados para fins de moradia e realização de atividades agrossilvipastoris de pequeno porte (para autoconsumo ou comércio informal), ao passo que terrenos maiores são compostos por mais de uma parcela, uma em que possuem os mesmos usos que os terrenos menores, e outras que possuem características rurais (conformados por áreas de pastagem, áreas de roça ou até mesmo grandes áreas de matas nativas) (CÁRITAS; CABF, 2020, p. 46).

O relato dos moradores permitiu que os *técnicos* distinguíssem formas de uso, reconhecendo a diversidade das atividades executadas no terreno e das espécies cultivadas, identificando 362 espécies vegetais. As tabelas de valores foram tabuladas de maneiras distintas, de acordo com os grupos de pesquisa que as elaboraram. Para comparar os valores propostos pela Matriz da Renova, exemplifico as *perdas materiais* relativas à produção agrícola, valoradas pela Agroequilibra Engenharia. A empresa fez duas tabelas, uma

comparando os valores de cada produto no mercado; outra calculando o valor da indenização de acordo com a área plantada, os valores de mercado e a renda adquirida, como se pode ver:

Tabela 4 – Valores de produtos agrícolas (Agroequilibra Engenharia)

Produtos	Unidade	Preço Atacado	PAA Conab ¹	Hiper, Super Mercados e Sacolões	Feira da Agricultura Familiar ²	Preços Médios Varejo	Varição Varejo/Atacado (%)
Abacate	R\$/kg	3,90	2,40	6,17	9,83	6,13	57,26
Abóbora	R\$/kg	1,25	1,73	2,99	4,43	3,05	144,00
Abacaxi	R\$/unid.	2,92	1,77	3,69	6,31	3,92	34,36
Alface	R\$/kg	2,70	3,27	4,70	6,62	4,86	80,12
Banana Prata	R\$/kg	1,90	1,85	4,99	4,33	3,72	95,96
Banana Nanica	R\$/kg	1,00	1,61	2,49	4,08	2,73	172,67
Batata Doce	R\$/kg	2,00	1,56	3,99	5,59	3,71	85,67
Inhame	R\$/kg	1,57	1,33	4,79	5,19	3,77	140,13
Mandioca	R\$/kg	1,04	0,60	1,98	4,36	2,31	122,44
Milho Verde	R\$/kg	0,94	1,14	4,59	4,95	3,56	278,72
Milho	R\$/kg	0,71	1,04	5,18	SC	3,11	338,03
Melancia	R\$/kg	1,70	0,87	2,52	3,83	2,41	41,57
Pepino	R\$/kg	1,05	1,16	3,69	4,24	3,03	188,57
Quiabo	R\$/kg	1,66	2,42	12,96	8,00	7,79	369,48
Mamão	R\$/kg	2,50	1,44	7,99	4,69	4,71	88,27
Tangerina	R\$/kg	1,00	1,88	9,90	5,15	5,64	464,33
Laranja	R\$/kg	1,40	1,39	2,99	4,39	2,92	108,81
Limão	R\$/kg	2,75	1,44	3,15	4,83	3,14	14,18
Uva	R\$/kg	5,60	7,10	10,98	S/C	9,04	61,43

Fonte: CÁRITAS; CABF, 2020, Anexo VIII, p. 22 [adaptada (recorte por captura de tela)].

Tabela 5 – Valores de indenização por produtos agrícolas (Agroequilibra Engenharia)

Cultura	Espaçamento	Plantas/ha	Vida Útil Produtiva (anos)	Preços Médios Varejo	Receita Bruta Parcial	Receita Bruta Total	Indenização	
							Total/ha	R\$/Planta
Abóbora	1,5 x 1,5 m	4444	1	R\$ 3,05	R\$ 48.800,00	R\$ 48.800,00	R\$ 48.800,00	R\$ 10,98
Abacaxi	0,80 x 0,30 m	41667	1	R\$ 3,92	R\$ 98.083,33	R\$ 98.083,33	R\$ 98.083,33	R\$ 2,35
Alface	0,25 x 0,25 m	160000	1	R\$ 4,86	R\$ 116.720,00	R\$ 116.720,00	R\$ 116.720,00	R\$ 0,73
Batata Doce	0,80 x 0,25 m	50000	1	R\$ 3,71	R\$ 51.986,67	R\$ 51.986,67	R\$ 51.986,67	R\$ 1,04
Inhame	1,2 x 0,80 m	10417	1	R\$ 3,77	R\$ 94.250,00	R\$ 94.250,00	R\$ 94.250,00	R\$ 9,05
Mandioca	1,5 x 1,0 m	6667	1	R\$ 2,31	R\$ 50.893,33	R\$ 50.893,33	R\$ 50.893,33	R\$ 7,63
Milho Verde	0,80 x 0,28 m	45000	1	R\$ 3,56	R\$ 46.458,00	R\$ 46.458,00	R\$ 46.458,00	R\$ 1,03
Melancia	2,0 x 1,5 m	6667	1	R\$ 2,41	R\$ 72.200,00	R\$ 72.200,00	R\$ 72.200,00	R\$ 10,83
Pepino	1,0 x 0,60 m	16667	1	R\$ 3,03	R\$ 327.240,00	R\$ 327.240,00	R\$ 327.240,00	R\$ 19,63
Quiabo	1,2 x 0,60 m	13889	1	R\$ 7,79	R\$ 155.866,67	R\$ 155.866,67	R\$ 155.866,67	R\$ 11,22
Mamão	3,0 x 1,8 m	1852	2	R\$ 4,71	R\$ 612.300,00	R\$ 1.224.600,00	R\$ 1.224.600,00	R\$ 661,23
Amendoim	0,50 x 0,20 m	200000	1	R\$ 8,68	R\$ 26.050,00	R\$ 26.050,00	R\$ 26.050,00	R\$ 0,13
Arroz	0,17 x 0,02 m	2941176	1	R\$ 3,41	R\$ 13.640,00	R\$ 13.640,00	R\$ 13.640,00	R\$ 0,00
Feijão	0,50 x 0,08 m	250000	1	R\$ 4,24	R\$ 12.730,00	R\$ 12.730,00	R\$ 12.730,00	R\$ 0,05
Milho	0,50 x 0,30 m	60000	1	R\$ 3,11	R\$ 22.392,00	R\$ 22.392,00	R\$ 22.392,00	R\$ 0,37
Maracujá	2,5 x 2,0 m	2000	2	R\$ 5,58	R\$ 111.600,00	R\$ 223.200,00	R\$ 223.200,00	R\$ 111,60

Fonte: CÁRITAS; CABF, 2020, Anexo VIII, p. 25 [adaptada (recorte por captura de tela)].

A indenização para o cultivo da mandioca, por exemplo, corresponde a R\$50.893,33 por hectare e R\$7,63 por planta – lembrando que, na Matriz da Renova, a planta foi valorada para indenização por R\$1,18 com lucro cessante de R\$0,22. A transparência no método utilizado para o cálculo e a aproximação dos valores com aqueles que as(os) atingidas(os) verificavam na comunidade e, sobretudo, que verificam na cidade desde o deslocamento

compulsório, com a necessidade de comprar alimentos que antes eram cultivados, estimulam as reivindicações das comunidades para o uso da *matriz* que criaram.

As relações sociais que envolvem os bens materiais poderiam ser avaliadas a partir de uma antropologia econômica. Embora não seja meu objetivo aqui, recorro à análise de Florence Weber (2002) por abordar o problema da unidade de medida, imprescindível para o cálculo no meu caso de análise. Weber (2002) fez pesquisa por correspondência postal, enviando questionários a horticultores no interior da França, a respeito da produção, das despesas e dos lucros. As respostas obtidas mostraram diferentes formas de contar e calcular com diversas unidades de medida. Para a terra, Weber (2002, p. 155-6) identificou, de um lado, a medição segundo o universo jurídico da propriedade total em hectare ou metros quadrados e, de outro, a medição segundo o universo doméstico do cultivo em que a horta era dividida em parcelas não calculadas por hectare ou metro, de modo que a distribuição do que era plantado seguia uma proporção que variava com a época do ano e o ciclo agrícola, o clima e a divisão do trabalho, por exemplo. Florence Weber (2002, p. 160) questionou, então, “de que vale uma medida ‘científica’ para explicar comportamentos se ela não é utilizada, ou seja, percebida, pelas pessoas concernidas?”, sugerindo que a uniformização dos padrões de medidas não alcança todos os domínios da vida social, que podem ser revelados com a atenção à diversidade das classificações. A *reparação* do rompimento da barragem de Fundão requer as medidas padronizadas, uma vez que opera somente no universo jurídico. O esforço das(os) *atingidas(os)* e dos técnicos criando a *Matriz* é de fazer essa tradução do universo doméstico para o universo jurídico, levando em conta a diversidade exposta nos relatos dos moradores. Ainda assim, essa tradução não é completa.

Antes de uma conversão entre unidades de medida, para a valoração é necessária uma transliteração, a qual venho anunciando ao longo deste capítulo. A valoração monetária pretende materializar algo que foi perdido ou que não existe como anteriormente. Foi descrevendo as relações econômicas que a *Matriz* expôs seu método principal: “a memória dos núcleos familiares prevaleceu como a principal fonte de informação sobre as atividades econômicas existentes antes do rompimento da barragem de Fundão” (CÁRITAS; CABF, 2020, p. 70). Recapitulando, a produção da *Matriz* teve início no relato da(o) *atingida(o)*, no qual ela/ele descrevia as lembranças que foram atualizadas no momento das perguntas do formulário, nas oficinas de cartografia social, na vistoria técnica e na tomada de termo. Os objetos que foram perdidos, a interrupção das atividades cotidianas, a alteração nas relações

familiares e de vizinhança, o bloqueio ao acesso à terra, os cultivos plantados apareceram como lembranças condensadas, proferidas em relatos dispersos em reuniões, encontros e visitas dos *técnicos*. Coube aos assessores da Cáritas registrar, organizar e classificar os relatos e os transformar em informação. Em seguida, elas foram analisadas e distribuídas em classes de indenização para, finalmente, serem valoradas. Assim, a memória pôde ser transliterada em valor monetário.

Adiantei, na seção anterior, que minha análise etnográfica se submete à compreensão da memória proposta pelo filósofo Henri Bergson (1999), cujos estudos concederam à memória um lugar privilegiado no interior da percepção humana. O que me interessa, neste ponto do texto, é a maneira como Bergson aproximou a memória e a matéria, esta não corresponde a *bem material*, mas a imagens – definidas entre a coisa e a representação –, de modo que só pode ser apreendida pela percepção, o que significa dizer que a matéria deriva da memória, das imagens que armazenamos e da intuição que constituímos a partir delas (BERGSON, 1999, p. 212-3). Entendo que a *Matriz de Danos das Pessoas Atingidas* é composta pela memória, na medida em que seu objetivo é reconstituir virtualmente a matéria ausente, perdida e danificada pela lama tóxica. As imagens do passado devem qualificar e quantificar o que se perdeu, mas só executam essa tarefa no presente, quando as imagens são atualizadas. Portanto, o que se fala nos relatos deriva da percepção das(os) *atingidas(os)* desde o rompimento da barragem, a fuga da lama, a *comunidade* destruída e a vida na cidade. A memória faz um movimento retroativo, buscando imagens do passado conforme requisitadas pelo presente, no cadastramento por exemplo, registrando o que foi lembrado.

Espero que esteja evidente que a memória, como forma de percepção da matéria não é um falseamento ou uma falsificação, na medida em que a própria matéria deriva da memória. Talvez esse problema fique mais claro quando eu tratar da memória da *comunidade* (capítulo 3). Isso não faz da *Matriz* da(os) *atingidas(os)* mais ou menos real do que a *Matriz* da Renova do ponto de vista do que elas elencam e calculam. Se a *Matriz* da Renova não derivou da memória dos moradores, ela foi composta por uma memória exógena, replicada segundo as imagens percebidas pelos *técnicos*. As(os) *atingidas(os)* enunciam que sua *Matriz* diz a realidade, no sentido de ter maior correspondência com os *danos* e as *perdas* verificados pela *comunidade*.

Os cálculos para atribuir valor à memória se distinguem pela maneira como ela foi distribuída pelos *técnicos*. A diferença entre *bens materiais* e *imateriais*, que excluam tudo o

que era imaterial da Matriz da Renova, foi incluída na *Matriz* das(os) *atingidas(os)*, ao mesmo tempo que foi atenuada. Sabendo que essa ferramenta técnico-jurídica é composta pela memória, todo cálculo é feito da imaterialidade para a materialidade ao atribuir um valor financeiro. A classificação de *danos materiais* feita pela Cáritas e pela CABF não se restringiu a listagem de *bens*. Foi calculado, por exemplo, o trabalho despendido na autoprodução das moradias, a partir dos relatos dos moradores de Paracatu de Baixo que costumavam construir suas próprias casas, ranchos, galpões e outras edificações em seus terrenos. A valoração desafiou a dualidade de *bens materiais* e *imateriais* ao propor dois tipos de identificação para uma *perda* ou um *dano*, que pode ser indenizado pelo seu valor material e imaterial (CÁRITAS; CABF, 2020, p. 57).

A magnitude dessa discussão na literatura antropológica foge de minha proposta de análise, de modo que apenas sinalizo sua importância no debate da *reparação*. A necessidade jurídica de classificar dessa maneira os *danos* e as *perdas* relegou às(aos) *atingidas(os)* um procedimento de decomposição alheio à forma da vida da *comunidade* de Paracatu de Baixo. Essa dicotomia está na raiz do conceito de patrimônio, conforme descreveu Marcela Coelho de Souza (2010), pois remete à materialidade de bens e de propriedade, na mesma medida em que a imaterialidade parece intrínseca à cultura. Nesse sentido, Souza (2010) sugeriu que a manutenção desses termos barra todo o tipo de classificação que não seja jurídica, dificultando a compreensão daquilo que precisa ser enquadrado nesses termos, exemplificando as pinturas corporais dos piros, os enfeites nambkwara e a sabedoria do xamã krahô. Souza (2010, p. 164) argumentou que a “cultura (imaterial) indígena vive apenas em suas materializações”, no corpo, na aldeia, nas pinturas, nos adereços, nos sonhos e nos saberes, visíveis ou invisíveis.

A atenção para o reconhecimento dos direitos de propriedade intelectual e de bens imateriais indígenas remete, ainda, à célebre análise de Manuela Carneiro da Cunha (2017), que verificou como os povos indígenas recorrem às noções dos brancos como uma saída criativa para os problemas colocados pelos brancos, sem extirpar os modos de viver, perceber e estar no mundo. Em outra publicação, Coelho de Souza (2017) explicou como os povos Kisedjê lidam com a terra como algo intangível, composta por relações de parentesco, pela memória e pelo movimento no território, embora acionem a propriedade privada tangível, a partir do pronome possessivo “meu” no idioma dos brancos, para garantia do território indígena. Nesse sentido, as classificações jurídicas são requisitadas e apropriadas

especialmente em situações de conflito, como a das(os) *atingidas(os)* ou como enunciam os Mēbengôkre-Xikrin e os Juruna em luta por indenizações que reconheçam os impactos da barragem do rio Xingu para as comunidades, para os peixes e para os seres que habitam o rio e as suas margens, de acordo com a etnografia de Mantovanelli (2020). As classificações são ajustadas à perspectiva dos *danos* e das *perdas*, sensível às alterações em determinada ecologia, de modo que a aproximação de Paracatu de Baixo a outros contextos de resistência se justifique pelos efeitos semelhantes dos projetos de destruição e das saídas encontradas em movimentos insurgentes.

O que pode ser calculado a partir da memória da *comunidade*? Enquanto a Matriz da Renova listou uma dezena de *danos morais*, relacionada sobretudo à materialidade (abastecimento de água e energia), a *Matriz* das pessoas atingidas se preocupa em calcular *danos imateriais* ou *extrapatrimônias*:

que não se manifestam através de prejuízo materialmente quantificável, mas através de ofensas à dignidade da pessoa humana, violações de direitos da personalidade, dos modos e projetos de vida, das condições de existência e demais âmbitos da vida humana para além da esfera financeira (CÁRITAS; CABF, 2020, p. 77).

Foram identificadas 45 categorias, reunidas em 11 grupos:

Perdas humanas (mortes) e desaparecimentos; Danos à saúde (física e psíquica); Danos estéticos; Danos decorrentes de ações e omissões das empresas responsáveis pelo rompimento, suas mandatárias e/ou terceirizadas durante o processo de reparação; Danos decorrentes de alterações dos modos de vida e relações comunitárias, incluindo os relativos a perda de acesso a bens e serviços públicos; Danos decorrentes da perda de biodiversidade; Danos decorrentes da perda/afastamento de animais domésticos; Danos decorrentes da perda de bens materiais com valor imaterial; Danos relativos às organizações sociais, religiosas e manifestações culturais; Danos aos direitos da personalidade; Danos aos projetos de vida; (CÁRITAS; CABF, 2020, p. 80).

A *Matriz* pretendeu calcular o inquantificável: a vida, a saúde, as relações comunitárias, os modos e projetos de vida, a biodiversidade, as manifestações culturais. Mais do que isso, o documento tentou capturar o acontecimento em sua duração, desde o evento em que ele se revelou até o futuro que era possível e o que foi impedido de se manifestar, assunto do capítulo 3.

A assessoria da UFRRJ estabeleceu valores mínimos aos *danos imateriais*, seguindo os termos previstos pela Agência Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), no que concerne ao patrimônio artístico, cultural e ambiental (CÁRITAS; CABF, 2020, Anexo, p. 50). Dessa maneira, o valor monetário não foi calculado segundo o valor de mercado, sabendo que para as(os) *atingidas(os)* o que foi classificado como *perdas* ou *danos imateriais* não são

mercadorias. O relatório anexado (p. 51) recorreu à crítica de Karl Polanyi para identificar o processo de separação entre vida social e terra, essencial à instituição de uma economia de mercado. A Cáritas e a CABF salientaram em diferentes trechos que não aderiram a monetarização típica das mineradoras:

[...] buscou-se afastar as leituras estritamente patrimonialistas dos danos, também foi necessário afastar-se de abordagens pautadas na financeirização da vida e da experiência humanas, no sentido de não forçar propostas necessariamente indenizáveis para todos e quaisquer danos relatados no processo de cadastramento ou de quantificar a todo custo as dores e os sofrimentos causados aos sujeitos através dos danos a eles impostos. O movimento de financeirização da vida e da natureza expressa a própria lógica de maximização de lucro a despeito de qualquer outro valor, o que possibilitou o rompimento da barragem de Fundão (Samarco, Vale e BHP Billiton). [...] Reconhece-se que não é possível reparar plenamente os danos causados aos sujeitos atingidos, e menos ainda, reduzir o direito de Reparação Integral a propostas de indenizações (CÁRITAS; CABF, 2020, p. 81).

Uma linha poderia ser traçada de um ponto, o deslocamento compulsório, a outro ponto, a financeirização da vida. O rompimento da barragem de Fundão se localiza nesse cenário global de expulsão de populações nativas e camponesas da terra e sua alienação como mercadoria. O problema da equivalência entre *bens materiais* e *imateriais* foi um aspecto que Felix Guattari (1989, p. 14) detectou como característico da crise ecológica alcançada pelo capitalismo, em um estágio em que foram mutilados “sistemas particulares” em nome de um “império de mercado mundial”. Para evitar o prognóstico de novos desastres como o de Chernobyl, Guattari (1989, p. 13) sugeriu uma reorientação do desejo e da produção a partir de uma “articulação ético-política” nomeada de ecosofia, uma perspectiva combinada em três registros, o do ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana. Entendo que a estratégia adotada pelas(os) *atingidas(os)*, mas especialmente falando da *comunidade* de Paracatu de Baixo, localiza-se nesse conjunto de lutas minoritárias e de composição de linhas de força e de poder.

Novamente, a antropologia econômica contribuiria para uma análise dos processos de comoditização da sociedade e da natureza. Reitero que esse não foi o foco de minha proposta, dependendo poucas linhas para reconhecer um aspecto que escapa da abordagem da *Matriz*, a equivalência. Viviana Zelizer (1989) argumentou que o dinheiro nas relações de troca capitalistas não é homogêneo e neutro quantitativamente e qualitativamente. As indenizações permitem uma leitura de como a equivalência da troca monetizada é limitada e não corresponde apenas à esfera econômica. Na verdade, o dinheiro não equivale ao que foi perdido ou danificado, como indicaram as falas das moradoras que mencionei no início do capítulo. A demanda por *reparação justa e integral* não perde de vista que a restituição é uma

troca sempre desigual para as(os) *atingidas(os)*. Não quero dizer que a indenização seria um tipo exclusivo de troca desigual, considerando que nenhuma troca tem equivalência, como argumentou Villela (2001). No caso específico da *comunidade* de Paracatu de Baixo, esse aspecto fica evidente na relação com as mineradoras, embora precise ser recorrentemente sublinhado porque os princípios jurídicos dos quais a indenização compactua buscam apaziguar os conflitos, equilibrá-los.

Paula Lacerda (2020) se dedicou a mostrar como as indenizações em casos de violações de direitos humanos se tornaram uma ferramenta recorrente em processos de reparação. Ela verificou exatamente a produção da equivalência em uma troca monetária para aquilo que é irreparável, sugerindo que a possibilidade de equivaler coisas tão distintas não é estranha em uma relação de troca. O que parece uma novidade nessa prática no ambiente jurídico é que a negociação do pagamento depende do poder de persuasão das “vítimas” em convencer os “pagadores” (LACERDA, 2020, p. 261). Mais recentemente, Lacerda (2021) analisou especificamente as indenizações pela construção da hidrelétrica de Belo Monte, com atenção aos dispositivos de governo das empresas envolvidas sobre as populações atingidas, estabelecendo uma assimetria que configura a reparação como dádiva (LACERDA, 2021, p. 742). O rompimento da barragem de Fundão se insere nesse cenário, da mesma forma que as(os) *atingidas(os)* precisaram adotar os termos e as formas jurídicas, bem como criar ferramentas técnicas.

Posto isso, a *Matriz* estabeleceu um critério de cálculo da imaterialidade a partir do princípio da desigualdade. A assessoria da UFRRJ propôs valores variados de acordo com “marcadores sociais da diferença”, considerando: “idade, gênero, etnia, condição de gestante ou lactante e existência de necessidade especial decorrente de deficiência física ou mental.” (CÁRITAS; CABF, 2020, p. 84). Essa metodologia derivou da compreensão social do desastre como um fenômeno processual que atinge desigualmente a população, de acordo com a vulnerabilidade social (CÁRITAS; CABF, 2020, Anexo, p. 55). Já foi mencionado que a composição populacional de Paracatu de Baixo consiste majoritariamente em pessoas negras, além do fato de mulheres, muitas delas idosas, estarem na linha de frente da luta na CABF. Essa configuração é semelhante ao longo da Bacia do Rio Doce, lembrando ainda dos povos indígenas Krenak e Guarani, dos povos quilombolas, caiçaras e ribeirinhos que foram atingidos (PoEMAS, 2015; MILANEZ; LOSEKANN, 2016).

Os “marcadores sociais da diferença” são calculados como “agravadores”, multiplicando o valor da indenização, como ilustra a tabela:

Tabela 6 - Fatores agravadores para indenização

FATORES AGRAVADORES		MULTIPLICADOR	
	Sexo	10%	Se mulher
	Raça	10%	de Negro ou indígena
	Idade	20%	Se criança/adolescente ou idoso
	Deficiência	50%	Se deficiente físico ou mental
	Gestante ou lactante	10%	Se Gestante ou lactante
	Deslocamento compulsório	10%	Se deslocado compulsoriamente

Fonte: CÁRITAS; CABF. *Matriz de Danos das Pessoas Atingidas pela Barragem de Fundão em Mariana*. “Tabela sintética VII Relação de valores referentes à indenização dos danos imateriais”, 2020, n.p. [adaptada (recorte por captura de tela)].

A valoração dos *danos imateriais* foi comparada com a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, determinando o parâmetro entre o dobro de seu valor mínimo em casos semelhantes, alcançando 80 mil dólares, e o dobro do valor máximo, chegando a 160 mil dólares por pessoa atingida (CÁRITAS; CABF, 2020, Anexo, p. 59-60). De acordo com Rodrigo Pires Vieira, coordenador da Cáritas Minas Gerais, o total de uma indenização de *danos morais* pode alcançar o valor de um milhão e cem mil reais (27/08/20).

A tabela de indenização de *danos imateriais* tem 43 páginas e foi organizada em sete colunas: 1. Categorias, referente às onze mencionadas acima; 2. Subcategoria; 3. UFRRJ (nº de salários-mínimos), referente aos valores estabelecidos pela assessoria contratada; 4. UFRRJ (salário min. 2020); 5. UFMG, referente aos valores estabelecidos pelo CEDEPLAR; 6. Idade em 2015; 7. Sexo. Seleccionei alguns recortes, considerando os interesses centrais da pesquisa:

Tabela 7 - Valores de indenização por danos imateriais relativos à biodiversidade e ao meio ambiente

Categoria	SUBCATEGORIAS	UFFRJ (Nº SÁLIARIOS MÍNIMOS)	UFFRJ (SALARIO MIN. 2020)	UFMG	Idade	Sexo
6. Perdas e danos individuais relacionados à biodiversidade local e consequente alteração dos modos de vida locais e seus entornos	6.1 Alimentação	10	R\$ 10.450,00			
	6.2 Trabalho e renda	10	R\$ 10.450,00			
Meio ambiente	Uso do solo			R\$ 10.502,70	0	Feminino
				R\$ 10.500,93	1	Feminino
				R\$ 10.469,82	2	Feminino
				R\$ 10.437,05	3	Feminino
				R\$ 10.402,99	4	Feminino
				R\$ 10.367,73	5	Feminino
				R\$ 10.331,31	6	Feminino
				R\$ 10.293,71	7	Feminino
				R\$ 10.254,94	8	Feminino
				R\$ 10.214,97	9	Feminino
				R\$ 10.173,79	10	Feminino
				R\$ 10.087,76	12	Feminino
				R\$ 10.042,94	13	Feminino
				R\$ 9.996,93	14	Feminino
				R\$ 9.949,69	15	Feminino
				R\$ 9.901,17	16	Feminino

Fonte: CÁRITAS; CABF. *Matriz de Danos das Pessoas Atingidas pela Barragem de Fundão em Mariana*. “Tabela sintética VII Relação de valores referentes à indenização dos danos imateriais”, 2020, n.p. [adaptada (recorte por captura de tela)].

As categorias e os modos de valoração foram atribuídos diferentemente pelos grupos de pesquisa da UFFRJ e da UFMG. A alteração da biodiversidade e dos modos de vida nos quesitos alimentação e trabalho e renda foram valorados, cada um, em 10 salários-mínimos, equivalente a R\$10.450,00 em 2020, segundo a UFFRJ. Paralelamente, na categoria de meio ambiente, o uso do solo foi valorado pela UFMG no valor máximo de R\$10.502,70, para uma menina bebê, de modo que o valor é inversamente proporcional à idade, especificadas de 0 a 100 anos para os sexos feminino e masculino.

No recorte a seguir, foram valorados *danos* relativos ao tempo decorrente desde o desastre e à *perda* do modo de vida em *comunidade*:

Tabela 8 - Danos imateriais relativos à ação das mineradoras e às alterações dos modos de vida

4. Perdas e danos individuais imateriais decorrentes da ação, morosidade ou omissão de atendimento de responsabilidade das empresas Samarco Mineradora S/A, Vale, BHP, Fundação Renova e suas terceirizadas	4.6 Uso do tempo	10	R\$ 10.450,00			
	4.7 Procedimento abusivo na negociação de compra e venda dos animais dos atingidos, conforme Termo de Transação veiculado na Ação Civil Pública n. 0400.16.003419-7	5	R\$ 5.225,00			
	4.8 Descumprimento de decisões ou acordos	10	R\$ 10.450,00			
Categoria	SUBCATEGORIAS	UFRRJ (Nº SÁLIARIOS MÍNIMOS)	UFRRJ (SALARIO MIN. 2020)	UFMG	Idade	Sexo
5. Perdas e danos individuais decorrentes das alterações do modo de vida e das relações comunitárias	5.1 Relações com a comunidade, amigos e vizinhança	5	R\$ 5.225,00			
	5.2 Saberes, modos de fazer e modos de vida	5	R\$ 5.225,00			
	5.3 Relações e conflitos intrafamiliares	5	R\$ 5.225,00			
	5.4 Relações de vendas e trocas	5	R\$ 5.225,00			
	5.5 Atividades econômicas ou laborativas	5	R\$ 5.225,00			
	5.6 Empobrecimento devido ao aumento das despesas	5	R\$ 5.225,00			

Fonte: CÁRITAS; CABF. *Matriz de Danos das Pessoas Atingidas pela Barragem de Fundão em Mariana*. “Tabela sintética VII Relação de valores referentes à indenização dos danos imateriais”, 2020, n.p. [adaptada (recorte por captura de tela)].

Na primeira linha, o “uso do tempo” é uma subcategoria de *perdas* e de *danos* “decorrentes da ação, morosidade ou omissão de atendimento de responsabilidade das empresas”, indenizado no valor monetário correspondente a dez salários-mínimos. É interessante notar como o que eu chamo de rotina extraordinária foi incluída nas indenizações. O contraste entre as formas de viver antes e depois do desastre, mobilizado por uma memória retroativa, caracteriza a *comunidade*, permitindo que ela seja indenizada assim como as alterações que se impuseram. A administração do tempo feita pela *máquina do terror* (capítulo 1) em reuniões, obras, projetos e em prazos foi valorada monetariamente. A indenização não repõe nem restitui o tempo perdido, mas o reconhece. No mesmo sentido, os procedimentos abusivos da Fundação Renova e o descumprimento de acordos pelas mineradoras foram listados na tabela.

Os modos de vida na *comunidade* de Paracatu de Baixo entram na conta de indenização, como por exemplo, as relações de vizinhança e de amizade, os modos de fazer e

de saber, as relações de venda e troca e as atividades econômicas. Foram também listados os conflitos familiares e o empobrecimento decorrentes do rompimento da barragem. Cada item corresponde a cinco salários-mínimos. A aproximação dessas *perdas* e *danos* em uma mesma categoria deixa ver como a memória opera no presente, quando se atualiza. As relações comunitárias são calculadas pelas falhas, pelas diferenças e pelos conflitos contemporâneos.

Os rituais católicos e as festas, atividades que marcavam o tempo da *comunidade* de Paracatu de Baixo, foram valoradas para cada *atingida(o)* com um acréscimo caso a pessoa fosse liderança ou organizasse a atividade, por exemplo o mestre e os músicos da Folia de Reis, conforme as tabelas a seguir:

Tabela 9 - Indenização por *perdas* e *danos imateriais* relativos às organizações sociais e culturais

Categoria	SUBCATEGORIAS	UFRRJ (Nº SALÁRIOS MÍNIMOS)	UFRRJ (SALÁRIO MIN. 2020)	UFMG	Idade	Sexo
9. Perdas e danos relativos às organizações sociais, manifestações culturais e religiosas e de bens	9.1 Organizações sociais e manifestações culturais	5	R\$ 5.225,00			
	Se Liderança	10	R\$ 10.450,00			
materiais coletivos com valor imaterial	9.2 Manifestações religiosas, celebrações, festas e folguedos	5	R\$ 5.225,00			
	Se Liderança	10	R\$ 10.450,00			
Cultura	Celebrações e lugares de uso coletivo			R\$ 68.529,44		
Intervalo		Total UFRRJ		Total UFGM	Proposta de valoração	
9. Perdas e danos relativos às organizações sociais, manifestações culturais e religiosas e de bens materiais coletivos com valor imaterial	9.3 Memória coletiva e tradição oral	5	R\$ 5.225,00			

Fonte: CÁRITAS; CABF. *Matriz de Danos das Pessoas Atingidas pela Barragem de Fundão em Mariana*. “Tabela sintética VII Relação de valores referentes à indenização dos danos imateriais”, 2020, n.p. [adaptada (recortes por captura de tela)].

A última linha desse recorte da tabela é de especial interesse. O que os assessores classificaram como “memória coletiva e tradição oral” é a única célula em que a memória aparece como um item a ser valorado relativo aos *bens imateriais*. Anteriormente, em outra linha da tabela, a memória aparece como relacionada aos *bens materiais*. As manifestações culturais foram associadas à memória que mobiliza o preparo e a prática das atividades, concernentes à transmissão de saberes para a realização dos rituais e das festas. No terceiro capítulo desta dissertação, essas categorias estabelecidas por *técnicos* ganham espessura com a descrição das(os) *atingidas(os)* da *comunidade*.

As(os) *atingidas(os)* posicionaram a memória no centro da *reparação*, dando um novo sentido para essa noção que, segundo a definição jurídica corrente, consiste em um esforço

para o retorno à condição anterior à *perda* ou ao *dano*, o que resultaria em uma anulação da memória, ignorando a duração. Elas e eles criaram ferramentas técnico-políticas capazes de dar à memória a constituição necessária para que fosse inserida e reconhecida em todas as etapas, inclusive naquelas que pareciam mais distantes, como a do cálculo de indenização.

Contudo, a *Matriz de Danos das Pessoas Atingidas* não é considerada nas negociações de indenização pelos *técnicos* da Fundação Renova, como explicou Luzia Queiroz:

Esse caso de indenização tá acontecendo o seguinte: as famílias mesmo que estão em fase de reconstrução, que tem que devolver a terra para elas no reassentamento, não são todas que foram indenizadas. Então, o que tá acontecendo é que pode pedir antecipação, que já teve aquela primeira vez, que foi vinte mil [reais] de uma vez, depois teve um outro ano que foi mais vinte mil [reais] de antecipação, que é descontada da indenização final. Tem pessoas que foram indenizadas, tem pessoa que no dano moral os filhos conseguiram. [...] Mas, na indenização mesmo, eles não querem pagar pela nossa Matriz de Danos que a gente fez, que foi feita realmente com o atingido e foi protocolada, até fui eu que entreguei pra protocolar. Então, eles tão pagando pela matriz de danos deles que é muito ruim, mas a maioria ainda está aguardando (28/10/20).

As famílias estão em condições e em etapas diferentes da *reparação*, já que algumas foram indenizadas e outras não foram. Aquelas que aguardam a indenização *justa e integral*, conforme a *Matriz* das(os) *atingidas(os)*, ainda esperam o tempo dos processos judiciais coletivos e individuais.

O motivo, segundo Luzia, pelo qual a Fundação Renova não aceita a *Matriz* das(os) *atingidas(os)* não é financeiro, visto que os *técnicos* insistem em dizer que “dinheiro não é o problema”, mas, sim, o “precedente”:

[...] entendemos também que eles não querem usar porque, se ela usar precedente, pode ser usada em todos os casos de rompimento de barragem. Então, é uma conquista que todo mundo tem que abraçar e ajudar pra um dia, se ela não servir pra nós, ela vai servir pras demais comunidades e as que ainda talvez vão se romper, se a mão de Deus ajudar isso, não vai fazer isso mais. (01/11/21).

As mineradoras deslegitimam a tecnologia de valoração produzida pelas(os) *atingidas(os)*, apesar de reconhecerem o documento no acordo que estabeleceu a FNE, seguindo o padrão de contradições próprio da operação das empresas. As(os) *atingidas(os)* de Paracatu de Baixo, por sua vez, desenham uma linha de fuga de caráter planetário. O ineditismo da *Matriz de Danos das Pessoas Atingidas* é enfatizado, a ponto de reverberar na luta de outras comunidades ameaçadas por desastres da mineração.

2.3. *Compensação: calcular o futuro*

Esta seção, mais curta do que as anteriores, tem o propósito de analisar a *compensação*, definida pela Defensoria Pública do MPMG, na ACP movida na 2ª Vara Cível da Comarca de Mariana, como a reposição de bens ou outras formas não necessariamente monetárias de *perdas* e de *danos* irreparáveis ou cuja *reparação* foi insuficiente, conforme mencionei no início deste capítulo. Enquanto a indenização é uma forma de *reparação* monetária, a *compensação* não é exatamente um tipo de *reparação*, pois considera a sua insuficiência. Geralmente, nos casos que verifiquei, essa modalidade diz respeito a *danos* evidenciados ou causados durante o tempo da *reparação*.

A conotação não monetária da *compensação* é específica do processo judicial em Mariana. O vocabulário jurídico não distingue *compensação* e *indenização*, recorrentemente tratadas como sinônimos. A literatura antropológica examinou a noção seguindo esse mesmo sentido de *reparação* financeira, a exemplo de Marylin Strathern (2017a [2000]) e Stuart Kirsch (2006), que descreveram a *compensação* em processos envolvendo mineradoras e povos indígenas na Papua-Nova Guiné. Preferi abordá-los nesta seção, mesmo quando se aproximam do que seria a *indenização*, para evitar a confusão entre termos e traduções. No entanto, os mal-entendidos não podem ser evitados na rotina das(os) *atingidas(os)*, como pude perceber em uma reunião da Comissão dos Atingidos, em 19 de fevereiro de 2019.

Duas moradoras de Paracatu de Baixo estavam preocupadas com os *bens públicos* que seriam construídos no reassentamento, um dos temas principais de discussão, como mostrei no subcapítulo 1.3. Segundo elas, algumas edificações que existiam – e ainda existem – na *comunidade* não foram mencionadas pelos *técnicos* no projeto arquitetônico. Elas citaram o caso do cruzeiro, uma cruz de cimento no topo de um morro em Paracatu.

Eu ouvira falar do cruzeiro apenas uma vez, quando uma senhora me contou, em outra ocasião, que o monumento construído primeiramente em madeira foi colocado antes de seu nascimento, em uma celebração milagrosa liderada por um padre missionário que visitava a região. Ela se deteve ao descrever o que ocorrera, avisando que se tratava de uma história que ouvira, que não sabia se era verídica, mas que ela acreditava e tinha fé. A moradora, por conta disso, requisitou o meu cuidado ao escrevê-la e prosseguiu. Relatou que, anos após a instalação da cruz, uma tempestade caíra no vale de Paracatu de Baixo. Raios e trovões assustaram os moradores, até que um clarão foi visto no cruzeiro. Um raio atingiu a cruz, que caiu em chamas. Para ela, a cruz salvou os moradores, atraindo o raio e impedindo que ele

caísse no centro da comunidade. Depois disso, eles construíram uma nova cruz, dessa vez de cimento, no local.

Voltando à reunião, um *técnico* da Renova respondeu a indagação das *atingidas*, avisando que não tinham um procedimento definido para esse caso, mas que encaminharia esse pedido. Em seguida, outro *técnico* afirmou que iriam construir o cruzeiro “e o que mais quiserem no alto da rua Furquim para compensar a distância da Praça Santo Antônio. É uma forma de compensação sem cobrança, uma compensação simbólica para o pessoal da rua Furquim, que está mais distante”. Os termos usados pelo *técnico* causaram ruído. O que seria uma “compensação sem cobrança” e uma “compensação simbólica”? Um assessor da Cáritas pediu a palavra: “Não é assim que funciona, porque do modo como [nome do *técnico*] falou parece que isso afeta o planejamento e as regras de compensação, mas há outro termo para referir ao que [ele] disse, é a reparação.”. Uma discussão entre os *técnicos* foi iniciada. *Atingidas(os)* tentaram apaziguar a situação. A *reunião* seguiu sua pauta até ser concluída, quando outro assessor da Cáritas retomou o assunto anterior:

A questão da compensação tem um teto na terminologia jurídica. Toda vez que for uma frase no sentido de compensar, usa adaptação de projeto para adequar, porque se entra como compensação pode retirar o direito dos atingidos de receber uma compensação porque ela tem teto. É a diferença entre reparação e compensação.

Segundo essa explicação do assessor, a *compensação* diz respeito ao que não pode ser adequado, portanto ela só pode ser acionada em último caso. O cruzeiro, no reassentamento, se enquadraria na definição de *reparação*, caso a proposta fosse a da construção de algo similar. A *compensação* seria apenas no caso em que não fosse possível adaptar o projeto arquitetônico. Ainda assim, é pouco nítido o “teto da terminologia jurídica” referida pelo *técnico*, mantendo esse conceito obscurecido, inclusive nos documentos a que tive acesso.

A restituição do direito à moradia por meio do reassentamento parece ser o principal objeto de *compensação*. O Promotor de Justiça Guilherme Sá Meneghin diferenciou a noção de *compensação*, em sua coluna no Jornal “A Sirene”, a partir do seguinte exemplo:

Para explicar essa diferença, imaginemos que uma pessoa possui um imóvel de 1.000 metros quadrados atingido pelos rejeitos da Samarco em sua área original: 1) Se o(a) atingido(a) receber uma propriedade de 1.000 metros quadrados no reassentamento, seja coletivo ou familiar, ficará com situação similar à original, não havendo, em regra, prejuízo; 2) Se o(a) atingido(a) receber uma propriedade de 800 metros quadrados no reassentamento coletivo ou familiar, ficará com 200 metros quadrados de prejuízo. No primeiro caso, o(a) atingido(a) estará contemplado(a) pela restituição, não tendo direito à compensação no que diz respeito ao tamanho do

imóvel. Já no segundo caso, a restituição foi incompleta, gerando o direito à compensação.⁶⁰

Ele ainda afirmou que a *compensação* pode ser em dinheiro, em benfeitorias ou em lotes, aumentando a metragem do terreno, por exemplo. Contudo, a audiência pública que ocorreu virtualmente em 26 de agosto de 2020, descrita no capítulo 1, tratou exatamente desse tema, deixando indefinidas as formas de *compensação*. As mineradoras e a Fundação Renova, mais uma vez, desrespeitaram diretrizes acordadas anteriormente, em nome de uma *compensação* exclusivamente financeira com propostas de valores inferiores àqueles que a própria empresa paga por metros quadrados nos terrenos de reassentamento. Enquanto isso, as(os) *atingidas(os)* lutam pelo direito de “terra por terra”, já que os terrenos no reassentamento têm características desfavoráveis, como a alta declividade, sem contar a escassez hídrica, ambas passíveis de *compensação*.

A reivindicação de “terra por terra” visa aumentar as possibilidades de retomada dos modos de vida no reassentamento. As atividades agrícolas, por exemplo, dependem de áreas férteis, irrigadas e com uma condição apropriada de declividade para que os moradores possam manejar os cultivos das hortas e das roças. É pela terra e não somente pelo dinheiro que se viabiliza a forma da vida da *comunidade*. Em uma fala de Luzia Queiroz durante a *live* realizada em 26 de novembro de 2020 por movimentos sociais, foi detalhada como a *compensação* poderia ser revertida para o reassentamento de Paracatu de Baixo:

Eu entendo que compensação é o direito nosso de escolher onde e que horas ela vai vir e não depois. Igual, tipo a minha casa lá, eu preferia compensação agora, porque sei onde vou aplicar a minha compensação, porque depois que a gente for direcionado a um plano diretor, eu não vou poder mais pedir alguma coisa. Eu vou ter que fazer projeto pra fazer um puxadinho, vai ter que fazer projeto pra fazer mais um... esqueci o termo... eu sei que vou ter que fazer lá. Pra poder fazer mais uma puxada, porque eu tenho fogão a lenha e não tenho lugar de guardar lenha, então vou ter que fazer um puxado. Eu quero plantar minha hortinha, vou ter que arrumar um jeito lá que não estrague a estrutura, o modo que a água vai descer, porque até então a instalação hidráulica vai tar pronta e eu vou ficar arrebatando pra fazer o que eu quero? Eu vou precisar de um depósito maior, isso tô falando como base em um [caso], pra cada um identificar o seu. Porque se você vai criar cavalo, eles vão te dar um curral, mas não é um curral grandão é um curralzinho, depois você vai ter que aumentar.

Os moradores enxergam os problemas e antecipam as ações que o reassentamento planejado pelos *técnicos* negligencia, como foi introduzido na seção 1.3. Retomando o argumento, os *técnicos* planejam a *reparação* determinando um tempo processual de etapas

⁶⁰ Disponível em: <https://jornalasilasirene.com.br/direito-de-entender/2019/06/17/restituicao-compensacao-e-confusao>. Acesso em: 05/05/22.

previstas e prazos estipulados que não são cumpridos. O que é projetado e o que deixa de ser, a despeito das reivindicações constantes dos moradores, fazem parte desse processo cujos equívocos são sistemáticos. Raquel Oliveira *et al.* (2020) descreveram como a incerteza da disponibilidade hídrica no cálculo do reassentamento se insere nesse padrão de funcionamento imposto pela Fundação Renova. Adiar os termos das *compensações* prorroga e amplia as *perdas* e os *danos*, tornando-os irreparáveis, relegados à restituição financeira.

A limitação da *compensação* à forma monetária é mais uma tentativa de equivalência entre *dano* e *perda* e dinheiro, tema da seção anterior. A compensação dá um salto ao aproximar tipos de recursos diferentes, conforme foi detectado por Marilyn Strathern (2017a) entre os nativos de Papua-Nova Guiné. Analisando as últimas décadas do século passado, Strathern (2017a, p. 430) observou o que chamou de uma inflação de trocas do tipo compensação, identificada a partir das reivindicações de nativos que se denominam de “latifundiários” (*landona* em relação à palavra em inglês *landowner*) por recompensas em troca dos recursos naturais extraídos pelas mineradoras e madeireiras em suas terras. Os latifundiários não calculam a compensação pelo valor monetário de mercado da propriedade, mas por seus recursos presentes e futuros, entre eles os minérios, o petróleo, a fertilidade e a capacidade de nutrir da terra (STRATHERN, 2017^a, p. 434). Seu argumento foi que esse tipo de troca teve ressonância com as trocas tradicionais feitas entre os Hagen, devido à variação de escalas: ora a compensação opera por equivalência e é insensível à escala, ora ela opera sensível à escala, segundo calibrações feitas pelos nativos entre os recursos perdidos e os recursos a serem recompensados (STRATHERN, 2017a, p. 435-437).

Stuart Kirsch (2006) também trabalhou com a noção de compensação na Papua-Nova Guiné, em sua etnografia com os Yonggom, vítimas do maior despejo de rejeitos de minérios do planeta. Foram liberados um bilhão de toneladas de rejeitos de ouro e cobre no rio Ok Tedi, entre 1984 e 2004, pela mineradora Ok Tedi Mining Ltd., propriedade da BHP Billiton. Um acordo judicial previu uma compensação de U\$500 milhões para as comunidades e o meio ambiente. Porém, enquanto a mineradora reconhecia efeitos diretos e limitados da poluição causada pelos rejeitos, os Yonggom revelavam uma diversidade de afetações que comprometiam o ambiente e as relações sociais (KIRSCH, 2006, p. 126). Desse modo, nas palavras de Kirsch (2006, p. 129 [tradução minha]):

Os Yonggom e outros povos da Papua-Nova Guiné atingidos pela mineração desafiam o limite do foco corporativo da ciência, provendo perspectivas alternativas para levar as relações sociais em conta. Enquanto as mineradoras focam exclusivamente nas evidências científicas para avaliar a elegibilidade do impacto

ambiental, as reivindicações de compensação são para dedos amputados, canoas viradas, pernas quebradas, aumento da vulnerabilidade à feitiçaria que não podem ser adequadamente contadas somente pela ciência.

Assim, os Yonggom elencaram suas *perdas* e seus *danos* e reivindicaram compensações em seus termos, mostrando tanto seu potencial criativo quanto o alinhamento a uma tendência de lutas por compensação e reconhecimento internacional de injustiças. Kirsch (2006, p. 192-195) observou que essas reivindicações partiram dos relatos comparativos dos indígenas, nos quais as paisagens poluídas foram analisadas a partir da memória, descrevendo as atividades que realizavam naquele ambiente, os animais que habitavam as margens dos rios, aquilo que viram ou que viveram naquele lugar anteriormente ao ano de 1984. Por isso, ele argumentou que a perda era dimensionada pela associação entre memória e lugar, ao passo que a introdução massiva do dinheiro como elemento de troca impôs a equivalência das perdas à compensação financeira.

É pela mediação da memória que a vida antes e depois do desastre é comparada e colocada em contraste, impulsionando as reivindicações das *atingidas* e dos *atingidos*, como será analisado no terceiro capítulo. Adianto esse aspecto no que concerne aos pedidos de *compensação*, continuando com o relato de Luzia Queiroz:

Então, eu entendo que a compensação tem que vir da forma que a gente achar melhor. E a compensação coletiva também, porque... e quem não tá indo mais pro território? Quando vai vir essas compensações? Não vai vir nem individual nem comunitária? Ou será que eles vão pagar um ônibus pra pessoa ir lá [em Paracatu de Baixo] fazer um lazer de vez em quando e continuar vendo o território? Ou então, sei lá, fico viajando de vez em quando, mas fico com raiva. Compensação quem escolhe é a pessoa. E no caso nosso, acho que tem que ser até a juíza, porque se não tem emprego, não tem água, não tem lazer, não tem nada, a gente tá num... Antes a gente falava que Paracatu era um lugarzinho no meio do nada, hoje a gente tem certeza que Paracatu é um lugar num meio do buraco que a pessoa só vai a Paracatu [no reassentamento] se ela tiver vontade de ir pra Paracatu (26/11/20).

A comparação entre o que era e o que é se estende para o que será o reassentamento. Uma paisagem isolada, sem água e sem gente que, por isso, segundo argumentou Luzia, deve ser compensada porque não repara a *comunidade*. A memória recupera os movimentos que regulavam a *comunidade*, a circulação de pessoas que fazia de Paracatu um ponto de encontro ou um lugar de passagem, mas não de isolamento, escassez e solidão. É, ainda, pelo movimento que o território tomado pela lama tóxica é lembrado, considerando o transporte dos moradores à *comunidade* para a realização de atividades de lazer.

A *compensação* abrangeria os *danos materiais* e *imateriais*, coletivos e individuais. Apesar disso, não tive acesso a nenhuma proposta desse tipo redigida nos documentos que

analisei. Essa forma de *reparar* lida com problemas futuros, na medida em que está em curso o que se mostrará irreparável. As(os) *atingidas(os)* expõem as situações que estão aquém da *reparação* com base na memória atualizada do que a *comunidade* era. Dessa maneira, elas e eles podem antecipar as reivindicações pelo que deve ser compensado no reassentamento.

Um dos aspectos suscitados na fala de Luzia é o esvaziamento da *comunidade*, seja pela desistência de moradores de participarem do reassentamento coletivo devido aos atrasos e à burocracia técnico-jurídica encabeçada pela Fundação Renova, seja pelo não reconhecimento do que ficou conhecido como *novos núcleos familiares*, as famílias que se formaram desde o rompimento da barragem. Na seção 2.1, descrevi o *cadastro* feito pelas mineradoras que impunham um marco temporal e uma fronteira territorial para identificação das pessoas atingidas pelos rejeitos de minério. Ao longo de seis anos desde o rompimento da barragem, crianças nasceram, jovens se casaram, casais se separaram, pessoas morreram, sem contar toda a reconfiguração familiar causada pelo deslocamento compulsório e a vida na cidade. A família passou a ser objeto de regulação da Renova, elemento de confiscação, como sugeriu a pesquisa de Sara Munhoz (2020) acerca do desejo por consenso e estabilização dos termos jurídicos pelos tribunais, entre eles a definição de família. Os moradores de Paracatu de Baixo se questionam, então, como serão compensados pela falta daqueles que eram seus vizinhos, amigos e parentes no reassentamento.

Não há respostas. A *compensação* é uma incógnita. Não pude esmiuçar seus termos, mas não a excluí da etnografia porque ela indica justamente como a *reparação* aparece para as(os) *atingidas(os)*, como ela se instala no interior de uma rotina extraordinária que se prolonga anos a fio. Essa modalidade sugere, ainda, como o passado e o futuro de um acontecimento estão entrelaçados. Ela é calculada por uma fórmula que tenta compará-la e realizá-la nos moldes da vida anteriormente ao rompimento da barragem – os tamanhos e qualidades dos terrenos e as passagens e visitas no território de Paracatu – enquanto sua execução se realiza apenas no futuro, quando o que foi destruído e não puder ser reparado será constatado. A ambiguidade do acontecimento, seguindo as palavras de Deleuze citadas na Introdução, manifestam-se nessa noção de *compensação*, reforçando o desastre como um devir, em que só há passado e futuro.

Neste capítulo, tentei mostrar como ferramentas técnica e jurídicas foram criadas para a *reparação* de comunidades atingidas em Mariana, argumentando que aquelas elaboradas pela luta das(os) *atingidas(os)* incluem a percepção das formas da vida antes e depois do

desastre, atualizada segundo a memória. Como resultado, os aparatos se materializam em documentos que visam caracterizar as pessoas atingidas e suas *perdas* e seus *danos* sem perder de vista as condições de violência a que elas estão submetidas. A abrangência e a eficácia desses documentos são ampliadas, suas fontes são detalhadas subsidiando a *reparação* pelos relatos dos moradores que foram deslocados compulsoriamente e que tiveram suas casas destruídas.

O próximo capítulo é dedicado ao tempo e a como ele é percebido pelos moradores de Paracatu de Baixo. A *comunidade* é o tema central acionado pela memória das(os) *atingidas(os)*. Se este capítulo apresentou a memória como uma ferramenta técnica, darei um passo para trás, detalhando as operações de retrospectiva, comparação e atualização que desencadeiam os relatos das(os) *atingidas(os)*.

CAPÍTULO 3

O PASSADO E O FUTURO DA *COMUNIDADE*

As curvas da estrada acompanhavam o rio Gualaxo do Norte. Ele se escondia atrás dos morros, serpenteava o vale. Visto de longe, sua tonalidade amarronzada não sugeria nada mais do que barro. A estrada, asfaltada e estreita, tinha subidas e decidas de acordo com a inclinação do relevo, levava ao subdistrito de Paracatu de Baixo, mas não somente. Para o distrito de Águas Claras, havia uma bifurcação anterior, à esquerda; nas curvas precedentes à *comunidade*, estavam as casas de Paracatu de Cima. Atravessando Paracatu de Baixo adiante, a estrada seguia para os subdistritos de Borba, Pedras e Campinas. O primeiro povoado nesse caminho, vindo da sede municipal de Mariana, era o distrito de Monsenhor Horta, onde se via imponente a Igreja de São Caetano em contraste com as edificações das casas que a rodeavam. A fachada era simples para uma igreja setecentista, mas seu interior abrigava cinco retábulos dourados. A igreja barroca localizava Minas Gerais no mapa e impedia que aquela paisagem fosse confundida com tantas outras do interior do Brasil. Mariana era o destino deduzido pela sua alcunha, a “primaz de Minas”, a primeira vila (1711), cidade e sede eclesiástica (1745) da capitania sob administração colonial da Coroa portuguesa.⁶¹ A gana pelo ouro fez de Mariana o começo e o fim.

Em um primeiro momento, parece que esta etnografia lida com o fim. Como pareceu, por exemplo, em minha primeira visita a Paracatu de Baixo, quando acompanhei alguns moradores pela *comunidade*, seguindo um caminho indicado na placa de “rota de fuga”, pregada pelas mineradoras no território apenas depois do rompimento da barragem. Naquela ocasião, as *atingidas* e eu caminhamos pelas ruínas, enquanto elas descreviam suas fugas no dia 5 de novembro de 2015, ao mesmo tempo que caracterizavam a vida naquele lugar. As casas estavam ao avesso. Com as paredes caídas, de fora se via o interior, restos de sofás e cortinas. As estruturas registravam as marcas da lama. O barro ao redor, rejeitos de minério de ferro misturados com terra e água acumulados ao longo dos anos.

⁶¹ A historiografia marianense é vasta. Sede de arquivos regionais, o município recebe um grande volume de investidas de pesquisa, especialmente pelo curso de bacharelado e licenciatura em História da Universidade Federal de Ouro Preto, com dois campi no município.

Figura 4 - Creche de Paracatu de Baixo



Fonte: Própria autora. Arquivo pessoal, 12 de outubro de 2018.

Uma *comunidade* expropriada pela lama tóxica, uma forma de expulsão brutal, sem aviso-prévio de despejo, sem possibilidade nenhuma de resistir, a não ser a fuga para sobreviver. Ao contrário de muitas lutas por terra travadas por famílias camponesas,⁶² seja em decorrência da grilagem ou de projetos de desenvolvimento, como as construções de barragem que citei recorrentemente nos capítulos anteriores,⁶³ a luta das(os) *atingidas(os)* começou depois da expulsão, depois do fim.

⁶² Caberia estender esse argumento para as lutas por território, levando adiante a análise de Dumans Guedes (2013) acerca da distinção que se estabeleceu na literatura antropológica brasileira entre as lutas por terra, em referência aos movimentos camponeses, e as lutas por território, referente aos movimentos étnicos e identitários de povos indígenas e tradicionais. Considero o projeto coordenado por Coelho de Souza (2017) uma tentativa de superar essa distinção, sugerindo uma saída planetária ao abordar a T/terra, desde o chão onde se vive até o chão vivo, a despeito do uso patrimonial e possessivo do conceito no vocabulário jurídico.

⁶³ É importante salientar que as possibilidades de resistência anteriores ao deslocamento compulsório são questionadas, sobretudo, em relação aos projetos de alagamento de uma área para construção de barragens,

Os relatos dos moradores atingidos deixam nítido que o rompimento da barragem de Fundão foi o “fim do nosso mundo”, que “foi destruído da noite para o dia” e se “perdeu o universo que a gente vivia”. Mas, assim como sugere a literatura do Antropoceno, sobretudo da última década, o fim não é um evento único que extingue todas as formas de vida. É um desastre ou, como venho argumentando, um acontecimento. Ele dura. Ele já foi e ao mesmo tempo está por vir. Circunscrevendo esse vasto debate ao que foi produzido na América Latina, como sugeriu García Acosta (2017), identifico a proposição de Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro (2017, p. 61) ao analisarem essa época geológica como um “acontecimento para nós”, especificando o mundo Ocidental do homem branco. O “fim do mundo”, composto por vários “fins” e vários “mundos”, é, antes de tudo, o “fim do futuro” (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2017, p. 18).

Para as *atingidas* de Paracatu de Baixo, isso está cristalino. A vida foi interrompida, tudo foi destruído e o que fica mais evidente com o passar dos anos é que se perdeu o futuro, aquele futuro da e na *comunidade*, que parecia possível de acordo com as experiências dos moradores e das famílias ao redor. Não se pode mais fazer planos, a vida foi pausada, como disse Rosária Frade, moradora de Paracatu de Baixo, ou ainda a previsão de Luzia de que “o pior está por vir”, reforçando a continuidade do desastre, mesmo caso venham a ser reassentados (seção 1.4.). Suas trajetórias de vida estão marcadas e se misturam com a duração do desastre:

Antes eu tinha uma vida, eu tinha um futuro. Tava trabalhando já pra descansar, né?! Que a idade já vai chegando. E, hoje, ela virou no avesso e eu adquiri muita sabedoria, muita informação. Um universo que se abriu. E eu, hoje, não sou mais aquela Luzia do passado, não exerço mais minha profissão. Não tenho mais como voltar exercer minha profissão, por causa dos tachamentos que a gente tem, porque agora pro resto da vida eu carrego um “A” de atingida em qualquer lugar que eu for, que eu tiver, sempre vão me classificar como “aquela oportunista”, “aquela que tá vivendo às custas da Renova”, “aquela que não é atingida”, que “não é isso que é aquilo”. Hoje meu objetivo é voltar pro reassentamento porque a gente já foi longe demais. Ter a casa devolvida, não ganhada, como o pessoal vai falar. Hoje não tenho muitos grupos de amigos, vivo só com a minha família. Não tenho mais vida social, e nem sei se voltarei a ter, porque parece que o meu futuro tá destinado a ficar em algum lugar onde eu não seja perturbada, nem retaliada, nem cobrada. Mas vou continuar na luta enquanto eu tiver viva e vou ser um pé na empresa [Fundação Renova e mineradoras] enquanto eu puder (Luzia Queiroz, 01/11/21).

Ao mesmo tempo que um mundo e um futuro acabaram, outro mundo e outro futuro surgiram. A rotina extraordinária se instalou e os moradores se tornaram *atingidos*. O futuro é o reassentamento e a luta reivindicatória pela *reparação justa e integral*. O rompimento da

quando há pouca ou nenhuma margem de alteração do projeto em favor das populações atingidas (cf. MAGALHÃES, 2007).

barragem provocou uma ruptura entre o passado e futuro que é inconciliável. As(os) *atingidas(os)* de Paracatu de Baixo tentam atar essas duas pontas soltas.

Este terceiro e último capítulo é dedicado ao que anuncio desde a primeira página, latente em todas as análises, mas que será descrito propriamente apenas aqui: o tempo a partir da perspectiva das(os) *atingidas(os)* de Paracatu de Baixo. Quais são os efeitos de um acontecimento para uma *comunidade*? Adiei esse tema em uma espécie de inversão do caminho que planejei percorrer de antemão.⁶⁴ Minha proposta era ter a *comunidade* como ponto de partida e desdobrar os seus sentidos a partir da observação participante da construção do reassentamento. Um primeiro esboço desse projeto rendeu um capítulo na coletânea organizado por Souza e Guedes (2021), no qual apresentei uma breve revisão de como o conceito de comunidade foi utilizado por uma parcela da literatura antropológica, sobretudo nos estudos de comunidades no Brasil, e sugeri como os movimentos podem passar despercebidos nessa conceituação, argumentando que, em minha etnografia, a noção de *comunidade* é coextensiva à de movimento, na medida em que os relatos das(os) *atingidas(os)* contrapõem uma vida *presa* a uma vida *livre* antes do desastre, remetendo à circulação de pessoas, coisas e animais na zona rural e entre a zona rural e a zona urbana.

A *comunidade* falada pelos moradores é constituída no presente, desde a condição de *atingidos*, em referência a uma *comunidade* que existiu. Se a memória aciona lembranças de um passado que só pode ser pensado em relação, o desastre condiciona toda e qualquer lembrança. Eu tinha o interesse de iniciar esta dissertação pelo passado, identificado, segundo as falas dos moradores, a respeito de como a “comunidade era”. Isso, no entanto, se mostrou um equívoco metodológico porque mesmo os relatos que dizem respeito à *comunidade*, anteriormente ao rompimento da barragem, foram proferidos naquele presente da pesquisa de campo. Não consegui transpor essas dificuldades sem assentar questões pragmáticas de sua condição atual, como fiz nos capítulos precedentes.

Ainda assim, como uma fita de Moebius, o início e o fim estão atados devido a uma torção em seu próprio eixo, de modo que o interior seja o exterior até ser torcida e o exterior se torne interior, resultando em apenas um lado. O tempo da *reparação*, governado a partir de diferentes dispositivos pela *máquina do terror* (capítulo 1), requer quantificação, fórmulas e valores, cedidas pelas(os) *atingidas(os)* com uma torção: é a memória que determina o cálculo (capítulo 2).

⁶⁴ Graças à orientação do Prof. Jorge Villela e à avaliação do exame de qualificação feita pela banca composta pela Profa. Andréa Zhouri e pelo Prof. André Dumans Guedes, a quem agradeço.

Neste capítulo, mostro como as(os) *atingidas(os)* falam da *comunidade* e a constituem retrospectivamente, em comparação e em contraste com o presente. As pesquisas de Michael Pollak (1992) e de Antze e Lambeck (1996) me ajudam a compreender a ação da memória, o trabalho do qual despende para enquadrar experiências de perdas e de traumas e se estabelecer como uma prática narrativa. Poderia incluir, ainda, o debate suscitado por Pierre Nora (1989) a respeito do “reino da memória”, uma ecologia em que ela é vivida e experienciada, e do “lugar da memória”, um artefato patrimonializado pela história, compreendido pelo esforço de lembrar. Ainda assim, retomando o que foi dito no capítulo 2, optei por me ater à proposta do filósofo Henri Bergson, reforçando suas contribuições para a discussão da memória coletiva. Essa leitura se diferencia sobretudo pela concepção da coexistência entre passado, futuro e presente, de modo que a memória atualiza o passado visando responder a experiência imediata, dando um impulso para a ação futura.

Indo mais longe, a fita de Moebius pode se estender, como fez Luzia na continuação de sua fala na mesma transmissão ao vivo, realizada remotamente: “Mariana, ‘a primaz’. Eu tenho orgulho de Mariana ter sido a primeira a falar ‘aqui não!’. Não vai ser feito do jeito que querem, vai ser do jeito que o povo [quer]. Tem que ser feito!” (01/11/21). A alcunha de primaz da cidade erguida ao redor da mineração foi apropriada como a primeira que disse não ao modelo de *reparação* da Fundação Renova, instituído pela Samarco, Vale e BHP, inaugurando a luta das pessoas atingidas pela *reparação justa e integral*. Dizer não localiza a resistência dos moradores de Paracatu de Baixo em uma longa tradição de lutas minoritárias, atualizadas pela memória em um esforço de mantê-las no presente, como disse Foucault (1974). São insurgências, no sentido atribuído por Villela (2020b, p. 287), que abrangem desde “formas cotidianas de resistência”, nas palavras de James Scott (1985), às revoltas, que têm em comum o ato coletivo de recusa.

Se o fim está ligado ao início, os desastres e as formas de resistir a eles não são uma novidade, como sugeriram as pesquisas historiográficas de Fonseca (1998) e de Souza (2009), remontando antigos desastres em Mariana no período colonial, mencionadas na Introdução. As *atingidas* com quem conversei se empenham na busca de um passado remoto, fazendo e desfazendo relações entre famílias e comunidades rurais, conjecturando o que foi Paracatu no passado colonial com sua gente composta por “índio” e “quilombola”. As lutas frente à mineração são aproximadas, nesse sentido, às lutas dos povos dizimados e escravizados, lembrando que Mariana, antes de tudo, foi um território extenso de “sertão”, a zona da mata

“hostil”, como descreveu o naturalista francês Saint-Hilaire (1975 [1822], p. 59-60); o interior a ser governado desde as expedições de bandeirantes em busca de ouro e de nativos; lugar de destino de pessoas capturadas nos territórios de Congo e Angola, traficadas e escravizadas para a região das minas. Extirpar o passado para governar o futuro foi a tecnologia empregada na colonização, mostrou o filósofo camaronês Eboussi Boulaga, tema de investigação de Jean-Christophe Goddard (2021).⁶⁵ As(os) *atingidas(os)* se inserem nessa luta de retomada do passado para constituir o futuro.

A fita de Moebius revela esse devir-mundo, recuperando a análise que José Miguel Wisnik (2018) fez da poesia “Maquinação do Mundo” (1951), de Carlos Drummond de Andrade, apresentada no primeiro capítulo desta dissertação. Identifica-se uma tendência de mundialização que relaciona a mineração em Itabira – ou, no meu caso de pesquisa, de Mariana – ao mercado internacional. Não por acaso, 60 anos depois da escrita do poema, a década de 1950 foi escolhida como o marco do Antropoceno, como lembrou Wisnik (2018, p. 226), devido à aceleração dos processos industriais, ao uso de armas nucleares, à industrialização da agricultura, à intensificação das mudanças climáticas e à proliferação do plástico. Pode-se dizer que as(os) *atingidas(os)* de Paracatu de Baixo, assim como Drummond, seguem dizendo não à máquina do mundo movida pela mineração e produtora de desastres.

É por essa mirada à violência colonial e ao extrativismo que Astrid Ulloa (2017) sugeriu olhar para o Antropoceno na América Latina, acentuando perspectivas nativas em relação às desigualdades econômicas, políticas, sociais e históricas. Sabendo que o Antropoceno é global, cabe salientar que os riscos e os efeitos da crise ecológica, criada em um sistema de extração e produção hostil, são diferenciados em cada território (ULLOA, 2017, p. 63). Assim como Danowski e Viveiros de Castro (2017), Ulloa (2017) apontou para as epistemologias e ontologias indígenas como crítica à totalização do “fim do mundo”, evidenciando as relações não exploratórias e predatórias que esses povos estabelecem com a terra e com os seres vivos.

Os desastres se proliferam no Antropoceno. Gonzáles e Faas (2016) e García Acosta (2017) sugeriram que as etnografias que se dedicaram aos desastres podem fornecer algumas pistas para compreensão desses fenômenos a partir da experiência de povos que enfrentaram situações semelhantes, reforçando que, ao menos desde a década de 1990, foram feitas

⁶⁵ Goddard apresentou sua pesquisa no evento Hybris “Fabien Eboussi Boulaga e a Extirpação colonial das ancestralidades”, com transmissão simultânea remota realizada em 26/11/21.

investigações da construção do risco, dos níveis de vulnerabilidade e das estratégias de vida em determinada ecologia. Prestando atenção, no sentido atribuído por Isabelle Stengers (2015), às experiências de comunidades que lidaram com desastres, podem surgir possibilidades de pensar um futuro outro, em que a vida seja possível em comprometimento com a não ampliação da devastação. É assim, por exemplo, que Ailton Krenak (2019) remete aos séculos de dizimação dos povos indígenas frente ao *Watu* em coma, o rio Doce contaminado pelo material tóxico que verteu da barragem de Fundão: os Krenak podem “adiar o fim do mundo” contando mais uma história (KRENAK, 2019, p. 13). Nesse caso – e argumento que no de Paracatu de Baixo também –, é a memória que alimenta o relato e que empurra o fim.

Proponho costurar os “retalhos do Antropoceno”, como nomearam Tsing, Mathews e Bubandt (2019), essa relação ao mesmo tempo local e planetária dos efeitos dessa época geológica a partir dos relatos das(os) *atingidas(os)* de Paracatu de Baixo, que ouvi durante a pesquisa de campo presencial e remotamente pelas *lives*, ao descreverem a *comunidade*. No primeiro subcapítulo, analiso os testemunhos que reconstituem o passado, explicando o que foi e o que era a *comunidade*, em referência à vida anteriormente ao desastre. Geralmente, o estopim para o relato é uma situação presente, cujo desenrolar acontece de maneira muito diferente daquele que aconteceria na *comunidade*. Venho argumentando (MARCURIO, 2019; 2020a) que os moradores elaboraram um método comparativo contrastivo cujo ponto de partida é o rompimento da barragem, que altera a inteligibilidade da *comunidade*, marcando um antes e um depois. As figuras de linguagem me ajudam a enfatizar os sentidos atribuídos à *comunidade*: de um lado o pleonasma cotidiano ordinário, referente à forma da vida em Paracatu de Baixo; de outro, o oximoro rotina extraordinária que diz respeito à inversão da forma da vida, nas palavras de Luzia, que introduziram esta etnografia.

No segundo subcapítulo, pretendo mostrar essa operação contrastiva em ato nas discussões durante as reuniões entre *atingidas(os)* e *técnicos*, vestígios do que já apareceu no primeiro capítulo. Caracterizar o passado se tornou indispensável para a *reparação*, como discorri no segundo capítulo. É próprio do acontecimento que contradições e paradoxos apareçam e é com eles que tento seguir, sem apagá-los. Os moradores formulam questões e experimentam hipóteses para definir a *comunidade*, tentando conjurar um modelo nostálgico que é impossível de se cristalizar, uma vez que é atualizado incessantemente.

Encerro o capítulo com uma seção dedicada aos esforços para constituir a *comunidade* depois do desastre – o que não quer dizer que ele se encerrou, mas que os moradores tentam enxergar adiante. Eles se preocupam com a transmissão de suas memórias, das práticas e dos saberes da *comunidade*. O reassentamento é pensado seguindo o método comparativo contrastivo, em que o futuro é planejado a partir do passado. Os processos de patrimonialização e de musealização evidenciam o trabalho de evitar que a memória da *comunidade* seja esquecida e com ela a luta das(os) *atingidas(os)*. É por esse impulso da memória que elas e eles tateiam o futuro.

Aqui, o argumento desta etnografia é amarrado pela noção de *comunidade*, conforme ela me foi apresentada, imersa na duração de um acontecimento. Ela era, ao mesmo tempo que ela é. Está inscrita na rotina extraordinária e no cotidiano ordinário. A noção de *comunidade* deixa cristalino o trabalho de atualização da memória. É a partir dela que os moradores de Paracatu de Baixo lutam pela *reparação*.

3.1. “A *comunidade* tinha paz, liberdade, era unida, família”

O objetivo deste subcapítulo é remontar as falas que ouvi das(os) *atingidas(os)* de Paracatu de Baixo para analisar a maneira como elas e eles descreveram a *comunidade*, seja em referência ao conjunto de moradores, ao território ou à forma da vida. Detenho-me no modo como os relatos foram desencadeados, com atenção às mobilizações temporais das conjugações verbais no passado e no presente e do método comparativo entre antes e depois do desastre. Portanto, ao invés de tentar registrar o modo de vida da *comunidade*, como é o caso dos produtos técnicos (a cartografia social, o *cadastro* e a *Matriz de Danos*), conforme analisei no capítulo anterior, dedico-me à ação da memória em perceber a *comunidade*, um exercício que se fez necessário, visto que ela foi colocada em risco de extinção. Falar da *comunidade* se tornou um caminho para retomar a forma da vida confiscada.

Nesse sentido, uma *comunidade* vai se constituindo pelas lembranças atualizadas de cada *atingida(o)*. A análise célebre do nacionalismo como uma “comunidade imaginada” proposta por Benedict Anderson (2006 [1983], p. 6) sugeriu a hipótese de que até mesmo as comunidades circunscritas em uma vila, cujo contato dos moradores se dê face a face, requer um tipo de criatividade para definir suas fronteiras, suas semelhanças e suas diferenças em relação às comunidades ao redor. Assim, na medida em que costurarei o texto com diferentes relatos, alguns conceitos entram em cena para definir a *comunidade*, como os de campesinato,

em referência às formas de uso da terra, às relações de trabalho e à organização socioeconômica; o de paz, liberdade e união para descrever a socialidade entre parentes e vizinhos; e os de circulação e de troca referente à mobilidade dos moradores, dos animais e das coisas entre as comunidades rurais e a cidade. Não pretendo analisar esses termos como se reconstruíssem o passado de Paracatu de Baixo anteriormente ao rompimento da barragem. Entendo que esse modelo de veridicção, de dizer a verdade a respeito de um passado das(os) *atingidas(os)*, é um efeito do desastre e, por isso, só poderia se difundir dessa maneira pelos relatos a partir dos deslocamentos, das perdas, das imposições e dos encontros que se sucederam.

É necessário esmiuçar esse problema antes de analisá-lo propriamente para evitar mal-entendidos. A dissertação de Ana Beatriz Nogueira Pereira (2019) é o trabalho que reconheço como mais próximo ao que venho fazendo, desde a localização específica em Paracatu de Baixo ao tema da memória, com inspiração comum na abordagem de Veena Das (1995) a respeito cotidiano do desastre. Meu primeiro contato com a publicação foi quando eu finalizava a monografia de conclusão de curso (MARCURIO, 2019) e tive a surpresa de encontrar algo semelhante ao que escrevia concomitantemente. Assim como a maioria das pesquisas na área de Antropologia Social feitas a respeito do desastre em Paracatu de Baixo, a etnografia de Pereira (2019) foi resultado da pesquisa coletiva do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA) da UFMG,⁶⁶ sendo o primeiro trabalho do grupo cujo objetivo era estudar a memória, a identidade e a territorialidade a partir dos relatos que obtiveram no projeto da cartografia comunitária (BOLETIM, 2019).

Devo avisar, portanto, que é inevitável que muito do que Pereira (2019) descreveu se repita em minhas páginas, o que não diminui meu esforço continuado de análise. Pelo contrário, as redundâncias reforçam e adensam perspectivas das(os) *atingidas(os)* e da produção antropológica a respeito do desastre em Mariana. De fato, essa proximidade dos trabalhos, que apareceu como um obstáculo inicialmente, permitiu que eu aprimorasse meu argumento de que os relatos proferidos pelos moradores de Paracatu de Baixo convergem para a constituição de uma *comunidade* que, necessária e recorrentemente, deve ser enunciada

⁶⁶ Em minha revisão bibliográfica, identifiquei nove pesquisadores com publicações de monografias, dissertações, teses, livros ou artigos científicos relacionados à antropologia, cujas pesquisas foram realizadas em Paracatu de Baixo depois do rompimento da barragem. Nesse sentido, até onde vão meus conhecimentos, apenas duas pesquisas em Antropologia, a de Beatriz Ribeiro Machado e a minha própria, não são vinculadas ao GESTA (ZHOURI, 2017; 2019; TEIXEIRA, 2018; ZUCARELLI, 2018; LIMA, 2018; SILVA, 2018; PEREIRA, 2019; SILVA, 2019).

desde o desastre. Tivemos interlocutores em comum, embora Pereira (2019) tenha lidado com maior número de moradores em entrevistas formais, e resultados semelhantes, a exemplo da identificação de como os moradores descrevem a vida na cidade em contraposição à vida na *comunidade*, empregando as mesmas categorias em referência ao trabalho na roça, ao uso da água, à casa, à relação de parentesco e de vizinhança. Enquanto Pereira (2019) analisou os relatos na conformação de uma identidade *atingida* ligada à territorialidade da *comunidade*, optei por analisar como a memória transborda dos relatos aos aparatos técnicos, identificando aqui como ela constitui a *comunidade*.

A banca do exame de qualificação questionou, então, qual era a origem dos conceitos acionados para definir a *comunidade*. O caminho que me foi proposto era o de referenciar toda a repetição de termos que aparecesse em pesquisas anteriores. Contudo, tratava-se de categorias a que tive acesso pelas falas que ouvi durante reuniões, eventos e em conversas com as(os) *atingidas(os)*. Entendo que essas são categorias usadas pelos moradores, a despeito de quando e por quem elas foram introduzidas, de modo que não era o objetivo desta etnografia rastrear os conceitos em uma escavação, mas em uma arqueologia no sentido foucaultiano: inspecionar como o termo *comunidade* apareceu na superfície da pesquisa. Provavelmente, muitas das categorias derivam do vocabulário dos *técnicos*, pesquisadores, jornalistas e agentes de movimentos sociais. No entanto, as ouvi pelas falas das(os) *atingidas(os)* de modo que não caberia citar as referências bibliográficas que lidaram com cada noção acionada por elas e eles, a não ser aquelas que me propus a analisar.

O problema em torno da noção de *comunidade* foi detectado na etnografia de Diego Ortiz López (2020) com as crianças da comunidade de Bento Rodrigues, a primeira a ser atingida pela lama em Mariana. López (2020, p. 147-150) argumentou, inspirado na definição de cultura de Carneiro da Cunha (2017), que há a comunidade (sem aspas) falada pelos moradores e a “comunidade” (com aspas) instituída pela Fundação Renova. De acordo com o argumento de Deborah Bronz (2019), ao inspecionar manuais internacionais que orientam as ações de mineradoras ao redor do planeta, o conceito de comunidade é delineado como objeto de intervenção das empresas, geralmente em projetos de desenvolvimento e de mitigação de danos. A proliferação da *comunidade* nas falas das(os) *atingidas(os)* talvez derive dessa linguagem imposta pelas mineradoras (capítulo 1), mas, se essa “gramática política” dos especialistas, como chamou Andréa Zhouri (2019), requisitou a constituição de outra gramática, a da resistência de Paracatu de Baixo, pretendo mostrar que esse encontro pôde

surtir efeitos como a própria constituição da noção de *comunidade* para as(os) *atingidas(os)*. Isso posto, inicio a análise dos relatos que selecionei para descrever a noção de *comunidade*.

Foi com Maria Geralda Oliveira que entabulei uma das conversas mais duradouras em pesquisa de campo. Informação muito imprecisa, que deve ser circunscrita à minha experiência que, como alertei na seção de Introdução, foi restrita aos encontros em reuniões no escritório da Comissão dos Atingidos. O convite para ir à residência de uma *atingida* acontecera anteriormente apenas uma vez, quando fui à casa de Maria das Dores Ramos Gonçalves (Ver capítulo 2), e se repetiu em outras duas ocasiões. Passei uma tarde na casa de Maria Geralda, ou melhor, na casa alugada pela Fundação Renova para abrigar sua família na sede do município de Mariana.

Era 20 de fevereiro de 2019. Meu projeto, naquele momento, dizia respeito aos rituais católicos de Paracatu de Baixo. Os relatos de Maria Geralda seriam fundamentais para essa empreitada porque ela era a coordenadora das atividades religiosas da *comunidade*, organizando o grupo de jovens, o Coral Canta Comigo, as novenas, as celebrações e as festas. Sua atuação na *comunidade* é entendida como uma herança de seu pai, José do Patrocínio Oliveira, Seu Zezinho, capitão da Folia de Reis de Paracatu de Baixo. Desde que a lama arruinou a *comunidade*, ela e sua família se esforçaram (e se esforçam) para realizar os rituais católicos em sua terra natal. Assim como elas e eles, que nasceram e foram criados em Paracatu, os rituais foram (e são) enraizados e atribuíram (e atribuem) sentido àquele território. O enraizamento da *comunidade* ao território devastado me interessava, de modo que as celebrações ganhavam novos significados, de luta e de reivindicação, com o retorno das(os) *atingidas(os)* à terra (MARCURIO, 2019).

Naquela ocasião, Maria Geralda descreveu linearmente o calendário litúrgico da *comunidade*, seguindo pelos meses do ano a partir de dois eixos temporais: de um lado um passado remoto, em referência aos relatos que ouvira da juventude de seu pai, antes de seu nascimento; de outro, um passado mais próximo referente à vida anterior ao rompimento da barragem. A maioria das atividades caracterizadas detalhadamente por ela foi interrompida e não pôde ser retomada, com exceção das três celebrações consideradas principais para a *comunidade*, que “era do passado e se manteve no presente”, nas palavras de Maria Geralda: a festa de Santo Antônio, a festa do Menino Jesus e a celebração de Nossa Senhora Aparecida. Farei uma breve descrição dessas celebrações a seguir, a partir dos modos como me foram relatadas.

A primeira grande festa do ano era a do padroeiro da comunidade, Santo Antônio, que dá nome à Igreja. No dia 13 de junho, os moradores organizavam a celebração com missa, levantamento de mastro, bandeiras enfeitando a *comunidade* e danças de quadrilha que caracterizam as festas juninas. Ela explicou que, ao longo dos anos, a festa ganhou maiores proporções com bandas musicais que se apresentavam no subdistrito e vendedores ambulantes que montavam barracas para a venda de utensílios gerais, brinquedos, roupas e comidas. Assim, pessoas de outras comunidades visitavam Paracatu, da mesma forma que os moradores iam às festas dos padroeiros dessas localidades.

Maria Geralda seguiu o calendário até alcançarmos a festa do Menino Jesus, uma celebração ligada à Folia de Reis, que tradicionalmente se dava do dia 24 de dezembro ao dia 6 de janeiro, em giro pelas comunidades rurais da região. Em Paracatu de Baixo, havia a peculiaridade dessa celebração ser antecipada ao mês de setembro, conforme me contou Maria Geralda, para que os moradores aproveitassem as atividades em um período de estiagem na região, sabendo que, no verão, ela era acometida por fortes chuvas. O capitão da Folia, Seu Zezinho, dava a festa do Menino Jesus em sua casa com um almoço farto para todos que aparecessem. De acordo com os relatos, um boi era destinado ao abate para alimentação dos convidados. A Folia fazia a peregrinação pela *comunidade* e, a convite de Seu Zezinho, grupos de Folia e de Congado das comunidades vizinhas iam festejar em Paracatu.

Em 12 de outubro, a padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida, era celebrada com missa e procissão dos moradores pela *comunidade*. Maria Geralda explicou que “no passado” ocorria uma peregrinação dos moradores pelas comunidades rurais em caminhada ou montados a cavalo, ao passo que, nos últimos vinte anos, eles passaram a organizar uma carreata, na qual uma imagem esculpida de Nossa Senhora Aparecida era colocada em uma caçamba ou no porta-malas aberto de um veículo, e uma fila de carros e motos se formava e a acompanhava pelos distritos de Cláudio Manoel, Monsenhor Horta e Águas Claras. Finalmente, o ano se encerrava com a novena de Natal e a Folia de Reis. Maria Geralda revelou que Seu Zezinho “nasceu dentro da Folia e já existia Folia quando ele nasceu”. Com instrumentos de percussão, viola e sanfona, os foliões faziam um trajeto pelas comunidades rurais cantando e pedindo a esmola que era revertida para a festa do Menino Jesus.

O desastre impediu a realização dos rituais da maneira como eles ocorriam anteriormente, apesar de não terem sido suprimidos totalmente, exceto nos primeiros meses

desde o rompimento da barragem. A Igreja de Santo Antônio, centro da *comunidade* e sede de todos os rituais católicos, resistiu aos rejeitos de minério de ferro. A edificação com a fachada recém-pintada de branco, como especificou Maria Geralda, contrasta com as marcas da lama, indicando exatamente a altura que os rejeitos alcançaram. Ao redor, restaram ruínas, salvo os prédios da escola e da creche que também se mantiveram, embora a estrutura não tenha sido recuperada. As celebrações e as festas se concentram atualmente na Igreja, um espaço muito reduzido levando em conta, como mostrou o relato de Maria Geralda, que os rituais envolviam toda a *comunidade*, seja em extensão territorial, seja em moradores e, mais do que isso, nas comunidades vizinhas.

As lembranças das celebrações católicas recordadas por Maria Geralda deixam ver um primeiro aspecto do que eu chamo de movimentos da *comunidade*. Acionadas no presente, elas são percebidas por aquilo que foi impossibilitado. Os rituais católicos requisitavam e proporcionavam a circulação de pessoas que moravam na *comunidade* e daquelas que iam até ela, vindas de outros subdistritos rurais ou distritos, da cidade ou, ainda, de outros municípios. Essa circulação favorecia inevitavelmente as trocas em relações comerciais e não comerciais, sobretudo de alimentos, como explicarei adiante. Além disso, esses movimentos possibilitavam tanto a constituição de relações de amizade e de parentesco quanto a transmissão de saberes, como ocorria no giro da Folia de Reis. Os relatos retomam, portanto, aspectos da *comunidade* que foram perdidos. Voltarei a esse tema sob a perspectiva da patrimonialização na última seção.

Figura 5 - Celebração na Igreja de Santo Antônio



Fonte: Wandeir Campos, Jornal A Sirene, ed. 28, jul. 2018, 17/06/18. Disponível em: <https://www.facebook.com/JornalSirene/photos/2038786703051497>.

A conversa com Maria Geralda continuou dando pistas de que a noção de *comunidade*, para ela, era indissociável da religiosidade, como declarou: “Todos são católicos em Paracatu. Quem é de lá mesmo tem raiz lá”. Seguindo seu argumento, *ter raiz* naquela terra é ser “nascido e criado” em Paracatu, ser da *comunidade* e, conseqüentemente, ser católico. O relato buscava, portanto, as raízes da *comunidade* desenraizada pelo desastre, conectando as(os) *atingidas(os)* à terra.

A metáfora da raiz é usada, corriqueiramente, para formar vínculos a partir da noção de pertencimento de uma comunidade a um território. Parte-se de uma perspectiva de autoctonia, de nascimento e de morte, de origem e de retorno à terra, conforme analisaram Peter Geschiere (2009), a respeito dos rituais fúnebres contemporâneos na Europa e na África, e Marcel Detienne (2013), acerca da antiguidade clássica e da constituição da nacionalidade. A memória de Maria Geralda estabelece uma importante relação dos moradores com a terra, o que fortalece as reivindicações das(os) *atingidas(os)* na luta pela *reparação* ao atar as formas da vida da *comunidade* à determinada ecologia. Nesse sentido, o enraizamento origina os movimentos de povos indígenas, tradicionais e camponeses em situações de conflito. A raiz é uma referência à casa e à família, segundo os quilombolas de Pinheiro/MG, no Vale do

Jequitinhonha, como mostrou Yara Alves (2016). Isso não significa que as famílias estão presas à terra, pelo contrário. Alves (2016, p. 162), por exemplo, descreveu como a raiz garante as migrações e o retorno daqueles que tiveram o umbigo enterrado naquela terra. Na Vila de Cimbres, em Pernambuco, Clarissa Lima (2018) analisou que o vínculo com a terra e o catolicismo é primordial na compreensão da ontologia do povo Xucuru do Ororubá. Arrancada da terra, a *comunidade* de Paracatu de Baixo está enraizada de um outro ponto de vista, preocupados com a autenticidade e a tradição do que foi suprimido e que será reconstituído no reassentamento. Os moradores enunciam um processo de monumentalização da *comunidade*, que transforma o território e as práticas ali despendidas em patrimônios que ativam a memória, como detalharei na seção 3.3.

Maria Geralda seguiu contrapondo a *comunidade* ao deslocamento compulsório e à dispersão dos moradores pela cidade. A noção de *comunidade* localiza um conjunto de moradores em um determinado território pela comunhão de fé, na medida em que eles compartilhariam os sentidos de união, de ajuda mútua e de familiaridade. Essa caracterização foi estendida nas relações de trabalho e de parentesco, as quais mencionarei adiante, combinando com os relatos de outros moradores, para mostrar que não se trata de uma forma particular utilizada naquela conversa. Ademais, a comparação entre antes e depois do desastre é algo que pode ser identificado na fala das(os) *atingidas(os)* ao se referirem à *comunidade*, evidenciada na conclusão de Maria Geralda que intitula esta seção: “A comunidade tinha paz, liberdade, era unida, família. Tudo acabou, não existe”.

Enunciar a *comunidade* é um trabalho da memória. A partir das considerações traçadas no capítulo anterior, sigo minha análise com a diferenciação dos dois tipos de memória descritos pelo filósofo Henri Bergson (1999): a memória lembrança, que armazena imagens do passado; e a memória do corpo, voltada à ação e à experiência imediata, “considerando apenas o futuro” (BERGSON, 1999, p. 88). A “memória do passado serve de base” para a memória do corpo (p. 178), de modo que ambas compõem a percepção. O que identifiquei acima e que detalharei a seguir é que as(os) *atingidas(os)* tiveram uma restrição desse segundo aspecto da memória devido à devastação da *comunidade*. A memória motora (p. 93), voltada sempre à ação, foi alterada pela destruição de tudo o que a acionava, a interrupção dos hábitos que a requisitava, conforme a vida cotidiana em Paracatu de Baixo. A remoção violenta da *comunidade* de sua terra e a sua dissociação na cidade relegou aos moradores a memória-lembrança. Assim, a memória do corpo responde a outros estímulos, diferenciados

pelo contraste com a forma da vida anteriormente ao desastre.⁶⁷ As(os) *atingidas(os)* transformaram, então, a memória regressiva (BERGSON, 1999, p. 90) em potência para pensar, agir e visualizar o futuro.

As imagens do passado são requisitadas para a constituição de uma *comunidade*. Dessa maneira, enuncia-se algo que não pode ser experienciado novamente por causa do desastre: um cotidiano ordinário de relações de trabalho, de vizinhança e de parentesco. Assim, são recrutadas lembranças que evidenciam distinções do passado em relação ao presente: o presente é caracterizado por conflitos e pela administração do tempo e da vida executada pelas mineradoras; o passado é identificado por sentidos opostos que definem a *comunidade* pela paz, união e liberdade. Isso não quer dizer que relações agonísticas são exclusividade da rotina extraordinária, mas que elas foram suprimidas dos relatos, uma vez que eles anunciam apenas o que é contrastivo.

Por meio dessas duas figuras de linguagem, o pleonismo cotidiano ordinário e o oximoro rotina extraordinária, tento sublinhar a metodologia comparativa elaborada pelas(os) *atingidas(os)* de Paracatu de Baixo. Como mencionei na seção 1.4, o extraordinário se tornou recorrente porquanto ele definiu a rotina organizada pelos *técnicos*. A recorrência não o normaliza, pelo contrário. Os moradores se esforçam para mostrar como ele se instalou na rotina o diferenciando do cotidiano da *comunidade*.

É importante lembrar que a comparação entre antes e depois de um desastre é o cerne da discussão que iniciei na Introdução a respeito do acontecimento. Um desastre produz uma marca no tempo, seja ele percebido como um evento crítico (DAS, 1995) ou como um processo que se estende por um longo período (HOFFMAN; OLIVER-SMITH, 2002), identificando um “antes” e um “depois” por aqueles que o vivenciaram e pela literatura antropológica (e.g. GARCÍA-ACOSTA, 2002; PETRYNA, 2002; DAS, 2007; HASTRUP, 2009; ADAMS, 2013; ULLBERG, 2013; MOULTON, 2015; SAMUELS, 2016; BARRIOS, 2017; FAAS *et al.*, 2020). Novamente, não se trata de ignorar os processos, as causas e os efeitos de um desastre, mas de localizar uma ruptura de inteligibilidade própria de um acontecimento, como sugeriu Gilles Deleuze (1974 [1969]).

⁶⁷ A psicóloga Ecléa Bosi (1979) dedicou-se ao estudo da memória social, mostrando que a memória-lembrança é o que mobiliza os idosos quando a memória do corpo está suprimida. No meu caso de análise, a memória do corpo não foi imobilizada, mas aspectos centrais que a acionavam foram extintos, dependendo dos estímulos atuais, em geral, coordenados pelas mineradoras.

O trabalho da memória é de conceder inteligibilidade ao que ocorre depois do desastre. Selecionei duas pesquisas que discorreram a esse respeito, as de Veena Das e de Susann Ullberg. Das (1995) descreveu como a memória é requisitada para delimitar uma comunidade de sofrimento e de dor em situações de extrema violência na Índia. Ela argumentou que essas comunidades seguem um processo de institucionalização semelhante ao que ocorre com os Estados-nação, visto que ambos criam dispositivos para controlar a memória (DAS, 1995, p. 12). Em seguida, ela investigou como a memória de eventos traumáticos se prolonga nas coisas mais ordinárias do presente, se manifesta nos silêncios e nas palavras, que geralmente são requisitadas, faladas e sobretudo escritas, para o reconhecimento institucional do sofrimento (DAS, 2007). Ullberg (2013) se dedicou à noção de “*memoryscapes*”, as paisagens da memória das inundações em Santa Fé, na Argentina. Ela identificou um sentido de comunidade fundado pelas vítimas da inundação de 2003, que desabrigou 130 mil moradores de diferentes bairros urbanos. Para Ullberg (2013), é a narrativa das vítimas que tece os laços dessa comunidade diariamente, relatando o desastre em conversas e depoimentos, em produções textuais, filmes e mitos. Ela mostrou como esse trabalho da memória é corriqueiro e cotidiano para os sobreviventes, à medida que ele se torna uma ferramenta política reivindicatória (ULLBERG, 2013, p. 119).

Gostaria de sublinhar a especificidade que Paracatu de Baixo revela e que a distancia dos casos acima. Entre as pessoas atingidas pela barragem de Fundão, a memória acionada para delinear a *comunidade* não concerne ao evento crítico. Apesar de descreverem o dia do rompimento da barragem, lembrarem de suas sensações e refazerem seus passos daquele dia, não abordarei esses aspectos nesta dissertação, ainda que não tenham deixado de tangenciar meu trabalho (MARCURIO, 2021a). Deslocados em Mariana, os moradores lembram da *comunidade* que foi desfeita, referindo-se incessantemente a ela. Diferentemente, nas situações descritas por Das (1995; 2007) e Ullberg (2013), as lembranças submetem as comunidades aos desastres. No meu caso de análise, as lembranças condizem com um mundo anterior. A *comunidade* a que as(os) *atingidas(os)* se referem não é formada pelo desastre, mas desfeita por ele.

Seguirei com os relatos de Romeu Oliveira, irmão de Maria Geralda, mostrando como outros aspectos, além dos rituais católicos, definem a *comunidade* em contraste com a rotina extraordinária:

A nossa comunidade ficava lá em Paracatu. A gente não dependia de empresa, de nada. A empresa nunca deu nada pra auxiliar nossa comunidade em nada lá em

Paracatu, e a gente sobrevivia. Era uma comunidade unida, que ninguém tinha cerca, ninguém tinha muro, um passava na casa de um e sai[a] na casa do outro, e por aí em diante. Uma comunidade que se adoecesse um lá, todo mundo ia na casa dele e ficava lá, arrumava um jeito lá. Uma comunidade, isso aí depois do rompimento da barragem, isso aí tá acabando. A nossa comunidade hoje tá dividida. Igual, eu mesmo, morava a cinco metros longe da casa do meu pai. Hoje eu moro mais de dois quilômetros da casa dos meu pai, dos meus irmãos. Antes, era cada um num bloco, a gente morava junto, cada um nas suas casas num terreno só. Agora a gente mora cada um nas suas casas, um longe do outro (02/07/21).

O método comparativo faz com que as ideias sejam desencadeadas em antíteses entre a vida anteriormente e ulteriormente ao rompimento da barragem. Nesse trecho, novamente, a noção de liberdade foi acionada, aproximada à percepção de autonomia da *comunidade*, contrastando com o domínio que as mineradoras, incluindo a Fundação Renova, têm dos moradores na cidade. A união foi sugerida, por um lado, pela ajuda mútua dos moradores que viviam em Paracatu; por outro, pela forma como a terra era usada e distribuída. O desastre ameaçou e ameaça esses dois sentidos de *comunidade*, tanto em referência à socialidade quanto à geografia.

Romeu deu duas pistas para examinar a *comunidade*. A primeira é que os terrenos das casas eram delimitados sem que a circulação dos moradores fosse impedida. A segunda pista é que as relações de parentesco eram coextensivas às de vizinhança, ou melhor, que a vizinhança era formada segundo as relações de parentesco. Detalharei esses aspectos aos poucos, seguindo a transcrição de seu relato:

Paracatu é uma comunidade que lá tinha, no dia do rompimento da barragem saiu lá de Paracatu trezentos e sessenta e quatro habitantes, o total de cento e quinze famílias. [...] Dessas cento e quinze casas, foram destruídas totalmente setenta e oito [...], lá a gente era assim, uma família só, era tudo da mesma... e como eu falei pr'ocê que não tinha cerca, não tinha muro, não tinha barreira física nenhuma assim. Simplesmente tinha só um fio de arame para delimitar a sua... a sua área. Porém, ocê entrava aqui e só avisava “Ô fulano, eu tô passando aqui”, passava dentro do terreno dele aqui e saía d'outro lado. Verdura lá em Paracatu era a mesma coisa, todo mundo plantava. Às vezes, se eu plantava uma coisa e o outro não tinha, eu ia lá e pegava uma couve, ele ia lá em casa e pegava uma alface. E assim nós continua... Paracatu era desse jeito (02/07/21).

Oscilando entre os verbos no passado e no presente, a *comunidade* vai sendo definida, ora como algo que “era” e que “tinha”, ora como algo que “é” e que “tem”. A terra e a família são dois eixos para descrevê-la, recuperando uma noção de pertencimento, como fez Maria Geralda em relatos transcritos acima, dessa vez pela via do parentesco. Esse tipo de enunciação pela qual as relações de parentesco abrangem um território e compõem as relações de vizinhança são corriqueiras nas definições de comunidades, de vilas a nações. Não entrarei nessa grande discussão, lembrando que o que me interessa é mais a forma do relato do que

seus desdobramentos temáticos. Apesar disso, é interessante sublinhar que, antes que a família seja considerada uma metáfora, em escala menor, para uma comunidade em escala ampliada, como sugeriu Anderson (1991) a respeito da nação, Jorge Villela (2020a, p. 236) argumentou que o contrário também é possível. A partir de pesquisa de campo realizada no sertão de Pernambuco, Villela (2020a) verificou que é a nação que é metaforizada pela família. A etnografia de Ana Claudia Marques (2013, p. 727), também no sertão pernambucano, mostrou que as genealogias familiares são narradas como mapeamentos do tempo e do espaço. Entendo que é um tipo de mapeamento do terreno, das casas e da família que Romeu traçou em seu relato.

Ainda assim, o sangue e o território não restringem a *comunidade*. Foi a partir da familiarização que Luzia Queiroz chegou a Paracatu de Baixo, pelo casamento com Caetano Silva, nascido e criado na *comunidade*. Ela explicou que “escolheu ser de Paracatu”, sugerindo que se estabeleceu na *comunidade* a partir de outros vínculos, formados nos encontros festivos, nos momentos de lazer e nas relações de trabalho. Relatos semelhantes aos que ouvi de Rosalina Souza (“Zaia”) e de sua nora Dayanne. Essa constatação gera implicações complexas desde o rompimento da barragem, conforme mencionarei no subcapítulo 3.2. Aqui, continuo a análise da definição de *comunidade*. Se Romeu ressaltou as formas de uso e divisão da terra, a fala de Luzia complementou essa descrição:

Uma família dá para entender a temática de Paracatu toda. No caso nosso, a gente tinha meu sogro, minha cunhada e minha casa. Pra entrar na minha casa era uma rua grande, comprida, que é a São Caetano e tinha uma porteira grandona. Então, cê passava essa porteira que era pra rua, minha casa era primeira, mais perto da rua, meu sogro no meio, que era a casa maior e a minha cunhada mais no final do terreno, mas todo mundo na parte mais baixa. Ele tinha, eu não sei falar muito esses negócios de terra, mas era bastante terra. No terreno dele, a minha sogra tinha o galinheiro, as minhas galinhas ficavam no galinheiro de minha sogra. Minha sogra tinha a horta, eu usava a horta dela também. Então, eu não plantava, porque no meu espaço não cabia muito. No entorno da minha casa, tinha um canavial que plantava mandioca, plantava banana, tinha pé de eucalipto, tinha mamão, tinha acerola, tinha pitanga, plantava um pouco de feijão também. Muita flor. Folha de chá, pé de manga, pé de cajá-manga, pé de jabuticaba, é... e tinha os cachorros, eles ficavam soltos também, eram livres. [...] Então, todo mundo tomava conta de tudo (02/07/21).

Tanto o relato de Romeu quanto o de Luzia apresentaram os lotes das famílias, compostos pelas casas dos pais e dos filhos, muito próximas umas das outras. Eles descreveram essa geografia ao redor das casas, onde eram cultivadas as hortas, com pomares, legumes e hortaliças; as estruturas para a criação de animais como os chiqueiros e os galinheiros; e, um pouco mais distante, nas fronteiras de alguns terrenos maiores,

encontravam as roças com milharal e canavial. A partir dessas caracterizações acionadas por procedimentos mnemônicos, percebe-se que a terra da *comunidade* era dividida como propriedade privada. Apesar disso, os moradores enfatizaram que o trânsito e o uso não eram totalmente restritivos na medida em que a circulação era permitida e as áreas de plantio e os cultivos podiam ser compartilhados ou trocados. Os movimentos foram retidos pela memória, enfatizá-los nos relatos implica recuperar uma noção de liberdade.

Argumento que essa recuperação da *comunidade* pela memória cria possibilidades para a retomada da forma da vida. É nesse sentido que aproximo para fins analíticos essa mobilização das(os) *atingidas(os)* ao que a literatura recente vem chamando de “ressurgência dos comuns” (GUTWIRTH; STENGERS, 2016). As releituras da teoria da acumulação primitiva de capital formulada por Marx (1977 [1867]) abriram um caminho para a compreensão dos “*commons*” não apenas pelas terras comunais e pelos cercamentos na Europa medieval. Silvia Federici (2017) localizou nos cercamentos da terra os cercamentos dos corpos femininos em processos concomitantes ao que constituíram a propriedade privada. Lewandowski e Goltara (2020) salientaram que a atenção aos *commons* se voltaria, portanto, aos corpos e à terra pela noção de posse, inspirados em conceitos ameríndios e afro-brasileiros, em contraste à propriedade no sentido jurídico. Os *commons* não são identificados pelo uso irrestrito e aberto a toda e qualquer pessoa, tampouco por uma governança consensual e pacífica de uma comunidade, mas um sistema organizado de direitos e de deveres (OSTROM, 1990), um conjunto de lutas opostas à privatização e não ao privado (DARDOT; LAVAL, 2014). Isabelle Stengers (2015), por sua vez, exemplificou a retomada dos *commons* pela disponibilização de softwares livres na *Internet*, que garantem acesso à informação e à tecnologia quebrando patentes. Para ela, reivindicar os *commons* não é reconstruir práticas ancestrais, mas reativar possibilidades de pensar e de agir no mundo (STENGERS, 2015). Nesse sentido, entendo que a *comunidade* pode ser analisada nesse espectro de lutas que buscam maneiras de resistir coletivamente em determinada ecologia.

Enunciar as relações comunitárias estabelecidas no passado dependem das condições impostas às *atingidas(os)* no presente. As reivindicações são criadas no processo de retomada da forma da vida, o que quer dizer que a *comunidade* é definida pelas condições estabelecidas depois do desastre. Os encontros com *técnicos* e pesquisadores proporcionaram certas formulações como a seguinte:

ela [comunidade] tem a característica toda campesina (que, hoje, a gente não pode falar rural, porque coloca como ricos, que até isso eu aprendi, as nomenclaturas no

passar do tempo). Então, uma comunidade campesina que veio da lida do trabalho no campo e com o gado. (Luzia Queiroz, 02/07/21).

Aprender a linguagem, como descrevi no capítulo 1, garantiu essa inscrição da *comunidade* ao campesinato. A aproximação de lutas camponesas, cujo histórico não caberia rememorar aqui, posiciona as(os) *atingidas(os)* em um determinado campo de forças de um conflito, acionado em contraste com a noção de rural, numa tentativa de se distanciar da imagem do ruralismo vendida pelo agronegócio, da grande propriedade de monocultura exportadora, fomentada pelo governo brasileiro.⁶⁸

São os camponeses, os povos indígenas e as comunidades tradicionais que são passíveis de serem deslocados, terem suas terras roubadas e destruídas seja pela grilagem (VELHO, 2009 [1976]; PALMEIRA, 1989), pela mineração (ALMEIDA *et al.*, 2019) e por projetos de desenvolvimento (SANTOS, 1984; SIGAUD, 1989), citando alguns exemplos de uma infinidade de casos de expropriação e devastação. Em relação aos desastres, García Acosta (2002) mostrou que povos nativos e camponeses se tornaram vulneráveis, embora eles tivessem e, ainda tenham, ferramentas e estratégias para lidarem com os fenômenos como secas, terremotos e inundações, seguindo um manejo tradicional do território e do ambiente. Contudo, a expropriação do território, as imposições cartoriais do Estado, os regimes econômicos predatórios e o modelo de desenvolvimento empurram essas comunidades a situações de maior vulnerabilidade frente aos desastres (GARCÍA ACOSTA, 2020).

A *comunidade* de Paracatu de Baixo se insere nas lutas camponesas frente às barragens e à mineração. É a memória que garante a resistência, impulsionando para o futuro com o passado de lutas. Esse é o trabalho da memória, como analisou Emília Pietrafesa de Godoi (1999) a partir da pesquisa com camponeses no sertão do Piauí. Pelas lembranças narradas por seus interlocutores, ela propôs uma história da ocupação de terras na região até a expropriação causada pela demarcação do Parque Nacional Serra da Capivara, mostrando como a memória é ativada quando os conflitos são intensificados. Uma memória das lutas, assim como pretendo mostrar no caso de Paracatu de Baixo, sublinhando suas especificidades.

⁶⁸ A coletânea organizada por Welch *et al.* (2009) dá um panorama de pesquisas feitas acerca do campesinato no Brasil. É possível acompanhar os conflitos contemporâneos nos cadernos “Conflitos no Campo”, publicados anualmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), disponíveis em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>. É necessário mencionar que as ameaças aos povos indígenas, às comunidades tradicionais, aos camponeses e, inclusive, aos antropólogos e ambientalistas que lutam ao lado dessas populações foram intensificadas, alcançando altos índices de violência desde a posse do presidente Jair Bolsonaro (BRONZ; ZHOURI; CASTRO, 2020).

Nas seções a seguir, continuarei descrevendo a forma como a *comunidade* é enunciada. Aqui, tentei introduzir esse tema mostrando como a *comunidade* aparece nos relatos pelo método comparativo em uma ação retrospectiva da memória. Falta deixar nítido como esse processo de criação acontece e suas implicações.

3.2. “Depois que a lama passou tudo mudou”

Em uma assembleia das comunidades atingidas de Paracatu de Baixo e de Bento Rodrigues, realizada em 26 de fevereiro de 2019, acompanhei o debate em torno dos *novos núcleos* – as famílias que se formaram depois do rompimento da barragem, como mencionei na seção 2.3. Nessa ocasião, uma senhora de Paracatu de Baixo resumiu o que estava em pauta com a frase que intitula esta seção: “Depois que a lama passou tudo mudou. Quando tinha um novo núcleo na roça, a pessoa ia morar em casa com a família e a família ajudava até construir um barraco”. Ela continuou explicando que na cidade essa prática é impossibilitada porque vivem em casas alugadas em terrenos que não são os seus.

Foi corriqueiro ouvir as comparações durante as conversas rápidas em pesquisa de campo. Viver em Mariana é viver *preso* dentro da “casa da Renova”, em referência às residências alugadas pela empresa. Em Paracatu, por sua vez, podia-se viver *solto e livre*, especialmente as crianças, que atualmente não podem mais sair de casa, como ouvi de suas mães e avós. As casas eram espaçosas com terreiro, quintal, cozinha com fogão a lenha, horta e criação de porco, galinhas e até um poço de peixe, segundo a descrição de Zaia ou, ainda, as falas de Romeu e Luzia que apareceram na seção anterior. A família geralmente habitava um mesmo terreno, em uma mesma casa ou em casas separadas, de modo que, quando um filho se casava, a família construía uma casa.

A mudança de moradia da roça para a cidade implicou alterações nas famílias. Desde o rompimento da barragem, famílias se formaram e outras se separaram. Bebês nasceram, crianças cresceram, adultos se casaram e outros se divorciaram, idosos faleceram. Se, por um lado, a rotina extraordinária espalhou os moradores pela cidade com uma força centrífuga, por outro ela os atraiu com uma força centrípeta para um espaço e um tempo governados pelas mineradoras. A agenda de reuniões, os prazos e os projetos ditam um tempo diferente daquele dos ciclos agrícolas do trabalho na roça, dos trajetos semanais da *comunidade* para cidade e

da cidade para *comunidade*.⁶⁹ À família, foi imposta uma organização nuclear, distante dos parentes e vizinhos. Especialmente as mulheres foram sobrecarregadas pelos cuidados da casa, dos filhos e dos netos em meio a uma rotina controlada por *técnicos*. O adoecimento, a tristeza e o cansaço do processo de *reparação* invadiram as casas, assim como os conflitos acirrados pelas mineradoras em torno do reconhecimento de direitos e de pagamento de indenizações (Ver capítulos 1 e 2).

Reitero, como fiz no início do subcapítulo anterior, que não analisarei cada elemento recrutado pelas(os) *atingidas(os)* para definir a *comunidade*. A atenção à forma de veridicção me libera, nesta dissertação, devido à dimensão reduzida desse trabalho, de mirar em uma etnografia da casa ou da família, por exemplo. Esses aspectos que aparecem nos relatos das(os) *atingidas(os)* são vistos pela perspectiva de uma antropologia da memória. Contudo, não é exagero reconhecer a etnografia de Joëlle Bahloul (1996, p. 8) como uma intersecção na qual as memórias de famílias muçulmanas e judias, que habitaram uma mesma casa na Argélia colonial, atualizam um tempo e um espaço que se desfez. As narrativas levaram-na para uma casa habitada pela memória (BAHLOUL, 1996, p. 29), já que a arquitetura da casa revelava as relações familiares, a divisão do trabalho e os laços de amizade e de vizinhança. No meu caso de pesquisa, os relatos das(os) *atingidas(os)* me levaram para uma *comunidade* habitada pela memória.

Apresentei em 3.1. o método comparativo pelo qual as(os) *atingidas(os)* acionam antíteses, marcando antes e depois do desastre e indicando como a *comunidade* foi se desfazendo ao mesmo tempo que era delineada pela memória. Reconhecer que “tudo mudou” não é um passo para abandonar a *comunidade*. Pelo contrário, ela pode ser formulada de uma outra maneira a partir disso. Meu esforço aqui é para exibir as tensões que envolvem a *comunidade*, e a principal maneira de vê-las é assumir como ponto de partida a vida na cidade.

É próprio do modo de veridicção das(os) *atingidas(os)* ressaltar os aspectos positivos do passado em contraste aos aspectos negativos do presente. Na *comunidade* é localizada a paz, a liberdade e a união, enquanto na cidade está a briga, a vida *presa* e a desunião. Em um

⁶⁹ Uma quantidade importante da bibliografia antropológica se dedicou às temporalidades estabelecidas pelas atividades diárias, os ciclos agrícolas ou pecuários, como as célebres descrições de Mauss (2003 [1906]), a respeito da sazonalidade entre os esquimós, e de Evans-Pritchard (1940), acerca do tempo contado pelos Nuer; ou, ainda, o calendário ritual, como o famoso texto de Geertz (2008 [1973]) sobre o calendário em Bali e o de Bourdieu (1963) sobre a sociedade Cabila. Infelizmente não pude trabalhar adequadamente esse tema, sabendo que me concentro na análise do tempo desde o desastre, conforme apresentado na etnografia.

primeiro momento, parece que todo o conflito é próprio deste ambiente e que a *comunidade* se isenta dele. A inversão da forma da vida, as confiscações das relações em determinada ecologia, o impedimento de que elas se recompusessem devido à imposição de outros arranjos arquitetônicos, familiares, legais, perceptivos e morais (VILLELA, 2020b, p. 282) determinam a comparação. Mais do que isso, a circunscrição da *comunidade* se faz necessária justamente nessa oposição.

A comparação dos tempos, no sentido de diferentes modos de organizar, fazer e falar que alteram a vida cotidiana em determinado período, marcaram as etnografias do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP). Antes disso, Moacir Palmeira (2009[1977]) já mostrava como a memória social classifica o “tempo antigo” e o “tempo de cativo”, na Zona da Mata pernambucana. Ele argumentou que a idealização feita sob o “tempo antigo” não era mera positividade do passado em relação ao presente, mas uma tipificação ideal weberiana em que as regras sociais eram evidenciadas pelos camponeses e trabalhadores rurais (PALMEIRA, 2009, p. 203). A morada, sistema de habitação e de trabalho da plantation canavieira, era identificada como o “tempo antigo”, quando se habitava e plantava no terreno do senhor de engenho, um tempo de autonomia e de permanência, mas, em uma linha tênue, ela poderia se tornar o exemplo do “tempo de cativo”, de sujeição, dever e controle (PALMEIRA, 2008, p. 208-9). É acerca de idealizações, contradições e oposições em torno da *comunidade* que gostaria de tratar nesta seção.

O tempo da *reparação*, esse período instituído após o rompimento da barragem, diz respeito a um modo de existência específico em que os moradores se tornaram *atingidos*. Ele requisita saber o que é e quem é da *comunidade*. As formas técnicas descritas no segundo capítulo, o *cadastro* que registra as(os) *atingidas(os)*, as ferramentas de elegibilidade dos moradores à *reparação*, inclusive ao pagamento de indenizações e ao direito de uma casa no reassentamento fomentam as discussões da *comunidade*. Definir o que ela era ou é têm implicações na luta pelos direitos da *reparação*.

As reuniões que acompanhei durante a pesquisa de campo deixaram ver esse processo em ação. Retomando uma descrição iniciada no capítulo 1, em fevereiro de 2019, a Fundação Renova organizou o que chamou de “rodas de conversa”, reuniões entre *técnicos* e *atingidas(os)* para expor o projeto do reassentamento de Paracatu de Baixo. Foi planejando o futuro que o trabalho da memória ficou evidente. Para pensar o reassentamento, elas e eles falavam da vida na *comunidade*, anteriormente ao desastre, sob o incentivo dos *técnicos* com

perguntas de “como era” e “o que tinha” em Paracatu. Descreverei brevemente uma dessas situações.

Um *atingido* sugeriu à arquiteta da Renova que o espaço da praça, planejada em torno da igreja (replicando a configuração de Paracatu), fosse pensado levando em consideração os cavalos, sabendo que os moradores transitavam montados em algumas ocasiões, principalmente em dia de cavalgada e em festas católicas. Na imagem projetada pelos *técnicos*, a praça era ilustrada com árvores, bancos e mesas, banheiros e bebedouros. Ele propôs, então, pequenos postes para amarrar os animais e um cocho para água. Os *técnicos* anotaram a sugestão, mas as(os) *atingidas(os)* replicaram. Uma *atingida* discordou que a cavalgada fosse realizada na praça, pois o espaço já não mais corresponderia ao que era na *comunidade*, argumentando que os cavalos sujariam e estragariam tudo. Outro *atingido* se manifestou, sugerindo que uma área específica do novo terreno fosse reservada para atividades como a cavalgada. Em resposta, uma quarta *atingida* refutou os moradores, explicando que não existia cavalgada em Paracatu e que não deveria existir no reassentamento. Um quinto *atingido* replicou: a cavalgada existia antes de as ruas serem pavimentadas em Paracatu de Baixo e, depois disso, elas se reduziram a encontros na praça. A discussão terminou sem um desfecho no assunto.

Os *técnicos* seguiram com a pauta da reunião até que um novo ponto fomentou o debate. Os *bens públicos*, como os *técnicos* da Renova se referiam às construções dos prédios da escola, do posto de saúde, do posto de serviço, das edificações na praça, por exemplo, seriam destinados aos cuidados da Prefeitura Municipal. Um dos *atingidos* que falara no caso anterior pediu novamente a palavra, explicando que era a *comunidade* que cuidava de tudo, prevendo que o poder municipal não arcaria com nenhuma manutenção ou conserto. Em resposta, a última *atingida* que comentara a respeito da inexistência da cavalgada respondeu: “Você não morava lá, você não sabe como era”. Sem nenhuma intervenção, os *técnicos* prosseguiram a apresentação de slides com imagens do projeto.

Esses dois recortes específicos de uma mesma reunião fazem pensar na constituição da *comunidade* em ato no presente, uma vez que a memória recruta imagens do passado, visando o futuro, o reassentamento. A *comunidade* é localizada no território de Paracatu de Baixo e é enunciada para se referir tanto a esse território quanto aos moradores e à forma da vida. No entanto, essa definição, que à distância parece simples, permite, com uma lupa, enxergamos suas camadas nos relatos das(os) *atingidas(os)*. Cada documento, ata de reunião, *cadastro* de

núcleos familiares, cartografia, *matriz de danos* e cada relato de pessoa atingida diz respeito à *comunidade*. Ainda assim, ela não é um compósito resultado dessa soma.

O passado não é inerte (MARQUES, 2013), mas há um limite para enunciá-lo. Arjun Appadurai (1981, p. 203 [tradução minha]) argumentou em favor de uma “estrutura mínima universal para a construção cultural de passados”, regida pelas seguintes regras: 1. Autoridade ou credibilidade da fonte; 2. Continuidade, uma espécie de consenso cultural; 3. Profundidade, consenso de valores em diferentes tempos; 4. Interdependência, a necessidade de convenções que relacionem os passados. Sua etnografia no sul da Índia permitiu que ele concluísse que, sem esse conjunto de regras para debater o passado, ou as culturas colapsariam devido à mudança social, ou elas seriam drasticamente revitalizadas em resposta a essa mudança (APPADURAI, 1981, p. 218). A cena que descrevi acima indica como as regras para discutir o passado foram postas em operação pelas(os) *atingidas(os)*, delineando os limites do que pode ser falado e de quem tem legitimidade para falar.

As contradições de enunciar o passado foram descritas nas etnografias de Jorge Villela (2015) e de Renan Pereira (2017), ambas decorrentes de pesquisas no sertão de Pernambuco. Villela (2015, p. 344-5) analisou como o passado era descrito ora “em sua condição de atraso”, ora como o “tempo da fartura, do respeito, da tranquilidade, da pureza, do carrancismo ou, em uma palavra, da ordem” (VILLELA, 2015, p. 346). Pereira (2017) se dedicou à narrativa e à história do vaqueiro que identificam um passado de tradição e de glória cuja desaparecimento é iminente. O “vaqueiro de verdade” habita o passado, enquanto o “vaqueiro do presente” se degenera. No entanto, ele demonstrou que a atualização da memória compõe inventivamente a narrativa e impede a extinção do vaqueiro (PEREIRA, 2017, p. 255). Nas ocasiões em que o passado foi tratado como um modelo para o presente, o conceito de “nostalgia estrutural” de Michael Herzfeld (1990) pode ser acionado, definido pelo reconhecimento de uma imagem do passado imutável e irrecuperável de reciprocidade perfeita, que legitima as ações no presente sob a ordem de uma verdade eterna (HERFELZD, 1990, p. 305).

Assim como sugeriu Renan Pereira (2017, p. 255), talvez haja um elemento de inventividade na composição do relato das(os) *atingidas(os)*. A *comunidade* não está assentada em uma imagem estática de passado, caso contrário a cavalgada que mencionei acima seria aceita ou recusada de imediato como uma característica. Se há consonância na forma de veridicção da *comunidade*, dos valores morais e da descrição do cotidiano ordinário

é porque a memória-lembrança, em sua face retroativa, é acionada para a retomada da forma da vida. Dessa maneira, se há dissonância quando o debate se afunila em aspectos práticos que interferem na rotina extraordinária das(os) *atingidas(os)* e no planejamento do futuro é porque a memória está atualizada no presente, ligada às necessidades de estabilização postas por dispositivos técnicos e legais da *reparação*.

A memória atualizada com a finalidade de retomar a forma da vida se desfoca dos conflitos e das relações hierárquicas anteriores ao rompimento da barragem, o que não quer dizer que eles eram inexistentes. Especialmente nos relatos acerca do trabalho, alguns vestígios das relações de poder ficam evidentes, por exemplo nesse trecho da fala de Luzia:

Antes, em Paracatu, a gente vivia num miolo e era cercado por vinte e oito sitiantes, se não me engano, e esses sitiantes que davam emprego para essa comunidade. Então, era emprego certo. E se trabalhava quando queria, que se pode dizer assim, porque era época de colheita, tinha época da safra boa, tinha época da safra ruim. Tinha pessoas que mexia com eucalipto, com carvoeira, bater pasto, os meeiros que plantavam e tinha que contratar mão de obra também. Tinha as pessoas que trabalhavam na cidade, os filhos, né? Que quando eles iam pra casa, a gente costumava fazer sistema formiguinha. Então se catava tudo que podia levar, ia na horta tinha couve, verdura, fruta, você fazia o seu pacote e ia nos vizinhos também. Às vezes era broa, era bolo, era doce. Ia na empresa trabalhar e lá já tinha o alimento, né? Aí, você gastava pouco. Hoje não, os pais estão na cidade, às vezes os filhos vão pra casa, vai mais um namorado, mais um acompanhante, além de você não ter mais a fartura e de qualidade, né? Porque comida da roça não tinha agrotóxico. Então compra-se em Mariana muito caro, a despesa aumentou demais também (02/07/21).

A organização fundiária, as relações de trabalho, as dificuldades na lavoura e a distribuição de renda aparecem do ponto de vista da *comunidade* que foi destruída, portanto, menos como uma evidência das relações de poder do que como uma comparação com as formas que se estabeleceram na cidade. No presente que se estende desde o rompimento da barragem, os moradores têm maiores dificuldades para encontrar empregos, acessar aos alimentos produzidos nos quintais e nas roças e estão empobrecidos.

Talvez esse e outros relatos semelhantes que ouvi sejam pistas para compreender o que dá legitimidade para debater o passado. Voltando para o excerto final da reunião que citei em que um *atingido* não foi reconhecido como morador, um dos possíveis motivos que levaram a *atingida* a julgá-lo dessa maneira pode ter sido o fato de ele ter saído de Paracatu de Baixo nesse movimento de deslocamento que levava os mais jovens da zona rural para estudar e trabalhar na cidade.

O trajeto de aproximadamente 34 quilômetros era percorrido semanalmente, como descreveu Luzia. Era corriqueiro, também, que a família se dividisse: o marido trabalhando na

roça e a mulher, na cidade, como o caso de Luzia e Caetano; ou da mulher cuidando da casa e dos filhos em Paracatu e o marido trabalhando na cidade, como me foi descrito por Dayanne e Heleno. Em outros casos, as famílias se mudavam para a sede municipal, de modo que o trânsito para *comunidade* se tornava menos frequente.

É importante ressaltar que não é esse movimento da *comunidade* para a cidade que deslegitima os moradores. Ao contrário, as relações da *comunidade* com os bairros rurais e com a sede municipal são características que garantiam a circulação de pessoas, animais, cultivos e alimentos, como observou Luzia: “a gente entende que Mariana é um albergue, a residência fixa, Paracatu”. Definir quem são os moradores e qual é a residência fixa se tornou uma questão justamente quando eles se tornaram *atingidos*. Os funcionários das mineradoras e os *técnicos* da Fundação Renova requisitam documentos comprobatórios de moradia para selecionar quem é *atingido* e quem tem direito à *reparação*.⁷⁰

O que garante a legitimidade para debater o passado não se cristaliza em uma característica. Alguns moradores têm mais legitimidade em determinados assuntos, eles são reconhecidos por isso, a exemplo de Maria Geralda e as questões em torno dos rituais católicos. Ela havia sugerido uma forma de classificação dos moradores, “ter raiz em Paracatu” distingue aqueles que são nascidos e criados na *comunidade* e, por isso, são católicos (Ver 3.1). Aqueles que se estabeleceram por relações de afinidade, como o casamento, e se tornaram moradores podem corresponder a essas características, mas estão liberados delas. Há ainda aqueles que se mudaram para a *comunidade* sem relações familiares precedentes, geralmente pessoas aposentadas que abandonaram a zona urbana para habitar ou para estadias nos sítios.

O desastre exigiu que os moradores falassem da *comunidade*. A formação da Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão foi um meio que eles encontraram para organizar formalmente a luta jurídico-cartorial. Para isso, as(os) *atingidas(os)* precisaram eleger aqueles que participariam mais ativamente das reuniões com os *técnicos*, como mencionei no capítulo 1. Essa organização acirrou o debate em torno da legitimidade dos moradores e da definição da *comunidade*. O ato de fala ou de testemunho (Ver capítulo 2) em reuniões, audiências, eventos e filmes, por exemplo, envolve o reconhecimento de uma memória. Quem fala a atualiza. A esse respeito, uma *atingida* relatou:

⁷⁰ Mostrei na seção 2.1. os esforços das(os) *atingidas(os)* para conquistar a autodeclaração da pessoa atingida, desvinculado da noção jurídica de moradia e propriedade.

A gente tinha que ir pra reunião, tinha que cuidar de filho, tinha que cuidar de marido, a família toda achando ruim porque fui chamada de oportunista, fui chamada que “não era de Paracatu”, “quem é essa mulher aqui falando”, até a própria comunidade me condenou. E, hoje, eles entendem e eu fui passando por cima disso tudo.

Talvez seja importante repetir, neste capítulo, que os membros da CABF avisaram, nas ocasiões em que os ouvi, que falam por eles próprios e não pela *comunidade* ou em nome dela, localizando seus relatos em determinado ponto de vista. Eles explicaram que a Comissão não é liderada, os direitos dos moradores não são delegados aos membros da CABF (Ver 1.1.).

A noção de comunidade ativada em movimentos sociais carrega consigo uma proposta de união, como sugere a etnografia de John Comerford (2003) com sindicatos rurais da Zona da Mata mineira. Ele mapeou a introdução do conceito pelas Comunidades Eclesiais de Base, um movimento da Igreja Católica fundado na região no final da década de 1960 e logo aderido por trabalhadores rurais, impulsionando a organização de sindicatos (COMERFORD, 2003, p. 170). As localidades conhecidas como “córregos” passaram a ser chamadas também de comunidades, porém Comerford (2003, p. 190) argumentou que a aderência delas a elas não se deu sem atrito. Ele mostrou como os “córregos” eram governados por relações agonísticas típicas da familiarização e da desfamiliarização dos bairros rurais, e que a comunidade tentava superar de maneira ambígua, por um lado com a proposta de união e de igualdade e, por outro, com a estabilização de hierarquias (COMERFORD, 2003, p. 191-2). Em trabalho mais recente, Comerford (2014) mostrou uma face mais flexível da comunidade, combinada ao movimento dos “córregos”. O processo de familiarização permitiu que a comunidade formasse uma rede de diferentes localidades, incluindo distritos, centros urbanos, municípios do interior e de capitais, desfazendo oposições entre o rural e o urbano em termos geográficos, embora mantivesse avaliações segundo preceitos morais (COMERFORD, 2014, p. 25). No caso de Paracatu de Baixo, embora a genealogia da *comunidade* não seja tão clara, é possível observar seu uso pelas(os) *atingidas(os)* de maneira semelhante no que tange à organização dos moradores após o desastre.

Entendo que a *comunidade* como uma forma de veridicção tenta desestabilizar as hierarquias, impedindo a cristalização de um modelo de liderança por via da CABF, mas, para isso, é importante que a diferença seja mantida no debate em torno do passado e que a disputa de legitimidade aconteça. Ao mesmo tempo que, para as(os) *atingidas(os)*, não há contradição ou ambiguidade na *comunidade*, ela continua sendo definida pela memória no método

comparativo, de modo que as definições do cotidiano ordinário sejam compartilhadas em um mesmo modelo.

Finalmente, retomando um aspecto de comparação contrastiva que pode ter ficado para trás, gostaria de sublinhar que a cidade não é em si mesma um ponto de oposição à *comunidade*. A ela são atribuídos problemas da vida urbana, como a violência e o aumento dos perigos e dos riscos e a necessidade do dinheiro para aquisição de alimento, antes cultivado nos quintais. Entendo, no entanto, que eles são identificados desde a destituição da *comunidade*, sabendo que essa não é uma oposição identificada simplesmente pelos moradores habitarem a cidade, mas pelos vínculos de parentesco, de amizade e de vizinhança estarem ameaçados.

Um parêntese se faz necessário, portanto, para que eu compartilhe uma preocupação que me acompanhou durante toda a pesquisa e que, inclusive, anunciei em outro lugar (MARCURIO, 2021b, p. 416): a de trabalhar com a noção de *comunidade* sem cair em simplificações que a coloquem em uma dicotomia com a cidade, tema cuja literatura antropológica se dedicou há décadas. Minha proposta inicial, como ensaiei em Marcurio (2021b), era retomar essa bibliografia dando um passo atrás, para o que ficou conhecido como estudos de comunidade, descrevendo como esse conceito foi tratado pela antropologia a partir de uma determinada cristalização, fazendo aproximações e distanciamentos em relação à *comunidade* enunciada pelas(os) *atingidas(os)*. Porém, entendo que, para o argumento de que a *comunidade* é acionada como forma de veridicção, sobretudo pela memória, em um tempo específico (mais em relação à forma da vida invertida do que à temporalidade) que é o da *reparação*, está dispensada tamanha revisão bibliográfica. Mesmo assim, aspectos dessa literatura antropológica podem se aproximar dessa *comunidade* que analiso pelo problema da mudança social.

Da comunidade como um agrupamento definido, localizado territorialmente à comunidade simbólica, como propôs Anthony Cohen (1985), a noção aparece como um sinônimo de fixidez, criada para que valores morais e comportamentos amparassem uma identidade. “O problema com a comunidade”, como nomearam Amit e Rapport (2002, p. 2) concerne justamente à desestabilização desse termo em um “mundo em movimento”. Ainda assim, o conceito aparece como se fosse o avesso à modernidade, esforço que James Ferguson (1999) fez em sua etnografia para evidenciar a teleologia do desenvolvimento que reproduz

uma ideia de comunidade em oposição à urbanidade, analisando projetos de desenvolvimento em Zâmbia.

A antropologia social se dedicou ao conceito de comunidade sobretudo a partir da década de 1930, quando Robert Redfield iniciou a descrição de um pequeno agrupamento populacional caracterizado pela manutenção de relações tradicionais e pela coesão nas interações sociais. Apesar das delimitações da comunidade, Redfield (1941) sugeriu que se tratava de “tipo ideal” localizado em um “continuum folk-urbano”. Os desdobramentos do conceito de “pequena comunidade” influenciaram os estudos do campesinato, principalmente dos antropólogos norte-americanos dedicados ao conceito de “sociedade folk” e às análises da cultura camponesa (SILVERMAN, 1979). Se, por um lado, as comunidades foram consideradas o ambiente ideal para investigar as organizações sociais ou os padrões culturais de um determinado grupo em um território delimitado, analisando a tradição e a continuidade, por outro, elas eram o ambiente adequado para observar as mudanças sociais e culturais, as rupturas, geralmente relacionadas aos processos de urbanização.

Inspirados em Redfield, os estudos de comunidade foram introduzidos no Brasil por Emilio Willems (1947) e Donald Pierson ([1951]1966), em pesquisas de campo no interior paulista. Em seguida, Charles Wagley (1953) analisou uma comunidade no Pará, e Harris (1956), uma comunidade na Bahia. Seus objetivos eram verificar as transformações das relações tradicionais no processo de modernização, sendo que as comunidades estavam no caminho de grandes obras ou eram alvo de projetos de desenvolvimento (OLIVEIRA; MAIO, 2011). Apesar disso, os estudos de comunidade foram alvo de duras críticas, considerando que marcavam uma ruptura nas ciências sociais emergentes no país. Os trabalhos foram acusados de tratarem as vilas ou os pequenos municípios como comunidades isoladas e homogêneas, um método “importado” de pesquisa das “minudências da vida social”, nas palavras de Guerreiro Ramos ([1957] 1995, p. 77). Segundo Octavio Ianni (1961), havia uma confusão entre método e objeto, fazendo das análises teóricas escassas. No âmbito da crítica antropológica, Klaas Woortmann (1972) indagou a persistência do culturalismo nesses estudos.

É curioso notar que essas críticas perduraram por décadas, mais do que os próprios estudos de comunidade, que se concentraram principalmente entre os anos 1940 e 60 (CONSORTE, 1996). Argumentei que é essa comunidade definida pela crítica que foi cristalizada no imaginário do pensamento social (MARCURIO, 2021b). Ainda em 1953,

Oracy Nogueira, expoente dos estudos de comunidade, sublinhou que o interesse dessa metodologia seria identificar as relações de interdependência da comunidade, pois, se em alguns estudos prevaleceram o aparente isolamento e oposição em relação à cidade e ao processo de modernização, eles foram exceções ao propósito geral (NOGUEIRA, 1953, p. 95-97).

A veridicção da *comunidade* se diferencia da comunidade enunciada por esses estudos. O desastre pôs fim às relações com o território e entre os moradores. Suas descrições identificam aquela *comunidade* no passado, sabendo que ela é composta pela memória. Ainda assim, a aparente coesão ou homogeneidade não são mantidas quando se observa o processo de enunciação e os debates a respeito do passado. Outro ponto a se ressaltar é a ênfase nos movimentos e nas mudanças que eram possíveis, distanciando a *comunidade* de uma fixidez tanto de seus moradores quanto do território, evidenciando o que a memória retém da *comunidade* em contraste.

No mesmo sentido, não tive o objetivo de mostrar o desastre como a fonte da mudança de uma *comunidade*, embora tenha sido a partir desse acontecimento que pude etnografá-la. A revisão da antropologia do desastre feita por Oliver-Smith (1996) mostrou como os primeiros estudos na área se interessavam pelas transformações culturais decorrentes dos fenômenos compreendidos, à época, como naturais, em análises da dualidade entre natureza e cultura. A abordagem da mudança social seguia uma perspectiva comportamental da evolução e da adaptação frente aos desastres. Conforme as pesquisas se adensavam, essa perspectiva foi atenuada para compreensão do desastre a longo prazo, nas etapas de reconstrução e de reassentamento, por exemplo (OLIVER-SMITH, 1996, p. 312).

Descrevendo a *comunidade*, conforme me foi relatada, tentei mostrar que as oposições ora se solidificam, ora se desmancham. Acredito que etnografias podem apresentar saídas interessantes para essas dicotomias em torno do conceito de comunidade, com atenção às formulações locais.⁷¹ Um exemplo recorrente é a noção de populações tradicionais, uma categoria popularizada nos anos 1980, conforme discutiram Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida (2017 [2001]), por seringueiros e castanheiros na Amazônia, diante de conflitos territoriais em que eles eram vistos como “entraves ao desenvolvimento”

⁷¹ Um caso especial parece ser a comunidade andina etnografada por Fioravanti-Molinié (1978), em que essa noção aparece com diferentes significados, desde o uso cartorial no processo de colonização, como conceito sociológico e, finalmente, sua recuperação por movimentos indígenas. De pontos de vista muito diferentes, sugestões estimulantes para analisar a comunidade aparecem em Gupta e Ferguson (1997).

(CARNEIRO DA CUNHA; ALMEIDA, 2017, p. 267). Posteriormente, foi estabelecida a nomenclatura de povos ou comunidades tradicionais, em consonância aos movimentos sociais, como argumentou Berno de Almeida (2008, p. 27), definidos como grupos “culturalmente diferenciados” pela tradicionalidade de práticas e de técnicas com “formas próprias de organização social” (p. 28). Essa definição aciona a tradição no presente dos conflitos e não a entende como um resquício do passado, mas como uma atualização do passado no presente. É dessa forma que “traços culturais” das comunidades são “seletivamente reafirmados e reelaborados” (CARNEIRO DA CUNHA; ALMEIDA, 2017, p. 292).

Nas lutas travadas no presente, a memória aparece como uma ferramenta. Finalizo esta seção abrindo caminho para a seguinte, na qual a *comunidade* se constitui em um processo de patrimonialização, como uma tradição que é acionada e precisa ser transmitida. Assim, as(os) *atingidas(os)* miram tanto o passado quanto o futuro, pensando na retomada da forma da vida.

3.3. “Não deixar morrer”

Como *reparar* o que foi perdido e não pode ser recuperado? Retomo esta questão, que percorreu todo o capítulo 2, dessa vez pela percepção da memória da *comunidade*. Venho mostrando como a memória é indispensável para a retomada da forma de vida, de modo que é apenas por meio dela que se pode atualizar os sentidos e criar possibilidades de viver depois do desastre.

Nesta seção, misturo o passado e o futuro, tentando acompanhar as articulações das as(os) *atingidas(os)* com o tempo. É possível recuperar o que se perdeu? Ao mesmo tempo que elas e eles falam que “tudo acabou” e que “não volta”, argumentam que a *comunidade* tem que “voltar igual era antes”, que não a podem “deixar morrer”. Novamente, as ambiguidades e as contradições aparecem. Elas são próprias do debate em torno do passado e são aprofundadas pelo desastre, um acontecimento que provoca paradoxos, como venho acompanhando Deleuze desde a Introdução.

Na criação de possibilidades de vida, os moradores de Paracatu de Baixo vão em duas direções. De um lado, eles buscam um passado remoto, uma tradição a ser construída e transmitida, experimentando formulações que, anteriormente ao rompimento da barragem, não eram acionadas. Essas preocupações surgiram quando a *comunidade* foi destruída. De outro lado, as(os) *atingidas(os)* seguem uma *caminhada*, metáfora corriqueira para se referir

ao enfrentamento das mineradoras, como apareceu no capítulo 1. Um trajeto percorrido pelas pessoas em luta, acumulando experiências dos encontros ao longo dos anos e que, literalmente, exige o caminhar em viagens, visitas, protestos e procissões (PEREIRA, 2019, p. 170). A *caminhada* enfrenta o futuro. Os moradores falam, por exemplo, que o reassentamento não restituirá o que foi perdido, considerando o desafio de criar meios de viver em um ambiente desconhecido.

A memória é manejada nas reivindicações que concernem tanto ao passado quanto ao futuro. É insinuado, assim, o processo de patrimonialização pelo qual a *comunidade* foi submetida. A supressão da constituição vivida pelos moradores deixa uma lacuna. A memória a ocupa com uma forma que ativa obrigatoriamente as lembranças para evitar o esquecimento. São delineados os contornos mais ou menos fixos com o intuito de evitar a extinção e o completo apagamento. A Folia de Reis e a Igreja de Santo Antônio explicitam esse processo, inclusive cartorialmente, tombadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA), em 2017,⁷² e pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana (COMPAT), em 2016, respectivamente.

Tamara Marques (2019) analisou especificamente o tombamento da igreja, mediado pela Fundação Renova, mostrando como esse processo teve escassa participação dos moradores de Paracatu de Baixo.⁷³ As menções dos tombamentos nos relatórios que analisei são menos recorrentes (CÁRITAS; CABF, 2022b), assim como nas falas de meus interlocutores de pesquisa. Os moradores se concentraram na patrimonialização da memória pelos relatos que mantêm a *comunidade* viva no presente, como forma de verificação e de comparação. Isso não quer dizer que a manutenção dos territórios, dos monumentos e das práticas é de menor importância. São pautas das reivindicações das(os) *atingidas(os)*, apresentadas de maneira abrangente à toda a *comunidade*. Meu esforço é justamente para mostrar como essas reivindicações são colocadas pelos moradores.

Cabe ressaltar, ainda, que reconheço a extensão do tema da patrimonialização e sua indispensável relação com a memória.⁷⁴ Apesar disso, esse assunto ultrapassa as limitações desta dissertação. Sua inserção ganhou espaço, sobretudo, no período final de minha pesquisa,

⁷² Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/mariana-foia-de-reis-de-paracatu-de-baixo/#!/map=38329&loc=-20.306863795485526,-43.23027312755585,17>. Acesso em: 02/08/22.

⁷³ Marques (2019) se valeu, inclusive, do conceito de acontecimento para pensar o desastre, porém diferentemente do que propus, ela partiu de premissas historiográficas.

⁷⁴ A musealização e a patrimonialização foram temas do terceiro volume de “History of Anthropology”, editado por George Stocking Jr. (1985).

quando foram publicizados projetos de arquivamento e de musealização conduzidos pela Cáritas e pela Fundação Renova. Não pude analisá-los propriamente porque foram divulgados quando escrevia este texto. Apesar disso, eles corroboram o meu argumento. Em 24 de maio de 2022, foi lançado o Museu Virtual “Mariana Território Atingido”,⁷⁵ criado pela Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais com intuito de expor a memória das comunidades atingidas no município, segundo os materiais produzidos pela assessoria técnica em parceria com os moradores. Em 27 de junho de 2022, foi publicado o livro “Trilhas de Memórias”, resultado de um projeto de inventário de informações da Fundação Renova. A obra foi organizada por profissionais da empresa de consultoria Herkenhoff e Prates, contratada pela Renova para realizar oficinas com as pessoas atingidas da Bacia do Rio Doce.⁷⁶

Seguindo uma análise estritamente etnográfica do ponto de vista dos moradores de Paracatu de Baixo, entendo que os investimentos em patrimonializar a *comunidade* podem ser lidos segundo o problema da legitimidade, assim como tratado na seção precedente, dessa vez no procedimento de transcrição. No capítulo 2, procurei mostrar como os *técnicos* transformam as palavras ditas em palavras escritas. As categorias extraídas dos relatos devem ser convertidas em *bens materiais* e *imateriais*. A memória deve ser materializada em livros, relatórios, sites, arquivos e museus para que os registros a validem, documentando os termos de sua preservação. Os *técnicos* e pesquisadores capturam esse processo e contribuem para a construção de um patrimônio.

As(os) *atingidas(os)* avaliam esses materiais que registram a memória de acordo com as maneiras e os propósitos pelos quais são elaborados. Enquanto a CABF e a Cáritas se esforçam para inventariar a memória das(os) *atingidas(os)* e contar a história do desastre pelos relatos das comunidades destruídas, a Renova e as mineradoras tentam *reparar* o desastre que causaram (e causam). Cabe notar que as diferentes transcrições têm implicações na luta das(os) *atingidas(os)* para a retomada de sua forma de viver. O passado e a *comunidade* não são abertos irrestritamente ao debate, como mencionei anteriormente neste capítulo, de modo que escrever a respeito deles requisita sensibilidade às reivindicações dos moradores. A Renova, por sua vez, dissocia o passado da luta das(os) *atingidas(os)*.

⁷⁵ Disponível em: www.territorioatingido.com.br.

⁷⁶ Disponível em: https://www.citdoriadoce.org/repositorio-virtual/narrativas-territoriais-cit/livro-trilhas-de-memorias-relatos-e-construcoes-afetivas-dos-atingidos-pelo-rompimento-da-barragem-de-fundao/?perpage=12&order=DESC&orderby=date&pos=0&source_list=collection&ref=%2Frepositorio-virtual%2Fnarrativas-territoriais-cit%2F. Acesso em: 29/06/22.

Gostaria de citar duas ocasiões em que pude verificar esse padrão de *reparação* estabelecido pelas mineradoras. A primeira delas, mais recente, deixa ver exatamente o processo que desemboca na musealização. A segunda, uma situação da pesquisa de campo, dá um passo atrás, indicando os desdobramentos do trabalho da memória.

Em setembro e dezembro de 2021, participei de três reuniões remotas organizadas pela Renova para apresentar o projeto de *reparação dos bens culturais* em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Os *técnicos* afirmaram que as medidas adotadas até então foram de caráter emergencial. O projeto consistiria na *reparação dos bens* pelo investimento financeiro nas práticas da *comunidade*, garantindo a infraestrutura necessária para sua realização; o tombamento e a salvaguarda dos *bens*; a promoção de oficinas e cursos e a publicação de material escrito e audiovisual. As perguntas de *atingidas(os)* de Mariana convergiam ao levantarem pontos que não foram abordados, entre eles, por exemplo, a cachoeira de Paracatu de Baixo. Os moradores questionavam como pensar nos *bens culturais* sem incluir as atividades de lazer no rio Gualaxo do Norte. O coordenador do projeto respondeu que essa era responsabilidade de outros setores da Renova, reforçando a definição dos *bens culturais* como manifestações materiais e imateriais de saberes, artes, lazer, esportes, educação e agroecologia, embora totalmente dissociadas do ambiente da *comunidade*.

A separação entre natureza e cultura, materialidade e imaterialidade aparecem no capítulo 2 sob o aspecto das indenizações e, aqui, da distribuição da memória. A *reparação justa e integral* só pode ser alcançada sabendo-se que são inseparáveis os *bens materiais* e *imateriais*, a terra e os rituais, os projetos de construções no reassentamento e a organização familiar, o lazer e o acesso à água e assim por diante. Seguirei para a descrição da segunda situação com esse problema em mente.

Em 26 de fevereiro de 2019, a Fundação Renova organizou o Encontro Cultural de Paracatu de Baixo. A *comunidade* foi convidada para um dia de festa, com apresentações musicais do coral Canta Comigo e outras atividades artísticas. A Renova alugou os prédios do Centro de Referência à Criança e ao Adolescente (CRIA), uma instituição municipal, para o encontro. Fui até o evento de manhã, acompanhada por um assessor técnico da Cáritas. A entrada era controlada por seguranças que cadastravam os dados pessoais dos participantes. Mesas e cadeiras estavam dispostas em uma quadra de esportes. Foi servido café da manhã, haveria almoço e lanche da tarde. Os *técnicos* da Renova coordenavam o evento, chamavam

os moradores para o palco, davam depoimentos sobre o trabalho que vinham realizando com a *comunidade* e propunham brincadeiras com as crianças. Contudo, entendo que, durante a maior parte do dia, o que ocorreu nesse encontro foi uma espécie de reunião, ainda que não nomeada dessa forma, que acontecia sob o ordenamento dos *técnicos* e com o propósito da *reparação*.

Os moradores foram convidados a se dividir nos seguintes grupos temáticos: 1. Celebrações religiosas, 2. Artesanato e culinária, 3. Música e corais, 4. Escola, 5. Causos e saberes, 6. Futebol e festas populares. Em cada grupo, dois *técnicos* requisitavam o testemunho dos moradores concernente ao assunto. Na sequência, transcreviam as falas e solicitavam que os moradores escrevessem como eram essas atividades em Paracatu de Baixo e o que seria necessário para que elas voltassem a ser realizadas, ou seja, para que elas fossem *reparadas* ou *compensadas* pela Renova.

Acompanhei o grupo sobre música e corais. Não mais que uma dezena de moradores se sentou ao redor dessa mesa para discussão. Os *técnicos* perguntaram a respeito de quem participava, quando se reuniam, o que faziam, com que frequência, onde se reuniam, em que lugares se apresentavam, se tinham instrumentos musicais e o que seria possível fazer para incentivá-los. Um homem jovem, *atingido* de Paracatu, participante do Coral Canta Comigo, respondeu a maior parte das perguntas, enquanto os outros moradores conversavam entre si. Ao fim do questionário, um *técnico* perguntou se a aquisição de novos instrumentos musicais seria uma *reparação* para o coral. O morador negou, assim como outras pessoas ao redor, explicando que a falta de instrumentos não era um problema, porque eles nunca os tiveram em grande quantidade. A questão para eles era que os membros do coral não tinham interesse ou não podiam continuar no grupo depois do desastre.

O deslocamento compulsório dispersou os moradores. Para se encontrarem, gastariam tempo e dinheiro percorrendo longas distâncias se comparadas àquelas de Paracatu de Baixo. O desastre instituiu um novo regime de movimentos, diferente daquele que a memória atribuiu à *comunidade*. A alteração na dinâmica da casa e da família impôs regimes de trabalho na cidade que restringiam as possibilidades de encontros como o coral.

Os *técnicos*, então, perguntaram se os jovens precisavam de um lugar para se reunir, ao que duas *atingidas* responderam que tiveram uma sala concedida pela Fundação Renova, mas que lhes foi retirada posteriormente. Um *atingido* concluiu: “Hoje em dia [o coral] é mais simbólico, para não passar em branco, para não deixar morrer”. Finalmente, os *técnicos*

requisitaram que um produto final fosse entregue. Os moradores, ainda que relutantes, escreveram em um cartaz que necessitavam de meios de transporte que os levassem ao encontro do coral e uma sala para os ensaios.

O trecho da fala acima instiga a pensar no sentido atribuído pelo *atingido* ao definir o coral como simbólico. Opto por não analisar esse termo sob suspeita da literatura antropológica que tanto contribuiu para pensar o símbolo e o significado. Naquela ocasião, não pude iniciar uma conversa para desvendar essa formulação. Apesar disso, não me desfaço dessa descrição porque entendo que ela pode suscitar aspectos da *comunidade*. Algumas possibilidades. Essa manifestação, deslocada da terra em que se originara e decomposta das relações que a constituíra, perde a realidade da experiência inserida na vida cotidiana. Na cidade, o coral não pode se efetivar como antigamente já que as condições que o proporcionavam se destituíram. A memória não deixa que ele pereça, fazendo de sua prática um ato de lembrar, um patrimônio vinculado necessariamente à resistência das(os) *atingidas(os)*.

A manutenção do coral, composto principalmente pelo grupo de jovens que se reunia na Igreja de Santo Antônio, não dependia somente da *reparação* de estruturas físicas, de prédios e instrumentos, nem de indenizações. A rotina extraordinária na sede municipal dificultava os encontros. A distância dos amigos e vizinhos da *comunidade*, bem como as relações de trabalho e familiares não condiziam com aquelas que possibilitavam a existência do coral. Nessa configuração, os interesses e os desejos não eram os mesmos de anteriormente ao desastre. O coral deixou de ser o que era, embora um número reduzido de jovens ainda se encontrasse ocasionalmente para não deixar morrer a própria *comunidade* e a sua memória.

Um movimento semelhante acontece no que tange à realização dos rituais católicos no território destruído de Paracatu de Baixo. O deslocamento compulsório e a dispersão dos moradores pela cidade, a dificuldade de transporte para a zona rural, a falta de infraestrutura para abrigá-los, a lama amontoada e o mato que cresce ao redor das ruínas são alguns dos obstáculos para que eles se reúnam. A despeito disso, uma parcela dos moradores é assídua na Festa do Padroeiro Santo Antônio, na Festa do Menino Jesus, na celebração de Nossa Senhora Aparecida e na Folia de Reis. A Fundação Renova disponibiliza ônibus para o transporte da cidade à *comunidade* nos dias de festa. Os moradores preparam um almoço depois da celebração, em uma das casas que não foram destruídas pelos rejeitos.

As adversidades se ampliaram ao longo dos anos. O esmorecimento, o cansaço e a tristeza acumulados pelas injustiças sofridas; o desinteresse dos jovens que vivem na cidade com costumes diferentes; a tentativa de reconstruir a vida em outro ambiente; e, sobretudo, a morte dos idosos ameaçam as práticas e os conhecimentos da *comunidade*. Em 2021, Seu Zezinho, capitão da Folia de Reis, faleceu aos 91 anos, deixando vazio um cargo de grande respeito, como pude notar nos relatos que ouvi e na oportunidade de vê-lo e ouvi-lo entoando a Folia em 2018. Ainda assim, sua família carrega seu legado, fazendo festa em Paracatu.⁷⁷

Figura 6 - Festa do Menino Jesus



Fonte: Joice Valverde, *Jornal A Sirene*, ed. 54, out. 2020. Disponível em: <https://jornalasure.com.br/cultura-memoria/2020/10/09/festa-do-menino-jesus-fe-e-alegria>.

As atividades que antes eram cotidianas são agora extraordinárias, não apenas por estarem inseridas em uma rotina administrada pelas mineradoras, mas porque se transformaram em uma representação da *comunidade*, em um artefato da memória. Um patrimônio a ser preservado e um instrumento de luta. O relato de Romeu Oliveira, filho de Seu Zezinho, deixa evidente esse processo:

⁷⁷ A respeito da trajetória de Seu Zezinho, da Folia de Reis e de sua continuidade, ver: <http://www.territorioatingido.com.br/#/conteudostematicos/religiosidadepopular/>. Acesso em: 21/06/22.

Então, hoje a gente tá na luta, vamo continuar na luta e não vamo deixar Paracatu morrer, não. Igual Luzia tava falando, a Festa do Menino Jesus era a melhor festa que existia dentro de Paracatu, que era que meu pai fazia. A festa começava na quinta-feira, matava o boi de dez, doze arrobas, meu pai matava e ia até no domingo à noite, até meia noite do domingo. Ficava quinta, sexta, sábado e domingo de comida e bebida tudo de graça, lá na casa de meu pai. Sempre fazia na casa de meu pai, mas era com a ajuda da comunidade toda, não era só nossa família que fazia. Era a comunidade toda que ajudava a organizar essa festa. Isso aí a Renova tirou de nós, a empresa, a Samarco tirou de nós, tirou uma forma que não tem nem palavra pra explicar o que a empresa fez, porque você destruir uma comunidade em tempo de dez minutos, igual fomos destruídos e, até hoje, cinco anos, vai fazer seis anos agora e nada. A situação nossa continua a mesma, pra pior... A mesma de nós sair de lá de Paracatu, porque, antes, nós era feliz, lá dentro de Paracatu, mas, depois do rompimento, a situação só piorando (02/07/21).

Novamente, o método comparativo contrastivo foi usado para descrever uma festa da *comunidade*. Antigamente, como relataram diferentes moradores, as festas eram muito mais bonitas, com mais gente e maiores do que as realizadas depois do desastre. No entanto, essas ocasiões se tornaram uma das únicas oportunidades de os moradores irem à *comunidade*, mostrarem que aquele território não está abandonado ou liberado para a usurpação das mineradoras que o destruiu. Os rituais católicos estão ali enraizados (Ver 3.1). É dessa maneira, também, que as(os) *atingidas(os)* atualizam a memória da *comunidade*, acionando uma face do passado às reivindicações do presente, frente às contínuas violações de direitos por parte das mineradoras.

Para Zhouri (2019) e Pereira (2019), os rituais católicos em Paracatu de Baixo ajudam a entender a noção de *comunidade*, valendo-se do conceito de “*communitas*” de Victor Turner. Elas argumentam que a condição de liminaridade provocada pelo desastre instiga a solidariedade que conforma a *comunidade* em uma outra ordem desde o rompimento da barragem (PEREIRA, 2019, p. 76; ZHOURI, 2019, p. 61). Porém, escapa a essa análise o fato de que, ao contrário do tema de Turner, a *comunidade* enunciada pelos moradores é circunscrita no passado, antes mesmo de sua manifestação aparecer como uma antiestrutura. A sua retomada como contestação de uma estrutura é, primeiramente, uma resposta à subtração, exigindo necessariamente o passado como base para criação.

Aqui retorno ao que argumentei no final da seção 3.1, a respeito da memória como uma saída criativa à *comunidade*. Localizo em Barbara Glowczewski (2020) uma inscrição próxima, na qual a memória é manejada pelos sonhos e rituais dos aborígenes Warlpiri, nos desertos da Austrália, em esforços de criação de um território existencial, nos termos de Félix Guattari, que resista aos desastres. Por desastres, Glowczewski (2020, p. 339) definiu fenômenos sociais diversos, da migração de refúgio à segregação dos povos ciganos, de

furacões à fome. Especificamente em relação aos Warlpiri, ela abordou a colonização, a sedentarização compulsória, a devastação dos territórios ancestrais pela mineração e os efeitos de atividades extrativistas de ouro, petróleo, urânio e *fracking* (GLOWZEWSKI, 2020, p. 20). Nesse sentido, os rituais são respostas originais daqueles que foram atingidos por desastres, sugerindo que a única resistência possível é a que compreenda uma ecosofia, conceito de Guattari (1989) diretamente influenciado pela pesquisa de Glowzewski, para uma ecologia mental, ambiental e social.

Nesse sentido, um conjunto de lutas acionam a memória de uma ecologia, retomando a proposição de Lyons (2019) citada anteriormente. Sergio Tischler e Mina Navarro (2011, p. 68) argumentaram que a memória serve como um “dispositivo de resistência” para os movimentos sociais em conflitos ambientais. A partir de pesquisa de campo com comunidades espoliadas no México, eles mostraram como as reivindicações são ampliadas e fortalecidas, à medida que consideram uma memória coletiva que inclui a terra e a natureza (TISCHLER; NAVARRO, 2011, p. 73). Tentei propor algo nessa linha em um ensaio preliminar sobre as conexões estabelecidas pelas(os) *atingidas(os)* entre dois rompimentos de barragens em Minas Gerais, uma ecosofia atingida (MARCURIO, 2021a).

Essa potência de criação da *comunidade* impulsionou algumas moradoras de Paracatu de Baixo a um passado remoto, do qual elas pouco têm notícias e de que a memória não alcançava. Luzia Queiroz me sugeriu uma investigação documental a respeito da história de Paracatu, a qual não tive fôlego para abarcar quando eu estava em pesquisa de campo. Ainda assim, fiz breves levantamentos no Arquivo Histórico da Câmara Municipal, no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana e no Arquivo Histórico da Casa Setecentista, como descrevi em minha monografia (MARCURIO, 2019). Não recuperarei esse material porque não pude ampliar minha pesquisa nessa direção, dadas as condições que limitaram meu trabalho durante o mestrado (Ver Introdução). Considero importante mencioná-lo, neste texto, como um exemplo de investidas das *atingidas* em uma tradição de luta e de resistência.

Maria Geralda e Maria das Dores acionaram um tempo antigo para me contar de suas famílias, com genealogias que recuperavam três gerações sem muitos detalhes, mas que indicavam o que elas chamaram de “mistura” do povo de Paracatu, em referência aos povos indígenas, às populações negras escravizadas e às comunidades quilombolas na região. Em outro sentido, Luzia me instigava com a proximidade de Paracatu da comunidade quilombola de Vila Santa Efigênia, no distrito vizinho de Furquim. Em consonância a essas sugestões,

reitero a estimativa apresentada no relatório técnico do grupo PoEMAS (2015, p. 63-67) de que 80% dos moradores de Paracatu de Baixo são pessoas negras.

Conjecturar o que a *comunidade* foi é conjecturar o que a *comunidade* poderia ter sido. Os exercícios de aproximação e de distanciamento são experimentos que não deixam a *comunidade* morrer no aqui e no agora. Silvia Cusicanqui (2018) sugeriu, a partir dos povos andinos na Bolívia, que recuperar um passado arqueológico, anterior à conquista colonial, impulsiona a formação de “uma categoria política capaz de sacudir o tempo presente” (CUSICANQUI, 2018, p. 97 [tradução minha]). Essa recuperação exige uma memória muito específica que, traduzida do aymara, seria localizada em um modo de pensar que une a subjetividade, o corpo e o cosmos. Pensar com os órgãos superiores (o coração, o pulmão e o fígado), de modo que esse passado remoto seja recuperado de dentro do corpo (CUSICANQUI, 2018, p. 121).

Esse movimento da memória do interior para o exterior seria um esforço para ativar potências que fortaleçam as lutas do presente. Recorro a essas possibilidades aventadas pelas *atingidas* para analisar o trabalho da memória, mas não posso deixar de notar como a noção de povo ou de sangue misturado lança outros elementos à história e às ideias de autenticidade e de identidade, como mostraram as etnografias de Peter Gow (1991) com os Piro, na Amazônia peruana, uma comunidade nativa misturada que recupera um passado imemorable da colonização; Cecilia Mello (2003) e Marcio Goldman (2014) a respeito da categoria afroindígena acionada por grupos artísticos e de candomblé do sul da Bahia, menos como uma identidade do que um devir. Penso que no caso de Paracatu de Baixo, procurar um passado que reconheça os diferentes encontros que formaram a *comunidade* é também uma maneira de contar uma outra história, anterior ao desastre, mas que se enuncia depois dele.

A devastação do território pela lama e o deslocamento compulsório pôs fim à transmissão dos conhecimentos dos moradores, desde as práticas de trabalho na roça, o cultivo das hortas, a construção das casas até os modos de ser e de se comportar na *comunidade*. Com a morte dos mais velhos e a “familiarização” das crianças e dos adolescentes na cidade, como disse Romeu Oliveira, a *comunidade* está em perigo de ser esquecida. Luzia Queiroz explicou essa situação da seguinte maneira:

As crianças, elas tão perdendo a referência e a regionalidade, porque Paracatu, o linguajar daquele pessoal falar é a coisa mais linda. Eu tô notando que a cultura de Paracatu, ela tá perdendo. E a forma de viver, a forma de trabalhar, a forma de conversar, a alegria, a família unida, a benção que hoje a gente quase não escuta os meninos pedindo benção, que lá não importava se era parente ou não era de ser, se era mais velho que você, você tinha que tomar benção (02/07/21).

Ela anuncia a extinção da cultura de Paracatu de Baixo, da forma de viver da *comunidade*. A tradição e a transmissão dos conhecimentos ameaçados concernem ao que Carneiro da Cunha (2017) chamou de “cultura” (com aspas), um modo de enunciação para se referir à cultura (sem aspas), vivida e experienciada, descrevendo os conflitos por direitos intelectuais aos conhecimentos indígenas. Talvez a veridicção da *comunidade* seja um procedimento um pouco diferente, no qual a enunciação não seja uma tradução ou um recurso para afirmar uma identidade (CARNEIRO DA CUNHA, 2017, p. 369). Ela exprime uma memória, concede realidade a um modo de vida que só pode ser atualizado pelo relato. A “cultura” mencionada por Luzia se torna um patrimônio a ser zelado. Interessa, portanto, as diversas formas de arquivamento que transcrevem a *comunidade* nos documentos, nas tabelas, nos livros, nos arquivos. Elas são garantias para que as crianças e os jovens conheçam a *comunidade*, no futuro.

Os perigos do esquecimento emergem justamente quando a memória pode ser apagada. Michael Pollak (1989, p. 6) mostrou que os relatos do holocausto se popularizaram quando os judeus violentados envelheceram e suas memórias esvaneceriam se não fossem registradas. Uma questão colocada na coletânea organizada por Janet Carsten (2007, p. 23 [tradução minha]) sublinha exatamente esse problema: “Em que circunstâncias as pessoas tentam recordar e transmitir conhecimento acerca de seus ancestrais para gerações futuras?”. Os capítulos de Empson (2007) e Thiranagama (2007) respondem que eventos críticos impulsionam a rememoração e a transmissão dos conhecimentos, como os deslocamentos forçados e as migrações na medida em que estão ameaçadas as memórias de um determinado modo de vida. Em Paracatu de Baixo, a destruição do território, o deslocamento compulsório, as imposições e os impedimentos sob a forma da vida da *comunidade* comprometem a memória.

A preocupação com a tradição e a transmissão se estendem na imaginação do futuro. Os seis anos que se passaram desde o rompimento da barragem instituíram uma forma de vida diferente. Se, para algumas pessoas *atingidas*, a vida na cidade é uma forma invertida e o reassentamento será uma possibilidade de viver novamente na zona rural, para outras, essa inversão se estabeleceu a ponto de não haver sentido tentar revertê-la com a mudança para o reassentamento. Sabendo que não é possível voltar a ser o que a *comunidade* era, o reassentamento parece ser mais um deslocamento e mais uma inversão da forma da vida.

Surgem novas preocupações: como será a *comunidade* em um outro território? Sublinhei no subcapítulo 1.3 que o território será totalmente diferente, distante das margens do rio Gualaxo do Norte e com alta declividade; as casas, os *bens públicos* e as ruas serão planejados por *técnicos* e construídos por empreiteiras. O reassentamento não será um retorno àquela *comunidade* descrita pelos relatos, mas, ao mesmo tempo – voltando para as contradições dos paradoxos de um desastre –, as(os) *atingidas(os)* lutam para que ela se aproxime do que era anteriormente. As falas de Romeu e de Luzia sugeriram, respectivamente:

Pega nós, reassenta nós, dá nossa casa de volta, é a única coisa que a gente pede pra eles [representantes das mineradoras]. É devolver o que nós tinha antes. Esquece que nós existe, nós não tamo querendo viver o resto da vida de favor das empresas, não (Romeu Oliveira, 02/07/21).

E quando voltar pro reassentamento, aí volta ao passado, só que vai voltar um passado e a pessoa ainda não tá fazendo o exercício de pegar a chave e abrir a porta da cozinha, abrir a porta do terreiro e ver o que tem lá fora. Tem gente que só tá querendo a chave e pronto, só que hora que pegar a chave e abrir a porta do terreiro, não tem uma verdura, não tem uma árvore, uma fruta, um nada (Luzia Queiroz, 02/07/21).

O método comparativo é operado também em contraste com o futuro. Os moradores avaliam o reassentamento a partir da *comunidade* anterior ao desastre. O efeito da comparação para a luta das(os) *atingidas(os)* está na ênfase da diferença, escancarando os problemas criados pela administração feita pela Fundação Renova e antecipando as consequências à *comunidade*. De novo, elas e eles elaboram suas reivindicações com base no que a *comunidade* era, objetivando o que a *comunidade* pode ser.

Se, na comparação entre antes e depois, a *comunidade* era plena de vida e a cidade se tornou um ambiente de restrição, a comparação entre a *comunidade* e o reassentamento sugere um futuro de escassez e de ausências. Luzia notou que não haverá as árvores, as hortas e os pomares. E como detalhou Romeu:

[...] o modo de vida da gente mudou e mudou muito. [...] a Renova, hoje, ela apanha aí o terreno de Paracatu que foi comprado dá trezentos e oitenta e oito hectares [...]. A declividade lá, o relevo lá é muito... Então, a área que vai ser proveitoso para fazer o reassentamento familiar são trinta e nove hectares, aonde a comunidade vai. Enquanto lá em Paracatu era, praticamente, todo o lugar lá era lugar que se podia plantar. Em Paracatu velho tinha setenta e oito hectares, porém, você podia plantar. Todo lugar em Paracatu você conseguia plantar! E, nesse reassentamento, onde é o reassentamento hoje, você não consegue fazer isso mais (02/07/21).

Não se trata, portanto, do tamanho do terreno, mas das características que permitiam a forma da vida da *comunidade*. “Todo mundo plantava em Paracatu”, afirmou Romeu, de modo que impossibilitar essa prática é descaracterizar o modo de vida. Ele continuou o relato,

destacando outro aspecto: “Lá no Paracatu velho, de origem, a gente não pagava água e tinha com fatura. Eu morava a trezentos metros do rio Gualaxo e tinha uma nascente cinco metros da porta da minha casa e, hoje, nós não têm o rio mais”.

Desde que o terreno de Lucila foi escolhido, a disponibilidade, a perda de qualidade e a necessidade de pagar pela água foram temas recorrentes da luta das(os) *atingidas(os)* (Ver 1.3). Elas e eles argumentaram que não é possível pensar a retomada da forma da vida sem o acesso a água de qualidade e em quantidade suficiente. A *reparação justa e integral* depende de o reassentamento fornecer terra e água em condições adequadas à *comunidade* para não a deixar morrer.

O planejamento do futuro relegado aos *técnicos* das mineradoras apreende a *comunidade* falada pelas(os) *atingidas(os)* de forma segmentarizada, decompondo uma constituição que é entendida por suas relações e conexões indecomponíveis. Assim como a cachoeira não é pensada na *reparação de bens culturais*, no caso mencionado no início desta seção, a água no reassentamento é dissociada dos relatos da *comunidade*. Vista como um recurso a ser disponibilizado por soluções técnicas, anteriormente a água derivava de um sistema próprio da *comunidade*, em que a água do rio, das nascentes e dos poços eram distribuídas pelos moradores, como analisaram Raquel Oliveira *et al.* (2020), a partir da cartografia de Paracatu de Baixo produzida pelo grupo GESTA.

Os relatos das(os) *atingidas(os)* estendem esses aspectos a todo o reassentamento. A edificação das casas, o planejamento das ruas, o relevo do terreno e as maiores distâncias implicam uma configuração diferente da *comunidade*. Roberto Barrios (2017) argumentou que, nos processos de reconstrução pós-desastre, o que fica de fora no planejamento de governos, empresas e ONGs são os afetos. Para ele, “o afeto é simultaneamente emergente e mnemônico” (BARRIOS, 2017, p. 7 [tradução minha]). Os moradores de Paracatu de Baixo se empenham para que a memória conduza esses projetos, transformada em ferramenta técnica que considere a forma da vida. São pelos recursos mnemônicos que a restituição pode se tornar uma realidade. Enquanto a *comunidade* for excluída da forma técnica, criada e executada por *técnicos*, não se alcança *reparação*.

O reassentamento planejado por *técnicos* é a projeção de um ambiente artificializado que não corresponde à *comunidade*. Se, em Paracatu de Baixo, eles construíam suas próprias casas, circulavam pelos terrenos uns dos outros e a *comunidade* era um ponto de passagem para outros distritos, o reassentamento será um lugar verdadeiramente isolado, sem relações

estabelecidas com as comunidades vizinhas, as casas serão construídas seguindo projetos sem que possam ser ampliadas ou alteradas de acordo com o crescimento da família, como acontecia anteriormente ao desastre.

O modelo e os atrasos de sua execução influenciam diretamente no que é a *comunidade*. Quanto mais o tempo passa, menos moradores se interessam em habitar o reassentamento, explicou Luzia:

[...] a Paracatu, como ela já tá desfragmentada, eu não sei certo quantas famílias que não tão indo. Antes era setenta e cinco. Me parece que uma boa parte não tá indo, pelo menos a da rua nossa lá, Monsenhor Horta com a de São Caetano, tá indo só nós e mais três. Eram dezoito, se não me engano, ou vinte e oito. Eu acho que eram dezoito e tão indo três. E, na nossa, tá indo só a gente. Era uma rua comprida. Antes, o ônibus passava na porta. Agora, não tá mais. A gente tá muito longe, Paracatu ficou muito longe um do outro. Pra ir, precisa de carro mesmo (02/07/21).

Assim, imaginar as relações comunitárias no futuro reassentamento se torna um desafio, pelas diferenças com a *comunidade* e o temor de que ela não se restabeleça. O depoimento de Rosária Frade, durante um evento realizado online, sugeriu o seguinte:

A gente vai voltar pra comunidade e, às vezes, não vai reconhecer as próprias pessoas que antigamente eram suas amigas, vizinhos, crianças se tornando jovens, jovens se tornando adulto... Acho que vai ter um pouco de dificuldade [...] com relação ao ritmo de vida que tão levando hoje, não vai ser mais o mesmo de antes. A gente não sabe como vai ser depois. É uma perda muito grande, a cultura da comunidade, porque tá tendo um intervalo cultural, uma descontinuidade na cultura dessas pessoas (28/08/20).

O desastre instituiu essa ruptura no tempo da *comunidade*, um corte que gerou uma descontinuidade. A *comunidade* não é mais vivida: tornou-se descrita, falada e calculada. O que os relatos das(os) *atingidas(os)* que analisei indicam é que viver em comunidade novamente talvez não seja a mesma coisa que viver a forma da vida da *comunidade*, referente à cultura anterior ao rompimento da barragem, como as moradoras mencionaram.

É nesse movimento que as(os) *atingidas(os)* exigem a manutenção do território tomado pela lama tóxica. As ruínas e as marcas marrons nas paredes devem permanecer, segundo o que ouvi dos moradores, para que fiquem evidentes a violência sofrida pela *comunidade*, os crimes cometidos pelas mineradoras. Nas palavras de Luzia:

[...] vocês [mineradoras] mataram um povo! Vocês mataram uma história! Vocês estão matando uma comunidade! E estão tirando o sonho das pessoas que sonharam em herdar daquela maravilha do pai. Que eu acho que é a força maior que aquele pessoal tem: “Eu herdei a terra do meu pai. Eu posso ter a nova história, continuar a vida que meu pai deixou e deixar pros meus filhos, netos, sucessivamente” (18/10/20).

A morte de um povo, de uma história, de uma *comunidade* e de um sonho é também a morte de um futuro. Os moradores temem que se concretize a usurpação da terra pelas mineradoras, a exemplo do que ocorreu em parte do território de Bento Rodrigues em que a Samarco construiu um dique de contenção de rejeitos.⁷⁸ A musealização do território aparece como única alternativa para que o roubo da terra não se realize.

É na terra de Paracatu que as(os) *atingidas(os)* efetuam seus rituais católicos, suas festas e seus funerais e, ainda, enterram seus mortos. Esse vínculo da *comunidade* permanece depois do desastre: “mesmo que a gente vá pro reassentamento, que a gente vá pra Paracatu, a gente quer a Paracatu de origem como nosso território [...]. Porque voltar ao passado, estar em contato com o passado é reviver e nascer de novo” (Luzia Queiroz, 18/10/20).

A *comunidade* é e está na memória. A lembrança atualizada pelo método comparativo contrastivo permite que ela seja anunciada. É a partir dela que todas as relações são pensadas, as reivindicações são formuladas e as propostas de *reparação* avaliadas. As(os) *atingidas(os)* transformaram essa memória retrospectiva em uma criação prospectiva, que permite agir e pensar a respeito do futuro.

As falas, os processos judiciais, os arquivos, as atas de reuniões, os vídeos e as cartografias são percebidos pela memória e compostos por ela. Uma salvaguarda da *comunidade* que foi destruída e transformada em um memorial de lutas frente à mineração. Uma memória de resistência para que a *comunidade* não seja esquecida e seja reconhecida por aqueles que não a conheceram.

Primordialmente, nos relatos das(os) *atingidas(os)* que a *comunidade* aparece como forma de veridicção. A verdade de um passado que se constitui em um acontecimento. Um desastre que desencadeia todos os paradoxos de pensar e de agir em um tempo outro, em um mundo destruído. Nas conversas e nas falas dos moradores, o método comparativo contrasta o passado e o presente e o passado e o futuro, sabendo que o presente já foi e o passado é que permanece, mais uma vez, nas palavras de Luzia: “A gente não vai ficar esquecido jamais. Paracatu eternamente na memória da gente” (28/10/20).

⁷⁸ Disponível em: <https://mab.org.br/2016/09/22/posi-do-mab-sobre-decreto-que-permite-constru-do-dique-s4-em-bento-rodrigues-0/>. Acesso em: 01/08/22.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se conserva no tempo? Iniciei esta dissertação com um trecho de uma fala pública de Luzia Queiroz, moradora de Paracatu de Baixo e membro da Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF). Em uma das linhas transcritas, ficou evidente um aspecto da mudança e seu desdobramento incessante. Gostaria de recuperar uma frase muito parecida, mas enunciada em outra ocasião: “Os acontecimentos são como a água do rio, se muda a todo tempo” (01/11/21). Alguma coisa se difere, continuamente. Sejam as águas do rio ou do mar, como sugeriu aquela primeira fala de Luzia, a lama tóxica as poluiu. A metáfora para sugerir a mudança foi usada novamente, desta vez, mais próxima à realidade da *comunidade* às margens do rio Gualaxo do Norte.

Seis, prestes a completar sete, anos do rompimento da barragem de Fundão, as *atingidas* e os *atingidos* vivem temporariamente na sede municipal em Mariana, no que chamei de uma rotina extraordinária, cercada pela incerteza e pela instabilidade extremadas no desastre causado pelas mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton. Para demonstrar alguns aspectos dessa rotina, realcei a distribuição dos moradores em “casas da Renova”, em salas de reunião, em tribunais de justiça, em residências projetadas e em territórios planejados. Enfatizei como o tempo, sequestrado pelo desastre, passou a ser contado pelos *técnicos* que agendam os encontros e as atividades, estabelecem metas e prazos. Finalmente, indiquei como as vidas foram submetidas a modelos técnicos e jurídicos. A *comunidade* fragmentada em diferentes bairros se encontra, sobretudo, nesse ambiente controlado.

No entanto, alguma coisa escapa da caracterização que inscreve uma realidade observada. O que presenciei em pesquisa de campo em 2019 parece cristalizado na extensão do processo de *reparação*. Talvez esta etnografia não tenha conseguido superar esse obstáculo pela exigência de transcrever no papel o que foi visto e que foi relatado. A duração escapa à fixidez imposta pelos registros. Ao delimitar um recorte de pesquisa, não pude acompanhar o que se desencadeia para além de minha circunscrição. Por exemplo, enquanto escrevo estas considerações finais é negociado um novo acordo, chamado de Repactuação, entre a União, os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e as mineradoras, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Quando selado, o acordo poderá alterar a *reparação* das comunidades atingidas em toda a Bacia do Rio Doce, gerando um novo ordenamento até então desconhecido pelos moradores de Paracatu de Baixo. A rotina extraordinária se infunde

vertiginosamente, ainda que, ora pareça acelerar, ora reduzir sua velocidade. Acompanhá-la implicaria decompor e recompor as relações confiscadas (VILLELA, 2020b, p. 282) incessantemente pela *máquina do terror*, operada pelas mineradoras e pela Fundação Renova.

Analisei a *reparação* conforme relatada pela *comunidade* de Paracatu de Baixo. Por um lado, exprimi a abrangência do que concerne à *reparação justa e integral*, a partir da variedade de temas debatidos pelas(os) *atingidas(os)*. Meu intuito foi manter as conexões estabelecidas em seus relatos sem isolar um aspecto como se fosse separado de todos os outros; por exemplo, falar do reassentamento sem mencionar as indenizações. Por outro lado, limitei a pesquisa à *comunidade*, permitindo que a etnografia brotasse da terra destruída, de acordo com as composições da vida em Paracatu de Baixo.

Considero apropriado recordar outro ponto do extraordinário que constituiu a pesquisa. A pandemia de COVID-19 se apresentou mais do que como um cenário, um ambiente que pode ser aproximado à rotina das(os) *atingidas(os)* devido à correspondência das situações de desconhecimento, temporariedade e isolamento dos moradores em Mariana com aquela que vivemos de confinamento e quarentena (MARCURIO, 2020a). A maioria dos relatos que transcrevi se originou de falas proferidas em *lives*, reuniões remotas que as(os) *atingidas(os)* participaram nos últimos dois anos. A transferência das atividades aos meios digitais restringiu o potencial de ação dos moradores, mas ampliou sua ressonância em diferentes mídias. Por essas falas fui conduzida aos documentos a que se referenciavam, que, por sua vez, fizeram-me regressar aos relatos com especial atenção à memória.

Examinei o que foi anunciado por Luzia como o “processo para a retomada da forma da vida”, conforme explicitado na Introdução. A *reparação* corresponde a esse processo, mas entendo que essa formulação permitiu que eu localizasse as particularidades da luta da *comunidade*. O tempo foi meu eixo de análise. Por um lado, considerei as especificidades que um desastre pode suscitar, marcando uma ruptura no tempo e na inteligibilidade das(os) *atingidas(os)*, definindo-o como um acontecimento, um evento que estabelece um antes e um depois, que se realiza e que está por vir, no sentido atribuído por Gilles Deleuze. Por outro, sugeri que o tempo também poderia ser entendido pelas relações que, quando se estabelecem, alteram a percepção, delineiam uma experiência a ponto de subverterem uma organização social, como sugere a noção de “tempo da política” de Moacir Palmeira. É com este significado, inclusive, que intitulei a dissertação.

Defendi o argumento de que a memória sustenta a luta pela retomada da forma da vida. Um argumento comum das lutas de povos que são passíveis de ser deslocados e dizimados, cujo território é roubado e poluído. As reivindicações dos moradores de Paracatu de Baixo são identificadas, em sua singularidade, pelo modo como o tempo é percebido desde que a barragem se rompeu. Nos relatos fica evidente que o desastre estabelece um antes e um depois, relegando a compreensão do presente, do futuro e do passado ao seu acontecimento, nos termos mencionados acima. É pela comparação contrastiva entre as formas de viver anterior e posteriormente a ele que as(os) *atingidas(os)* instituem um modo de pensar e de agir em um mundo arruinado.

Mostrei que a memória se tornou uma ferramenta que concede realidade aos aparatos técnicos e jurídicos criados para a *reparação* da *comunidade*. Os relatos das pessoas atingidas permitiram que cartografias fossem traçadas, *perdas* e *danos* fossem elencados e que valores monetários fossem atribuídos. Para isso, as palavras ditas foram transformadas em palavras escritas pelos *técnicos*. A memória foi registrada, tabulada, enumerada e medida com unidades estranhas ao tempo. Esse procedimento indicou a transliteração da memória (uma lembrança atualizada, cuja finalidade é a *reparação*) em matéria (uma *perda* ou um *dano* representado em valor monetário ou em *bem* restituído).

Descrevi, finalmente, como a *comunidade* é constituída pela memória, em um esforço para manter no presente o cotidiano ordinário destituído: as relações familiares, a vizinhança, as atividades de trabalho na roça, o cuidado com as hortas, os rituais católicos. A memória se tornou a única maneira de acessar a *comunidade* devastada. Para que essa ecologia da *comunidade* não seja suprimida, ela é submetida a processos de patrimonialização, inscrita em arquivos com intenção de evitar seu esquecimento, salvaguardar suas práticas e seu território. Os moradores reconstituem o passado, salientando as diferenças em relação às composições presentes e àquelas projetadas para o futuro. Essa memória retrospectiva é desencadeada com vistas à retomada da forma de viver.

Se algo pode ser retido no tempo, é a memória. Não no sentido de ser simplesmente conservada, nem preservada. A memória retém algo da mudança justamente porque é incessantemente atualizada. Nesse sentido, os moradores anunciam que Paracatu de Baixo “não será esquecida jamais” e que eles não vão deixar a *comunidade* morrer. As *atingidas* e os *atingidos* dizem não ao governo das mineradoras, que expropriam e destroem a terra, demarcam os territórios, distribuem pessoas e ordenam o tempo. Governo que deixa morrer.

A memória é, por sua vez, criação. Ela acompanha a duração de um acontecimento: ao mesmo tempo que traz consigo o passado, impulsiona para o futuro. Um movimento que acompanha a vida.

As reivindicações das(os) *atingidas(os)* se localizam no interior de uma tradição de lutas pela vida. Elas enfrentam a economia da morte que extermina gentes, rios, modos de viver e ecologias inteiras. O desastre produzido pelas mineradoras em Mariana coincide essas violações abrupta e perversamente: a inundação da terra pela lama tóxica; a poluição da Bacia Hidrográfica do Rio Doce; o deslocamento compulsório de populações; a morte imediata de 19 pessoas; a supressão de formas de vida; e a imposição de uma organização alheia que dissemina a morte. Combater o que faz morrer exige uma resistência que faça viver pela associação diversa do que mobiliza a vida, considerando as condições imprescindíveis para que ela se estabeleça. A terra, a casa, o rio, a família, a vizinhança, a horta são algumas das constituições necessárias à *comunidade*. A memória recusa a extinção.

Referências bibliográficas

ABRAM, Simone. “The time it takes: temporalities of planning”. *Journal of the Royal Anthropological Institute* (N.S.), p. 129-147, 2014. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43907802>. Acesso em: 29/03/22.

ACSELRAD, Henri (org.). *Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.

ADAMS, Vincanne. *Markets of sorrow, labors of faith: New Orleans in the Wake of Katrina*. Durham: Duke University Press, 2013.

ALMEIDA, Matheus de Araújo. *Do luto à luta: O Movimento Mães de Maio da Baixada Santista de São Paulo*. 2021. 337f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2021.

ALVES, Yara de Cássia. *A casa raiz e o vôo de suas folhas: Família, Movimento e a casa entre os moradores de Pinheiro–MG*. 2016. 179f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2016.

AMIT, Vered; RAPPORT, Nigel. *The trouble with community: anthropological reflections on movement, identity and collectivity*. London: Pluto Press, 2002.

ANA, Agência Nacional de Águas. *Encarte Especial sobre a Bacia do Rio Doce – Rompimento da barragem em Mariana/MG. Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, Informe 2015, Brasília – DF, 2016*.

ANDERSON, Benedict. *Comunidade Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [1983].

ANTZE, Paul; LAMBEK, Michael (ed.). *Tense paste: Cultural essays in trauma and memory*. Routledge: New York, 1996.

APPADURAI, Arjun. “The past as a scarce resource”. *Man*, New Series, v.16, n.2, Jun. 1981, p. 201-219.

ARNALL, Alex; THOMAS, David S. G.; TWYMAN, Chasca; LIVERMAN, Diana. “Flooding, resettlement, and change in livelihoods: evidence from rural Mozambique”. *Disasters*, 2013, v. 37, n. 3, p. 468–488, 2013.

AZEVEDO, Desiree. *“A única luta que se perde é aquela que se abandona”*: Etnografia entre familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, 2016.

AZOLA, Fabiano André Atenas. *A guerra dita Justa que nunca acabou: uma contra-história Krenak*. 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2021.

BAHLOUL, Joëlle. *The architecture of memory: a Jewish-Muslim household in colonial Algeria 1973-1962*. New York: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1996.

BARRIOS, Roberto. *Governing Affect: neoliberalism and disaster reconstruction*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2017.

BEAR, Laura. “Time as Technique”. *Annu. Rev. Anthropol.* 45, p. 487–502, 2015.

BECHELANY, Fabiano. “Geometria e movimento: o espaço em um reassentamento hidrelétrico”. *Revista três pontos*, v. 5, p. 55-64, 2008.

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2011 [1986].

BENSA, Alban; FASSIN, Eric. “Les sciences sociales face à l’événement”. *Terrain*, 38, p. 5-10, 2002. DOI: <https://doi.org/10.4000/terrain.1888>.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o Espírito*. Trad. Paulo Neves. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999 [1898].

BERGSON, Henri. “A percepção da mudança” [1911]. In: *O pensamento e o movente: ensaios e conferências*. Trad. Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 149-182.

BERLINER, D. C. “The abuses of memory: reflexions on the memory boom in anthropology”. *Anthropological Quarterly*, 78, p. 197-211, 2005.

BERNO DE ALMEIDA, Alfredo Wagner. *Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2ª ed., Manaus: PGSCA - UFAM, 2008.

BERNO DE ALMEIDA, Alfredo Wagner. “Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras”. In: BERNO DE ALMEIDA, Alfredo W.; FARIAS Jr., Emmanuel de A. *Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia*. Manaus: UEA Edições, 2013.

BERNO DE ALMEIDA (org.). *Mineração e Garimpo em Terras tradicionalmente ocupadas: conflitos sociais e mobilizações étnicas*. Manaus: UEA Edições/ PNCSA, 2019.

BOLETIM Informativo Cartografia da Cartografia Social. *Cartografia Comunitária de Paracatu de Baixo: múltiplos danos do rompimento da Barragem de Fundão – Mariana, Minas Gerais*. Manaus: UEA Edições / PNCSA, n.16, fev.2019.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A Queiroz, 1979.

BOURDIEU, Pierre. “The attitude of the Algerian Peasant Towards Time”. *Mediterranean Countryman*, 6, p. 55-72, 1963.

BRONZ, Deborah. “As comunidades não cabem nos modelos: análise de um manual empresarial de relacionamento com comunidade”. In: TEIXEIRA, Carla; LOBO, Andréa; ABREU, Luiz Eduardo (org.). *Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais*. Brasília: ABA Publicações, 2019. p. 311-340.

BRONZ, Deborah; ZHOURI, Andréa; CASTRO, Edna. “Passando a boiada: violação de direitos, desregulação e desmanche ambiental no Brasil”. *Antropolítica*, n. 49, p. 8-41, 2. quadr. 2020.

BROWN, Hannah; REED, Adam; YARROW, Thomas. “Introduction: towards an ethnography of meeting”. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 23, n. S1, p. 10-26, 2017.

BULLARD, Robert D. *Dumping in Dixie: Race, Class, and Environmental Quality*. Boulder: Westview Press, 1990.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. “‘Cultura’ e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais”. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Ubu Editora, 2017. p. 304-369.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; ALMEIDA, Mauro. “Populações tradicionais e conservação ambiental”. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2017. p. 277-300.

CARSTEN, Janet (ed.). *Ghosts of memory: essays on remembrance and relatedness*. Blackwell Publishing, 2007.

CERNEA, Michael. *Involuntary Resettlement in Development Projects*. Policy Guidelines for World Bank Financed Projects, Washington, DC: The World Bank, 1988.

CERNEA, Michael. “The Risks and Reconstruction Model for Resettling Displaced Populations”. *World Development*, v. 25, n. 10, 1997, p. 1569-1587.

CERNEA, Michael. “Impoverishment Risks, Risk Management, and Reconstruction: A Model of Population Displacement and Resettlement”. *UN Symposium on Hydropower and Sustainable Development*, Beijing, October 27-29, 2004.

CLIFFORD, James; MARCUS, George. *Writing culture. The Poetic and Politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986.

COELHO, Tádzio Peters; MILANEZ, Bruno; PINTO, Raquel Giffoni. “A Empresa, o Estado e as Comunidades”. In: ZONTA, Marcio; TROCATE Charles. *Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/ Vale/ BHP Billiton*. Marabá: Editorial iGuana, 2016. p. 183-228.

COELHO, Tádzio. “Minério-dependência em Brumadinho e Mariana”. *Lutas Sociais*, v. 22, n. 41, p. 252-267, jul./dez. 2018.

COELHO DE SOUZA, Marcela S. “A cultura invisível: conhecimento indígena e patrimônio imaterial”. *Anuário Antropológico*, v. 35, n. 1, p. 149-174, 2010.

COELHO DE SOUZA, Marcela. “Dois pequenos problemas com a lei terra intangível para os Kisêdjê”. *R@U*, v. 9, n. 1, p. 109-130, jan./jun. 2017.

COELHO DE SOUZA, Marcela (coord.). *Entreterras*, Brasília, v. 1, n. 1, jun. 2017.

COHEN, Anthony P. *The symbolic construction of community*. London: Routledge, 1985.

COLLINS, Samuel; DURINGTON, Matthew; GILL, Harjant. “The uncertain present and the multimodal future”. *American Anthropologist*, v. 123, n. 1, p. 191-193, 2021. DOI: 10.1111/aman.13535.

COMERFORD, John C. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

COMERFORD, John. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

COMERFORD, John. “Onde está a “comunidade”? Conversas, expectativas morais e mobilidade em configurações entre o “rural” e o “urbano”. *Ruris – Revista do Centro de Estudos Rurais*, Campinas, v. 8, n. 2, p. 7-29, 2014.

CONNERTON, Paul. *How societies remember*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

CONSORTE, Josildeth. “Os estudos de comunidade no Brasil: uma viagem no tempo”. In: FALEIROS, Maria; CRESPO, Regina (org.). *Humanismo e compromisso: ensaios sobre Octávio Ianni*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996. p. 51-68.

COSTA, Alfredo; KNOP, Rebeka Girardi; FELIPPE, Miguel Fernandes. “A produção acadêmica acerca dos desastres tecnológicos da mineração em Mariana e Brumadinho (Minas Gerais)”. *Confins*, 52, 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/41045>. Acesso em: 07 ago. 2022.

COSTA, Pedro Mourthé Araújo. *Andanças, movimentos e luta quilombola no Norte de Minas Gerais*. 2021. 290f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, 2021.

CREADO, Eliana S. J; LEONARDO, Flávia; TRIGUEIRO, Aline; ZANETTI, Daniela. “Modos de olhar, contar e viver: a chegada da “lama da Samarco” na foz do Rio Doce, em Regência Augusta (ES), como um evento crítico”. In: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana (org.). *Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016. p. 233-266.

CREADO, Eliana; SILVA, Bianca J.; VICENTE, Aline T.; LEONARDO, Flávia A. M. “Práticas de ser, conhecer, pensar e escrever: incertezas e disputas sobre as condições das águas na foz do rio Doce no pós-rompimento da barragem de rejeitos de mineração da Samarco”. *Anais da VI Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia*, Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, 2017.

CREADO, Eliana; HELMREICH, Stefan. “A wave of mud: the travel of toxic water, from Bento Rodrigues to the Brazilian Atlantic”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 69, p. 33-51, abr. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i69p33-51>. Acesso em: 7 ago. 2022.

CRUTZEN, Paul; STOERMER, Eugene. “The Anthropocene.” *Global Change Newsletter*, v. 41, p. 17–18, 2000.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Un mundo ch'ixi es posible*. Ensayos desde un presente en crisis. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. 2ª ed. Desterro (Florianópolis): Cultura e Barbáries: Instituto Socioambiental, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. “Propriedade, apropriação social e instituição do comum”. *Tempo social*, v. 27, n. 1, 2015.

DAS, Veena. *Critical events: an anthropological perspective on contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

DAS, Veena. *Life and words: violence and the descent into the ordinary*. University of California Press, 2007.

DAS, Veena. *Vida e palavra: a violência e sua descida ao ordinário*. Trad. Bruno Gambarotto. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

DELEUZE, Gilles. *Lógica do Sentido*. São Paulo: Perspectiva: Ed. Universidade de São Paulo, 1974 [1969].

DELEUZE, Gilles. *Bergsonismo*. Trad. Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 1999 [1966].

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia*, vol. 3. Trad. Aurélio Guerra Neto *et alii*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996 [1980].

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Luiz B. L. Orlandi. 2ª Ed. São Paulo: Editora 34, 2011 [1972].

DETIENNE, Marcel. *A Identidade Nacional, Um Enigma*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

DICKINSON, Debbie; WEBBER, Michael. "Environmental resettlement and development, on the steppes of Inner Mongolia, PRC". *The Journal of Development Studies*, v. 43, n. 3, p. 537-561, 2007. DOI: 10.1080/00220380701204513.

DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. *Risk and Culture: An Essay on the Selection of Technical and Environmental Dangers*. Berkeley, CA: Univ. Calif. Press, 1982.

ENARSON, Elaine; MORROW, Betty. *The gendered terrain of disaster: through women's eyes*. Westport: Praeger, 1998.

ENARSON, Elaine; FORDHAM, Maureen. "Lines that Divide, Ties that bind: Race, Class, and Gender in Women's Flood recovery in the US and UK". *Australian Journal of Emergency Management*, v. 15, I, 4, p. 43-52, 2000.

ENGELS, Friedrich. "O proletariado mineiro". In: ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra [1845]*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 275-292.

EVANS- PRITCHARD, E. E. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 1999 [1940].

FAAS, A. J.; JONES, Eric C.; TOBIN, Graham A.; WHITEFORD, Linda M.; MURPHY, Arthur. "Critical aspects of social networks in a resettlement setting". *Development in Practice*, v. 25, n. 2, p. 221-233, 2015. DOI: 10.1080/09614524.2015.1000827.

FAAS, A. J. "Enduring Cooperation: Time, Discipline, and Minga Practice in Disaster-induced Displacement and Resettlement in the Ecuadorian Andes". *Human Organization*, v. 76, n. 2, 2017, p. 99-108.

FAAS, A. J.; BARRIOS, Roberto; GARCÍA-ACOSTA, Virginia; GARRIGA-LÓPEZ, Adriana; MATTES, Seven; TRIVEDI, Jennifer. "Entangled Roots and Otherwise Possibilities: An Anthropology of Disasters COVID-19 Research Agenda". *Human Organization*, v. 79, n. 4, 2020.

FAVRET-SAADA, Jeanne. "Ser afetado". SIQUEIRA, Paula (trad.). *Cadernos de Campo*, n. 13, p. 155-161, 2005.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Trad. coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERGUSON, James. *The anti-politics machine: "development," depoliticization, and bureaucratic power in Lesoto*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

FERGUSON, James. *Expectations of Modernity: Myths and Meanings of Urban Life on the Zambian Copperbelt*. Berkeley, Calif: University of California Press, 1999.

FERREIRA, Luciana Tasse. ““Gato e sapato”: a solução negociada e a pilhagem da bacia do rio Doce”. *Redes*, v. 8, n. 2, 2020. DOI <http://dx.doi.org/10.18316/REDES.v8i2.6524>.

FERREIRA, Simone R. B. “Marcas da colonialidade do poder no conflito entre a mineradora Samarco, os povos originários e comunidades tradicionais do Rio Doce”. In: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana (org.). *Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016. p. 267-310.

FGV, Fundação Getúlio Vargas. *Análise do Cadastro Socioeconômico*. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2019.

FIORAVANTI-MOLINIÉ, Antoinette. “La communauté aujourd’hui”. *Annales, Économies, Sociétés*, 33, n. 5-6, p. 1182-1196, 1978.

FIRTH, Raymond. *Social Change in Tikopia*. London: George Allen and Unwin Ltd., 1959.

FONSECA, Claudia Damasceno. “O Espaço Urbano de Mariana: sua formação e suas representações”. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998, p. 27-66.

FORDHAM, Maureen. “The intersection of Gender and Social Class in Disaster: Balancing Resilience and Vulnerability”. *International Journal of Mass Emergencies and Disasters*, v. 17, n. 1, p. 15-36, 1999.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999 [1966].

FOUCAULT, Michel. “Anti-retro” in interview with Pascal Bonitzer and Serge Toubiana [1974]. In: WILSON, David. *Chaiers du cinéma*, v. 4, 1973-1978. London: Routledge, 2000. p. 159-172.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987 [1975].

FRANCESCO, Ana Alves De. *Terror e resistência no Xingu*. São Paulo: ISA - Instituto Socioambiental, 2021.

FUNDAÇÃO Renova. *Relato de atividades 2016*. Mariana, 2017. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/relato-de-atividades/sobre-o-relato/>. Acesso em: 08 set. 2021.

FUNDAÇÃO Renova. “Estudo realizado em Mariana e Barra Longa não recomenda limitações de atividades agropecuárias nem a remoção de moradores”. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/noticia/estudo-realizado-em-mariana-e-barra-longa-nao-recomenda-limitacoes-de-atividades-agropecuarias-nem-a-remocao-de-moradores>. Acesso em: 08 set. 2021.

FUNDAÇÃO Renova. “Programa de Monitoramento Quali-Quantitativo Sistemático de Água e Sedimentos – PMQQS”. *Relatório Trimestral Simplificado*, maio 2019.

FUNDAÇÃO Renova. “Como os reassentamentos são construídos?”. *Boletim Jornada*. Mariana, ed. 13, set./out. 2020.

GARCÍA ACOSTA, Virginia (coord.). *Historia y desastres en América Latina*. Volumen 1 e 2. Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina – La Red, CIESAS, 1996; 1997.

GARCÍA ACOSTA, Virginia. “Historical Disaster Research”. In: HOFFMAN, S; OLIVER-SMITH, A. *Catastrophe & Culture: The Anthropology of Disaster*. Santa Fe: School of American Research Press, 2002. p. 49-66

GARCÍA ACOSTA, Virginia. “El riesgo como construcción social y la construcción social de riesgos”. *Desacatos*, n. 19, p 11-24, sep./dic, 2005.

GARCÍA ACOSTA, Virginia. “La incursión del Antropoceno en el sur del planeta”. *Desacatos*, 54, p. 8-15, 2017.

GARCÍA ACOSTA, Virginia. *The Anthropology of Disasters in Latin America: state of the art*. New York: Routledge, 2020.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008 [1973].

GESCHIERE, Peter. *The Perils of Belonging: autochthony, citizenship, and exclusion in Africa and Europe*. Chicago: Chicago University Press, 2009.

GESTA, Grupo de Estudo em Temáticas Ambientais. “Parecer sobre o Cadastro Integrado do Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PLCI) elaborado pelas empresas Samarco e Synergia Consultoria Ambiental”. Belo Horizonte, UFMG, 2016.

GLOWCZEWSKI, Barbara. *Indigenising anthropology with Guattari and Deleuze*. Edinburgh: Edinburgh Press, 2020.

GLUCKMAN, Max. "Ethnographic Data in British Social Anthropology" [1959]. In: EVANS, T. M. S.; HANDELMAN, D. *The Manchester School: Practice and ethnographic praxis in Anthropology*. Oxford: Berghahn Books, 2006.

GODDARD, Jean-Christophe. “De l’Extirpation péruvienne des idolâtries aux conférences nationales en Afrique noire. Eboussi Boulaga entre Amérique latine et Afrique”. *Politique africaine*, 4, n.164, p. 73-86, 2021. DOI: 10.3917/polaf.164.0073.

GOLDMAN, Marcio. “A relação afroindígena”. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 23, p. 213-222, 2014.

GOMES, Charles; PERIN, Vanessa. “O Reassentamento nos Livros e o Reassentamento na Prática: O Caso dos Colombianos de Guarulhos”. In: PÓVOA NETO, Helion; SANTOS,

- Miriam O.; PETRUS, Regina (org.). *Migrações: rumos, desafios e tendências*. Rio de Janeiro: PoloBooks, 2016. p. 215-245.
- GONZÁLEZ, Tess; FAAS, A. J. “Afterward: Preparing for uncertainties”. *Annals of Anthropological Practice*, v. 40, n. 1, p. 98-105, 2016.
- GOODY, Jack. *The Myth of the Bagre*. Oxford: Clarendon Press, 1972.
- GOW, Peter. *Of mixed blood: Kinship and History in Peruvian Amazonia*. Oxford Studies in Social and Cultural Anthropology. Oxford: Oxford University Press, 1991.
- GUATTARI, Félix. *Les trois écologies*. Paris: Galilée, 1989.
- GUEDES, André Dumans. “Lutas por terra e lutas por território nas Ciências Sociais brasileiras: fronteiras, conflitos e movimentos”. In: ACSELRAD, Henri (org.). *Cartografia social, terra e território*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013. p. 41-80.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995 [1957].
- GUNewardena, Nandini. “Peddling Paradise, Rebuilding Serendib: The 100-Meter Refugees versus the Tourism Industry in Post-tsunami Sri Lanka”. In: GUNewardena, Nandini; SCHULLER, Mark (ed.). *Capitalizing on Catastrophe: neoliberal strategies in disaster reconstruction*. New York: AltaMira Press, 2008. p. 69-92.
- GUPTA, Akhil; FERGUSON, James (ed.). *Culture, power, place: explorations in critical anthropology*. London: Duke University Press, 1997.
- GUTWIRTH, Serge; STENGERS, Isabelle. “Le droit à l'épreuve de la résurgence des Commons”. *Revue Juridique de l'Environnement*, 2016. Disponível em: https://works.bepress.com/serge_gutwirth/119/. Acesso em: 07 ago. 2022.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Vértice, 1990 [1950].
- HASTRUP, Frida. “Natures of Change: Weathering the World in Post-Tsunami Tamil Nadu”. *Nature and Culture*, v. 3, n. 2, p. 135-150, Autumn 2008.
- HASTRUP, Frida. *Weathering the world: recovery in the wake of the tsunami in a Tamil fishing village*. Oxford: Berghahn Books, 2011.
- HARAWAY, Donna. “Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes”. Trad. de Susana Dias, Mara Verônica e Ana Godoy. *ClimaCom Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte*, ano 3, n. 5, abr. 2016.
- HARRIS, Marvin. *Town & country in Brazil: a social-anthropological study of a small Brazilian town*. New York: The Norton Library, 1956.

HATJE, Vanessa *et al.* “The environmental impacts of one of the largest tailing dam failures worldwide”. *Nature*, Scientific Reports, 7: 100706, 2017. DOI:10.1038/s41598-017-11143-x.

HELM, Cecília M. V. *Estudo Antropológico sobre os Povos Indígenas da Bacia do Rio Tibagi*. Curitiba: HF Estúdio Gráfico, 1998.

HERZFELD, Michael. “Pride and Perjury: Time and the Oath in the Mountain Villages of Crete”. *Man*, New Series, v. 25, n. 2, p. 305-322, Jun. 1990.

HERZFELD, Michael. *The social production of indifference: exploring the symbolic roots of Western bureaucracy*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

HODGES, Matt. “Rethinking time’s arrow: Bergson, Deleuze and the anthropology of time”. *Anthropological Theory*, v. 8, 4, p. 399-429, 2008.

HODGES, Matt. “Immanent anthropology: a comparative study of ‘process’ in contemporary France”. *Journal of the Royal Anthropological Institute* (N.S.), p. 33-51, 2014.

HOFFMAN, Susanna; OLIVER-SMITH, Anthony (ed.). *Catastrophe & Culture: The Anthropology of Disaster*. Santa Fe: School of American Research Press, 2002.

HULL, Matthew S. *Government of paper: the materiality of bureaucracy in urban Pakistan*. Berkeley: University of California Press, 2012.

IANNI, Octávio. “Estudo de comunidade e conhecimento científico”. *Revista de Antropologia*, v.9, n.1, p. 109-119, 1961.

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. *Lauda técnico preliminar: Impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, Mariana, Minas Gerais*. Nov., 2015.

IGAM, Instituto Mineiro de Gestão das Águas. *Relatório técnico: Acompanhamento da Qualidade das Águas do Rio Doce Após o Rompimento da Barragem da Samarco no distrito de Bento Rodrigues – Mariana/MG*. Governo do Estado de Minas Gerais, 2016.

JEFFERY, Laura. “We are the true guardians of the environment’: human-environment relations and debates about the future of the Chagos Archipelago”. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 19, n. 2, p. 300-318, June 2013. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/42001587>. Acesso em: 24 ago. 2019.

JUSTIÇA Global. *Vale de lama*. Relatório de inspeção em Mariana após o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, 2015.

KIRSCH, Stuart. *Reverse anthropology: Indigenous analysis of social and environmental relations in New Guinea*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami*. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LACERDA, Paula. “As indenizações como política de direitos humanos e de justiça social no Brasil contemporâneo”. *Revista Antropolítica*, n. 48, p. 246-275, quadr. 2020.

LACERDA, Paula. “Reassentar e indenizar: formas de governo no contexto da implantação da usina hidroelétrica de Belo Monte, em Altamira, Brasil”. *Etnográfica*, v. 25, n. 3, p. 729-749. 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/etnografica/10328>. Acesso em: 28 jul. 2022.

LASCHEFSKI, Klemens. “Rompimento de barragens em Mariana e Brumadinho (MG): Desastres como meio de acumulação por despossessão”. *Ambientes*, v. 2, n. 1, p. 98-143, 2020.

LATOUR, Bruno. *The making of law: An Ethnography of the Conseil d’Etat*. Cambridge: Polity Press, 2010 [2002].

LÉVI-STRAUSS, Claude. “Critérios científicos nas disciplinas sociais e humanas” [1964]. *Antropologia estrutural dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

LEWANDOWSKI, Addressa. *O Direito em Última Instância: Uma Etnografia do Supremo Tribunal Federal*. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, 2014.

LEWANDOWSKI, Addressa; GOLTARA, Diogo. “A terra em transe: conversão e possessão”. In: VIEIRA, Suzane A.; VILLELA, Jorge M. *Insurgências, ecologias dissidentes e antropologia modal*. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2020.

LIMA, Clarissa Martins. “Filhos de Deus, filhos da Santa, sempre parentes, nem sempre família”. In: MARQUES, Ana Claudia; LEAL, Natacha (org.). *Alquimias do parentesco: casas, gentes, papéis, territórios*. Rio de Janeiro: Gramma; São Paulo: Terceiro Nome, 2018. p. 135-168.

LIMA, Maryellen Milena. “AQUI NÃO É O NOSSO LUGAR” Efeitos socioambientais, a vida provisória e o processo de (re)construção de Paracatu de Baixo, Mariana/MG. 2018. Monografia (Bacharel em Ciências Socioambientais) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

LIMA, Roberto. “Mundar o sertão: ou quando o Jaguaribe virou açude no Ceará”. *Avá*, n. 13, p. 59-76, 2008.

LINS, Beatriz; PARREIRAS, Carolina; FREITAS, Eliane. “Estratégias para pensar o digital”. *Cadernos de Campo*, v. 29, n. 2, p. 1-10, 2020. DOI: 10.11606/issn.2316-133.v29i2pe181821.

LIPPERT, Randy. “Rationalities and refugee resettlement”. *Economy and Society*, v. 27, n. 4, p. 380-406, 1998. DOI: 10.1080/03085149800000026.

LIRA, Elizabeth. “Testimonio: trauma, verdad y reparación”. *Desacatos*, 62, enero-abril, p. 18-35, 2020.

LÓPEZ, Diego Ortiz. *O Bento das crianças: o (re)fazer da vida após o rompimento da barragem de Fundão em Mariana (MG)*. 2020. 179f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

LOSEKANN, Cristiana. ““It was no accident!”: The place of emotions in the mobilization of people affected by the collapse of Samarco’s tailings dam in Brazil”. *Dossier Mining, Violence and Resistance, Vibrant*, v. 14, n. 2, p. 102-126, 2017.

LYONS, Kristina. “Ríos y reconciliación profunda: la reconstrucción de la memoria socio-ecológica en tiempos de conflicto y “transición” en Colombia”. *Maguaré*, v. 33, n. 2, p. 209-245, 2019.

MALINOWSKI, Bronislaw. “Introdução” (Argonauts of the Western Pacific) [1922]. In: DURHAM, Eunice R. (org.). *Bronislaw Malinowski*. São Paulo: Ática, 1986.

MAGALHÃES, Sonia B. *Lamento e dor*. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará e Université Paris 13, 2007.

MANSUR, Maíra; WANDERLEY, Luiz J.; MILNAEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo S. P. S.; PINTO, Raquel Giffoni; GONÇALVES, Ricardo J. A. F.; COELHO, Tádzio P. C. “Antes fosse mais leve a carga: introdução aos argumentos e recomendações referente ao desastre da Samarco/VALE/BHP Billiton”. In: ZONTA, Marcio; TROCATE, Charles. *Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton*. Marába: Editorial iGuana, 2016. p. 17-50.

MANTOVANELLI, Thais. “Casas de alvenaria e casa Mëbêngôkre: concepções Xikrin sobre família dos brancos”. In: MARQUES, Ana Claudia; LEAL, Natacha (org.). *Alquimias do parentesco*. Casas, gentes, papéis, territórios. Rio de Janeiro: Gramma Editora, 2018. p.169-204.

MANTOVANELLI, Thais. “Quanto vale a vida?” Os Mëbêngôkre-Xikrin do Bacajá e os Juruna da Volta Grande do Xingu contra a engenharia de cálculo e setores técnico-empresariais da hidrelétrica de Belo Monte”. In: VIEIRA, Suzane A.; VILLELA, Jorge M. (org.). *Insurgências, ecologias dissidentes e antropologia modal*. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2020. p. 95-126.

MARCHEZINI, Victor. *Processos de recuperação em desastres: discursos e prática*. São Carlos: RiMa Editora, 2014.

MARCURIO, Gabriela de Paula. *O cotidiano e o extraordinário na comunidade de Paracatu de Baixo*. 2019. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, 2019.

MARCURIO, Gabriela de Paula. “The imposition of the extraordinary”. *Collecting Covid-19*. Centre for Digital Anthropology, UCL, Reino Unido, 2020a. Disponível em: <https://anthrocovid.com/2020/07/29/the-imposition-of-the-extraordinary/>. Publicado em 29/07/2020.

MARCURIO, Gabriela de Paula. “A rotina extraordinária da comunidade de Paracatu de Baixo (MG) após o rompimento da barragem de Fundão”. *Equatorial*, v. 7, n. 13, 2020b, p. 1-23. DOI: <https://doi.org/10.21680/2446-5674.2020v7n13ID19504>.

MARCURIO, Gabriela de Paula. “Somos atingidos todos os dias”: os efeitos dos desastres na comunidade de Paracatu de Baixo (MG)”. *Revista da UFMG*, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, 2021a, p. 56–79. DOI: 10.35699/2316-770X.2020.21462.

MARCURIO, Gabriela de Paula. “Movimentos semânticos e pragmáticos de uma comunidade”. In: SOUZA, Candice Vidal e; GUEDES, André Dumans (org.). *Antropologia das mobilidades*. 1ª ed. Brasília: ABA Publicações, 2021b. p. 401-430.

MARQUES, Adalton; SANTOS, Camila S. P.; BORGES, Iasmim Lara M.; FEITOSA, Janine; FERRAZ, Mario Marcio N. “A construção e as consequências da barragem de Sobradinho”. *Memolutas*, UNIVASF, 2022. Disponível em: <https://memolutas.univasf.edu.br/wp-content/uploads/2022/04/A-construcao-e-as-consequencias-da-barragem-de-Sobradinho.pdf>. Acesso em 07 ago. 2022.

MARQUES, Ana Claudia; VILLELA, Jorge M. “O que se diz, o que se Escreve. Etnografia e trabalho de campo no sertão de Pernambuco”. *Revista de Antropologia*, USP, v. 48, n. 1, 2005, p.37-74.

MARQUES, Ana Cláudia. “Founders, ancestors, and enemies: memory, family, time, and space in the Pernambuco sertão”. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 19, n. 4, p. 716-733, 2013.

MARQUES, Tamara Cristiane C. *De realidade fraturada a patrimônio cultural: um estudo sobre os sentidos contidos no processo de patrimonialização da Capela de Santo Antônio em Paracatu de Baixo*. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Ouro Preto, 2019.

MARX, Karl. *O capital*. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2011 [1867].

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós [1906]”. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

McDONALD-WIMSEN, Brooke. “Development-Induced Displacement and Resettlement: Negotiating Fieldwork Complexities at the Three Gorges Dam, China”. *The Asia Pacific Journal of Anthropology*, v. 10, n. 4, p. 283-300, 2009. DOI: 10.1080/14442210903271320

MELLO, Cecília C. A. *Obras de arte e conceitos: cultura e antropologia do ponto de vista de um grupo afro-indígena do sul da Bahia*. 2003. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

MELLO, Cecília C. A. “Se houvesse equidade: a percepção dos grupos indígenas e ribeirinhos da região da Altamira sobre o projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte”. *Novos Cadernos NAEA*, v. 16, n. 1, p. 125-147, jun. 2013.

MERÍCIA, Everton J. de; SILVEIRA, Paulo S. A. J.; “A construção de uma metodologia para reparação de danos socioambientais: o caso do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão em Mariana, Minas Gerais”. *Revista da UFMG*, v.27, n.2, p. 518–541, 2021. DOI: 10.35699/2316-770X.2020.20653.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo S. P.; MANSUR, Maíra S. “A firma e suas estratégias corporativas no pós-boom das commodities”. In: ZONTA, Marcio; TROCATE, Charles. *Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton*. Marába: Editorial iGuana, 2016. p. 51-56.

MILLER, Daniel. Vídeo “Como conduzir uma etnografia durante o isolamento social”. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NSiTrYB-0so>. Acesso em: 12 maio 2021.

MORAWSKA VIANNA, Anna Catarina. *Os enleios da tarrafa: etnografia de uma parceria transnacional entre ONGs através de emaranhados institucionais de combate à pobreza*. 2010. 230f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, 2010.

MORAWSKA VIANNA, Anna Catarina. “A Trilha de Papéis da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: tecnologias de cálculo e a obliteração da perspectiva dos povos impactados”. *Revista Antropológicas*, ano 18, v. 25, n. 2, p. 22-40, 2014.

MORAWSKA VIANNA, Anna Catarina. “Do mapa à manta do luto: uma crítica feminista e etnográfica a ecossistemas de financiamento”. *I fórum imuê: a abordagem etnográfica e o desafio das composições coletivas*. São Carlos: imuê - Instituto Mulheres e Economia, 2019.

MORAWSKA VIANNA, Anna Catarina (org.). *Engajamentos coletivos nas fronteiras do capitalismo*. São Carlos, EdUFSCar, 2021.

MOULTON, Sunday M. “How to Remember: The Interplay of Memory and Identity Formation in Post-Disaster Communities”. *Human Organization*, vol. 74, n. 4, p. 319-328, 2015.

MUNHOZ, Sara Regina. “Confiscações semânticas e afetivas: famílias na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça”. In: VIEIRA, Suzane A.; VILLELA, Jorge M. (org.). *Insurgências, ecologias dissidentes e antropologia modal*. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2020. p. 210-243.

NOGUEIRA, Oracy. “Os Estudos de Comunidades no Brasil”. *Revista De Antropologia*, v. 3, n. 2, p. 95-103, 1955.

NORA, Pierre. “Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire”. *Representations*, n.26, p. 7–24, 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2928520>. Acesso em: 07 ago. 2022.

O TERRORISMO de barragens. *Revista Manuelzão – Saúde, Ambiente Cidadania na Bacia do Rio das Velhas*. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 84, p. 22, mar. 2019. Disponível em: <https://manuelzao.ufmg.br/biblioteca/revista-manuelzao-84/>. Acesso em: 26 jan. 2022.

OLIVEIRA, Nemuel; MAIO, Marcos Chor. “Estudos de Comunidade e ciências sociais no Brasil”. *Revista Sociedade e Estado*, v. 26, n. 3, p. 521-550, 2011.

OLIVEIRA, Raquel Santos Teixeira. “A lama e suas marcas: neoextrativismo e seus efeitos em um contexto de desastre”. *Perfiles Económicos*, n. 5, p. 77-103, jul. 2018.

OLIVEIRA, Raquel Santos Teixeira; ZHOURI, Andréa; LOPO, Rafael Martins; LIMA, Maryellen Milena. “Normas técnicas, cálculos (in)críveis e a incerteza irreduzível: equivalências e suficiências contestadas na reparação de um desastre”. In: SANT’ANA Jr., Horácio A.; RIGORRO, Raquel Maria (org.). *Ninguém bebe minério: águas e povos versus mineração*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2020. p. 74-104.

OLIVEIRA, Raquel Santos Teixeira; LIMA, Maryellen M. “A política do tempo no desastre: disputas pela reparação no reassentamento da comunidade de Paracatu de Baixo”. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*, v. 24, E202201, 202201pt, 2022. DOI 10.22296/2317-1529.rbeur.202201pt.

OLIVER-SMITH, Anthony. “The Yungay avalanche of 1970: anthropological perspectives on disaster and social change”. *Disasters*, v. 3, p. 95–101, 1979.

OLIVER-SMITH, Anthony. “Postdisaster housing reconstruction and social inequality: a challenge to policy and practice”. *Disasters*, v. 14, p. 7–19, 1990.

OLIVER-SMITH, Anthony. “Success and failure in post-disaster resettlement”. *Disasters*, 15, p. 12–24, 1991.

OLIVER-SMITH, Anthony. “Anthropological research on hazards and disasters”. *Annual Review of Anthropology*, v. 25, p. 303-328, 1996.

OLIVER-SMITH, Anthony; HOFFMAN, Susanna (ed.). *The angry Earth: disaster in anthropological perspective*. New York: Routledge, 1999.

OLSON, Kyle G. “Disciplinary Futures and Reorienting Research: A Reply to Jobson and Rosenzweig on Doing Anthropology in the Age of COVID”. *American Anthropologist*, v. 123, n. 1, p. 170-175, 2020. DOI: 10.1111/aman.13526.

OSTROM; Elinor. *The Future of the Commons: Beyond Market Failure and Government Regulations*. Londres: Institute of Economic Affairs, 2012.

PALMEIRA, Moacir. “Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional” [1977]. In: WELCH, Clifford A *et al.* (org.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, v.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 203-215.

PALMEIRA, Moacir. “Modernização, Estado e Questão Agrária”. *Estudos avançados*, 1989.

PALMEIRA, Moacir. “Política e tempo: nota explicatória”. In: PEIRANO, Mariza (org.) *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Políticas/UFRJ, 2002. p. 171-178.

PAPATELLA, Vinícius; SIMAN, Frederico; CORUJO, Maria Teresa. *Dossiê-denúncia: ameaças e violações ao direito humano à água no Quadrilátero Ferrífero-Aquífero de Minas Gerais*, 2016. Belo Horizonte: Editora diacrítico: Movimento pelas Serras e Águas de Minas, 2018.

PEIRANO, Mariza (org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, UFRJ, 2002.

PEIRANO, Mariza. “De que serve um documento?”. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César (orgs.) *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2006. p. 25-49.

PEREIRA, Ana Beatriz Nogueira. “*Sentir o calor da terra, pra sentir que a gente está vivo*”: memória, identidade e territorialidade na vivência cotidiana do desastre da Samarco. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

PEREIRA, Renan Martins. *Rastros e memórias: etnografia dos vaqueiros do sertão (Floresta-PE)*. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de São Carlos, 2017.

PETRYNA, Adriana. *Life exposed: biological citizens after Chernobyl*. Princeton: Princeton University Press, 2002.

PIGNARRE, Philippe; STENGERS, Isabelle. *La sorcellerie capitaliste: Pratiques de désenvoûtement*. Paris: La Découverte, 2005.

PIERSON, Donald. *Cruz das Almas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966 [1951].

PIETRAFESA DE GODOI, Emília. *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

PINHEIRO, Márcia Leitão. “‘The sound of silenced voices’: mobilizations, connections and demands in the investigation of slavery in Brazil”. *Vibrant*, v. 15, n. 3, p. 1-20, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-43412018v15n3d502>.

POEMAS – Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade. *Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG)*. Relatório Final. Mimeo, 2015.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

QUEIROZ, Luzia; MARCURIO, Gabriela de Paula. “Luto na comunidade de Paracatu de Baixo”. 19 de janeiro de 2021. Trecho publicado em: <https://www.janeiromarrom.com.br/?lightbox=dataItem-kkb5y888>.

QUINTÃO, Simária; CARNEIRO, Maria; VALVERDE, Joice; PINTO, Larissa. “O museu do crim”. *Jornal A Sirene*, ed. 39, jul. 2019. Disponível em: https://issuu.com/jornalasilirene/docs/junho_2019/s/109248. Acesso em: 07 ago. 2022.

RAMOS, Gustavo Moreira. *Contradualismos no Opará: Lideranças Tuxá no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco*. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

REBOUÇAS, Lidia Marcelino. *O planejado e o vivido: o reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2000.

REDFIELD, Robert. *The folk culture of Yucatan*. Chicago: The University of Chicago Press, 1941.

REIS, Maria José. *Espaços vividos, migração compulsaria, identidade: os camponeses do Alto Uruguai e a hidrelétrica de Itá*. 1998. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1998.

REIS, Vinicius Cardoso. *O jogo da reparação: a vida social das políticas do pós-desastre em Mariana (MG)*. 2020. 141f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

RENET, Sandrine; LANGUMIER, Julien (ed.). *Governing disasters: beyond risk culture*. Trad. Ethan Rundell. New York: Palgrave Macmillan, 2015.

RIBEIRO, Magda. “Projeções sobre espaço, circulação e moradia no modo de vida dos castanheiros do Iratapuru, Amapá”. In: MORAWSKA, Catarina (org.). *Engajamentos coletivos nas fronteiras do capitalismo*. São Carlos, EdUFSCar, 2021. p. 59-82.

RILES, Annelise (ed.). *Documents: artifacts of modern knowledge*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2006.

RILES, Annelise. “Outputs: the promises and perils of ethnographic engagement after the loss of feith in transnational dialogue”. In: Special Issue: Meetings: ethnographies of organizational process, bureaucracy, and assembly. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 23, n. S1, 2017, p. 10-26.

RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. “Possibilidades de reparação e justiça para os Avá-Canoeiro do Araguaia a partir da memória e da verdade sobre o que não se quer lembrar”. *Campos*, v. 20, n. 2, p. 59-81, jul./dez., 2019.

SAMARCO. “Rompimento de Fundão”. Disponível em: <https://www.samarco.com/rompimento-de-fundao/>. Acesso em: 11 nov. 2020.

SAMUELS, Annemarie. “Embodied narratives of disaster: the expression of bodily experience in Aceh, Indonesia”. *Journal of the Royal Anthropological Institute* (N.S.) 22, p. 809-825, 2016.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975 [1822].

SANDLER, Jen; THEDVALL, Renita (ed.). *Meeting Ethnography: Meetings as Key Technologies of Contemporary Governance, Development, and Resistance*. New York: Routledge, 2017, p. 1-23.

SANJURJO, Liliana Lopes. *Sangue, identidade e verdade: memória sobre o passado ditatorial na Argentina*. 2013. Tese (Doutorando em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, 2013.

SANTOS, Alessandra Regina. *Nesse solo que vós estais, lembrai-vos que é de morrer: uma etnografia das práticas de caminhar, conhecer e mapear entre os habitantes de Pedro Cubas, um Remanescente de Quilombo do Vale do Ribeira-SP*. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, 2014.

SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos; MILANEZ, Bruno. “The construction of the disaster and the “privatization” of mining regulation: reflections on the tragedy of the Rio Doce Basin, Brazil”. *Dossier Mining, Violence and Resistance, Vibrant*, v. 14, n. 2, 2017, p. 127-149. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-43412017v14n2p127>.

SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos; WANDERLEY, Luiz J. “Dependência de barragem, alternativas tecnológicas e a inação do Estado: repercussões sobre o monitoramento de barragens e o licenciamento de Fundão”. In: ZONTA, Marcio; TROCATE, Charles. *Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton*. Marába: Editorial iGuana, 2016. p. 87-138.

SANTOS, Silvio Coelho dos. “Construção de Barragens e Sociedades Indígenas No Sul do Brasil”. *Revista Ciências e Cultura*, v. 36, n. 6, p. 1-26, 1984.

SCHERER-WARREN, Ilse. “O Movimento dos Atingidos pelas Barragens do Rio Uruguai: unidade e diversidade”. *Cadernos do CEAS*, Salvador n. 120, 1989.

- SCHNEIDER, David. “Typhoons on Yap”. *Human organization*, v. 16, n. 2, p. 10-15, 1957.
- SCHULLER, Mark. “Deconstructing the Disaster after the Disaster: Conceptualizing Disaster Capitalism”. In: GUNWARDENA, Nandini; SCHULLER, Mark (ed.). *Capitalizing on Catastrophe: neoliberal strategies in disaster reconstruction*. New York: AltaMira Press, 2008.
- SCHUTZER, Megan Anne. “The Politics of Home: Displacement and Resettlement in Postcolonial Kenya”. *African Studies*, v. 71, n. 3, p. 346-360, 2012. DOI: 10.1080/00020184.2012.740879.
- SCHWARTZMAN, Helen. “Conclusion: The Meeting and the Mirror”. In: SANDLER, Jen; THEDVALL, Renita (ed.). *Meeting Ethnography: Meetings as Key Technologies of Contemporary Governance, Development, and Resistance*. New York: Routledge, 2017, p. 158-178.
- SCOTT, James. *Weapons of the Weak: Everyday forms of peasant resistance*. New Haven: University Press, 1985.
- SCOTT, James. *Seeing like a state: how certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven: Yale University Press, 1998.
- SCOTT, Parry. *Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.
- SCUDDER; Thayer; COLSON, Elizabeth. “From welfare to development: A conceptual framework for the analysis of dislocated people”. In: HANSEN, A.; OLIVER-SMITH, A. (ed.). *Involuntary Migration and Resettlement: The Problems and Responses of Dislocated People*. Boulder: Westview Press, 1982.
- SEGATA, Jean. “A colonização digital do isolamento”. *Cadernos de campo*, v. 29, n. 1, 2020, p. 163-171. DOI: 10.11606/issn.2316 9133.v29i1p163-171.
- SEGURA, Fabiana *et al.* “Potencial risk of the residue from Samarco’s mine dam burst Bento Rodrigues, Brazil”. *Environmental Pollution XXX*, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.envpol.2016.08.005>.
- SHERBININ, A. *et al.* “Preparing for Resettlement Associated with Climate Change”. *Science*, 334, p. 456-457, 2011. DOI: 10.1126/science.1208821.
- SIGAUD, Lygia. “Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho”, Comunicação n. 9, PPGAS – Museu Nacional, UFRJ, 1986.
- SIGAUD, Lygia. “O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 7, p.1-13, 1992.

SILVA, Ilkyn Barbosa. *Pra mostrar pra eles que nós precisamos é de lá, não daqui: rituais de resistência como novas formas de narrar e vivenciar o desastre no rio Doce*. 2018. Monografia (Bacharel Ciências Socioambientais) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

SILVA, Jéssica Lorrany J. *Mineração como forma de vida e morte: entre a dependência e o desastre em Mariana – MG*. 2019. Monografia (Bacharelado Ciências Socioambientais) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

SILVA, Telma Camargo. “Política da Memória: recompondo as lembranças no caso do desastre radiológico de Goiânia”. In: FREITAS, Carmelita Brito (org.) *Memória*. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 1998, p. 117-138.

SILVA, Telma Camargo. “Eventos Críticos: sobreviventes, narrativas, testemunhos e silêncios”. 27ª *Reunião Brasileira de Antropologia*, 01 a 04 de agosto de 2010, Belém, Pará, Brasil, 2010.

SILVA, Telma Camargo. “Narrations cartographiques et production symbolique du désastre radioactif de Goiânia: le travail de la mémoire dans les entre-lignes de l’État”. In: ZENOBI, Diego; ULLBERG, Susann; SILVA, Telma Camargo da. *Traces: Mémoires et politiques des désastres em Amérique latine*. Paris: L’Harmattan, 2016.

SILVERMAN, Sydel. The peasant concept in anthropology. *The Journal of Peasant Studies*, v. 7, n. 1, p. 49-69, 1979.

SIQUEIRA, Luisa M. *Reconhecimento, reparação e justiça: a mobilização dos atingidos pelo desastre da Samarco no município de Mariana – MG*. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, 2019.

SOUZA, Rafael de Freitas. *Trabalho e cotidiano na mineração aurífera inglesa em Minas Gerais: A mina de Passagem de Mariana (1863-1927)*. 476f. Tese de doutorado em História, USP, 2009.

SRIRAM, Shyam K. “Of acculturative stress and integration distress: the resettlement challenges of Bhutanese refugees in Metro Atlanta”. *South Asian Diaspora*, 2019. DOI: 10.1080/19438192.2019.1609298.

STENGERS, Isabelle. *No tempo das catástrofes – resistir à barbárie que se aproxima*. Trad.: Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

STOCKING JR., George W (ed.). *Objects and Others: essays on museums and material culture*. History of Anthropology v. 3. Madison: The University of Wisconsin Press, 1985.

STRATHERN, Marilyn. “Ambientes internos: um comentário etnográfico sobre a questão da escala”. In: STRATHERN, Marilyn. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Ubu editora, 2017a. p. 411-461.

STRATHERN, Marilyn. “Afterword”. *Journal of the Royal Anthropological Institute (N.S.)*, v.23, p. 195-200, 2017b.

SUNDERLAND, P. L. "Fieldwork and the phone". *Anthropological Quarterly*, v. 72, n. 3, p. 105-117, Jul./1999.

TADDEI, Renzo. "The field of Anthropology of Disasters in Brazil". In: GARCÍA ACOSTA, Virginia (ed.). *The Anthropology of Disasters in Latin America: state of the art*. New York: Routledge, 2020, p. 45-62.

TADGELL, Anne; DOBERSTEIN, Brent; MORTSCH, Linda Mortsch. "Principles for climate-related resettlement of informal settlements in less developed nations: a review of resettlement literature and institutional guidelines". *Climate and Development*, 2017. DOI: 10.1080/17565529.2017.1291401.

TAUSSIG, Michael. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem*. Um estudo sobre o terror e a cura. Trad. Carlos E. M. de Moura. São Paulo: Paz e Terra, 1993 [1987].

TISCHELER, Sergio; NAVARRO, Mina Lorena. "Tiempo y memoria en las luchas socioambientales en México". *Desacatos*, n. 37, p. 67-80, sep./dic. 2011.

TORRY, William. "Bureaucracy, Community, and Natural Disasters". *Human Organization*, v. 37, n. 3, p. 302-308, 1978.

TORRY, William. "Anthropological Studies in Hazardous Environments: Past Trends and New Horizons". *Current Anthropology*, v. 20, n. 3, p. 517-540, Sep. 1979.

TSING, Anna. *The Mushroom at the end of the world: on the possibility of life in capitalist ruins*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2015.

TSING, Anna; MATHEWS, Andrew; BUBANDT, Nils. "Patchy Antropocene: Landscape Structure, Multispecies History, and the Retooling of Anthropology." *Current Anthropology*, v. 60, 20, 2019.

TURNER, Victor. *Schism and Continuity in an African Society: A study of a Ndembu village life*. Manchester: University Press, 1972 [1957].

ULLBERG, Susann. *Wattermarks: Urban flooding and memoryscape in Argentina*. Stockholm: Acta Universitatis Stockholmiensis, 2013.

ULLOA, Astrid. "Dinámicas ambientales y extractivas en el siglo XXI: ¿es la época del Antropoceno o del Capitaloceno en Latinoamérica?". *Desacatos*, 54, p. 58-73, mayo/ago. 2017.

VAINER, Carlos. "Conceito de 'atingido': uma revisão de debate e diretrizes". In: Franklin Daniel Rothman (org.). *Vidas Alagadas – conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. 1ª Ed. Viçosa, UFV, 2008,

VALENCIO, Norma (ed.). *Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. Volumes 1 e 2. São Carlos: Rima, 2009; 2010.

VASCO, Marcela Roberta G. *Vidas em suspenso: imagens e narrativas de Bento Rodrigues (MG) depois do rompimento da barragem de Fundão*. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, 2020.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

VERDERY, Katherine. *The vanishing hectare: property and value in postsocialist Transylvania*. Ithaca: Cornell University Press, 2003.

VIÉGAS, Rodrigo N.; PINTO, Raquel G.; GARZON, Luis Fernando N. *Negociação e acordo ambiental: o termo de ajustamento de conduta (TAC) como forma de tratamento de conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014.

VIEIRA, Suzane de Alencar. *O drama azul: Narrativas sobre o sofrimento das vítimas do evento radiológico do Césio-137*. 2010. 181f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2010.

VILLELA, Jorge Mattar. “A dívida e a diferença. Reflexões a respeito da reciprocidade”. *Revista de Antropologia da USP*, p. 185-220, v. 44, n. 1, 2001.

VILLELA, Jorge Mattar. *O povo em armas: violência e política no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará : Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004

VILLELA, Jorge Mattar. “Os mortos, os vivos e a política no sertão de Pernambuco”. *Rev. hist.* (São Paulo), n. 173, p. 329-358, jul./dez., 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2015.98799>. Acesso em: 25 abr. 2021.

VILLELA, Jorge Mattar. “Memória e thanasimologia política no sertão de Pernambuco”. *Sociol. Antropol.* v. 10.01, p. 221-242, jan./abr., 2020a. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752019v10i18>.

VILLELA, Jorge Mattar. “Confiscações, lutas anti-confiscatórias e antropologia modal”. In: VIEIRA, Suzane de Alencar; VILLELA, Jorge Mattar (org.). *Insurgências, ecologias dissidentes e antropologia modal*. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2020b. p. 277-307.

VIRILIO, Paul. *The administration of fear*. With Bertrand Richard. Los Angeles: Semiotext(e), 2012.

VORMITTAG, Evangelina; OLIVEIRA, Maria; GLERIANO, Josué. “Avaliação de saúde da população de Barra Longa afetada pelo desastre de Mariana, Brasil”. *Ambiente & Sociedade*, v. 21, 2018.

WAGLEY, Charles. *Amazon town: a study of man in the tropics*. New York: The Macmillan Company, 1953.

WALLACE, Anthony F. C. “Tornado in Worcester: An Exploratory Study of Individual and Community Behavior in an Extreme Situation”. *Committee on Disaster Studies*, Disaster Study 3, National Academy of Sciences/National Research Council, 1956.

WANDERLEY, Luiz J. M.; GONÇALVES, Ricardo J. A. F.; MILANEZ, Bruno. “Pedras de sangue e choro maculam a vertente: algumas percepções de campo no contexto do desastre da mineração sobre o rio Doce”. *Élisée*, Rev. Geo. UEG, v. 5, n. 1, p. 30-56, jan./jun. 2016.

WEBER, Florence. “Práticas econômicas e formas ordinárias de cálculo”. *Mana*, v.6, n.2, p. 151-182, 2002.

WELCH, Clifford A *et al.* (org.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, v.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WILLEMS, Emilio. *Cunha, tradição e transição em uma cultura do Brasil*. São Paulo: Rothschild Loureiro, 1947.

WISNIK, José Miguel. *Maquinação do mundo: Drummond e a mineração*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

WOORTMANN, Klaas. “A Antropologia brasileira e os estudos de comunidade”. *Universitas*, v. 11, p. 103-140, 1972.

WORLD BANK. *Resettlement and Development: The Bankwide Review of Projects Involving Involuntary Resettlement 1986-1993*. 2nd ed. The Resettlement Report of Task Force led by Michael M. Cernea, Washington, DC: The World Bank, 1996.

ZELIZER, Viviana A. “The Social Meaning of Money: “Special Monies”. *The American Journal of Sociology*, v. 95, n. 2, p. 342-377, Sep., 1989.

ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma; OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos; LASCHEFSKI, Klemens; SANTOS, Ana Flávia. “O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social”. *Ciência e Cultura*, Campinas, v. 68, n. 3, 2016.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos; VASCONCELOS, Max. “The Rio Doce Mining Disaster in Brazil: between policies of reparation and the politics of affectations”. *Dossier Mining, Violence and Resistance, Vibrant*, v. 14, n. 2, 2017, p. 81-101. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-43412017v14n2p081>.

ZHOURI, Andréa. “Introdução: produção de conhecimento num campo minado”. In: ZHOURI, Andréa (org.). *Mineração, violências e resistências: um campo aberto a produção de conhecimento no Brasil*. 1^a ed., Marabá: Editorial iGuana; ABA, 2018. p. 8-26.

ZHOURI, Andréa. “Violência, memória e novas gramáticas da resistência: o desastre da Samarco no Rio Doce”. *Repocs*, v. 16, n. 32, p. 51-68, ago./dez. 2019.

ZONTA, Marcio; TROCATE Charles. *Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/ Vale/ BHP Billiton*. Marabá: Editorial iGuana, 2016.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. *A matemática da gestão e a alma lameada: os conflitos da governança no licenciamento do projeto de mineração Minas-Rio e no desastre da Samarco*. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

Documentos, processos judiciais e leis

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 7 ago. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 7 ago. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 12 set. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm#:~:text=L8078compilado&text=LEI%20N%C2%BA%208.078%2C%20DE%2011%20DE%20SETEMBRO%20DE%201990.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20prote%C3%A7%C3%A3o%20do%20consumidor%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 7 ago. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 7 ago. 2022.

BRASIL. Tribunal Regional Federal (1. Região). **Ação Civil Pública** nº 0069758-61.2015.4.01.3400. Juiz Federal: Mário de Paula Franco Júnior. Belo Horizonte: 12ª Vara. Belo Horizonte/MG: 28 abr. 2016. Procuradoria da República nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo - Força Tarefa Rio Doce, 2016. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: 7 ago. 2022.

BRASIL. Tribunal Regional Federal (1. Região). Ação Civil Pública nº 0069758-61.2015.4.01.3400. **Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC)**. Brasília, DF: 2 mar. 2016. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/07/ttac-final-assinado-para-encaminhamento-e-uso-geral.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. Tribunal Regional Federal (1. Região). Ação Civil Pública nº 0023863-07.2016.4.01.3800; ACP nº 0069758-61.2015.4.01.3400. **Termo de Ajustamento**

Preliminar (TAP). Belo Horizonte/MG: 18 jan. 2017. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/termo-de-acordo-preliminar-caso-samarco>. Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. Tribunal Regional Federal (1. Região). ACP nº 0023863-07.2016.4.01.3800; ACP nº 0069758-61.2015.4.01.3400. **Termo Aditivo ao Termo de Ajustamento Preliminar (TAP-Aditivo).** Belo Horizonte/MG: 16 nov. 2017. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/aditivo-tap>. Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. Tribunal Regional Federal (1. Região). ACP nº 0023863-07.2016.4.01.3800; ACP nº 0069758-61.2015.4.01.3400. **Termo de Ajustamento de Conduta “Governança” (TAC-Gov).** Belo Horizonte/MG: 25 jun. 2018. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/tac-governanca>. Acesso em: 19 abr. 2021.

CÁRITAS Brasileira Regional Minas Gerais. **“Saiba como será o processo de cadastramento dos atingidos e atingidas de Mariana”.** Cartilha. Mariana/MG, 2018.

CÁRITAS Brasileira Regional Minas Gerais. **Atrasos:** relatório de entrega dos reassentamentos Mariana/MG. Mariana, fev. 2021a. Disponível em: <http://mg.caritas.org.br/storage/arquivo-de-biblioteca/March2021/etKwFG5G1cjAivG0daSn.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2021.

CÁRITAS Brasileira Regional Minas Gerais. **Fase de negociação extrajudicial:** empecilho à reparação integral? Parecer técnico jurídico. Mariana, 2021b. Disponível em: <http://mg.caritas.org.br/storage/arquivo-de-biblioteca/December2021/ZSzuQyeDEmzOnKWzaXL7.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2021.

CÁRITAS Brasileira Regional Minas Gerais; CABF - Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão. **Matriz de danos das pessoas atingidas pela barragem de Fundão em Mariana.** Mariana: Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, 2020.

CÁRITAS Brasileira Regional Minas Gerais; CABF - Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão. **Fiscalização Comunitária – reassentamento coletivo Paracatu de Baixo.** 04 mar. 2022a.

CÁRITAS Brasileira Regional Minas Gerais; CABF - Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão. **Manutenção do território atingido de Paracatu de Baixo.** Relatório Técnico, mar. 2022b. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/56a-legislatura/comissao-externa-sobre-rompimento-barragem-fundao/outros-documentos/ComissoAtingidosRELATRIOPBA012022_Manutenodareadeorigem.pdf. Acesso em: 06 jul. 2022.

FUNDAÇÃO Renova. **Protocolo de elegibilidade de danos.** Programa de Indenização Mediada. 2017. Disponível em: https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/11/protocolo-de-elegibilidade_rev07.pdf. Acesso em: 09 set. 2021.

FUNDAÇÃO Renova. **Matriz de danos.** Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2022/04/matriz-de-danos-pimdgl.pdf>. Acesso em: 26 maio 2022.

MARIANA. **Ação Civil Pública** nº 0400.15.004335-6. 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mariana/MG. 2ª Vara Cível. 10 dez. 2015. Disponível em: https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/25/Acao%20Civil%20Publica%20-%20MPMG%20-%202%20PJ%20MARIANA%20-%20IC%200400_15_00306-1%20e%200400_15_000307-9.pdf. Acesso em: 01 set. 2021.

SYNERGIA Socioambiental; FUNDAÇÃO Renova. **Programa de levantamento e de cadastramento dos impactados.** 2016. Disponível em: https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/11/paper-renova-programa-cadastro_211016.pdf. Acesso em: 20 maio 2022.

Lives – Transmissões ao vivo

EM DEFESA da Matriz de Danos das pessoas atingidas pela barragem de Fundão em Mariana (MG). Publicada pelo canal Cáritas Minas Gerais. 1:26:55. Realizada em 27 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CsqBOPh1uus>.

V CICLO de Debates Gesta - Insurgências em tempos de destruição - Mesa 5: Vidas tabuladas: entre estratégias de quantificação e as lutas por reparação. Publicado pelo canal GESTA UFMG. 2:40:33. Realizado em 28 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=it6fBXpqrWU&t=24s>.

LANÇAMENTO do filme “A padroeira” – 5 anos de lama. Publicado pelo canal Ecomuseu de Sepetiba. 2:29:04. Realizado em 18 de outubro de 2020, Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aWE1liIVjKY&t=1s>.

LIVE LAMA, Mulamba conversa com atingidas. Publicada pelo canal Mulamba Oficial. 1:26:16. Realizada em 28 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BpOFnEMYbME&t=1s>.

TERRITÓRIOS minerários: muito além da lama. Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale (AIAAV). Publicada pelo canal Atingidos pela Vale. 2:49:50. Realizada em 26 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f6JFgIuBwS4>.

O CUIDADO em saúde mental no contexto de crimes-desastres da mineração: construindo saídas. Fórum Mineiro de Saúde Mental. V Encontro Mineiro de Serviços Substitutivos em Saúde Mental. 2:08:15. Realizado em 18 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/229120503955704/videos/315149329915164>.

A RENOVAÇÃO do desastre: 5 anos de luta da comunidade de Paracatu de Baixo, Mariana (MG). Hybris - Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Relações de Poder, Conflitos e Socialidades. Publicada pelo canal Confiscações e Lutas Anti-confiscatórias. 2:12:00.

Realizada em 02 de julho de 2021. Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=yMui_H4Ikec&t=236s.

PANORAMA das lutas e resistências à mineração extrativista em contexto de pandemia.
FLAMA – Frente Mineira de Luta das Atingidas e dos Atingidos pela Mineração. 2:03:11.
Realizada em 01 de novembro de 2021. Disponível em:
<https://www.facebook.com/flamamg/videos/1018593665379390/>.

6 ANOS de Desastre: roda de conversa com GESTA e atingidos pela barragem de Fundão. II
Jornada de Direitos Humanos UFMG. Publicado pelo canal GESTA UFMG. 2:26:06.
Realizada em 09 de dezembro de 2021. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=HJ--zbxm7ic>.